UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

REPÚBLICA, POLÍTICA E DIREITO

REPRESENTAÇÕES DO TRABALHO DOCENTE E A TRAJETÓRIA DE CARVALHO NETO (1918 - 1921)

Maria do Socorro Lima

Projeto Gráfico - Léo A. Mittaraquis

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

REPÚBLICA, POLÍTICA E DIREITO: representações do trabalho docente e a trajetória de Carvalho Neto (1918-1921)

Maria do Socorro Lima

São Cristóvão – Sergipe
Abril/2008

Dissertação de Mestrado

Maria do Socorro Lima

REPÚBLICA, POLÍTICA E DIREITO: representações do trabalho docente e a trajetória de Carvalho Neto (1918-1921)

Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação da Profª. Drª. Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas.

São Cristóvão – Sergipe
Abril/2008

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Lima, Maria do Socorro
L732r República, política e direito : representações do trabalho docente e a trajetória de Carvalho Neto (1918-1921) / Maria do Socorro Lima. – São Cristóvão, 2008.
301 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, 2008.

Orientador: Profª Drª Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas

1. História da educação – Sergipe. 2. Trabalho docente. 3. Práticas culturais. 4. Carvalho Neto, Antônio Manoel de - Biografia. I. Título.

CDU 37(813.7)(091):929Carvalho Neto

"REPÚBLICA, POLÍTICA E DIREITO: REPRESENTAÇÕES DO TRABALHO DOCENTE E A TRAJETÓRIA DE CARVALHO NETO (1918-1921)"

APROVADO PELA COMISSÃO EXAMINADORA EM

16 DE ABRIL DE 2008

Anamaria Freitas

PROFª. DRª. ANAMARIA GONÇALVES BUENO DE FREITAS

Josefa Eliana Souza

PROFª. DRª. JOSEFA ELIANA SOUZA

PROF. DR. JORGE CARVALHO DO NASCIMENTO

Suplente

"A História é filha de seu tempo"
Lucien Febvre

Aos meus pais, Maria Izabel Lima e José Ebnezér Lima (in memorian), pelo amor e dedicação concedidos, mãos protetoras nas horas mais difíceis; por isso, amigos incondicionais. A eles, devo o melhor da vida e educação recebida.

A Léo Antônio P. Mittaraquis, pela união e pelo amor.

AGRADECIMENTOS

Agradecer não se traduz numa tarefa fácil, porque sempre corremos o risco de não nos lembrar de todas as pessoas e lugares aos quais devemos gratidão, mas também nos deparamos com aquela vontade de deixar registrados os nomes que marcaram as idas e vindas de nossa trajetória. Corremos, pois, o risco do esquecimento.

Começo então pelos meus pais, Maria Izabel Lima e José Ebnezér Lima, a quem devo a vida, a dedicação e o esforço para hoje estar presente no mundo. Aos meus irmãos, José Adelvan, Arnon, Marta, Luiz Anselmo e Luciano Lima, que estiveram presentes em momentos cruciais de minha vida. A eles, devo muito ter continuado os estudos. Meu amor e carinho, sempre.

Agradeço aos Professores do Mestrado, Professora Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas, Professor Jorge Carvalho do Nascimento, Sônia Meire Santos de Jesus, Maria Helena Santana Cruz, Edmilson Menezes e Eva Siqueira pela contribuição significativa na aprendizagem da pesquisa e nas possibilidades para o entendimento da ciência.

Ao Professor Jorge, de maneira especial, pela sua presença forte na compreensão dos rumos da História, pela paciência pedagógica no processo de aprendizagem e pela contribuição significativa nos estudos da teoria das ciências sociais. A ele e à Anamaria, sou grata por ter conhecido o Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação: Intelectuais da Educação, Instituições Educacionais e Práticas Escolares e ter aprimorado, através deles, os estudos sobre *Clio*. Aos dois, meu carinho e lealdade.

À Professora Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento pela motivação e dedicação com que acompanha o percurso dos membros do Grupo. Meu carinho e amizade.

À minha orientadora, querida Professora Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas, pela capacidade profissional, dedicação, acompanhamento na trajetória da pesquisa, paciência pedagógica, estímulo e crença na capacidade do ser humano. Em quase quatro anos de convívio, construiu comigo o sentido da coletividade no processo de pesquisa. A ela, devo muito de meu amadurecimento. Para sempre, minha amizade, carinho, respeito e lealdade.

Agradeço à Professora Verônica Reis Mariano Souza pela contribuição especial que me deu no final da pesquisa, corrigindo um dos capítulos e apontando caminhos para aprofundamento no tema. À Professora Rita de Cácia Santos Souza, pelas trocas de idéias.

Sou muito grata à Professora Josefa Eliana Souza pelas contribuições singulares feitas ao meu trabalho, pela generosidade em apontar fontes, reconhecimento, defeitos e sugestões para melhorá-lo.

À Professora Chrystina Mignot, meus agradecimentos pelas sugestões e críticas que contribuíram para reflexão e crescimento na pesquisa.

Não posso me esquecer dos mestres da infância, como a Professora Emery, do Grupo Escolar “Professora Esmeralda Soares Ferraz”, na cidade de Ourinhos/SP, com quem aprendi gestos e maneiras de civilidade, além do aperfeiçoamento das primeiras letras.

No ensino secundário, agradeço a dedicação e o carinho da Professora Ana Virgínia (Português), Matilde (Português), Ailda França (História), Maria de Lourdes (Geografia), Menilton Menezes (Física). Estes professores me incentivaram a continuar.

Agradeço aos professores e amigos Bosco Seabra (*in memorian*), Milton Barbosa e César Brito, do Curso de Comunicação Social das Faculdades Integradas Tiradentes, pelo incentivo que sempre deram à continuidade dos estudos e pelas orientações para tal fim.

Agradeço à Professora Teresinha Oliva, Professor Francisco José Alves, Professora Maria Nely Santos e Professora Verônica Nunes, todos do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe, que muito me ajudaram na perspectiva de escolher os caminhos da História e amadurecer para uma compreensão mais apropriada sobre a mesma.

Às amigas Verasilva e Iako Matsuoca Góis, devo incentivo, carinho e força. Para sempre, no meu coração.

Agradeço muito aos amigos queridos e colegas de trabalho, Anderson Ribeiro, Marineide Bonfim, Rosemary Aragão Cabral e Wilian Siqueira pelo estímulo e apoio e por terem compreendido com sensibilidade e parceria a minha ausência do trabalho no Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe. À Marineide, parceira de estudos em Comunicação, minha gratidão e amizade sempre.

Ao colega e ex-diretor do Centro Federal de Educação Tecnológica/Unidade Lagarto, Professor Antonilton da Silva Menezes (Pardal), pela confiança e parceria, ao me dispensar das obrigações da Comunicação Social para participação nos eventos acadêmicos. Da mesma forma, sou grata ao ex-Diretor Geral, Professor Antônio Belarmino da Paixão. Agradeço ao Diretor Geral do CEFET/SE, Joarez Vrubel, pela concessão do afastamento para a realização do Mestrado.

Agradeço à Raylane Andreza Navarro Barreto e a Luiz Antônio Barreto, que abriram as portas do Instituto Tobias Barreto de Educação e Cultura, pela generosidade em me permitir trabalhar com as fontes encontradas ali e pela contribuição dada a esta pesquisa, indicando caminhos significativos. A este devo a oportunidade de ter estudado não apenas obras de Carvalho Neto, mas também ter desenvolvido estudos sobre o referido intelectual. Àquela, pela oportunidade de tê-la conhecido no Grupo História da Educação e pelo carinho e

respeito com que me acolheu. Sou da mesma maneira grata à Cristina, do Instituto Tobias Barreto, pelo carinho e atenção na recepção aos pesquisadores.

Agradeço a Wagner da Silva Ribeiro por ter me incentivado, desde o início, a prosseguir no tema, por ter me concedido o prazer de ter em minhas mãos livros escritos por Carvalho Neto, pelas conversas instigantes e pela amizade conquistada nesse percurso.

Agradeço aos funcionários e estagiários do Instituto Histórico e Geográfico, especialmente à Ângela Nickauli Correia Silva, Professor Itamar Freitas, Professora Verônica Nunes, Sr. Gustavo Paulo Bonfim, Analice Marinho e ao Professor Ibarê Dantas pela presteza no atendimento.

Agradeço aos funcionários do Arquivo Público do Estado de Sergipe, especialmente à Josefa Rocha de Jesus (Branca), Milton Barbosa, D. Maria de Lourdes Santos Oliveira e José Ademir Santos pela prontidão no atendimento e carinho na recepção.

Agradeço ao Sr. Lemerval de Souza Silva, secretário executivo da Loja Simbólica Cotinguiba, Sr. João e à Professora da Escola da Liga Sergipana Contra o Analfabetismo, Ana Maria dos Montes Silva, pelo acesso às informações obtidas.

Agradeço às funcionárias da Assembléia Legislativa.

Agradeço à Diretora da Escola Estadual Tobias Barreto, Jacy Sousa dos Santos, por ter permitido a pesquisa no arquivo da Escola de Comércio “Conselheiro Orlando”.

Agradeço ao Centro de Documentação e Informação da Câmara de Deputados pelo encaminhamento das fontes solicitadas e orientação ao acesso ao site institucional.

Sou grata ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina pelas informações obtidas.

À Professora Juliana Neuenschwander, Diretora da Faculdade Nacional de Direito, pela atenção às informações solicitadas.

Agradeço a todos os amigos e amigas que conheci no Mestrado, em especial à Cristina Valença, Cristiane Vitório, Alessandra Bispo, Paulinha MPB, Élia Barbosa, Maria de Lourdes Porfírio, Meirivandra Figueirôa, Marina Malta, Roselusia Teresa Pereira de Morais, Nayara, pelo carinho, troca de idéias, parceria nas viagens e discussões sobre o processo de pesquisa. À Nivalda Menezes, meu carinho pela atenção e gentileza em trocar fontes e reflexões. À Valéria Alves Melo Silva (Lela) por ter me indicado fontes relevantes para minha pesquisa.

Aos amigos da turma 2006, todo o meu carinho. Em especial, agradeço à Jussara Maria Viana Silveira, amiga das horas boas e ruins, com quem tive o prazer de dividir momentos de gostosas risadas e reflexões. À Angélica Flor do Campo pelas longas conversas e discussões sobre nossas pesquisas, troca de informações e pelo vínculo de amizade iniciado. Meu carinho a Evelyn Orlando pelas mãos estendidas nas horas precisas, Maria José Dantas,

Augusto Almeida (amigo de dantes e sempre) e Christine Arndt, pela amizade conquistada, pelas discussões, parcerias nas viagens e atividades acadêmicas.

Agradeço à Geovânia e Edson, Samara e Murilo (estagiários), amigos do NPGED pela dedicação e esmero em suas atividades e presteza no atendimento.

Agradeço aos livreiros Jones, Brandão e ao amigo Durval (Duda) pelo fornecimento de bibliografia e carinho ao longo de 20 anos na Universidade Federal de Sergipe.

Sou grata aos meus sogros Vilma Perrucho Mittaraquis e Léo Mittaraquis pela atenção e carinho, ajuda nas horas necessárias e compreensão na ausência do filho e nora nas reuniões de família.

A Leonardo Mittaraquis que, em qualquer hora do dia, atendeu às nossas necessidades e pelo carinho recebido. À Álida Mittaraquis, pela atenção, ajuda quando necessário e pela pessoa querida que é.

Aos amigos especiais, Maria dos Prazeres Tavares Gomes e Adelson Tavares, pela confiança, lealdade e dedicação no ato da amizade. Adelson, além de amigo, um grande profissional que me auxilia nos assuntos computacionais. A eles, minha eterna gratidão. Estão comigo desde o início de tudo.

À querida Vera Maria dos Santos (Verinha), que acompanhou os passos dessa caminhada, sempre solícita à troca de informações, pronta a atender minhas necessidades. Juntas, passamos horas nas conversas sobre autores, pesquisa, refletindo estratégias de compreensão e, por esta razão, tornou-se uma amiga muito estimada. E a Moreira, o assessor e amigo que nunca nos deixou sem auxílio. Aos dois, carinho e amizade. À Eugênia Andrade, diretora do Arquivo Judiciário de Sergipe, pelo carinho e assistência quando necessário.

Agradeço à Sônia Pinto de Albuquerque Melo por ter passado “um pente fino”, para tornar o texto mais limpo, e pela amizade e carinho dela e de André Luís Conceição Alves.

Ao meu querido Léo, por todas as horas, minutos e segundos, de dedicação ao meu lado, no companheirismo das leituras e interpretações da História, Filosofia, Sociologia e tantos outros campos do conhecimento. Pela compreensão nas horas do desespero e do pânico que nos assalta. Pela paciência, parceria, cumplicidade e amor, no cotidiano e surpresas de nossas vidas. A ele, esposo, amigo e companheiro, meu amor sincero e minha lealdade.

SUMÁRIO

Lista de Quadros
Lista de Figuras
Lista de Siglas
Resumo
Abstract

INTRODUÇÃO 21
A escolha do método: percursos da abordagem biográfica 34
Movimento dos *Annales*, os estudos biográficos e a História da Educação 42

CAPÍTULO I

HISTÓRIA, MEMÓRIA, TRAJETÓRIA E PODER 57

Engenho, cidade e sangue político da linhagem Carregosa 61
Na educação o exemplo dos velhos Mestres: Alfredo Montes 72
Reminiscências sobre Abdias: "sempre professor"..... 76
O Discípulo segue o Conselho dos Mestres 84
Direito, Parlamento, legitimação do poder 88
Fragmentos: para que não se perca a memória 93

CAPÍTULO II

DIREÇÃO GERAL DE INSTRUÇÃO, NOTORIEDADE E REFORMAS 102

Intelectuais, paradigmas e (re) configuração social: História da Educação e República 102
Nacionalizar, Uniformizar e Racionalizar o ensino 107
Os percalços para a implantação da modernização 114
Direção Geral de Instrução Pública: reflexões sobre o *habitus* de um lugar de memória no campo intelectual 114
Ensino e Reforma: algumas mudanças na Escola Normal 121
Escola Complementar, Grupos Escolares e Escolas Noturnas 125
As disputas no campo intelectual, campo científico e luta pelo poder 134
Professores, intelectuais da educação e capital simbólico 141

Coronel Pereira Lobo e o alicerce para a monumentalidade do Ensino no Estado.....148

CAPÍTULO III

INSPEÇÃO ESCOLAR: LEGISLAÇÃO, RELAÇÕES SOCIAIS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

A inspeção como impressão legalista 158
Faces da Instrução Pública no olhar dos agentes sociais 162
As representações dos inspetores de ensino sobre o campo educacional sergipano 169

CAPÍTULO IV

***ANORMAES*, EDUCAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO**.....183

A defesa da educação dos *anormaes* 183
A classificação dos *anormaes* 198
Da Tese Constitucional 208

CONSIDERAÇÕES FINAIS 212
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 221
ANEXOS 239

LISTA DE QUADROS

QUADRO I - Programa da Disciplina Ciência da Administração do Curso Superior de Administração, da Escola de Comércio "Conselheiro Orlando", em 1945..... 31

QUADRO II – Diplomas legalizados no período de 1910 - 1919..... 124

QUADRO III – Distribuição de Escolas e matrículas dos alunos em 1920..... 128

QUADRO IV – Distribuição de professores públicos no Governo de Pereira Lobo..... 129

LISTA DE FIGURAS

CAPA

Foto de Carvalho Neto retirada do livro “Apreciações sobre Legislação do Trabalho” (1932).

INTRODUÇÃO

Figura 1. Foto de Antônio Manoel de Carvalho Neto, publicada na Revista Brasileira de estudos Políticos. 1964. Fonte: Arquivo particular de Wagner Ribeiro Foto: Joel Luiz. Arte e diagramação: Léo A. Mittaraquis .....p. 20

Figura 2. Capa do livro “Um Precursor do Direito Trabalhista Brasileiro”. Estudos Sociais e Políticos, Vol. 24. Ed. da Revista Brasileira de Estudos Políticos. 1964. Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais. Fonte: acervo particular de Wagner Ribeiro .....p. 25

Figura 3. Capa do discurso inaugural “Casa de Laranjeiras” da autoria de Carvalho Neto (s.n.t). 1942. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe .....p. 26

Figura 4. Diploma de condecoração (sócio-remido) concedido a Carvalho Neto pela Loja Capitular Cotinguiba em 1930. Fonte: arquivo da Loja Capitular Cotinguiba .....p. 37

CAPÍTULO I

Figura 5. Composição artística com elementos relacionados ao objeto da pesquisa. Ao fundo, representação feminina da Justiça. Acima à direita, imagem de Santo Antônio, de quem Carvalho Neto era devoto. Ao centro, foto de Carvalho Neto, ladeada por seis exemplares de suas publicações. Abaixo, à esquerda, Título de Honorário concedido a Carvalho Neto pela Loja Maçônica Capitular Cotinguiba. Arte e diagramação: Léo A. Mittaraquis. Fonte - Acervos: diversos .....p. 56

Figura 6. Folha de rosto do livro “Advogados”. CARVALHO NETO, Antônio Manuel de**. Advogados:** Como aprendemos, como sofremos, como vivemos. São Paulo: SARAIVA, 1946 .....p. 65

Figura 7. Carvalho Neto e família. A foto não traz identificação das demais pessoas. Provavelmente década de 1920. Local provável: praia de Atalaia .....p. 67

Figura 8. “Alfredo Montes – Grande Educador”. Separata n.º12 da Revista da Academia Sergipana de Letras. Sem data. Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Foto: Joel Luiz. Arte e diagramação: Léo A. Mittaraquis .....p. 74

Figura 9. Capa do livro Abdias Bezerra: traços psicológicos de um educador sergipano. BEZERRA, Felte. Abdias Bezerra: traços psicológicos de um educador sergipano. Aracaju (s.n.t), 1947. Fonte Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Diagramação: Léo A. Mittaraquis .....p. 79

Figura 10. Capa do livro “Cinzas da Província”. Autor: Antônio Manoel de Carvalho Neto. Aracaju, 1955. Encadernado durante o Curso de Tipografia e Encadernação da Escola Industrial de Aracaju. Acervo: Instituto Tobias Barreto de Educação e Cultura .....p. 85

Figura 11. Capa do livro “Legislação e Trabalho: Polêmica e Doutrina”. 1926. Fonte: Arquivo particular de Wagner Ribeiro .....p. 90

Figura 12. CARVALHO NETO, Antônio Manoel de. “Fragmentos XIV”. Correio de Aracaju, **Aracaju**. 26 fev., 1946 .....p. 100

CAPÍTULO II

Figura 13. Recorte de Ata da Sessão do Conselho Superior de Instrução. Correio de Aracaju. Aracaju. 18.5.1919. Ano XIII N. 2.599. Arquivo particular de Maria do Socorro Lima. Arte e diagramação: Léo A. Mittaraquis .....p. 101

Figura 14. Lei N. 777 de 13 de outubro de 1919. Institui o Serviço de Inspeção Médico Escolar. Foto Joel Luiz. Arte e diagramação: Léo A. Mittaraquis. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Acervo particular de Maria do Socorro Lima .....p. 120

CAPÍTULO III

Figura 15. Composição artística com termos de visita de Carvalho Neto e de Antônio Xavier. Fonte: Arquivo particular. Maria do Socorro Lima Arte e Diagramação: Léo A. Mittaraquis.... .....p. 157

CAPÍTULO IV

Figura 16. Capa do livro “No Parlamento: Discursos e projetos”. Rio de Janeiro: Tipografia da Casa Vallelle. 1921. Acervo: Instituto Tobias Barreto de Educação e Cultura. Foto: Joel Luiz. Arte e diagramação: Léo A. Mittaraquis .....p. 182

LISTA DE INSTITUIÇÕES, SIGLAS E ABREVIATURAS

ABE – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO

ABE – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCRITORES/SECÇÃO SERGIPE

ARQUIVO JUDICIÁRIO DES. MANUEL PASCOAL NABUCO D' ÁVILA.

ASL – ACADEMIA SERGIPANA DE LETRAS

AL – ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SERGIPE

APES – ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

BPED – BIBLIOTECA PÚBLICA EPIFHANEO DÓRIA

CONGRESSO NACIONAL

ESCOLA NORMAL – INSTITUTO DE EDUCAÇÃO RUI BARBOSA

ESCOLA DE COMÉRCIO DE SERGIPE "CONSELHEIRO ORLANDO"

ESCOLA NACIONAL DE DIREITO

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

FACULDADE DE DIREITO DA UVIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

INSTITUTO TOBIAS BARRETO DE EDUCAÇÃO E CULTURA/SE

I.B.E.C.C - INSTITUTO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E CULTURA

IHGS – INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

LOJA MAÇÔNICA CAPITULAR COTINGUIBA

LOJA MAÇÔNICA SIMBÓLICA COTINGUIBA

LSCA – LIGA SERGIPENSE CONTRA O ANALFABETISMO

OAB – ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECÇÃO SERGIPE

UFS – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

RESUMO

Este estudo tem o objetivo de analisar as representações do trabalho docente, as práticas culturais e o lugar de produção do percurso feito pelo intelectual da educação Antônio Manoel de Carvalho Neto, identificando, nesse contexto, as configurações da conformação educacional no período. A metodologia adotada é a abordagem biográfica. Carvalho Neto foi Diretor Geral de Instrução Pública, Presidente do Conselho Superior de Educação, Diretor da Escola Normal, entre 1918-1920. Após a experiência na Direção da Instrução Pública, defendeu um Projeto no intuito de criar classes e escolas para Crianças *Anormaes*, foi professor da Escola de Comércio de Sergipe "Conselheiro Orlando" e coroou sua inserção no campo educacional como o primeiro Diretor da Faculdade de Direito de Sergipe em 1951. Na Direção Geral de Instrução, deu ênfase ao Serviço de Inspeção Escolar. A orientação do presente estudo está centrada nos aportes teórico-metodológicos da Nova História e História Cultural. Na História da Educação, investigar a trajetória de Carvalho Neto permitiu compreender aspectos significativos da configuração do trabalho docente na primeira metade do século XX em Sergipe.

Palavras-chave: História da Educação, Abordagem Biográfica, Trabalho Docente, Práticas Culturais, Sergipe.

ABSTRACT

This study have by objective to analisys the representations of the teaching work, culturals praticals and the production place of the passage has by the intellectual of education Antônio Manoel de Carvalho Neto, identifying in this context, the configuration of the educational disposal at that period. The methodology of this investigation is a biographic boarding. Carvalho Neto was General Director of Public Instruction, President of Superior Advice of Education, and Director of Normal School between 1918-1920. After of the experience at Direction of the Public Instruction, defended a Project to creation of classrooms and school adjusted to A*bnormal* Children, has teachers of the Sergipe Commerce School "Orlando Council Member", and it crowned its insertion in the educational field as the first Director of the Law school of Sergipe, in 1951. In the General Direction of Instruction has emphasis to Scholar Inspection Service. The orientation of this study is supported in the teoric-methologic contributions of the New History and Cultural History. In the History of the Education, the investigation of the trajectory of Carvalho Neto it allowed to understand significants aspects of the teaching work´s configurations in the first half of the century XX in Sergipe.

Keywords: History of the Education, Biographical Boarding, Teaching Work, Practical Cultural, Sergipe.

A. M. DE CARVALHO NETO
1889-1954

Figura 1. Foto de Antônio Manoel de Carvalho Neto, publicada na Revista Brasileira de Estudos Políticos. 1964. Fonte: Arquivo particular de Wagner Ribeiro. Foto: Joel Luiz. Arte e diagramação: Léo A. Mittaraquis.

INTRODUÇÃO

> *Para que não percam, recolhei os fragmentos. É a sentença sábia do evangelista. Principalmente quando tem brilho próprio e derramam luz nas sombras do passado, aclarando a História. Como certos estratos minerais, cristalizados no tempo, que soem assinalar períodos da estrutura terrestre. Como as ruínas de antigos monumentos, por onde se recompõe, trecho a trecho, o fastígio ou a decadência de civilizações mortas. Carvalho Neto, "Fragmentos", Diário de Sergipe de 12.1.1946*

O presente estudo tem o objetivo principal de trazer para a História da Educação, em Sergipe, a trajetória do intelectual da educação e professor Antônio Manoel de Carvalho Neto. A cunhagem do substantivo "professor" para ele, fez-se depois de mais de dois anos de investigação, porque no início, onde foram garimpadas as fontes para a pesquisa, havia uma pergunta no ar: "Carvalho Neto, professor?" Mas, foi, descobrimos depois.

E, no marco temporal delimitado para esse estudo, 1918-1921, estão encerrados não apenas indícios. Estes foram se configurando em descobertas que cada vez mais nos impeliam à procura, à investigação, porque, ao passar do tempo, convencemo-nos de que não era apenas a trajetória do intelectual que estava ali guardada e eternizada nos arquivos oficiais, particulares, nos impressos, ou mesmo nos depoimentos. Era, sim, o percurso de uma figura polimorfa, polissêmica, e essa característica estava profundamente marcada por um contexto histórico de época, sob o qual viveram homens e mulheres de capacidade intelectual incomensurável, cujas atuações política, social e cultural, deram ao Brasil a conformidade da História da Educação, refletida no desejo do progresso, da ordem, da modernidade, do desenvolvimento e da civilidade.

A História da Educação no Brasil, do período Colonial à República, foi discutida como um espaço de construto social de valor, que apresenta como ponto alto para a legitimidade, a conjuntura e as conjecturas sociais. Destarte, o olhar, lançado na paisagem que pintamos ao estudar o passado, há que se orientar sob a ótica da lente pretendida na busca de compreender, sem, contudo, postular uma verdade, que se presuma única, para a representação daquilo que já foi vivido por entes de um tempo e lugar distantes.

Nas mudanças epistemológicas da investigação, a História da Educação passou por muitos caminhos, e a escolha dos historiadores figura sempre ao lado de uma certa reflexão sobre sociedade, isto é, na medida em que se filiam a uma abordagem teórico-metodológica, dando a conhecer o seu lugar de produção.

O estudo, aqui apresentado, fundamentou-se nos pressupostos da História Nova e História Cultural e produziu-se no esteio das ocorrências históricas que deflagraram alterações significativas e relevantes na tessitura das investigações sobre História da Educação no Brasil, demarcada pela busca de uma justificativa que imprimisse, ao ofício do historiador, um possível alargamento da compreensão do que seria "estudar o passado", dispondo à História novas possibilidades para olhá-la.

Nesta perspectiva, acenamos no horizonte da revisão historiográfica propositada pela Escola dos *Annales*, por compactuar, com Marc Bloch (2001), a referência feita por ele acerca da observação histórica:

> Como primeira característica, o conhecimento de todos os fatos humanos no passado, da maior parte deles no presente, deve ser segundo a feliz expressão de François Simiand, um conhecimento através de vestígios. Quer se trate de ossadas emparedadas nas muralhas da Síria, de uma palavra cuja forma ou emprego revele um costume, de um relato escrito pela testemunha de uma cena antiga (ou recente), o que entendemos efetivamente por documentos senão um 'vestígio', quer dizer, a marca, perceptível aos sentidos, deixada por fenômeno em si mesmo de captar? [...] o passado é por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa (BLOCH, 2001, p.73-75).

Marc Bloch, ao lado de outros historiadores como Lucien Febvre (historiador especialista no século XVI) fundou a prestigiosa Escola dos *Annales*, que teria como papel fundamental elucidar proposições no modo de fazer a História. "Segundo Lucien Febvre, 'a história era filha de seu tempo', o que já demonstrava a intenção do grupo de problematizar o próprio 'fazer histórico', e sua capacidade de observar" (SCHWARCZ, 2001, p. 7)[1].

Esta expressão, "a história era filha de seu tempo" foi uma feliz premissa para os desdobramentos feitos por esses historiadores sobre os domínios de *Clio*. Conforme o

[1] Lílian Moritz Schwarcz fez a apresentação da tradução da obra de Marc Bloch para o Brasil, intitulada "Por uma historiografia da reflexão", no sentido de mostrar a importância desse historiador e da Escola dos *Annales* na busca das reflexões sobre a Historiografia e a História. Cf. SCHWARCZ, Lílian Moritz. "Por uma historiografia da reflexão". In: BLOCH, Marc. **A apologia da história**, ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 7 -12.

aprofundamento da problematização das concepções da produção historiográfica e da compreensão de que os estudos da História poderiam ultrapassar as fronteiras dos grandes eventos e da política, os *Annales* trouxeram, para o mundo ocidental do século XX, uma discussão torrencial que levou muitos estudiosos a denominá-la de "crise dos paradigmas". Nesta suposta crise, compreendida como a localização do homem no seu tempo, as idéias sofreram alterações que representaram uma revisão exaustiva de conceitos, os quais fundamentam o olhar do pesquisador e sua maneira de "decifrar" os mistérios do mundo.

A História da Educação vem, por isso, a partir dos anos 1990, no Brasil, alargando seu campo de *pesquisa*, utilizando-se de mais um referencial teórico e metodológico pautado na direção da *Escola dos Annales* (1929), cuja contribuição para a História provocou questionamentos importantes na tradição historiográfica francesa e instigou tensões no uso dos conceitos históricos, na valoração das fontes, bem como nos procedimentos teóricos para examiná-las e escrever a História.

O *Movimento dos Annales* promoveu um *frenesi* na produção do saber histórico, revelando novas perspectivas e inaugurando possibilidades de se descobrir relevância em novos objetos históricos para reinventar o ofício do historiador. Isso permitiu novos olhares para se operar a História.

Hoje, é possível percebermos uma ampliação no conceito de fontes/objetos; os documentos estritamente oficiais não são, dentro dessa perspectiva, os únicos para o historiador da Educação. Cartas, escritos, pensamentos registrados em diversos tipos de fontes, como: literatura, perfil intelectual e biográfico, cartilhas, cadernetas, bilhetes, entre outros vestígios, oferecem suporte para escrever a História da Educação.

Nessa perspectiva, empregamos, nesse estudo, o conceito de representações, com o qual compreendemos não ser possível reconstituir o fato histórico, nem colocá-lo como algo irrefutável, mas tornar uma aproximação possível aos fatos ausentes, pensar a articulação dos indivíduos com a sociedade e, através de tais perspectivas, elaborar nossa reflexão. Esse conceito, o de representações, está inscrito na chamada terceira geração da Escola dos *Annales*, cujos autores são identificados na História Nova e História Cultural. A noção de representação permite analisar, neste estudo, o papel dos agentes sociais, articulando, segundo Chartier (2002), "três registros de realidade":

> Por um lado, representações coletivas que incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e organizam esquemas de percepção a partir dos quais eles classificam, julgam e agem; por outro, as formas de exibição e de estilização da identidade que pretendem ver reconhecida; enfim, a delegação

> de representantes (indivíduos particulares, instituições, instâncias abstratas), da coerência e da estabilidade assim afirmada. A história da construção das identidades sociais encontra-se assim transformada em uma história das relações simbólicas de força (CHARTIER, 2002, p.11).

Justificamos dessa forma a possibilidade de estudar a trajetória de Antônio Manoel de Carvalho Neto no contexto da História da Educação, na linha de pesquisa "História, Sociedade e Educação", no Mestrado em Educação, da Universidade Federal de Sergipe, no sentido de contribuir para elucidar as marcas deixadas pelo citado intelectual na educação e na sociedade sergipana.

Nossa escolha sobre o tema foi descoberta em 2004, quando realizávamos a exploração das fontes, que a denominamos "pesquisa exploratória". Na garimpagem à procura do que fazer, houve o convite para a leitura da Dissertação de Mestrado da professora Rita de Cácia Santos Souza (2000), cuja abordagem faz alusão à Educação Especial em Sergipe. Carvalho Neto é, neste estudo, apontado como um Deputado Federal que, em 1921, apresentou um Projeto de defesa sobre a "educação dos anormais". Rita de Cácia buscou a informação no livro da historiadora Maria Thétis Nunes (1984). O que nos instigou a pesquisar Carvalho Neto foi saber que, embora o tema já tivesse sido muito debatido, ele teria sido o primeiro a defendê-lo de forma mais sistemática, transformando-o em Lei. Não logrou êxito, mas foi considerado pioneiro na questão proposta.

Decidimos ir à procura de registros sobre Carvalho Neto. Em abril de 2004, começamos a percorrer sebos da cidade e Instituições, como o Instituto Tobias Barreto de Cultura e Educação – nossa primeira porta para encontrar vestígios; Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e o Arquivo Público de Sergipe.

Uma das fontes primeiras onde nos guiamos para investigar acerca da vida e obra de Carvalho foi uma biografia sobre ele: um trabalho de pesquisa elaborado pelo seu filho, Paulo de Carvalho Neto, editado, pela primeira vez, em 1964, e intitulado "Um Precursor do Direito Trabalhista". Na edição de 1989, comemorativa ao centenário de Carvalho Neto, à guisa de prefácio, Paulo publicou um discurso que o então Senador Francisco Rollemberg (PMDB-SE) havia proferido no Senado em 23 de fevereiro de 1989. Neste discurso, o Senador traçou as linhas da trajetória de Carvalho Neto e falou de sua herança familiar.

> Sendo o primogênito, acompanhou de perto a carreira política de seu pai, Deputado Estadual à 1ª Assembléia Constituinte do Estado e, posteriormente, Deputado Federal por cinco legislaturas. Ao final do Império, o Dr. Joviniano Joaquim de Carvalho, comandava o Partido

> Conservador. Seus debates com Fausto Cardoso, no Parlamento Nacional, tiveram grande repercussão. Também no filho, a eloqüência bem cedo se manifesta. Já no tempo do curso ginasial, Carvalho Neto se projeta como orador, bem como pelo conhecimento das letras e das línguas clássicas, principalmente o latim e o francês (ROLLEMBERG, Francisco. In: CARVALHO NETO, Paulo de, 1989, p. 15).

Figura 2. Capa do livro "Um Precursor do Direito Trabalhista Brasileiro". Estudos Sociais e Políticos, Vol. 24. Ed. da Revista Brasileira de Estudos Políticos. 1964. Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais. Fonte: arquivo particular de Wagner Ribeiro. Foto Joel Luiz. Arte e diagramação: Léo A. Mittaraquis.

A partir desse prenúncio, não paramos mais de buscar vestígios e Carvalho Neto nos indicou não apenas o seu percurso, mas a trajetória mesma de algumas Instituições por onde passou. Delas, podemos dizer que conhecemos um pouco de cada uma, o que nos fez ver que o personagem é um ser social e sua trajetória, quando visitada com cuidado, nos leva às múltiplas possibilidades.

Carvalho Neto nasceu em 14 de fevereiro de 1889, na cidade de Simão Dias, Estado de Sergipe, e morreu em 27 de abril de 1954, em Aracaju. Sua família era descendente de linhagem portuguesa e o referido intelectual fez parte de famílias de posses, que povoaram a cidade de Simão Dias. Filho de Dr. Joviniano Joaquim de Carvalho e de D. Josephina Freire de Carvalho; neto de Manoela de Carvalho e de D. Josefha Emília de Mattos Freire; bisneto de Domingos José de Carvalho e Joaquina de Mattos Freire e tetraneto de Manoel de Carvalho Carrigosa e Anna Francisca de Menezes. Casou-se, em 1912, com D. Vetúria Prata de Carvalho, de família tradicional sergipana, com quem teve cinco filhos: D. Celina de Carvalho Leite, esposa do Deputado Federal Francisco Leite Neto; D. Cacilda Carvalho Andrade, casada com Dr. Aloísio Andrade, e os Drs. Joviniano, Paulo e Antônio de Carvalho Neto. O primeiro bacharel em Direito e professor da Faculdade de Direito de Sergipe; o segundo diplomata em missão brasileira no Uruguai e

escritor de estudos folclóricos e o terceiro advogado na Capital bandeirante. (CARVALHO NETO, Paulo de, 1989).

Já na escola primária, Carvalho Neto apresentou sinais de que participaria com destaque da vida intelectual sergipana e contribuiria significativamente em assuntos de educação. Terminado o primário em Simão Dias, foi estudar no Colégio Sergipense, do educador Alfredo Montes. Seu filho, Alfredo Montes Júnior, continuou a obra do pai. Criou a "legendária Sessão *Demostênica*", no colégio de ambos. Eram tertúlias[2] literárias semanais, com o fim de despertar nos estudantes o "gosto da escrita cuidada e da eloqüência erudita" (CARVALHO NETO, Paulo, 1989, p. 21).

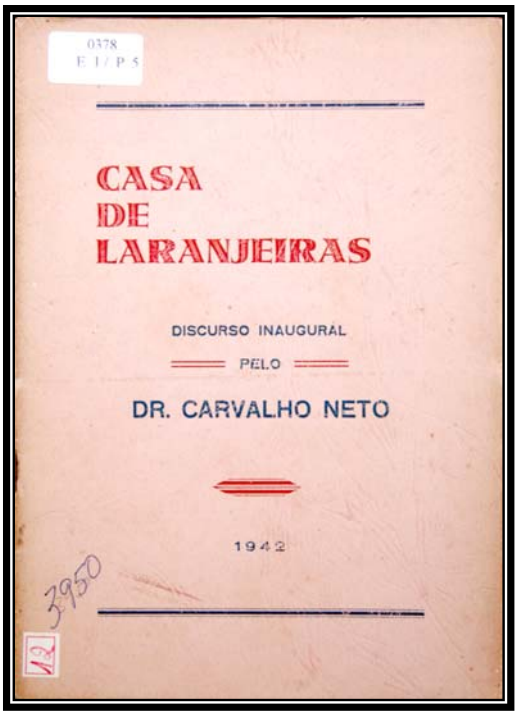


Figura 3. Capa do discurso inaugural "Casa de Laranjeiras" da autoria de Carvalho Neto (s.n.t). 1942. Foto: Joel Luiz. Arte e diagramação: Léo A. Mittaraquis

A participação na pequena agremiação literária foi importante na formação intelectual de Carvalho Neto, pois, mais tarde, através da oratória, transformou-se num dos mais destacados parlamentares sergipanos, convidado para os discursos oficiais em inaugurações, como o complexo cultural Casa de Laranjeiras. "Garcia Moreno assim se expressou sobre o que foi o discurso inaugural da *Casa de Laranjeiras"*: "Em verdade, poucas vezes, o verbo humano terá tido tamanha força de restauração, de re-criação, como ontem, na língua tersa e límpida de Carvalho Neto" (In: CARVALHO NETO, Antônio Manoel de, 1942, p.24).

Júlio Leite, notável advogado sergipano, declarou no Senado, em 1954:

> Orador influente, dotado de uma imaginação tropical, os seus discursos impressionavam. Alguns deles se apresentavam tão ricos de substância como, por exemplo, o que pronunciou no Supremo Tribunal Federal, na sessão de despedida do Ministro Aníbal Freire, que lhe deram direito de figurar, com toda justiça, entre os melhores oradores do Parlamento Nacional (CARVALHO NETO, Paulo de, 1989, p.21).

[2] Tertúlias Literárias são pequenas agremiações, onde se reúnem pessoas para palestrar, conversar assuntos literários. São reuniões menores que as arcádias e academias. Cf. **Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**. Instituto Antônio Houaiss, 2007. Cd-rom.

A notoriedade de Carvalho Neto não se ateve apenas ao parlamentar e ao jurista que foi. Sua dedicação às causas sociais o levou a ter uma prática voltada para a defesa da educação. A educação, para ele, era uma responsabilidade social. A sociedade tinha a obrigação de preparar as pessoas para exercer seus papéis, para se fazer presentes de acordo com as exigências que nela se prescrevia. Nesta perspectiva, o que depreendemos das concepções de Carvalho Neto sobre a Educação não difere da compreensão que formamos do projeto de modernização e saneamento social, preconizado pela propaganda republicana e posto em prática nas políticas educacionais, conforme autores que nos deram as bases para essas informações, como Rosa Fátima de Souza:

> No projeto liberal dos republicanos paulistas, a educação tornou-se uma estratégia de luta, um campo de ação política, um instrumento de interpretação da sociedade brasileira e o enunciado de um projeto social. A crença no poder redentor da educação pressupunha a confiança na instrução como elemento (con)formador dos indivíduos. Potência criadora do homem moral, a educação foi atrelada à cidadania e, dessa forma, foi instituída a sua imprescindibilidade para a formação do cidadão (SOUZA, 1998, p.26-27).

A modernidade pedagógica foi o mote dos inúmeros planejamentos educacionais que se caracterizavam como conformadores do projeto social idealizado nas primeiras décadas da República brasileira. As idéias que preconizavam o desenvolvimento do país, através da instrução, circularam no Brasil a partir de intelectuais da educação que faziam parte de uma rede de relações e sociabilidade, que tinha como desígnio resolver, principalmente, os problemas causados pelo analfabetismo. Em vários Estados brasileiros, do Norte ao Sul do país, houve movimentos que se constituíram em Reformas, entre as décadas de 1920 e 1930. Essas reformas tinham como instituições propagadoras e gestoras das mesmas as Direções Gerais de Instrução Pública. Em São Paulo, a Reforma para Instrução Primária se deu em 1920[3], pelas mãos do paulista Sampaio Dória. No Ceará, pelo paulista Lourenço Filho, entre

[3] Considerada pela Historiografia brasileira como a primeira Reforma da Instrução Pública da década de 1920, a Reforma protagonizada por Sampaio Dória instigou reflexões em todo o Brasil. Isso se explica através de trabalhos que sinalizam para a constituição de "redes de relações" e "redes de sociabilidade" que envolveram os intelectuais da educação. Chamamos a atenção, portanto, para o fato de que Sampaio Dória estava na Direção Geral de Instrução Pública do Estado de São Paulo em período equivalente ao que Carvalho Neto assumiu o cargo em Sergipe, qual seja: de 1918 a 1920, período em que se realizou Reforma através da instituição da Inspeção médico-sanitária escolar, cujas idéias se baseavam naquilo que de mais moderno se estava realizando no país. Em 1922, quando Carvalho Neto participou da 1ª Conferência Interestadual do Ensino Primário, realizada de 12 de outubro a 16 de novembro, no Rio de Janeiro, Sampaio Dória estava presente. Carvalho Neto ressaltou a presença de Sampaio Dória, pois via, no Estado de São Paulo, o "espelho" mesmo da civilização. Sobre Sampaio Dória, ver: MEDEIROS, Valéria Antônia. **Antônio de Sampaio Dória e a modernização do ensino em São Paulo nas primeiras décadas do século XX.** São Paulo: PUC/SP, 2005. (Tese de Doutorado).

1922-1923. Na Bahia, através do baiano Anísio Teixeira, em 1925. No Rio de Janeiro, entre 1927 e 1930, pelo trabalho do mineiro Fernando de Azevedo, assunto que detalharemos mais adiante.

O movimento das Reformas ficou conhecido no Brasil como as experiências que procuraram aplicar nas Escolas Primárias e, na formação pedagógica das professoras da Escola Normal, os métodos e programas de ensino por meio da modernidade pedagógica.[4]

Em Sergipe, as idéias da modernidade pedagógica foram difundidas por intelectuais da educação como Helvécio de Andrade[5] e Carvalho Neto, nas primeiras décadas do século XX, que tiveram a Direção Geral de Instrução como meio norteador para efetivar tais idéias.

Na atuação de Carvalho Neto no campo educacional[6], localizamos, através de suas ações, a idéia de que a Escola seria o resplendor da glória republicana. Ao registrar seu trabalho como Diretor Geral de Instrução, ele percebeu no ensino uma forma de desenvolver a sociedade e tentou disciplinar professores e diretores, cobrando suas responsabilidades por meio da inspeção escolar. Foram mais de 500 Relatórios de professores e pelo menos 700 Termos de Visita de inspetores de ensino[7]. Documentos lidos um a um, nos quais encontramos registradas as prescrições da Direção de Instrução – entre 1919 e 1920 – para que se garantisse o bom andamento das escolas. Ele mesmo, no exercício do cargo de Diretor, visitava as Escolas, geralmente, as da Capital. O uso do método intuitivo[8] e o material escolar, como o relógio, a Carta de Parker, os planisférios, jogos, entre outros, foram muito citados em quase todos os relatórios.

---

[4] A modernidade pedagógica se constituía em se aplicar no Brasil métodos que desde o século XIX já circulavam no país, como o Intuitivo, baseado nas idéias pedagógicas de Pestalozzi. Mas, no século XX, a novidade se consagrou a partir da relação da Pedagogia com outras Ciências como Biologia, Psicologia e Sociologia. Ver sobre esse assunto: VEIGA, Cynthia Greive. "República e educação no Brasil (1889-1971)". In: VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação.** São Paulo: Ática, 2007. p. 237-322.

[5] Helvécio de Andrade, médico sergipano, difundiu os preceitos da modernidade pedagógica a partir de suas publicações sobre o tema. Foi Diretor Geral de Instrução Pública em três momentos: de 1914 a 1918; de 1926 a 1927 e de 1930 a 1935. Cf: VALENÇA, Cristina de Almeida. **Civilizar, regenerar e higienizar**: a difusão dos ideais da Pedagogia Moderna por Helvécio de Andrade (1911 – 1935). São Cristóvão: Núcleo de Pós-Graduação em Educação/Universidade federal de Sergipe, 2006. (Dissertação de Mestrado).

[6] Entendendo o campo, mediante a proposta do sociólogo Pierre Bourdieu (2004), como um espaço de lutas, cujos agentes dos grupos sociais se enfrentam à procura de sua autonomia científica e social. Cf. BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

[7] Verificar o mapeamento dessas fontes em anexos. Sobre Relatórios de Professores e Professoras, ver Anexo A e, sobre os Termos de Visita, conferir o B.

[8] Segundo Vera Teresa Valdemarin (2004), "O *método de ensino intuitivo*, popularizado também sobre a denominação de *lições de coisas* e *método objetivo*, pode ser caracterizado como a prática pedagógica que faz uso de objetos didáticos, conhecidos ou semelhantes àqueles conhecidos pelos alunos, para promover a aprendizagem". VALDEMARIN, Vera Teresa. "Os sentidos e a experiência: professores, alunos e métodos de ensino". In: DERMEVAL Saviani [et al.]. **O Legado Educacional do Século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004, p. 171.

Seu desempenho como docente também esteve ligado à de Diretor Geral de Instrução Pública no período destacado. Foi professor e Diretor da Escola Normal. Na época, o cargo de Diretor da Escola Normal era exercido pelo Diretor Geral de Instrução. Ocupou, paralelamente, o cargo de Presidente do Conselho Superior de Instrução Pública. Foi titular desses cargos entre 1918 a 1920 no governo do Coronel Pereira Lobo. Os anos em que esteve na Direção Geral de Instrução Pública, na presidência do Conselho Superior de Instrução Pública, Direção da Escola Normal e da Escola Complementar Grupo Escolar Modelo, para ele, "foram tempos de estudo, de aplicação, de aproveitamento. Todo alma e coração, dei-me a essas tarefas com entusiasmo e fé" (CARVALHO NETO, Paulo de, 1989, p.26).

Em 1921, na Câmara de Deputados, como integrante da Comissão de Instrução Pública, como foi dito anteriormente, apresentou o Projeto sobre a "Educação dos *Anormaes*", sugerindo a criação de escolas de aperfeiçoamento e classes especiais para os chamados *anormaes* numa dissertação de grande relevo. Embora no Brasil já existissem desde o Império, casas de assistência como o Instituto dos Meninos Cegos, criado em 1854 e o Instituto Nacional dos Surdos, criado em 1856, o problema dos chamados *anormaes*, indicados aí como "atrasados mentais", não era ainda discutido com rigor. Contudo, essas instituições foram muito importantes para a difusão da solução desses problemas[9].

Rita de Cácia (2000) afirmou em sua pesquisa que:

> Em nosso país, a criação das classes especiais "*efetivou-se*" quando a designação para o deficiente era do "*atraso mental"*, conforme o decreto-lei número 35.801 de 13.08.1946 e que, no entanto, até os nossos dias, a classe especial não desempenha, por assim dizer, o que se propõe, que é dar educação no seu sentido amplo. É de fundamental importância ressaltar que a inclusão tem sido a bandeira levantada atualmente como proposta para um melhor entendimento (SOUZA, 2000, p. 39).

Consoante às afirmações de Souza (2000) e Matos (2004), há que se reconhecer as iniciativas na condução para resolver a problemática da Educação Especial; contudo, a criação de instituições para cegos e surdos não levantava, naquele momento, o problema do atraso mental. Data de 1946, o primeiro Decreto-Lei a esse respeito. Depreende-se, desses dados,

[9] Conforme o estudioso Nelson Dagoberto de Matos (2004), as iniciativas da criação do INES e Instituto dos Meninos Cegos "possibilitaram a discussão da educação dos portadores de necessidades especiais por outras entidades ou instituições, de caráter público e privado, com tendência ao fortalecimento deste último setor que contava com apoio financeiro do Estado". MATOS, Nelson Dagoberto de. **Deficiência, cidadania e política educacional no Estado de Sergipe:** 1979-2001**.** São Carlos, SP: Universidade de São Carlos, 2004 (Tese de Doutorado). p.49.

que possivelmente Carvalho Neto tenha sido mesmo pioneiro na abordagem do tema. Essa questão será debatida mais adiante, no capítulo IV.

Seu itinerário em assuntos educacionais não parou por aí. Mesmo afastado do cargo de Diretor Geral de Instrução Pública, por convite do então Presidente do Estado, Coronel Pereira Lobo, representou Sergipe na 1ª Conferência Interestadual de Ensino Primário, de 12 a 16 de novembro de 1922, no final do Governo Epitácio Pessoa[10], ocasião em que teve oportunidade de reapresentar o Projeto sobre os anormais e outros assuntos de educação. A propriedade com que defendeu o tema estava ratificada em "literatura especializada que fui acumulando no período (1919-1920) e principalmente com a experiência que fui obtendo dos métodos de ensino em voga" (CARVALHO NETO, Paulo de, 1989, p.26).

Em se tratando de questões sobre o Ensino, na 1ª Conferência Interestadual da Educação, ao lado de Freitas Vale, Alberto Moreira, Ester de Melo, Melo e Souza, Laudelino Freire, Sampaio Dória, Azevedo Sodré e Tavares Cavalcanti, entre outros, Carvalho Neto tratou da competência discriminativa da União em assuntos de ensino, firmou parecer sobre escolas rurais e urbanas e discutiu sobre como se erguer verbas para "a formação de pecúlio nacional indispensável para o custeio de serviços educacionais" (CARVALHO NETO, Paulo de, 1989, p.27).

De 1918 a 1945, a trajetória de Carvalho Neto esteve pontuada pela sua participação relevante no campo educacional, no Estado de Sergipe. Ele foi Diretor Geral de Instrução Pública entre 1918 e 1920. Em 1921, no Congresso Nacional, defendeu um projeto, propondo a criação de escolas e classes para as crianças anormais. No período compreendido entre 1941 e 1945, abraçou o magistério novamente. Ele foi professor de Direito Administrativo da Escola de Comércio "Conselheiro Orlando[11]". Nessa Instituição, Carvalho Neto ministrou Ciência da Administração e Direito Administrativo, elaborando um programa, composto pelos conteúdos:

[10] A Conferência Interestadual do Ensino Primário também foi registrada no livro da historiadora Thétis Nunes, História da Educação em Sergipe. Para Thétis, na Conferência, "foi levantada, pela primeira vez, de forma global, a realidade da educação primária brasileira". E Carvalho Neto teve uma representação significativa. "O projeto, intitulado Educação dos anormais, teve larga repercussão na imprensa da Capital do País". Cf. NUNES, Maria Thetis. **História da Educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Aracaju: Secretaria de Educação e Cultura do Estado: Universidade Federal de Sergipe, 1984. p.245.

[11] Em 1945, Carvalho Neto foi nomeado para professor da Escola Técnica de Comércio de Sergipe (antiga Escola de Comércio "Conselheiro Orlando", assumindo à época as Cadeiras de Ciência da Administração (2ºano) e Direito Administrativo (3º ano) do Curso Superior de Administração e Finanças, por meio de convite da então Diretoria da Escola e Decreto de 22 de março de 1945. Naquela Escola, participou também de bancas examinadoras para os Concursos Vestibulares e aplicação de exames finais.

Quadro I - Programa da Disciplina Ciência da Administração, ministrada por Carvalho Neto, na Escola de Comércio "Conselheiro Orlando", em 1945[12].

Questão, Histórico e Objeto da Disciplina
1- Existe uma Ciência da Administração? Definição de Ciência. Classificação das ciências. Conceitos. Posição das Ciências da Administração no quadro geral das ciências. Interdependência com as outras ciências.
2 - Histórico da Ciência da Administração. Nos países estrangeiros. Fontes em Portugal. Brasil Colônia. Brasil Reino. Brasil Império. Brasil República.
3 - Objeto da Ciência da Administração. Extensão de suas ramificações nas disciplinas jurídicas. No Direito Privado e no Direito Público. Sua posição atual no panorama dos conhecimentos humanos.

Fonte: CARVALHO NETO, Paulo de, 1989.

Os três enunciados do quadro acima são partes de 41 itens do programa ministrado no Curso Superior de Administração, desenvolvidos pelo professor Carvalho Neto na Escola de Comércio "Conselheiro Orlando"[13].

Desta forma, pretendemos mostrar que, apesar de não ter permanecido durante muito tempo em cargo referente ao Ensino, foi possível perceber que, depois de 1918, quando ocupou a Diretoria Geral de Instrução Pública, Carvalho Neto incluiu nas suas práticas culturais, a dedicação e o interesse por assuntos referentes à Educação, transformando-se num intelectual[14] desse campo do conhecimento, e os espaços ocupados por ele, por sua vez, tornavam-se palco de defesa para o Ensino no país e em Sergipe.

Na fase de organização da Faculdade de Direito, foi escolhido para ser seu diretor, até que fosse autorizado o funcionamento da mesma, segundo a Revista nº 1 daquela instituição. Tinha carta de Bacharel registrada no Supremo Tribunal Federal, na Corte de Apelação do

[12] Apesar das fontes encontradas, optamos por não analisar as experiências de Carvalho Neto na Escola de Comércio "Conselheiro Orlando" e na Faculdade de Direito, tendo em vista a necessidade de aprofundarmos as questões relacionadas à Diretoria da Instrução Pública, ao Sistema de Inspeção Escolar e ao Projeto dos Anormais. Assim, trataremos de sua primeira fase de aproximação com o campo educacional, 1918 a 1921. No entanto, os documentos levantados sobre a Escola de Comércio "Conselheiro Orlando" encontram-se no anexo H.

[13] Cf. CARVALHO NETO, Paulo de. **Um precursor do Direito trabalhista.** 2ª ed. São Paulo: Carthago, 1989.

[14] Num estudo sobre a História dos intelectuais, Sirinelli (1996) chama a atenção para o termo: "[...] com freqüência se destacou o caráter polissêmico da noção de intelectual, o aspecto polimorfo do meio dos intelectuais, e a imprecisão daí decorrente para se estabelecer critérios de definição da palavra [...] Estas podem desembocar em duas acepções do intelectual, uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e os 'mediadores culturais', a outra mais estreita baseada na noção de engajamento". SIRINELLI, Jean François. "Os intelectuais". In: RÉMOND, René. **Por uma história política.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ: FGV, 1996. p. 231 – 269.

Distrito Federal, no Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe e no Instituto dos Advogados de Sergipe, o que preenchia os pré-requisitos para exercer a função com competência.

Tal estatura intelectual justifica plenamente a opção em desenvolver um estudo que toma como referência a trajetória de Carvalho Neto – suas ações e idéias manifestadas no campo educacional – elaborando uma visão epistemológica do contexto histórico, social e cultural da época em que viveu. Uma visão que considera, não apenas as configurações sociais do tempo desse intelectual, mas também como o mesmo se posicionou diante delas, pois, como observa Norbert Elias,

> Os seres humanos, em virtude de sua interdependência fundamental uns dos outros, agrupam-se sempre na forma de figurações específicas. Diferentemente das configurações de outros seres vivos, essas figurações não são fixadas nem com relação ao gênero humano, nem biologicamente. Vilarejos podem se tornar cidades; clãs podem se tornar pequenas famílias; tribos podem se tornar Estados. Seres humanos biologicamente invariáveis podem formar figurações variáveis. Essas figurações possuem peculiaridades estruturais e são representantes de uma ordem do tipo particular, formando respectivamente, o campo de investigação de um ramo da ciência de tipo particular, as ciências sociais em geral e, também, a sociologia. [...] Quando falamos de figurações que os indivíduos humanos formam uns com os outros, dispomos de uma imagem do ser humano e de um instrumento conceitual mais adequado à realidade e com cujo auxílio podemos evitar o tradicional dilema da sociologia: "aqui o indivíduo, ali a sociedade", dilema que se baseia na verdade em um jogo, de tipo extracientífico, com palavras ou com valores (ELIAS, 2006, p. 26-27)

A análise de Elias, no que concerne à formação das configurações sociais, ou seja, às relações sociais existentes entre indivíduos e/ou grupos sociais e como tais relações se formam e também são modificadas a partir do que ele classifica como rede de interdependência, quer dizer, a ligação social existente entre indivíduos e grupos sociais, ajuda-nos a compreender como a tentativa de superação da subjetividade/objetividade nos estudos sobre o ser humano foi importante e como ficou mais compreensível a explicação de que o indivíduo não está dissociado da cultura a qual pertence. Esse pertencimento nos aponta para um reconhecimento mais acurado das representações sociais estabelecidas entre homens e seus tempos. É através do diálogo entre o homem e seu tempo que pretendemos olhar para a trajetória de Carvalho Neto, compreendendo-o como um republicano que nasceu no limiar da República e viveu todas as nuances que lhe foram permitidas.

Além dos autores citados, utilizamos Pierre Bourdieu (2004), Roger Chartier (2002) Peter Burke (1992), Norbert Elias (2006), Elizeu Clementino de Souza (2006), Eliane Marta Teixeira Lopes e Ana Maria de Oliveira Galvão (2001), Clarice Nunes (2000), Vavy Pacheco

Borges (2001, 2006), Marta Maria Chagas de Carvalho (1993, 1998, 2003a, 2003b), bem como as referências teóricas e metodológicas propostas por eles, permitindo que o resultado desse estudo possa contribuir para a compreensão da trajetória do professor, educador e intelectual Carvalho Neto, ampliando assim as pesquisas biográficas no campo da História da Educação em Sergipe.

Como marco temporal, delimitamos para esta pesquisa o período de 1918 a 1921. Foi nesse itinerário que viabilizamos a busca de indícios possíveis que nos permitiram inscrever a trajetória de Carvalho Neto no viés da História da Educação. Em novembro de 1918, Carvalho Neto foi nomeado Diretor de Instrução Pública, acumulando outros cargos, como foi comentado anteriormente. Em 1921, apresentou na Câmara Federal um projeto para a "Educação dos Anormais". Tomamos, portanto, a discussão em torno desse Projeto como marco final.

Estudar a trajetória de Carvalho Neto e sua contribuição no campo da História da Educação no Estado de Sergipe no período demarcado levantará mais uma possibilidade de estudo na abordagem biográfica, ampliando o campo das pesquisas congruente a essa metodologia.

Demonstrar a trajetória de Carvalho Neto no campo da Educação em Sergipe, a partir da sua presença marcante em cargos públicos diretamente relacionados ao Ensino, citados anteriormente, significa analisar a relação de poder existente entre os agentes sociais e os campos.

Pontuamos, finalmente, quatro hipóteses que sustentaram a nossa busca pela paisagem da vida de Carvalho Neto: Seu pensamento como fundamental contribuição para compreender e estruturar as práticas educativas entre 1918 e 1921, no Estado de Sergipe. A Educação, para ele, como fator de emancipação intelectual da sociedade. O posicionamento radicalmente crítico de Carvalho Neto diante da realidade da Educação Brasileira em sua época. O discurso jurídico como base teórica de suas práticas sociais e culturais.

Nas fontes consultadas para empreendermos esta pesquisa, lançamos mãos das obras literárias de Carvalho Neto, de seus discursos inaugurais, seus artigos em jornais de Sergipe, bem como documentos oficiais, como Relatórios de professores, Termos de visita de Inspetores de ensino e Delegados de ensino, Mensagens Presidenciais; enfim, uma massa documental que nos levou a informações mais precisas sobre sua atuação no campo educacional. Buscamos também as revistas e atas da Academia Sergipana de Letras, acervo do arquivo da Loja Maçônica Capitular Cotinguiba, Assembléia Legislativa e depoimentos que muito contribuíram para elaborar o perfil intelectual de Carvalho Neto. Fontes foram

encontradas e também produzidas, como o acervo iconográfico que consta dos anexos dessa pesquisa[15].

1- Escolha do método: percursos da abordagem biográfica

A produção brasileira de estudos biográficos sobre educadores realizados por historiadores da educação, amplia as oportunidades de pesquisadores elaborarem trajetórias de vida de docentes e intelectuais da educação, ao mesmo tempo em que se permite ir ao encontro de um tempo e espaços identificadores de práticas sociais e culturais inscritas em pensamentos e ações sociais. Como afirmou Vavy Pacheco Borges (2001), "a vida de um indivíduo se imbrica com os 'grandes' acontecimentos e fatos de todo tipo (políticos, culturais, econômicos, ideológicos, religiosos, etc.) da história de seu período de vida surgem nesse percurso".

Consideramos oportunas as palavras do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, ao fazer, com criteriosidade, a historicização de sua opção pela biografia, no seu livro "Ingleses no Brasil", que teve sua primeira edição em 1948. No prefácio à segunda edição, ele usou como modelo um estudo biográfico que já havia feito, sobre a influência da cultura francesa no Brasil, a partir de sua obra "Um engenheiro francês no Brasil". Trata-se da biografia de Louis Lèger Vauthier (1815-1877), produzida depois da leitura do diário íntimo desse francês. O autor, assim como quem inaugura um modo novo de escrever, explica:

> É ao mesmo tempo, um depoimento sôbre a vida brasileira na primeira metade do século passado, a que não falta a sinceridade, o calor humano, a nota confidencial e até indiscreta dos bons diários - a ponto de ter sido necessário deixar sob iniciais vários nomes de pessoas. É material novo e bom para o estudo da nossa vida naquele período, observada em alguns dos seus aspectos mais característicos por um estrangeiro ilustre que deixou o seu nome ligado a obras importantes e a iniciativas notáveis na história do progresso material e do desenvolvimento técnico do Brasil (FREYRE, 1960, p.29).

[15] No acervo de fontes que coletamos, estão cerca de 30 Cd-rom dos Jornais sergipanos, datados entre 1918 e 1954, adquiridos através do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Dentre eles, destacamos os seguintes jornais: "Correio de Aracaju" (1918, 1919, 1920, 1921, 1922, 1923, 1924,1926); "Diário da Manhã" (1919); "Diário de Sergipe" (1946); "Sergipe Jornal", dirigido por Carvalho Neto (1921,1954). Nos jornais destacados, analisamos matérias sobre a Instrução Pública, sobre a política do Estado de Sergipe; artigos escritos por Carvalho Neto e sobre ele. No jornal "Diário de Sergipe", ele manteve uma coluna denominada "Fragmentos" que se constituiu numa importante fonte para produzir representação social de seus traços biográficos.

Gilberto Freyre tece uma reflexão bastante elucidativa do nosso ponto de vista, sobre a interdependência, que ele via na triangulação existente entre o pessoal e o social, para proceder com sua opção pela biografia.

> O pessoal e o social - repita-se - não se repetem nem se excluem mas se completam dentro do humano.O critério biográfico não é necessariamente inimigo do sociológico, como em sociologia o histórico não é necessariamente inimigo de morte do formal. [...] a biografia de um engenheiro francês como Vauthier, por exemplo, longe de constituir traição à Sociologia, está dentro da mais pura legalidade sociológica (FREYRE, 2006, p.45- 46).

O que depreendemos das proposições de Gilberto Freyre é que a questão de método possui um caráter próprio e particular nas denominadas Ciências Humanas e Sociais, como a Sociologia e a História. Sua reflexão nos leva a crer no alargamento mesmo de visão, conquistado pelo campo da historiografia brasileira[16].

Clarice Nunes (2000), num estudo biográfico do educador Anísio Teixeira, revelou a atuação desse professor em reformas educacionais nas décadas de 1920/30, bem como os métodos educativos difundidos pelos pioneiros da Educação Nova no Brasil. A autora desnudou Anísio Teixeira e sua época, mostrando detalhes relevantes sobre a Escola Nova, a formação dos intelectuais no Brasil República. O período preferido para Clarice Nunes foi de 1930-1935, mas, na apresentação de sua tese, ela esclareceu que não levou essa escolha à risca, e esse argumento foi se justificando na medida do avanço do resultado da pesquisa, porque a trajetória de Anísio não revelou tão somente o percurso do profissional, o que já seria um relevante trabalho; contudo, ao fazer a opção pelo estudo biográfico, tornar-se-ia imprescindível mergulhar na vida da pessoa e em sua relação de interdependência com o contexto da sociedade que estava posta nos caminhos de trajetória.

[16] Gilberto Freyre, que nasceu em 1900, contemporâneo de outros pensadores não brasileiros, como Norbert Elias, já deslindava, mesmo sem uma filiação concedida por ele próprio, os caminhos da História Cultural**.** Gilberto Freyre foi citado por Peter Burke (2006) em conferência de abertura do VI Congresso Luso - Brasileiro de História da Educação, de 17 a 20 de abril, na qual ele discursou sobre os conceitos de "tradição", de "cultura", e "Educação", para explicar as mudanças nos paradigmas da História, a partir do século XX. Para ele, há que se respeitar o conceito de tradição, mas não o conceito de tradição "tradicional", e sim um "conceito de tradição mais flexível, mais fluido". Ver: BURKE, Peter. Cultura, tradição, educação. In: GATTI JUNIOR, Décio e PINTASSILGO, Joaquim. **Percursos e desafios da pesquisa e do ensino de História da Educação.** Uberlândia: EDUFU, 2007.

Para ela, “é possível ler, na trajetória pessoal de Anísio, nas décadas de 1920-30, o processo de mudança em curso na sociedade e o processo de transformação do papel do educador nos grandes centros urbanos brasileiros” (NUNES, 2000, p. 10).

Na perspectiva de perscrutar, esquadrinhar as práticas culturais do intelectual Antônio Manoel de Carvalho Neto, destinamos à referência de Clarice Nunes um grau de relevância que interfere na nossa pesquisa como um Norte, como uma bússola que nos conduziu às direções mais acertadas para o exame deste difícil *desideratum*. São elucidativas as questões que propõe:

> O educador profissional é o móvel de nossa preocupação. Quem é esse sujeito que decide tornar-se organizador de homens e instituições? Que circunstâncias e motivos levam-no não só a essa opção, mas principalmente conservá-la? A representação dessas questões para a vanguarda intelectual das décadas de vinte e trinta tem as suas razões. Esses intelectuais da cidade, consciência desse mundo no início do século, trabalharam como organizadores da cultura e do campo educacional na sociedade civil e em determinada parcela do Estado. [...] Evidentemente, não forma a única vanguarda modernizante ou a vanguarda das vanguardas, mas constituíam uma das expressões pilares do liberalismo do momento (NUNES, 2000, p.11).

Na leitura que fizemos da biografia de Anísio Teixeira, por Clarice Nunes (2000), encontramos diversos pontos de aproximação com a trajetória de Carvalho Neto: ambos eram formados em Direito, suas famílias eram circunscritas na linhagem daqueles clãs importantes do interior do Nordeste. A idéia formada por Anísio Teixeira sobre a relevância dos Estados Unidos como exemplo de cultura pode ser comparada com a que Carvalho Neto teve, ao ter um interesse pelo Pragmatismo, ao analisar a Escola como um *locus* de preparação para a cidadania e a formação do homem.

Carvalho Neto experimentou um conflito religioso quando se associou à Maçonaria em Sergipe (v. fig.4, p. 36). Anísio também viveu um dilema de fé, quando entes de sua família se dividiram entre torná-lo ora um seguidor do campo religioso,ora um sucessor político do grupo ao qual pertencia seu pai. No caso de Anísio, ele não foi uma coisa nem outra. Tornou-se um dos símbolos de reformadores educacionais do Brasil, defendendo a Escola Nova.

Figura 4. Diploma de condecoração (sócio-remido) concedido a Carvalho Neto pela Loja Capitular Cotinguiba em 1930. Fonte: arquivo da Loja Capitular Cotinguiba. Arte e diagramação: Léo A. Mittaraquis.

Não podemos, todavia, denominar Carvalho Neto um escolanovista, porque sua experiência nos assuntos de Instrução Pública atravessou os preceitos da modernidade pedagógica no início mesmo da República, isto é, conforme a propagação do método pedagógico intuitivo e a higienização social, mas podemos imputar a ele o conceito de um homem pragmático, no sentido de Dewey[17], porque esse educador norte-americano foi um dos teóricos seguidos por Carvalho Neto, nos seus tempos de estudo e nas concepções que firmava sobre Educação.

Na direção dos estudos biográficos, na pesquisa em História da Educação, encontra-se a trajetória da intelectual da educação Armanda Álvaro Alberto (1892-1974), uma mulher professora, intelectual, que deixou um legado pioneiro, na Escola Regional de Meriti-RJ, em seus métodos de ensino e no pioneirismo no oferecimento de merenda na escola brasileira. Em "Baú de Memórias, bastidores de histórias: o legado pioneiro de Armanda Álvaro Alberto", Ana Chrystina Venâncio Mignot (2002) fez florescer, na professora Armanda Álvaro Alberto (1892-1974), a mulher atuante no Movimento Renovador da Educação e na luta das mulheres para a participação na vida intelectual do país.

Arilda Ribeiro (1996) trouxe à tona a história da educação feminina no Brasil, no século XIX, percorrendo o itinerário da educadora Carolina Florence através da cultura escolar constituída no Colégio Carolina Florence (1863-1889). Uma história que levanta dados significativos sobre a Imigração no Brasil e como métodos de ensino europeus e práticas da educação feminina se configuraram em importantes contribuições para a educação brasileira. A história do Colégio Carolina Florence nos aproxima da trajetória de escolas particulares e, por isso, coloca-nos a par de aspectos característicos da formação de moças da elite[18] brasileira.

A história do professor Joaquim José de Menezes Vieira, considerado pioneiro do ensino intuitivo no Brasil e criador do primeiro jardim de infância, por Maria Helena Câmara Bastos (2002), mostrou que histórias de vida podem nos levar a conhecer o entorno político,

[17] John Dewey nasceu em Burlington (Vermont) a 20 de outubro de 1859, e faleceu em Nova York em 2 de julho de 1952. Foi considerado um dos maiores filósofos da educação, tendo influenciado e orientado o pensamento educacional moderno, principalmente na sociedade norte-americana. Para Dewey, não existe a separação entre vida e educação. "As crianças não estão num dado momento sendo preparadas para a vida e, em outro, vivendo. [...] A educação torna-se, desse modo, ' uma contínua reconstrução de experiência'." DEWEY, John. **Vida e Educação.** 5ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1965. p. 7.

[18] Ver sobre esse tema: HEINZ. Flávio M. **Por outra história das Elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. Este livro trata da pesquisa sobre a prosopografia – biografia coletiva – no qual o organizador reuniu vários autores para falar das pesquisas acerca da elite nas Ciências Sociais e na História. Há uma explicação da historiografia sobre as elites na civilização européia e também uma discussão importante sobre as observâncias em relação ao conceito de elite, que gira em torno dos agentes sociais distintos socialmente em torno de algum tipo de poder, mas os autores esclarecem a ausência de consenso sobre o termo.

social, econômico e cultural de uma época e de um espaço, proporcionando o reconhecimento das representações docentes de muitos intelectuais.

Na História da Educação em Sergipe, Maria Thétis Nunes (1984), participou do Prêmio Grandes Educadores Brasileiros, promovido pelo INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, tendo sido premiada com uma Monografia sobre a vida do educador sergipano Manuel Luís Azevedo D'Araújo, que foi Diretor Geral da Instrução Pública (1870 a 1875). Esse educador promoveu reformas educacionais importantes e sua gestão favoreceu o aumento do número de escolas e o ingresso de mulheres no magistério público das primeiras letras.

Maria Nely Santos (1999) percorreu os caminhos e fatos por onde passou a professora Thétis Nunes, deixando para a historiografia da Educação a firmeza das mãos dos pesquisadores que escrevem "ao correr da pena", tomando aqui de empréstimo uma expressão usada pelos contemporâneos de Carvalho Neto para definir seu domínio com as letras. Esse é um trabalho considerado de grande relevância para os estudos da Educação por se tratar da trajetória de uma mulher que se constitui em um referencial para a História da Educação no Estado de Sergipe.

No Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, da Universidade Federal de Sergipe, estudos biográficos vêm, a partir do início da década de 2000, ocupando um espaço significativo, o que faz serem reveladas muitas possibilidades de representações do trabalho docente e perfis de intelectuais da educação desde o século XIX até a metade do século XX.

A trajetória do professor e intelectual polêmico, Nunes Mendonça, produzida pela professora Josefa Eliana Souza (2003), revelou a existência de um escolanovista sergipano que surpreendeu a sociedade com suas "aulas vitais", nas décadas de 1950-60. Aos olhos de Josefa Eliana, Nunes Mendonça percorreu caminhos difíceis para compor seu percurso no campo educacional em Sergipe. As "aulas vitais", constituídas em conversas sobre sexualidade que aquele professor tinha com suas alunas escandalizaram mães e pais da sociedade sergipana. Seu jeito irreverente, "briguento" e rebelde o levou a sair do Estado para onde nunca mais voltou.

A Dissertação de Mestrado de Christianne Gally (2004), sobre a trajetória do professor Brício Cardoso, nos levou a compreender como aquele intelectual se inscreveu "no cenário das Humanidades do Atheneu Sergipense entre 1870-1874" (GALLY, 2004, p.2)

José Augusto Melo de Araújo (2004) produziu uma Dissertação de Mestrado, analisando o processo de um concurso para professor da cadeira de Filosofia do Colégio

Pedro II, no Rio de Janeiro, em 1880. Deste estudo, foi possível observar as práticas sociais no final do Império brasileiro, conhecendo, sobretudo, o Sílvio Romero professor.

Dionísio de Almeida Neto (2005) tratou, em sua Dissertação de Mestrado, da trajetória de Domingos Quirino de Souza, numa perspectiva histórico-biográfica, enfocando suas práticas e sua formação intelectual, buscando compreender "as relações entre o processo de romanização do clero ocorrido no Brasil, durante o século XIX e as práticas do padre-mestre" (ALMEIDA NETO, 2005, p.17).

Simone Amorim (2006) defendeu sua pesquisa produzida sobre a trajetória de Alfredo Montes analisando, através da vida daquele professor, as representações docentes e as tensões sociais, políticas e culturais vividas pela sociedade entre a segunda metade do século XIX e início do século XX, trazendo à luz da História da Educação mais uma abordagem biográfica sobre intelectuais da educação e professores sergipanos. Alfredo Montes, professor concursado, lecionou Inglês no Colégio Atheneu Sergipense. Foi proprietário do Ginásio Sergipense, denominado posteriormente de Colégio Alfredo Montes, ao lado de seu filho Alfredo Montes Junior, onde Carvalho Neto estudou os cursos ginasial e secundário.

Cristina de Almeida Valença (2006) analisou a contribuição do médico sergipano Helvécio de Andrade para a difusão dos pressupostos do discurso de modernidade nas práticas pedagógicas da Instrução Pública em Sergipe. Helvécio de Andrade, médico, foi um intelectual com experiência de gestão sanitária em outra cidade, Santos/SP. Voltando a Sergipe participou de vários momentos como Diretor Geral de Instrução Pública, produzindo obras pedagógicas para a formação das normalistas sergipanas.

Nivalda Menezes Santos (2006) discutiu, em sua pesquisa, a questão do celibato pedagógico feminino através da trajetória da Professora Leonor Telles de Menezes. Sua pesquisa analisou a mentalidade corrente nas três primeiras décadas do século XX sobre o celibato feminino tendo como referência "os argumentos utilizados por Helvécio de Andrade e Rodrigues Dória" (SANTOS, 2006, p. 12).

Recorrendo a Pierre Bourdieu, concebemos a importância de compreender o seu conceito de capital social e de capital simbólico para estabelecermos uma relação entre as representações, práticas sociais e o campo educacional na História Cultural. Como capital social, Bourdieu compreende "as relações de força entre as posições sociais que garantem aos seus ocupantes um *quantum* suficiente de força social – ou de capital – de modo a que estes tenham de entrar nas lutas pelo monopólio do poder". (BOURDIEU, 2004, p. 29). Já o capital simbólico é aquele "percebido por um agente dotado de categorias de percepção resultantes da

incorporação da estrutura da sua distribuição, quer dizer, quando conhecido e reconhecido como algo de óbvio". (BOURDIEU, 2004, p.145).

Capital simbólico e capital social em Carvalho Neto podem ser compreendidos, através dessa análise, como seu vasto conhecimento da ciência do Direito, das Ciências Naturais (consoante com o pensamento positivista da época) e da admirável cultura clássica. O capital social adquirido por ele nas representações sociais que legitimavam os grupos sociais aos quais pertencia, garantia, ao mesmo tempo, o poder simbólico, que lhe era da mesma forma reconhecido e legitimado perante os pares, ou seja, perante os campos jurista, político e cultural de Sergipe.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, inicialmente, localizamos quatro estudos que trataram da trajetória de Carvalho Neto: Antônio E. Cajueiro (1956) produziu a obra "A Língua e o estilo de Carvalho Neto", onde descreveu sobre o conhecimento lingüístico de Carvalho Neto; Maria Thétis Nunes (1984), em sua obra **"**História da Educação em Sergipe", destacou a participação de Carvalho Neto na 1ª Conferência Interestadual do Ensino Primário, em outubro de 1922, evento em que, segundo a autora, foi levantada, "pela primeira vez, de forma global, a realidade da educação primária brasileira" (NUNES, 1984, p.245).

Manoel Cabral Machado (1998), em seu livro "Brava Gente Sergipana e Outros Bravos" delineou o perfil de Carvalho Neto como o "mestre do Direito" e como membro, sendo escritor, na Academia Sergipana de Letras. Paulo de Carvalho Neto (1989) publicou "Um Precursor do Direito Trabalhista", obra a qual nos permitiu iniciar nos caminhos que levaram Carvalho Neto a se transformar num intelectual do Direito e da Educação.

A História Oral também foi um caminho a nos guiar nessa pesquisa. Coletamos depoimentos da filha de Carvalho Neto, Celina Carvalho Leite, de suas netas Vetúria Leite Brito e Aurélia Leite Andrade, além do depoimento do intelectual e professor, o jurista Manoel Cabral Machado. As cartas escritas por Carvalho Neto, a seus filhos, constituíram-se em fontes importantes para este trabalho.

2 – O movimento dos *Annales,* os estudos biográficos e a História da Educação

O movimento dos *Annales*, em 1921, estudado por Burke, em 1992, resultou numa obra que consideramos uma espécie de biografia da História[19], pois é a partir daquele conjunto de ações provocado pelos franceses, historiadores, geógrafos, cientistas sociais e profissionais de outros campos, que passaram a entrar, no debate sobre a cientificidade da História, não apenas seu estatuto no lugar das chamadas Ciências Sociais, mas também sua autonomia no campo científico. Entendemos aqui esse conceito como um espaço social através do qual se estabelece uma luta entre grupos e agentes, pela hegemonia de pensamento e legitimidade de várias concepções em torno de uma "verdade" científica. Tal como sugere o sociólogo Pierre Bourdieu:

> No domínio do conhecimento, como nos outros, há competição entre grupos ou coletividades em torno do que Heidegger chamou de 'a interpretação pública da realidade'. De maneira mais ou menos consciente, os grupos em conflito querem triunfar sua interpretação do que as coisas foram, serão e são. [...] Eu mesmo tenho frequentemente lembrado se existe uma verdade, é que a verdade é um lugar de lutas. Essa afirmativa é particularmente válida para os universos sociais relativamente autônomos que chamo de campos, nos quais os profissionais da produção simbólica enfrentam-se em lutas que têm como alvo a imposição de princípios legítimos de visão e de divisão do mundo natural e do mundo social (BOURDIEU, 1996, p. 83).

Considerando que o sociólogo Bourdieu fala de um lugar determinado, ou seja, do ambiente científico da Sociologia – isto é, seu espaço de luta – tomamos de empréstimo seu conceito de campo para refletir sobre a luta que houve no debate oriundo do *Movimento dos Annales* para que a história passasse por uma revisão do ponto de vista epistemológico[20], provocando mudanças nas práticas do ofício do historiador; o que abriu perspectivas no olhar que este passou a ter a respeito do que se configuraria como objeto, fontes e método.

---

[19] Ver: BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia:** a Escola dos Annales (1929-1989). São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1992. Nesta obra Burke realiza a trajetória dos *Annales*, fazendo como que uma espécie de biografia da história francesa, desde a fundação da Revista, que foi uma estratégia de divulgação do pensamento dos historiadores, publicada por Lucien Febvre e Marc Bloch.

[20] "Estudo dos postulados, conclusões e métodos dos diferentes ramos do saber científico, ou das teorias e práticas em geral, avaliadas em sua validade cognitiva, ou descritas em suas trajetórias evolutivas, seus paradigmas estruturais ou suas relações com a sociedade e a história; teoria da ciência". Ver: **Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**. Instituto Antônio Houaiss, 2007. Cd-rom.

Um dos fundadores dos *Annales*, Marc Bloch (1886-1944), refletiu à luz de uma França em meio à Segunda Guerra Mundial, que a história teria o direito de reivindicar para si um lugar digno nos campos do conhecimento:

> [...] a história terá, portanto o direito de reivindicar seu lugar entre os conhecimentos verdadeiramente dignos de esforço apenas na medida em que, em lugar de uma simples enumeração, sem vínculos e quase sem limites, nos permitir uma classificação racional e uma progressiva inteligibilidade. Não se pode negar, no entanto, que uma ciência nos parecerá sempre ter algo incompleto se não nos ajudar, cedo ou tarde, a viver melhor. Em particular, como não experimentar com mais força esse sentimento em relação à história, ainda mais claramente predestinada, acredita-se, a trabalhar em benefício do homem na medida em que tem o próprio homem e seus atos como material? (BLOCH, 2001, p. 45)

Um dos pressupostos do movimento sobre a História protagonizada por Marc Bloch, Lucien Febvre e outros historiadores se configurou na reflexão sobre o estatuto da mesma como ciência, tendo como principal alvo de crítica o positivismo. Contudo, é preciso destacar que as concepções do testemunho histórico discutidas amplamente e de forma complexa pelos precursores dos *Annales* tinham o objetivo de combater o que batizaram de tradicional e de História federalista, mas mantiveram com esses modos antigos de *Clio* um diálogo permanente. A inauguração de uma história-problema, a crítica aos grandes eventos, à História factual e das grandes personalidades (biografias de grandes homens) ou à política, não se encerrou na abertura dos novos olhares.

Na atualidade da História Nova, Jacques Le Goff (2005), herdeiro dos *Annales*, reflete sobre todos esses prismas da Nova História, defendendo a renovação legítima, mas interpondo em seu discurso a palavra “retorno”, como o que chama a “volta” da política, a “volta” das biografias, e dá um esclarecimento sobre a relevância da cronologia para a História:

> Um mal-entendido particularmente surpreendente produziu-se no domínio da cronologia, onde a introdução de novas concepções de tempo e de duração em história levou, às vezes, a uma quase liquidação da cronologia, ao passo que esta continua sendo um conjunto de referências que sem dúvida deve ser enriquecido, flexibilizado, modernizado, mas que permanece fundamental para o próprio historiador, para os jovens e para o grande público. A volta da biografia parece provocar menos contestações. No entanto, o mercado do livro histórico está inundado de biografias, muitas das quais permanecem superficiais, anedóticas, por vezes anacrônicas. A biografia histórica nova, sem reduzir as grandes personagens a uma explicação sociológica, esclarece-as pelas estruturas e estuda-as através de suas funções e seus papéis. [...] é preciso construir uma história *do* político que seja uma história do *poder* sob

> todos os seus aspectos, nem todos políticos, uma história que inclua notadamente o simbólico e o imaginário (LE GOFF, 2005, p. 10-11).

Depreendemos das incursões de Le Goff (2005) que a História Nova combateu o que considerou o atravancamento da História, contudo, não prescindiu das referências históricas e da contribuição dos outros campos do conhecimento para construir a sua episteme e brigar pela alteridade ali conquistada. Podemos dizer que a História Nova abriu as portas para novos olhares, de fato, no momento em que o imaginário, o corpo, o simbólico, entre outros elementos foram formando o *corpus* da investigação do historiador, correspondendo ao que se convencionou chamar de "um novo olhar".

Uma outra originalidade da História Nova foi a crítica ao documento. Para Le Goff (2005), a História ampliou o seu campo de pesquisa e conceito de documento:

> A história nova ampliou o campo do documento histórico; ela substituiu a história de Langlois e Seignobos, fundada essencialmente nos textos, no documento escrito, por uma história baseada numa multiplicidade de documentos: escritos de todos os tipos, documentos figurados, produtos de escavações arqueológicas, documentos orais, etc. Uma estatística, uma curva de preços, uma fotografia, um filme, ou, para um passado mais distante, um pólen fóssil, uma ferramenta, um ex-voto são, para a história nova, documentos de primeira ordem. Entretanto, os métodos de crítica desses documentos novos calcaram-se mais ou menos nos métodos aperfeiçoados pela erudição dos séculos XVII, XVIII (LE GOFF, 2005, p. 36-37).

Na referência ao conceito de documento e fontes, Le Goff (2005) antecipa o reconhecimento da paternidade da História Nova, assinalando que a mesma "pode reivindicar alguns dos maiores nomes da história desde o século XVIII". Destacamos, neste estudo, algumas considerações que ele faz sobre as contribuições de Voltaire e Michelet:

> É Voltaire, escrevendo em suas "Novas considerações sobre a história" (1744): 'Talvez aconteça em breve, na maneira de escrever a história, o que já aconteceu na física. As novas descobertas levaram à proscrição dos antigos sistemas. Vai-se querer conhecer o gênero humano naquele detalhe interessante que constitui, hoje, a base da filosofia natural [...]. É bom que existam arquivos de tudo, para que se possa consultar, se necessário; e atualmente encaro todos os livros volumosos como dicionários. Contudo, depois de ter lido três ou quatro mil descrições de batalhas, e o teor de algumas centenas de tratados, percebi que, no fundo, quase não estava mais instruído. [...] História econômica, demográfica, história das técnicas e dos costumes, não apenas história política, militar, diplomática. História dos homens, de todos os homens, não unicamente dos reis e dos grandes (LE GOFF, 2005, p. 44 – 46).

Contudo, para o historiador Le Goff (2005), Michelet foi o "profeta da nova história", porque em seu discurso sobre os objetos estudados pelos historiadores, "ninguém penetrara no infinito detalhe dos diversos desenvolvimentos de sua atividade (religiosa, econômica, artística, etc.). Ninguém ainda a havia abarcado com o olhar na unidade viva dos elementos naturais e geográficos que a constituíram" (LE GOFF, 2005, p. 55-56).

É a partir dessa nova configuração da História, que já acontecia no século XVIII e eclodiu como uma força surpreendente no século XX, que localizamos os estudos biográficos e sua relação com a História e a História da Educação. Embora Le Goff, em seu testemunho sobre biografias não tenha se estendido, esboçou, entretanto, um alerta, quando disse que a personagem tem que ser estudada através de "seus papéis e de suas funções" (LE GOFF, 2005, p. 10-11).

A História da Educação no Brasil tem realizado reflexões acerca de seu estatuto e sua aproximação com a Nova História, a partir de indagações sobre os objetos nos quais ela se debruça. Se for História, de qual história se fala? Se seu objeto é a educação, a que educar se refere? À escola? Dos jovens? Das crianças? Dos adultos? À das maneiras de ensinar? Com que ensina? Onde ensina? Quando ensina? Vejamos, pois, que são muitas as perguntas a nos fazer refletir acerca do que se ocupa o investigador da educação, isto é, aquele que se curva aos arquivos, à memória, aos costumes e aos hábitos de uma geração, de um grupo ou de uma pessoa. Aí o historiador se depara com a singularidade humana e com a sua formação no contexto de uma época, com a sua configuração como ser social, como agente de um processo civilizador e ordenador dos passos do ser humano.

Eliane Marta Teixeira Lopes e Ana Maria de Oliveira Galvão (2001) debateram essas perguntas levantadas em uma obra[21] que consideramos elucidativa para encararmos a educação como um objeto da História e para inserirmos os estudos da História da Educação numa perspectiva dos novos olhares, novas fontes e novos objetos, à maneira da História Nova.

Todavia, é pertinente destacar que as mudanças históricas nas civilizações não se realizam de maneira instantânea e, por isso, devemos compreender a constituição do campo da História da Educação como uma Disciplina, que ao longo de muitas experiências e estudos, transformou-se num significativo campo de pesquisa. Vários elementos da cultura escolar[22]

[21] Ver: LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira Galvão. **História da Educação.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

[22] Entendemos cultura escolar à luz da referência de Dominique Julia (2001), que explica o conceito da seguinte maneira: "[...] poder-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a

são investigados pelos historiadores da educação; um campo que vem há mais de duas décadas se constituindo num importante espaço social para a pesquisa em História da Educação[23].

No Estado de Sergipe, vale destacar o texto de Jorge Carvalho do Nascimento (2003), que analisa a trajetória da historiografia sergipana na História da Educação, tomando como recorte temporal o período 1916-2002. Nascimento faz, como ele mesmo atesta, um balanço o qual "é possível perceber que até o início da década de 1990 os estudos em História da Educação em Sergipe foram feitos como iniciativa individual dos pesquisadores, com especial destaque à contribuição da historiadora Maria Thétis Nunes" (NASCIMENTO, 2003, p.17). Este livro, resultado dos esforços e da produção do Grupo História da Educação: Intelectuais da Educação, Instituições Educacionais e Práticas Escolares, vem "se constituindo num núcleo da pesquisa historiográfica educacional do Mestrado em Educação da UFS" (NASCIMENTO, 2003).

Os pesquisadores em Sergipe, ao passo de outros Estados, têm demonstrado um interesse em levantar os perfis biográficos de vários intelectuais, professores e professoras a partir desse prisma. Num trabalho produzido para o II Congresso Internacional de Pesquisa (Auto) Biográfica – II CIPA, Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas (2006) apresentou um balanço das tendências de estudos biográficos realizados, localizando alguns trabalhos feitos até a primeira metade do século XX e as produções mais recentes, entre 2000-2005, do Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe:

> Neste sentido, a análise da produção no período de 2000-2005, do Núcleo de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Sergipe, permite a compreensão dos pressupostos teórico-metodológicos assumidos pelos estudos recentes, no campo dos estudos biográficos. A renovação dessa produção mais recente traz a marca dos teóricos da História Cultural, bem como aportes da Antropologia, Sociologia, Literatura e Psicologia. Além da formação e atuação dos personagens investigados, a maior parte dos estudos têm se preocupado em desvendar os processos de produção da memória e do esquecimento em torno dos intelectuais da educação e dos professores e professoras. Manuseando vestígios como: documentos institucionais, discursos, registros, na imprensa, diários, cadernetas, depoimentos, cartas, textos literários, memórias, entre outros; as investigações mais recentes têm

---

incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas e finalidades que podem virar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de sociologização)". Ver: JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. In: **Revista Brasileira de História da Educação.** nº1. jan/jun, Campinas/SP: Autores Associados, 2001. p.9-43.

[23] Ver as seguintes obras sobre esse tema: VIDAL, Diana Gonçalves e FARIA FILHO, Luciano Mendes. **As lentes da história:** estudos de história e historiografia da educação no Brasil. Campinas/SP: Autores Associados, 2005. BONTEMPI Júnior, Bruno. **História da educação brasileira:** o terreno do consenso. São Paulo: PUC, 2005. (Dissertação – Mestrado em Educação).

> permitido uma renovação no campo da História da Educação em Sergipe (FREITAS, 2006, p. 145).

Pode-se deduzir a partir da historiografia educacional que os estudos biográficos estão ficando mais consistentes na procura do método operado. A identificação com a teoria, isto é, "conhecimento sistemático, fundamentado em observações empíricas e/ou postulados racionais, voltado para a formulação de leis e categorias gerais que permitam a ordenação, a classificação minuciosa e, eventualmente, a transformação dos fatos e das realidades da natureza"[24]. Este assunto é sistematicamente discutido por outros historiadores, como Marta Maria Chagas de Carvalho e Clarice Nunes (1993)[25].

É preciso fundamentar a clareza do método ao qual nos estamos filiando para adentrar aos arquivos de nossas personagens, figuras humanas dotadas de complexidade inerente ao ser social que traz em si as representações de seu tempo e, por isso, não podem ser "vasculhadas" e interpretadas à luz do tempo de seu biógrafo. Tais tarefas não são fáceis de serem disciplinadas pelo produtor desse tipo de pesquisa e, dessa forma, não podemos nos esquecer de prestar bem atenção nas várias definições que circundam o trabalho investigativo da vida ou trajetória de uma pessoa. Para isso, trazemos Vavy Pacheco Borges (2001), que nos orienta tanto nas questões teórico-metodológica do trabalho do pesquisador, como nas questões práticas da pesquisa:

> Ao se ler sobre a biografia, percebe-se de imediato quantas áreas importantes da história se cruzam ou mesmo com ela se confundem, quantos temas nela estão contidos ou próximos: as micro-histórias/os estudos de caso; as autobiografias; a prosopografia ou biografia coletiva de um grupo; a história oral/as histórias de vida; os dicionários biográficos; a discussão sobre memória, sobre geração/gênero/família. [...] Ficou claro para mim, após algumas leituras, que não há métodos canônicos para se escrever a história de uma vida, ou falando comumente, para se produzir uma biografia. Os problemas que se colocam, ao se propor escrever a história de um personagem - chame-se isso de biografia, estudo de caso, microhistória ou trajetória, itinerário, percurso – em nada são diferentes do que se enfrenta em qualquer trabalho de pesquisa histórica. São os mesmos, mas, ao que parece, olhados através de uma lente de aumento: embora eu os coloque separadamente para uma discussão mais didática, encontram-se bastante imbricados (BORGES, 2001, p. 5).

[24] Ver: Dicionário eletrônico Houaiss, da Língua Portuguesa. Instituto Antônio Houaiss, 2007. Cd-rom.

[25] Ver: CARVALHO, Marta Maria Chagas de; NUNES, Clarice Nunes. Historiografia da educação e fontes. In: **CADERNOS ANPED (**Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação). Porto Alegre, ANPED n.5, set, 1993. p.7 -65.

Vavy Pacheco Borges (2001) discute essas incursões numa vasta exposição, trazendo aspectos importantes da própria trajetória da biografia, e apresenta uma bibliografia considerável sobre o tema, desde trabalhos de brasileiros a franceses e ingleses. Nesse estudo, a autora chama a atenção para o termo "retorno" da biografia, o que, para ela, não se trata de um verdadeiro retorno:

> O que é por vezes apresentado como um "retorno" da biografia, não é verdadeiramente um retorno. Narrações de vida lineares e factuais existem há tempos e creio que sempre (palavrinha terrível para se usar em história) existirão, muitas delas com o escopo difícil de cobrir a história de uma vida "do berço ao túmulo", tentando inutilmente abarcar toda a riqueza incomensurável de uma vida. Na verdade, a idéia de falar em retorno me parece algo bastante francês (BORGES, 2001, p. 3).

Esse "retorno" talvez se refira ao que Georges Duby[26], citado por Vavy Pacheco chamou de "zona de sonolência", quando se reportou a temas esquecidos pela historiografia francesa, inclusive a biografia. Ela destaca, no texto apresentado, que Jacques Le Goff, numa obra feita junto com Roger Chartier e Jacques Revel, publicada em 1978, não produziu um item sobre biografia. O texto a que Borges (2001) se refere é "*La Nouvelle Historie"* (1978). No Brasil, a obra se intitula "A História Nova" e foi traduzida por Eduardo Brandão. Jacques Le Goff, Roger Chartier e Jacques Revel[27] (2005) não falam sobre o gênero biográfico, mas as concepções que eles discutiram sobre a trajetória da História Nova e História Cultural nos levam a compreender que, na História, o indivíduo passa a ter um lugar mais perceptível. Já nas décadas seguintes, o próprio Le Goff deu atenção, sobremaneira, relevante à biografia, e afirmou, em 1999, que "a biografia é o ápice do trabalho do historiador"[28].

O que, na verdade, interessa examinar são os problemas por que passa o pesquisador na hora de investigar o seu, ou a sua personagem. Neste sentido, é preciso se indagar sobre o conceito de "verdade" em História, já esboçado aqui, anteriormente. Sobre qual verdade se fala? E como podemos apanhar do passado referências para dele fazer uma representação? Quanto à explicação do conceito, recorremos mais uma vez a Chartier (2002), entendendo *representação* como uma ação que torna presente o que se mantém ausente, o qual é reconhecido no espaço e no tempo através do signo que se apresenta, este signo que dispõe o valor dos agentes sociais nos campos (no caso aqui em questão, no campo educacional). Dito

[26] Ver DUBY, Georges. **Idade Média, Idade dos Homens.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
[27] LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005 (apud BORGES, 2001, nota 20)
[28] Ver: BORGES, Vavy Pacheco**. "**O historiador e seu personagem: algumas reflexões em torno da biografia". **Revista Horizontes**. Bragança Paulista: SP, v.19, p. 01-10, jan/dez, 2001.

de outra forma, as representações tornam possíveis aproximações com o passado, fazendo-nos conhecê-lo, mas podemos nos manter vigilantes para não falar no lugar do outro; é necessário dar voz à memória, aos vestígios deixados, às cartas, aos bilhetes, aos discursos, aos registros de nossos personagens. Podemos sim, interpretar as fontes, dialogar com elas, buscar o esteio teórico para alcançar o escopo pretendido sem, todavia, esquecer que:

> O problema da "verdade" em história se alterou quando passamos – muitos de nós historiadores – a aceitar que todo trabalho de história é uma representação. Não se chega "ao passado" mas se constroem representações do passado. Toda história é uma construção e os problemas de descobrir "uma" ou "a verdade" surgem até para leigos que percebem que, para um fato, cabe mais de uma versão. No caso da biografia, acrescenta-se ainda a incapacidade de se "dominar a singularidade irredutível de uma vida", como destacam muitos estudiosos. Hoje em dia, a boa biografia não tem mais a absurda pretensão de esgotar o absoluto do "eu" – o que não conseguimos fazer nem para nós mesmos em toda a experiência de vida, ajudados ou não pela psicanálise. Ao escrever a história de uma vida, nos perguntamos se essa tem um sentido; esse sentido seria (ou será) aquele que nós, conscientemente, ou não, atribuirmos ao nosso personagem. Devemos ainda estar atentos para não fazer de nosso personagem uma "revelação da essência da humanidade" (BORGES, 2001, p. 5- 6).

A biografia se constitui, atualmente, num objeto instigante que vem crescendo no interesse dos estudiosos da História da Educação. Vavy Pacheco Borges (2006) faz um estudo instigante sobre a pesquisa biográfica e no entrelaçamento desta com as fontes, numa reflexão bastante atual sobre o historiador e as fontes.

Há na trajetória da pesquisadora citada, um olhar acurado e minucioso sobre percurso da biografia no Ocidente, como já foi exposto, para que se fizesse a inserção da pesquisa biográfica na História. O conceito de biografia está imbricado ao uso das fontes e dos procedimentos metodológicos ao alcance de uma "objetividade", estreita ao calcanhar da "cientificidade", pois as mudanças ocorridas no campo da História no século XX, têm nas fontes uma forte discussão, haja vista, a importância dos vestígios para que o historiador siga as pistas de seu objeto estudado. Além disso, na revoada de idéias que marcam continuidades e descontinuidades da História no século XX, outra noção foi alvo de críticas e mudanças: o documento, como já foi esboçado. Jacques Le Goff (2003) aponta a "revolução" desse conceito:

> [...] O documento não é inócuo, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmistificando-lhe o significado aparente (LE GOFF, 2003, p. 538).

Pensamos estar a biografia ou a (auto)biografia muito situadas nesta discussão, uma vez que a noção de fontes é investigada sob os desígnios que buscam o alargamento do olhar histórico; nas condições, afinal, em que se produziram tais olhares e, sobretudo, na conquista de seu estabelecimento epistemológico. É sobre isso que nos esclarece Marie-Christine Josso (2006) no prefácio da obra "Tempos, narrativas e ficções: a invenção de si":

> [...] As abordagens biográficas – e seus múltiplos territórios são metodologias de pesquisa e de formação que fazem, progressivamente, aparecer um conjunto de paradigmas que os caracterizam do ponto-de-vista epistemológico (sistêmico, experencial, hermenêutica, da complexidade, do singular plural, ao mesmo tempo em que assinala suas extensões (territoriais) na superfície e em profundidade. O II CIPA revela, desse ponto-de-vista, uma grande e serena maturidade e as contribuições desse primeiro volume o confirmam (JOSSO, 2006, p.23).

Compreendemos, pois, que a biografia se perfila num desafio em formação, cujo processo de maturidade se espelha no desenvolvimento da pesquisa histórica, no momento em que procura estabelecer um sentido "objetivo" no seu fazer, dando a ele as razões de credibilidade. Elizeu Clementino de Souza (2006) traz, digamos, uma concentração do espírito da biografia e/ou abordagem biográfica.

> Tomo de Pineau (1999) a diferenciação terminológica apresentada no seu texto *Experiências de Aprendizagem e Histórias de Vida*, por entender que o quadro apresentado pelo autor marca uma análise de diferentes trabalhos desenvolvidos desde o final da década dos anos 80 com a abordagem biográfica, através da entrada na história de vida ao cruzar-se com o tempo, a memória, as lembranças, frente à diversidade da abordagem e aos tipos de vida abordados. A diferenciação apresentada pelo autor, a partir do exame realizado sobre as produções na área, evidencia quatro categorias: *a biografia, a autobiografia, os relatos orais e as histórias de vida* (SOUZA, 2006, p. 139).

Sob o prisma do método, verificamos uma discussão calorosa e estimulante, no momento em que esse tipo de narrativa histórica – a abordagem biográfica e a autobiografia – contextualizam-se num período em que as ciências propõem novos rumos para estabelecer paradigmas que qualifiquem as escolhas da escrita atual, numa compreensão localizada num mar de histórias sobre o ofício do profissional que carrega em sua formação o peso das "verdades" e a responsabilidade de provar os fatos. Em realidade, acreditamos que se trata de perseguição historicamente comprovada sobre a legitimidade da cientificidade histórica.

A História da Educação segue esses passos e recompõe o seu itinerário, captando mudanças que venham alargar a sua compreensão de mundo; contudo, deve-se observar bem como se chegou até ali. Contextualizar a trajetória da biografia se faz necessário para o ofício do historiador da educação, para que não caia no deslize de que se está apresentando um modelo capaz de responder sozinho ao que se quer elucidar. E, na complexidade que envolve a pesquisa biográfica, é preciso ficar alerta e entender que escrever a vida de outrem tem seus riscos e que "a maior objetividade possível é garantida pela prática estrita e séria do ofício do historiador, com sua pesquisa de provas documentais e, sobretudo, pelo questionamento e pela contraposição da própria documentação" (BORGES, 2006, p. 218). Mas como conseguir tal proeza?

No impulso de "escarafunchar a vida do outro" é necessário estabelecer regras na pesquisa. Para Vavy Pacheco Borges (2006), a pesquisa biografia pressupõe escolhas como as de qualquer pesquisa. Uma das suas preocupações recai sobre as fontes. Como conhecer o outro? Através dos documentos "da escrita de si" (BORGES, 2006, p.214). Ela elenca algumas fontes, como "a memória ou a tradição oral familiar; as memórias, autobiografias, ego-história, correspondências (ativa e passiva), diários; entrevistas na mídia (orais, escritas ou em filmes, vídeos); fotos, objetos pessoais, a biblioteca" (BORGES, 2006, p.214) que podem ser denominados de "objetos de cultura material", objetos de escrita ordinária – livros de assentos, cadernetas e outros escritos.

Como separar o que possa ser pertinente para o historiador? Como selecionar essas fontes? Do nosso ponto de vista, isto está relacionado ao "tipo" de biografia que queremos construir.

Cremos ser importante ressaltar que os procedimentos do pesquisador se referem a alguns caminhos já discutidos pelos estudiosos presentes neste texto: Sobre quem falamos e por quê? O que vamos escrever? Como vamos selecionar as fontes para a narração? Como vamos contextualizar o personagem? Como trabalhar o contínuo e o descontínuo, para não apresentar uma vida com uma normalidade que não existe? De que maneira faremos as

representações sociais da personagem? Como iremos interpretá-la? Vavy conclui uma proposta relevante em relação a essas etapas:

> Não prescrevi uma receita para se escrever uma biografia; mas apresentei pontos de reflexão para se fazer esse trabalho de forma a torná-lo verdadeiramente um trabalho de História e, ao mesmo tempo, atraente para os leitores. Da mesma forma não sugiro uma outra receita, mas pontos pelos quais se pode avaliar a construção de uma biografia (BORGES, 2006, p.227)

A biografia não se postula como uma área de consenso no campo acadêmico. Sua trajetória se assemelha às controvérsias do que seja ciência ou não. Neste sentido, os conflitos que cercam esse gênero de estudo na História da Educação fazem parte de um crescimento latente que se legitima também na busca da compreensão do que seja novo na História, ou seja, na História Nova. É desse lugar do conhecimento que abordamos nesse texto a abordagem biográfica.

Não seria prudente perscrutar a vida de uma personagem sem colocá-la diante das vicissitudes da História, na medida em que não se pode prescindir das discussões que explicam e nos dão uma direção possível de se perceber e avaliar os caminhos percorridos na feitura de um trabalho de pesquisa, isto é, conhecer as regras do método historiográfico em seus diferentes tempos e espaços e ter, sobretudo, a clareza de que o tempo é um fator precioso para um pesquisador predisposto a realizar qualquer estudo.

A preocupação com as considerações epistemológicas é um assunto considerado de natureza imprescindível para o amadurecimento teórico e metodológico do ofício da pesquisa histórica, uma vez que estabelecemos entre a abordagem biográfica e a História uma afinidade no campo do conhecimento. Os passos a dar no intento de se construir o exercício efetivo de uma pesquisa biográfica, a partir de qualquer denominação que se escolha para ela, não é uma tarefa fácil pelo próprio conflito em vista da problemática do estabelecimento desse campo na História e na História da Educação.

Tais dificuldades são analisadas no conjunto de reflexões realizadas por historiadores e outros profissionais, como sociólogos, na tentativa de defender ou refutar a biografia como um estudo de análise, como podemos ver através das escolhas do sociólogo Bourdieu (2006) no livro “Esboço de auto-análise”. Embora ele inicie o livro fazendo a afirmação categórica “isto não é uma autobiografia” e explicando que é uma “auto-análise” de sua trajetória (na Escola Normalista), no campo intelectual e da conformação da mesma no ensino francês, arriscamos dizer que os elementos da “escrita de si” são muito fortes, quando Bourdieu

comenta acerca de sua relação com a Filosofia, Etnologia e Sociologia, a partir daquilo que recusou nesses campos do conhecimento.

Mas, para construir sua "auto-análise", com método creditável na ciência, ele lança mão de elementos constitutivos de um sério trabalho autobiográfico, como memória, história oral, trajetória de sua vida e imbricação com outras vidas. Ficamos, portanto, inclinados a pensar na fala de seu tradutor no Brasil, que testemunha sobre sua escrita dizendo que "essa narrativa autobiográfica é prova contundente do argumento sustentado n'*As regras da arte(1992),* segundo as quais a ficção e a Sociologia são intercambiáveis, pelo fato de possuírem o mundo social como referente" (MICELI, Introdução. In: BOURDIEU, 2005, p. 18).

Essa discussão não está finalizada e/ou esgotada neste texto, pois seu conteúdo revela a busca pela compreensão sobre um estilo de pesquisa ao qual aderimos na História da Educação e sobre o qual estamos nos debruçamos há algum tempo: a abordagem biográfica.

No interesse de centrá-la na pesquisa histórica, importa-nos aprender o seu ofício e seu diálogo com as outras Ciências Humanas, isto é, seu empreendimento ao lado de uma busca antiga pela interdisciplinaridade, mas que preserva também os anseios da singularidade para legitimação e reconhecimento da autonomia no campo.

Saber, portanto, a importância dos passos da pesquisa em História, na qual educação é um objeto e, no seu interior, a abordagem biográfica é um método, obrigatoriamente, leva-nos a procurar aprender os "ossos do ofício" enveredando, pois, pela compreensão da heurística, da crítica, da interpretação e finalmente, pela narrativa; recursos indeléveis das práticas do historiador.

Assim, após as reflexões apresentadas ensejamos convidar o leitor a nos acompanhar no desenvolvimento da pesquisa realizada e no processo de socialização da mesma.

No primeiro capítulo desta Dissertação, analisamos trechos da vida de Carvalho Neto. Embora não tivéssemos o objetivo de abranger sua história, iniciando-a do nascimento até a morte, procuramos empreender uma linha que permitisse ao leitor ter uma visão lógica sobre a trajetória de Carvalho Neto. Neste capítulo, procuramos apresentar um panorama da vida daquele intelectual sergipano, aproximando do relato fatos que instigassem o leitor a fazer uma viagem no tempo e tivesse a curiosidade de saber mais detalhes sobre a vida de Carvalho Neto através destas pistas aqui registradas e investigadas. A origem familiar, ligada a uma família colonizadora, algumas lembranças através da memória dele próprio e a formação do intelectual foram os objetivos primeiros deste Capítulo.

No segundo capítulo, a Direção Geral de Instrução Pública foi o *locus* da pesquisa, pois, nessa Instituição, Carvalho Neto deu sua colaboração como Diretor Geral, foi professor da Escola Normal e Presidente do Conselho Superior de Instrução Pública do Estado. Definiu, juntamente com os conselheiros desse órgão público, a escolha de livros didáticos para o ensino sergipano de acordo com as referências empreendidas por São Paulo. Salientamos, portanto, que São Paulo foi um Estado que, de certa forma, "exportou" sua linha de trabalho no campo educacional. Os anos de 1920 foram um período de preparação para uma difusão intensificada dos métodos de educação modernos. As primeiras décadas do século XX conformaram-se numa época profícua nas discussões e tentativas de soluções encontradas para irradiar em Sergipe os ideais da educação republicana. Levantamos, portanto, a hipótese de que o Governo do Coronel Pereira Lobo (1918-1922) alicerçou as bases para as soluções de grande repercussão dadas a ver no Governo de Graccho Cardoso[29] (1923-1926), como o processo de ampliação da instalação de Grupos Escolares em Sergipe e uma das marcas de sua gestão, que foi a monumentalidade arquitetônica dos novos prédios escolares.

No terceiro capítulo, a Inspeção Escolar foi o nosso foco. Como marca de sua administração na Direção Geral de Instrução Pública, Carvalho Neto priorizou o serviço de inspeção escolar. A Inspeção, que quase sempre se constitui num lugar esquecido, foi aqui registrada a fim de que possamos trazer as figuras dos Inspetores de Ensino como intelectuais que tiveram importância no contexto da Direção Geral de Instrução. A partir dos Relatórios de Professoras e Professores, ofícios e Termos de Visita podemos elaborar representações da cultura material, cultura escolar, conhecer as práticas escolares, a distinção entre as escolas do interior do Estado e da Capital.

No quarto capítulo, o Projeto sobre os anormais permitiu que desenvolvêssemos as bases da defesa feita em 1921. Tal projeto, como já foi afirmado, trouxe a possível concepção de que Carvalho Neto foi pioneiro em se tratando, especificamente, do problema do atraso mental da infância brasileira. A defesa do Projeto revelou dados com riqueza de detalhes sobre vários países do mundo, como Alemanha, Bélgica, França, Inglaterra, Itália, Japão,

[29] Maurício Graccho Cardoso nasceu em Estância/SE, a 9 de agosto de 1874, e morreu no Rio de Janeiro, a 3 de maio de 1950. Era filho do Professor Brício Cardoso. Governou o Estado de Sergipe de 1922 a 1926 e foi considerado um governante importante para o Estado de Sergipe. Conf. BARRETO, Luiz Antônio. **Personalidades sergipanas.** Aracaju/SE: Gráfica Editora J. Andrade, 2007.

Estados Unidos e Brasil. O interesse de Carvalho Neto, ao advogar sobre o tema no Congresso Nacional, foi o de vê-lo transformado em Lei. Teria sido, portanto, a primeira medida no Brasil em se tratando da Educação dos Anormais; no entanto, o Projeto chegou a ir para a Comissão de Finanças e não foi dado prosseguimento na sua tramitação.

A tendência da abordagem dada por Carvalho Neto assumiu uma posição da diferença de tratamento que os *anormaes* necessitavam. Para ele, haveria que se depurar o problema do atraso mental separando as crianças, pois, o atraso mental não permitia aos acometidos daquele mal acompanhar a aprendizagem de acordo com os denominados *normaes*. Tal tendência da separação das crianças, bem como a classificação posta no período estabeleciam um diálogo com os enunciados dos discursos médicos e jurídicos da época, que associavam o processo de delinqüência social ao atraso mental. Era dessa forma que Carvalho Neto pensava. Contudo, o que destacamos em seu Projeto foi a iniciativa de relevar o assunto no Congresso Nacional, o que estimulou a tentativa de transformação em lei, além de trazer a público a participação que teve em assuntos educacionais como Deputado Federal.

Na perspectiva aqui esboçada esperamos colocar o leitor frente à trajetória de Carvalho Neto numa maneira a suscitar interesse pela leitura desse trabalho. A intenção recai no nosso desejo de que a vida desse intelectual esteja relacionada com a de outros pensadores sergipanos que marcaram a História da Educação em Sergipe.

Figura 5. Composição artística com elementos relacionados ao objeto da pesquisa. Ao fundo, representação feminina da Justiça. Acima à direita, imagem de Santo Antônio, de quem Carvalho Neto era devoto. Ao centro, foto de Carvalho Neto, ladeada por seis exemplares de suas publicações. Abaixo, à esquerda, Título de Honorário concedido a Carvalho Neto pela Loja Maçônica Capitular Cotinguiba. Arte e diagramação: Léo A. Mittaraquis. Fonte - Acervos: diversos.

CAPÍTULO I

HISTÓRIA, MEMÓRIA, TRAJETÓRIA E PODER

> *Antônio era meu avô, na linha materna; por Antônio me chamo; um dos meus filhos é Antônio; e já um neto vem à luz como Antônio.*
> *Carvalho Neto. Diário de Sergipe de 28-3-1946*

Para escrever sobre alguém é preciso, como disse Vavy Pacheco Borges (2006), fazer um "mergulho na alma" do personagem. E ela indaga: Como? E responde que isso só será possível através da memória, de escritos autobiográficos, das entrevistas na imprensa, dos objetos pessoais e outros registros que nos permitem chegar ao âmago do ser e "mergulhar", sem deixar resvalar aquilo que mais importante seja para recompor as peças indicadoras dos caminhos por que passou aquele (a) ou aqueles (as) de quem falamos.

Quando coletamos as fontes, procuramos vasculhar mesmo a vida de nosso personagem. Tentamos entrar em todos os lugares possíveis que nos soam como lugares de memória, como as instituições públicas ou privadas que possam nos dar pistas sobre filiação, infância, aventuras de adolescente, formação escolar, profissão, amigos, grupos políticos, enfim, sobre qualquer indício ou vestígio possível de nos levantar dados sobre a trajetória do indivíduo. Não foi diferente com Carvalho Neto.

Valemo-nos de alguns recursos encontrados, como impressos (livros, crônicas, textos biográficos, autobiográficos, discursos de homenagens, celebrações, relatórios), depoimentos de parentes (filha, netas, amigos, escritores, juristas e cientistas políticos) e lugares de memória, como as instituições freqüentadas por ele e/ou guardiãs de fontes históricas, como APES - Arquivo Público Estadual de Sergipe, IHGS - Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Academia Sergipana de Letras, OAB - Ordem dos Advogados do Brasil - Secção Sergipe e a Loja Maçônica Capitular Cotinguiba.

Neste capítulo, lançamos mão de alguns discursos feitos por ele no parlamento nacional, livros sobre política sergipana, história de Simão Dias, biografia e escritos dele em jornal sergipano. O objetivo, nesse momento, é apresentar Carvalho Neto, sua origem familiar, registrando sua pertença social, formação acadêmica e inserção no campo educacional, político sergipano e brasileiro, suas preferências literárias, enfim, um esboço de seu perfil biográfico, dentro daquilo a que nos propusemos. Por isso, ampliamos aqui o

recorte temporal de análise para abordarmos a origem familiar e outros aspectos da trajetória de Carvalho Neto.

Carvalho Neto nasceu a 14 de fevereiro de 1889 na cidade de Simão Dias, na Região Centro-Sul do Estado de Sergipe, filho de Dona Josephina Freire de Carvalho e Dr. Joviniano Joaquim de Carvalho, médico nascido na Bahia, como foi dito anteriormente.

Sua família pertenceu a uma linhagem importante de grupos sociais que emigraram de Portugal, no século XVIII e fixaram morada em Sergipe. Podemos dizer que fizeram parte da colonização sergipana, constituindo-se em donos de engenho, através de doações de terra. Sua trajetória está envolta ao que seu filho e escritor, Paulo de Carvalho Neto (1960), batizou de "Feudos, brasões, escudos e escravos", ao produzir uma biografia sobre o pai.

Figuraram na história da colonização sergipana, o tetravô de Cravalho Neto, Manoel de Carvalho Carrigosa, e D. Anna Francisca de Menezes, com quem seu tetravô era casado. Manoel de Carvalho Carrigosa chegou à capitania de Sergipe, vindo de Portugal, juntamente com outro Português, Antônio de Mattos Freire, em meados do século XVIII. Manoel teve quatro filhos (três homens e uma mulher); já Antônio duas mulheres e um homem. Geraldo José de Carvalho, filho de Manoel casou-se com a filha de Antônio, Joaquina de Mattos Freire, que deram o início da genealogia da família de Carvalho Neto em Sergipe[30].

A história da família esteve envolvida na saga da colonização simãodiense. Consta da história que Simão Dias, antiga Annapolis[31], foi assim batizada pela presença de quatro homens que habitaram aquela região, entre o século XVI e XIX. As opiniões se dividem. O escritor Padre Dr. João de Mattos Freire de Carvalho (1915) manifestou, em conferência histórica, uma defesa ao nome Annapolis, contra a mudança para Simão Dias, em virtude de esse último nome ter sido originado pela doação de uma Capella[32], em 1784, por Anna Francisca de Menezes e seu marido, o capitão Manuel de Carvalho Carrigosa, que residiam no termo de Lagarto.

Padre João de Mattos demonstrou, em sua obra, uma paixão intensa pela preferência ao nome de Annapolis, mas ao mesmo tempo, elaborou uma pesquisa que nos permite visualizar aspectos fundamentais para o conhecimento da história local, pois a tese é

[30] Essa genealogia foi composta por Paulo de Carvalho Neto, filho de Carvalho Neto, que escreveu uma biografia sobre o pai, e se constitui numa importante fonte para estudos sobre o biografado, política em Sergipe, governos brasileiros, educação e outros assuntos para a pesquisa histórica. CARVALHO NETO, Paulo de. **Um precursor do Direito Trabalhista**. 2. ed., São Paulo: Carthago, 1989.

[31] Observamos que, no que concerne às transcrições de textos da imprensa, discursos, trechos de livro e relatórios pertencentes à época pesquisada, mantivemos as normas gramaticais e ortográficas então utilizadas.

[32] Ver: CARVALHO, João de Mattos Freire de Carvalho. **Annapolis:** Conferência histórica. Aracaju, 1915.

composta por uma farta massa documental sobre o sistema de doação e sesmarias em Sergipe na época da colonização brasileira. Na exposição de motivos pelo nome Annapolis, ele frisa:

> Bonançosos ventos já nos vão retirando das águas turvas do espúrio *Simão Dias*, e nos conduzindo ao porto seguro e sereno de Annapolis. É tempo de penetrarmos no sanctuario dessa Santa Imagem, e ahi lermos em lettras de ouro a legitimidade de sua origem gloriosa, desapparecendo então como ingênua phantasia a "invocação de *San'Anna* na capella de 1655". Aquela ultra-insuspeita *Petição* sob n. 4 garante-nos que "a *Padroeira e a freguesia* receberam o *nome de Sat' Anna* que é o mesmo da doadora do Patrimônio para a Capella – Anna Francisca de Meneses". Sim, pois **Sant' Anna** é o nome substantivo, o nome próprio, o nome de baptismo da *Capella*, da *Padroeira* e da *Freguesia*; nome official dado pela lei civil (CARVALHO, João de Mattos Freire, 1915, p.25).

É bem verdade que a defesa do Padre João de Mattos supõe uma proteção também familiar. Ele era dessa linhagem e era tio avô de Carvalho Neto. Sua intenção está, ao mesmo tempo em que escreve a história do lugar, em somar a isso a preservação e a memória da família, conforme essas assertivas:

> Foram detalhadamente previstos e determinados pela generosidade dos doadores, que providenciaram e ordenaram a sabia administração das terras e gados, por "seus descendentes em linha recta, e serão sempre obrigados todos os administradores a perfazer as trinta vaccas e as producções dellas e da terra para despezas, e o mais que for preciso a abranger o rendimento". Deste modo por uma continuidade sem solução, desde a creação da Capella até hoje, e "para todo o sempre", se tem perpetuado a obra da immortal ANNA Francisca de Menezes. No caráter de trineto da fundadora e de sacerdote, restabeleci, tempos atraz, este Patrimônio de terras e sua administração, entregando tudo integralmente regularisado a Auctoridade Ecclesiastica. Das vaccas porém nem notícia (CARVALHO, João de Mattos Freire, 1915, p.32).

Entretanto, há divergências quanto aos vaqueiros e/ou desbravadores de terras chamados Simão Dias. Carvalho Deda (1967), tentou esclarecer essa questão, quando a abordou em seu livro, "Simão Dias: Fragmentos de sua história", as querelas em relação a donatários e sesmeiros.

> Advieram destas três sesmarias algumas divergências e dificuldades para distinguir-se o homem que, efetivamente, deu origem à denominação da cidade de Simão Dias. Segundo o historiador Carvalho Lima Júnior, o Simão Dias, donatário da primeira sesmaria, acha-se fora de cogitação, pois que aparece em 1599, como cessionário, por carta de 16 de agosto, de meia légua de terras em quadro, as quais, face a sua situação, nas cabeceiras daquelas oferecidas a Manoel Amoré e Gaspar de Souza, localizam-se no Cahipe, no

> rio Santa Maria. Impressionado, porém, com a localização da terceira sesmaria nas vizinhanças de São Cristóvão, no rio Vaza-Barris, ou **"sertão do Vaza-Barris"**, conclui por aceitar, como fora de dúvida, ter sido Simão Dias Fontes o que deu o nome à cidade (CARVALHO DEDA, 1967, p.23)

Para Carvalho Deda, contudo, os argumentos do historiador Lima Júnior foram frágeis como outros, o que ocasionou a contestação do Padre Dr. João de Mattos Freire de Carvalho. No entanto, apesar de reconhecer o significado do casal Manoel de Carvalho Carrigosa e D. Anna Francisca de Menezes como "fundadores da Capela e os responsáveis pela colonização e desenvolvimento de Simão Dias", discordou do Padre João de Mattos, "quando subestima o que nos legou o vaqueiro Simão Dias" e arrematou:

> Reconhecemos, sem dúvida, no casal Manoel de Carvalho Carrigosa e Ana Francisca de Menezes os fundadores da Capela e os responsáveis pela colonização e desenvolvimento de Simão Dias, mas discordamos do Padre João de Mattos quando subestima o que nos legou o vaqueiro Simão Dias. A humilde vendola que se tornou tapera fôra a pousada segura e tranqüila para os viajantes longínquos. Era, pois, ali, onde os viageiros estropiados encontravam a franca hospitalidade, a bondade espontânea do vaqueiro modesto e generoso. Simão Dias morreu na obscuridade, sem descendentes; não se sabe quando, como e onde. Mas a nossa história, com justiça, guardou e guardará seu nome (CARVALHO DEDA, 1967, p.30).

Manoel Carrigosa foi homem de muito prestígio, como reconhecida foi sua fortuna. Abastado senhor de engenho, adquiriu terras pelas "matas de Simão Dias", da mesma forma que alguns coronéis moradores da Bahia, como o Barão do Passe, Brito e Castro. Era senhor de engenho, nas Moendas, lá pela Vila de Lagarto, e seu patrimônio territorial cresceu "pelo alvará de 26 de julho de 1751, obteve uma légua de largo e três de comprido, no riacho Timbó, perto de Lagarto, em direção ao sertão" (CARVALHO DEDA, 1967, p. 31).

Na visão de Carvalho Deda, conterrâneo dos outros Carvalhos e também membro de poderosa família na Região Centro-Sul, pelas bandas do Simão Dias, Manoel Carrigosa foi um homem de percepção larga no trato com a terra e também excelente chefe de família, tendo adquirido as terras pensando no futuro dos filhos. Geralmente, ele, Carrigosa, entregava aos filhos os cuidados com a terra, encaminhando-os para o aprendizado da agricultura, diferentemente das famílias que entregavam seus filhos à vida eclesiástica. Seu filho, Geraldo José de Carvalho, tataravô de Carvalho Neto foi um daqueles senhores de engenho que, nas "matas de Simão Dias", fundou os engenhos de açúcar, como "Curral Novo" que veio a se denominar "ciclo da cana-de-açúcar".

Tal empreendimento chegou a Simão Dias pelas mãos dos Carvalhos. Geraldo José de Carvalho não se contentou apenas com as terras dadas pelo pai. Fê-las crescer, fundando um criatório de gado e o engenho "Laranjeiras". As "Matas da Moita" atraíram seu machado, no dizer de Carvalho Deda, e aí desbravou mais terras, onde hoje se localiza a Praça do Barão de Santa Rosa. O Barão de Santa Rosa, cuja residência ainda existe, provavelmente fora o marido de Anna Freire de Carvalho, que "filha de Manoel com Jovina de Mattos Freire, foi a célebre Baronesa de Santa Rosa" (CARVALHO NETO, Paulo, 1989, p. 20).

Nessa família, também tinha padres, Padre José Francisco de Menezes, que "rezou, espargindo água benta nas moendas do novo engenho e, em toda a antiga 'Mata da Moita' rescendeu o cheiro do mel fervendo nas tachas" (CARVALHO DEDA, 1967, p. 32). Como toda família de engenho, havia de se ter uma capela. Nesse sentido, a construção da Capela de Sant' Anna foi um marco para a história de Simão Dias, que erigiu não só os engenhos, mas também foi responsável pela formação democrática de Simão Dias, segundo o próprio Carvalho Deda.

Engenho, cidade e o sangue político da linhagem Carrigosa

Capitão Domingos José de Carvalho, bisavô de Carvalho Neto foi um líder político dos tempos do Império e, em 1826, liderou um movimento para que a Capela de Santana fosse elevada à categoria de freguesia. Um memorial em nome desse objetivo foi enviado à Côrte Imperial. O "Tribunal de Consciência e Ordens" quis ouvir os camareiros de Lagarto, que de pronto se declararam a favor da separação das terras de Simão Dias da freguesia de Lagarto, mas o "Tribunal de Consciência e Ordens" engavetou o documento. Contudo, os lagartenses e simãodienses se uniram e apelaram para a Conselho da Província, que atendeu os desejosos:

> O ato do Conselho da Província data de 7 de fevereiro de 1834. O dia 29 de abril do mesmo ano marcou nova era para os destinos da povoação. Nesse dia memorável, o Padre José Francisco de Meneses, Vigário Encomendado, instalou solenemente a Freguesia, celebrando a Primeira Missa e praticando atos e ofícios de sua competência (CARVALHO DEDA, 1967, p. 39).

O Conselho da Província foi dissolvido com o Ato Adicional à Constituição do Império e o novo parecer dado pela Comissão Eclesiástica, que criava a freguesia já estabelecida, permitiu que a Freguesia tivesse prosperado.

O avô de Carvalho Neto, Antônio Manoel de Carvalho, do qual ele herdou seu nome, era líder político em Simão Dias, e constava da lista de todos os vereadores que faziam parte da Câmara Municipal, órgão que governava os municípios até o início da República.

Com a proclamação da República, em 1889 – ano em que nasceu Antônio Manoel de Carvalho Neto – a Câmara Municipal de Simão de Dias aderiu ao novo regime, mas mesmo assim foi dissolvida pelo Governo provisório do Estado[33]. Seu avô, entretanto, fez parte do Conselho de Intendência Municipal, que cuidaria dos negócios relativos à municipalidade.

Como em qualquer período de transição política, houve, segundo Carvalho Deda (1967), uma instabilidade política, provocada por mudanças contínuas do Governo Provisório Estadual e de Juntas Governativas, anulação de leis e atos dos governos anteriores, promulgação e revogação de Constituições, dissolução da Assembléia Legislativa, dissolução das Câmaras Municipais, entre outras questões também amplamente relatadas por Baltazar Góes (2005).

Joviniano Joaquim de Carvalho, pai de Carvalho Neto, foi o 1º Secretário da Constituição promulgada pela Assembléia Constituinte, em 8 de junho de 1891, que substituiu a concebida por Decreto em 21 de novembro de 1890. Em 1892, outra revogação modificou novamente os destinos políticos de Simão Dias. De acordo com os registros de Carvalho Deda (1967) e Baltazar Góes (2005), não encontramos indícios de que Joviniano Joaquim de Carvalho tivesse participado politicamente no município após a dissolução da Constituição da qual participou. Contudo, há registros na obra de Paulo de Carvalho Neto (1989) de que seu avô teria sido "um experto político baiano". Nessa mesma edição, no prefácio feito pelo Senador Francisco Rollemberg, registra-se que o Dr. Joviniano, que era médico, tinha sido eleito Deputado Estadual à 1ª Assembléia Constituinte do Estado e depois, escolhido por cinco legislaturas[34] a Deputado Federal. Seu primogênito, Carvalho Neto, seguiu seus passos assim que terminou os estudos de Direito na capital federal, Rio de Janeiro, em 1911. Em 1912, foi Deputado Estadual no período de 1912-1913.

---

[33] Ver: GOES, Baltazar. **A República em Sergipe.** Edição comemorativa dos 150 anos da Mudança da Capital de São Cristóvão para Aracaju, Aracaju: 2005.

[34] Essa informação foi confirmada no livro "100 anos de eleições em Sergipe" (2002). Joviniano de Carvalho foi Deputado Federal no seguinte período: 1901/1902, 1903/1905, 1906/1908, 1909/1911 e 1912/1914. Nesse livro, consta também que Carvalho Neto foi eleito Deputado Federal por quatro vezes, no seguinte período: 1921/1923, 1924/1926. Retornou à Câmara Federal em 1950, sucedendo Graccho Cardoso, como suplente, e em 1951 foi novamente eleito pelo Partido Social Democrático. No período revolucionário de 1930, Carvalho Neto fundou o Partido Republicano de Sergipe e, em 1945, foi para o Partido Social Democrático, legenda a qual pertencia seu sogro, o Senador Leite Neto, que aglutinou em seu redor forças da elite política sergipana. Cf. SERGIPE, Tribunal Regional Eleitoral. **100 Anos de Eleições em Sergipe**. Aracaju: Tribunal Regional Eleitoral - TRE/SE, 2002.

Seguir o pai politicamente foi, certamente, a vontade de continuar o percurso familiar, mas, provavelmente, também, o desejo de alcançar um posto de legitimação social, conquistando um lugar no campo social, ao mesmo tempo, em que disputou os espaços públicos e legitimação num campo específico, o do Direito, auferindo para si e para os seus a pertença social junto aos homens ilustres de seu tempo, a exemplo de outros intelectuais como Gilberto Amado[35] e Graccho Cardoso.

A pertença da família aos grupos denominados grupos oligárquicos oferece sustentáculo, segundo Miceli (2001), ao prestígio exercido pela mesma. Ao mesmo tempo, a formação superior como Bacharel também amealha, na República, distinção social em várias frentes: na formação acadêmica, literária e jornalística. Mas, para se exercer essas funções com destaque, é preciso estar já numa posição de ascensão política, ou melhor dizendo, ter passado por ela, arriscamos afirmar. Sobre a produção literária de Gilberto Amado e do historiador José Maria Bello[36], Miceli afirma:

> [...] Não obstante, ao menos nos casos de José Maria Bello e Gilberto Amado, o período de "presença na política", segundo a expressão do próprio Gilberto Amado, corresponde à fase em que a produção intelectual é mais esparsa (tomando-se quaisquer indicadores de produção), ao passo que a fase de declínio político – "depois da política", segundo a expressão do mesmo autor – mobiliza as disposições exigidas para o trabalho intelectual em bases singulares, fazendo-se acompanhar em geral pela retomada da carreira do magistério e/ou no jornalismo profissional e militante. Os cinco volumes das memórias de Gilberto Amado – seu maior investimento estritamente intelectual – são bem posteriores ao período de seu apogeu político, assim como boa parte da produção historiográfica de José Maria Bello aparece após seu declínio político (MICELI, 2001, p.52).

Embora cada agente social tenha uma história singular, não podemos deixar de ver que ao pertencer a um tempo e espaço definidos, como no caso revelado por Miceli (2001), que identifica a brasileirice dos intelectuais da República na primeira metade do século XX, eles eram integrantes de grupos sociais os quais de uma maneira ou de outra, encontravam-se em condições também sociais para exercerem relações de poder nos campos políticos, religiosos e profissionais, a exemplo de médicos, farmacêuticos, advogados, jornalistas, formando,

[35] Ver: MICELI, Sérgio. **Intelectuais à Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. Nessa obra, Sérgio Miceli aborda a formação e atuação da intelectualidade brasileira na República Velha (1889-1930). Gilberto Amado, escritor, político e jornalista sergipano é analisado ao lado de outros intelectuais que pertenceram a famílias importantes política e economicamente, mas que perderam seu poder econômico.

[36] José Maria Bello nasceu em Barreiros (PE), em 1885, sua família pertencia a Senhores de Engenho, foi funcionário da Biblioteca Pública Nacional, jornalista, político, historiador, Procurador do Distrito Federal. Ver: MICELI, Sérgio. **Intelectuais à Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. Ver: **BRASIL.** Senado Federal, Biografia dos Senadores. Disponível em http:// wwww.senado.gov/sf/senadores/senadores_biografias.

portanto, redes de sociabilidade responsáveis por legitimar seu domínio. Os mesmos filhos de famílias estruturadas na descendência da colonização ascendiam socialmente em altos postos nos serviços públicos, disputavam entre seus grupos a pertença nas tribunas dos parlamentos estadual e federal, serviam-se da imprensa para compor uma discussão pública, muitas vezes acirrada, como foi o caso do médico sergipano Helvécio de Andrade[37] e do advogado Carvalho Neto[38], no Estado de Sergipe, quando ambos ocuparam, em tempos distintos, cargos como a Direção Geral de Instrução Pública, direção da Escola Normal e Presidência do Conselho Superior de Instrução Pública, questão que será dissertada no segundo capítulo.

Nos casos abordados por Sérgio Miceli (2001), as ocorrências do empobrecimento das famílias mudavam os rumos das colocações profissionais dos homens e das mulheres, construindo-se socialmente o que se definia por profissões feminizadas e/ou masculinizadas. Mas, esses profissionais, como Gilberto Amado e José Maria Bello, compuseram o mesmo time de intelectuais ao qual Carvalho Neto fez parte, a nosso ver. Todavia, é preciso ver como o conceito de intelectual é empregado. Quem são os intelectuais abordados por Miceli? Serão eles aqueles que se dedicaram a produções que requerem o esforço do intelecto, eram formados e compunham um reconhecido capital cultural e por isso se destacaram, ou aqueles que participaram dessa produção por que tinham em seu favor as condições sociais para tal?

Sirinelli (1996) nos fez compreender que a configuração dada à posição de intelectual pressupõe por um lado, o conhecimento adquirido através do Capital Cultural e Científico, ou seja, é aquela pessoa que teve a formação em curso superior, a exemplo dos advogados, médicos e outros profissionais e, por outro lado, um capital mais amplo, que extrapola o seu campo de formação, como o conhecimento literário, tornando seus agentes "produtores" e "mediadores" da cultura.

A carreira política de Carvalho Neto se deu por uma indicação paterna e, embora ele ocupasse posição social estabelecida pelo capital econômico e simbólico de sua família, ou

[37] Ver: **Diário da Manhã**. Aracaju, 1919. Nesse jornal, Helvécio de Andrade provocou uma discussão pública com Carvalho Neto, que havia assumido o posto de Diretor Geral de Instrução Pública, Diretor e Professor da Escola Normal e Diretor do Conselho Superior de Instrução. No Governo anterior, Helvécio estava nesse posto. O motivo se deve ao fato de, como Presidente do Conselho, Carvalho Neto ter refutado a publicação da "Pequena Cartilha Sergipana", da autoria de Helvécio, para o ensino primário. Cristina Valença (2006), na sua Dissertação de Mestrado, aborda essas querelas entre o médico Helvécio de Andrade e o advogado Carvalho Neto. Em sua Tese de Doutorado, Maria Neide Sobral da Silva (2007) investigou sobre os discursos jornalísticos e o uso deles como estratégia de promoção aos intelectuais e suas disputas nas questões que envolviam a modernidade pedagógica. Para tanto, ela estudou as querelas entre o médico Helvécio de Andrade e o advogado Carvalho Neto. Cf: SILVA, Maria Neide Sobral da. **Vitrine das letras**: o discurso jornalísticos e a modernidade pedagógica em Sergipe/Brasil e Portugal (1910-1920). Natal: Programa de Pós-Graduação em Educação/ Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2007. (Tese de Doutorado)

[38] Ver: **Correio de Sergipe**. Aracaju. 1919. Nesse periódico, Carvalho Neto, respondeu à provocação de Helvécio de Andrade, justificando ao povo sergipano por que refutou a publicação da "Pequena Cartilha Sergipana".

seja, o reconhecimento que a mesma tinha na sociedade sergipana, não se pode negar que aí se encontra também uma explicação para o que Bourdieu (1996) denomina de instituição de disposições objetivas, gostos, ou dito de outra maneira, *habitus*[39], reconhecido aqui como uma expressão aliada à constituição de capital social que demarca as relações sociais da Primeira República, através de uma influência não menos recebida das relações de poder construídas por meio do capital econômico dos grupos existentes, a exemplo dos descendentes da formação dos engenhos, comerciantes e fazendeiros prósperos.

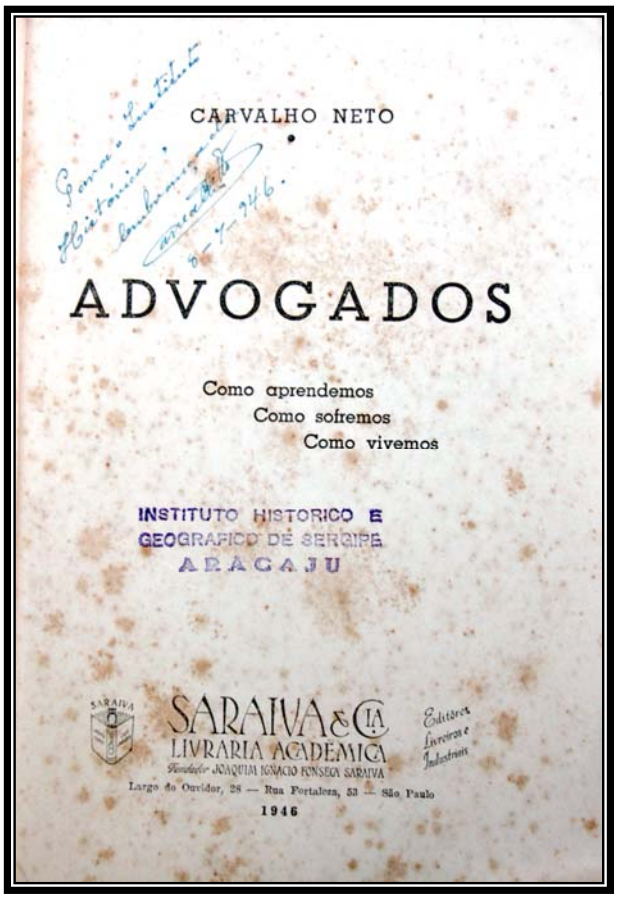


Figura 6. Folha de rosto do livro "Advogados". CARVALHO NETO, Antônio Manuel de. **Advogados**: Como aprendemos, como sofremos, como vivemos. São Paulo: SARAIVA, 1946. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Arte e diagramação: Léo A. Mittaraquis.

Contudo, as obras que consagraram a memória de Carvalho Neto como advogado renomado e um literato também, a exemplo de Gilberto Amado, conterrâneo e colega de parlamento, foram produzidas nos interregnos da política, ou "depois da política", a exemplo do livro "Advogados: como aprendemos, como sofremos, como vivemos", lançado pela Editora Saraiva, em 1946, e aclamado pela crítica nacional através da Academia Brasileira de Letras. Ele retornou em 1951 ao Parlamento Nacional para substituir Graccho Cardoso, mas nesse período já estava doente e sua atuação como Deputado Federal teve grande expressão entre 1921 e 1926, quando levantou seus temas mais polêmicos e destacados, como a Educação dos *Anormaes* e a Legislação Social.

Foi também em 1946, que Carvalho Neto produziu uma série de artigos na Imprensa sergipana, no jornal "Diário de Sergipe", fazendo uma espécie de memorial, onde discorreu sobre diversos momentos de sua vida social e política. Mesmo assim, a veia literária, digamos, teve origem nos ensinamentos de seus

[39] Bourdieu explica que o *habitus* as formas de se colocar e se posicionar no mundo. Eles estabelecem as diferenças entre o que é bom ou ruim, por exemplo, mas em agentes sociais distintos, cada comportamento percebido poderá exercer um tipo de reação diferente. Ver: BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papirus, 1996. p.21.

professores do Ginásio, como Alfredo Montes e Abdias Bezerra. Da mesma forma, o espaço conquistado na Imprensa foi algo que o acompanhou durante sua vida toda. Carvalho Neto foi um intelectual polissêmico, que ocupou vários espaços sociais, nos quais se agrupavam agentes sociais que constituíam um campo de poder[40]. Foi representante do parlamento estadual e nacional, jornalista registrado no Sindicato de Jornalistas de Sergipe, Presidente da Academia Sergipana de Letras, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, professor, juiz e gestor da Instrução Pública. Todavia, o fio condutor de sua trajetória possuiu perenidade na advocacia. Porém, não podemos negar a importância dele para a escrita da História da Educação em Sergipe.

Na política, iniciou-se um ano após a formatura na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, em 1912, o que honrou os esforços do pai e sua inserção nela teve as mãos do prestígio já conquistado do velho Joviniano Joaquim de Carvalho, como seu próprio filho, Paulo de Carvalho Neto afirmou:

> Como já trabalhava no escritório de Inglês de Souza - um dos maiores advogados comercialistas do Brasil, naquele tempo - o dilema agravou-se ante as ofertas e promessas do mestre. Prevaleceram, no entanto, os conselhos do velho Joviniano, seu pai, e a atração da política sergipana. Voltou, pois, a Sergipe, e como Deputado Estadual para a legislatura 1912-1913, no Governo de General Siqueira de Menezes, de quem separou-se, mais tarde, por incompatibilidade. Devera o mandato, sem dúvida, ao prestígio inconteste de meu avô, experto político baiano, que o elevara, ademais, a líder da Assembléia Legislativa do Estado, com os polpudos vencimentos de dois mil cruzeiros! Iniciava seus passos, pois, favorecido por aquela mão protetora, vale dizer, sem perda de tempo ou com desgastes na pronta ascensão social que, como uma estrela, determinar-lhe-ia o futuro (CARVALHO NETO, Paulo de, 1989, p. 23-24).

Para seu filho, o prestígio do avô foi decisivo na condução do itinerário político do pai, bem como para a garantia do futuro rumo à ascensão social. Em certa medida, o capital econômico da família e, por sua vez, o capital social, tornava mais fácil o acesso a boas escolas, o que permitiu, certamente, que Carvalho Neto saísse de Simão Dias para freqüentar em Aracaju os preparatórios rumo ao curso superior. Ele cursou o ensino primário na cidade

[40] O campo de poder se estabelece na medida em que os agentes dotados de capital econômico ou capital cultural tentam se estabelecer nas relações sociais, que se transformam em relações de força de acordo com as condições objetivas de agentes em determinado tipo de capital, seja econômico, científico ou cultural. Ele, o campo de poder, é a própria relação de forças, que vão se estruturando e modificando na medida em que os diferentes tipos de capital se investem de condições para poder dominar o campo. Dessa maneira, pertencer aos intelectuais que mantiveram relações de força e, consequentemente, tentaram dominar e sustentar o domínio nas brigas pelo poder no período estudado, era uma forma muito apropriada de estar no campo. Ver: BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papirus, 1996. p. 48-52.

de Annápolis, que veio a se denominar Simão Dias, e depois seguiu para a Capital sergipana para estudar no Colégio Sergipense do professor Alfredo Montes Júnior, filho de Alfredo Montes, aos olhos dele, "um grande educador".

Figura 7. Carvalho Neto e família. A foto não traz identificação das demais pessoas. Provavelmente década de 1920. Local provável: praia de Atalaia. Fonte: arquivo particular de Maria do Socorro Lima. Arte e diagramação: Léo A. Mittaraquis

A família de Carvalho Neto pertenceu a uma rede de proprietários de engenho. Contudo, devemos observar as mudanças realizadas quando ele nasceu. O destino dos filhos de Dr. Joviniano já não era fincar os pés nas terras de Simão Dias.

Quando regressou do Rio de Janeiro, Carvalho Neto morou em Aracaju, casou-se em 1912 e investiu na educação dos filhos. Antônio e Joviniano formaram-se em Direito. O primeiro foi um importante advogado no Estado de São Paulo; o segundo se formou em Direito, foi professor do Curso de Direito da Universidade Federal de Sergipe e professor da Escola Normal[41]. Paulo, o último filho, nasceu em 1923, chegou a ingressar no Curso de Direito na Faculdade Nacional de Direito, mas se interessou depois por Antropologia. Paulo foi nomeado adido cultural do Brasil no Chile e no Paraguai. Já as filhas mulheres, D. Celina e D. Cacilda, não seguiram carreira acadêmica.

Carvalho Neto se preocupou no zelo para com a educação dos filhos e incentivava a dedicação aos estudos. Nas cartas trocadas com o filho Paulo (1989), destacaram-se o cuidado, o carinho e o senso de preservação pela preparação dos filhos:

> [...] Deus o abençoe e guie para o bem. Recebidas suas cartas: entusiasmo, decepções, saudades. Uma coisa, desde logo, torno a aconselhar-lhe: firmeza. Firme na vontade, firme nos estudos, firme na saúde. Condição essa para vencer galhardamente. Bons costumes, boas companhias, bom caráter. Na sua idade, sobretudo, a vida precisa de ter finalidade superior e muito nítida: dignidade. É assim que espero você se conduza em face aos mestres, em face aos colegas, em face à sociedade (CARVALHO NETO. In: CARVALHO NETO, Paulo. 1989, p.51).

[41] Em depoimento, uma das ex-alunas da Escola Normal, dos anos 1940, Vilma Perrucho Mittaraquis contou que "Joviniano foi um dos professores que marcaram minha passagem por aquela Escola. Era um homem sério, respeitoso e muito inteligente". D. Vilma foi aluna da Escola Normal na década de 1940.

Em outra carta, a 19 de maio de 1942, o pai aconselha o filho a não trabalhar numa revista, a fim de não desviar a atenção aos estudos:

> [...] Vejo os seus planos e entusiasmos de mocidade. Justos, louváveis, mas, por enquanto, muito avançados. Você está iniciando o curso, precisando de aprofundar as disciplinas básicas, que serão a arma do futuro. Qualquer outra preocupação, pois, representa um desvio de atenções, com prejuízo para sua carreira (CARVALHO NETO. In: CARVALHO NETO, Paulo. 1989, p.51).

Quando Paulo viajou para Recife, em 1943, escreveu ao pai para lhe contar as novidades, ao conhecer a Capital pernambucana. Aquele, mais uma vez, em carta de novembro do mesmo ano, chamou-o de volta à realidade, demonstrando devotamento à preparação profissional do filho, mas nessa carta fez um apelo para que ele voltasse ao seio da família, deixando o leitor supor que estava com saudades do filho caçula. D. Vetúria entrou em cena, para abrandar o coração do filho "em fuga",

> [...] Alegro-me de sua aproximação com Gilberto Freyre, um dos mais belos espíritos do Brasil contemporâneo. Agradecerei depois a oferta com que ele me honrou. No Rio, durante a minha temporada por lá, ecoara a campanha contra esse ilustre sociólogo e li algumas opiniões da imprensa, que lhe eram muito simpáticas. Enfim, o homem de mérito, entre nós, há de ter necessariamente um clima de lutas. É a reação do valor sobre o pântano envenenado da inveja. Nenhum grande homem no Brasil escapa a esse cerco da mediocridade demolidora. Vejo a sugestão que me faz de permanecer mais algum tempo por aí. Não concordo, embora constrangido. Não faltará oportunidade para outra cura espiritual em Recife, com mais tempo. Você acaba de ter o primeiro contato revelador. É necessário retemperar-se do choque contra os recalques da província. [...] Acrescente-se que a sua mãe está saudosa e até ciumenta de que as preocupações intelectuais, que o absorvem, estiolem no seu coração o sentimento de amor filial. Venha fazer reflorir esse canteiro de carinhos e depois ...outra fuga (CARVALHO NETO. In: CARVALHO NETO, Paulo. 1989, p.52).

A carta escrita ao filho, em novembro de 1943, traduz o amor e os cuidados de um pai zeloso, indica o processo de formação intelectual de Paulo conduzido pelo pai, como o contato que o mesmo estava começando a ter com o sociólogo Gilberto Freyre. Ao mesmo tempo, revela também que Carvalho Neto foi leitor de Freyre e que aquele escritor pernambucano fez parte de seu círculo de conhecimento. Ao comentar com o filho sobre os problemas enfrentados por Freyre, e dar a saber seu ponto de vista sobre aquele autor,

podemos depreender do conteúdo da carta que Carvalho Neto acompanhava as discussões nacionais acerca da intelectualidade brasileira.

Contudo, na carta, aparece, de forma carinhosa, a figura de D. Vetúria. As palavras ditas a respeito da esposa demonstram a influência que a mesma exercia na família, pois ao reclamar a volta do filho à casa dos pais, Carvalho Neto lembrou-lhe da presença da mãe para lhe revigorar as forças e se preparar no enfrentamento do mundo.

Não era apenas na vida dos filhos que D. Vetúria exercia influência. Paulo de Carvalho Neto (1989), por compreender o quão ela era importante na vida do pai, dedicou-lhe lugar especial na biografia que escreveu:

> [...] Efetivamente, há escritores que só se afirmam devido à companheira que lhes marca a vida. Este foi o caso entre nós. Penso que rumo diferente teria seguido "o velho" sem a sombra pertinaz, daquele anjo da guarda, guiando-lhe os passos, confortando-o nas dores, aumentando-lhe as alegrias. Serenava-o nas iras profissionais, induzindo-o ao perdão. Consolava-o nos desenganos. Animava-o nos livros. Tudo isto se duplicou desde que apareceram os primeiros sintomas da moléstia fatal. E permaneceu assim, fiel, impenitente, e resignada, até perdê-lo, até vê-lo ir-se primeiro que ela, temor que sempre a perseguia. Um ano depois, dando Graças a Deus, seguiu-lhe os passos. Entre ambos houve, pois, um grande amor. Chamava-a "o melhor bem de minha vida", quase parafraseando Ruy com sua "âncora do coração" (CARVALHO NETO, Paulo de, 1989, p. 126).

"Animando-o nos livros", como disse o filho Paulo, D. Vetúria participava ativamente no processo de escrita das obras de Carvalho Neto, escolhendo desde a capa até discutindo com ele sobre os destinos das personagens. A amada fortalecia seus ânimos nos livros[42],

[42] O processo de formação intelectual de Carvalho Neto estava submerso na dedicação que ele tinha à leitura e nos métodos que desenvolveu para compreendê-la. Ele desenvolvia bem o exercício da memória, mas seus filhos "sob a influência dos novos tempos, apresentaram-lhe o sistema Dewey e convenceram-no a classificar sua biblioteca. Foi um drama certo. Em pouco tempo Dewey desmoralizou-se naquele escritório de um homem que sabia mover-se às cegas entre seus milhares de livros, sempre e quando estivessem arrumados a seu modo. [...] Com a memória guiava-se na sua floresta de volumes e de citações. O intrometido Dewey, porém, se bem não tivesse conseguido 'desarrumar-lhe' os livros, legou-lhe uma sabedoria: a ficha". Cf. CARVALHO NETO, Paulo. **Um precursor do Direito Trabalhista**. 2. ed. São Paulo: Carthago, 1989. Nessas fichas, escritas "em letra miúda e a espaço seguido", Carvalho Neto deixou registradas as anotações sobre os seguintes autores e obras: Gilberto Amado (Eleição e representação), 1948. Padre Manuel Bernardes (Nova Floresta). L. Bardeau (*Le problème de la mort*). F. Bastos (Manual do Direito Público e de Direito Constitucional Brasileiro).Galdino Siqueira (Processo Criminal). Hans Kelsen (Teoria Geral do Estado). A. Croiset (As democracias antigas). Gilberto Osório de Andrade (A defesa da liberdade),1948. Leon Duguit (*La transformacion del Estado*). F. Nitti (Problemas Contemporâneos). Gustave Le Bon (Psicologia dos novos tempos). Franklin D. Roosevelt (Nossa democracia em ação). H. Poincaré (*La Science et L' hypothèse*), 1908. Geraldo Bezerra de Menezes (Dissídios coletivos do trabalho). José Ortega y Gasset (*La rebelion de* las *masas*). Charles A. Beard. (A República). Silveira Peixoto (A tormenta que Prudente de Morais venceu), 1942. Gustave Le Bon (A psicologia política). Francisco Ayala (*El problema do Liberalismo*). Machado de Assis (Crônicas). (O Livro dos Salmos- tradução do Padre Leonel Franca, S. J). Medeiros de Albuquerque (Quando eu era vivo). Ramalhão Ortigão (As farpas).

dedicava-lhe atenção. Mesmo nos desafios da doença, ele escrevia; e ela, ao seu lado, dava-lhe as opiniões, na maioria das vezes, atendidas, com vemos a seguir neste relato:

> [...] É Lemos Brito quem, com seu poder de narrador, nos conta o episódio. Vejamo-lo: "A propósito dessa feição de sua mentalidade polimorfa posso narrar um episódio interessante. Certa vez, quando ele convalescia da segunda gravíssima intervenção cirúrgica a que se submeteu, fui visitá-lo em seu apartamento de Copacabana. Não o encontrei, como era costume em sua rede do norte, a ler e tomar notas, [...] renovando e acrescentando o seu cabedal de cultura. Estava sentado à mesa, escrevendo, tendo em frente, interessada no que lhe saía da pena.[...] Disse-me então, na simplicidade que era a característica marcante de seu espírito: Ora veja você. Isto aqui é o romance de que lhe falei, e que será o último, certamente. Estamos aqui num terrível impasse: eu quero matar este personagem, porque justo é que ele morra. Mas Vetúria, com seu sentimentalismo feminino, está aí a intervir para que não execute a sentença capital" (CARVALHO NETO, Paulo de. 1989, p. 126-127).

D. Vetúria foi, portanto, ao lado de Carvalho Neto, uma presença que movimentou os percursos da família, e esposa, que acompanhou o marido em toda a sua trajetória. Filhos e netos ressaltaram a importância dela na vida desse intelectual.

Com os filhos, Carvalho Neto trocava cartas sobre seus momentos felizes e sobre suas angústias em relação a Sergipe. Ele era um homem crítico em relação à sua terra, mas nunca saiu senão para representá-la ou participar das discussões políticas, econômicas, sociais e culturais do país. Em 16 de outubro de 1950, ele escreveu a Paulo:

> Há épocas que sinto uma sede insaciável de leituras e isto me distrai de certas obrigações. Estou a escrever-lhe de Atalaia, o meu melhor retiro. É hoje o primeiro dia e ficarei até o dia 31. A 1º regressarei a Aracaju, pois a 3 de novembro viajarei até Bahia para as festas centenárias de Ruy. Vou representando o Instituto dos Advogados e a Ordem, além do convite pessoal que tive para o Congresso do Direito Constitucional. Serão oito dias de espairecer, fora do ambiente pesado da aldeia de Serigy, onde vivo algemado (CARVALHO NETO, Paulo de. 1989, p. 144).

Nessa época, em 1951, já acometido da doença que provocou sua morte, Carvalho Neto escreveu ao filho Antônio, em 14 de março, relatando os passos do tratamento:

> [...] Continuo doente, ainda sem diagnóstico, sem orientação para tratamento. Hoje vou novamente ao médico, depois de outros exames, para

---

Livro do Centenário de Eça de Queiroz (organizado por Lúcia Pereira e Câmara Reys (1945). Cf. CARVALHO NETO, Paulo. **Um precursor do Direito Trabalhista**. 2. ed. São Paulo: Carthago, 1989.

> ver se arranco uma palavra definitiva. Estou percebendo que ele receia dizer-me a verdade, que eu estou pressentindo. Enfim, será o que Deus quiser (CARVALHO NETO, Paulo de. 1989, p. 140).

Em maio, escrevia que estava melhor e suscitava esperanças de cura:

> [..] Continuo a melhorar com o tratamento de aplicações elétricas, embora o médico esteja a fazer uma verdadeira roça nas minhas vias baixas. [...] Vou melhorando na saúde, escorropichado pela medicina de cavação aqui no Rio (CARVALHO NETO, Paulo de. 1989, p. 140).

Entre 1951-1953, Carvalho Neto ainda participava das comissões de trabalho no Congresso Nacional. Mas a doença foi enfraquecendo seu organismo e ele licenciou-se da Câmara, despediu-se dos amigos e voltou para morrer em Aracaju. O filho, Paulo de Carvalho Neto (1989), lembrou das últimas visitas que fez ao pai:

> Apesar de partidário inconsciente do mito do amarelinho sergipano, não morreu com a felicidade chauvinista dos por-que-me-ufano de minha terra. Muito ao contrário. Nunca vi um final mais desolador. Fiz-lhe inúmeras visitas, regressando do Exterior, ao encerrar-se-lhe o ciclo da vida. Foi a última, um mês antes do silêncio total. Trazia uma fisionomia triste e sulcada por vínculos profundos; uma inércia pronunciada tolhia-lhe os movimentos; olhares, porém, que transluziam meditação; mutismo sepulcral, a muito custo interrompido por murmúrios surdos, lúgubres, quase atonais; vez que outra, fuga de idéias, amnésias súbitas, síndromes apáticas, angústia... Uma emotividade instável susceptibilizava-o aos menores estímulos, eclodidndo em copiosos prantos...(CARVALHO Neto, Paulo de. 1989, p. 141).

No dia 28 de fevereiro de 1953, Carvalho Neto recebeu um telegrama da Câmara, em nome do Ministro da Justiça, “comunicando-lhe que o Presidente da República o havia designado membro da delegação brasileira ao Seminário da ONU que se realizaria no Rio de Janeiro, no próximo mês de abril” (CARVALHO NETO, Paulo de, 1989, p. 140).

E ele mostrou essa correspondência aos amigos, dizendo:

> Certo ainda não estou completamente restabelecido. Cabe-me dizer aos meus colegas que não pretendo fugir a esta nobre missão. Tanto me ajude a Providência Divina a me galgar melhoras físicas, lá estarei para ressaltar, mais uma vez, não o meu nome, mas a tradição de cultura, de glória, de saber, da unidade brasileira, e que enaltece as tradições dos nobres sergipanos (CARVALHO NETO, Paulo de, 1989, p. 140).

O envolvimento político, social e cultural de Carvalho Neto nas atividades desenvolvidas durante sua vida é testemunho de que foi um intelectual combativo e só se afastou dos compromissos que havia firmado diante da sociedade ao ser abatido pela doença. Mas tentou resistir o quanto pôde, dando uma demonstração de perseverança e esperança, não obstante, seus momentos de recolhimento e angústia.

Na educação, o exemplo dos velhos Mestres: Alfredo Montes

A configuração do indivíduo na sociedade não acontece sem uma teia de relacionamento que o sociólogo Norbert Elias (1994) caracteriza como "interdependência". A "individualidade", percebida na constituição do indivíduo, não pode ser formada sem a relação que sua vida tem com a de outras pessoas. Para Elias:

> Desde que permaneçamos dentro do âmbito da experiência, contudo, somos obrigados a reconhecer que o ser humano singular é partejado por outros seres humanos. Quaisquer que tenham sido os ancestrais da humanidade, o que vemos, até onde nos é possível divisar no passado, é uma cadeia ininterrupta de pais e filhos, os quais, por sua vez se tornam pais. E não se pode entender como e por que os indivíduos se ligam numa unidade maior, uns através dos outros e com os outros, quando se oculta de si mesmo essa percepção. Todo indivíduo nasce num grupo de pessoas que já existiam antes dele. E não é só: todo indivíduo constitui-se de tal maneira, por natureza, que precisa de outras pessoas que existam antes dele para poder crescer. Uma das condições fundamentais da existência humana é a presença simultânea de diversas pessoas inter-relacionadas (ELIAS, 1994, p. 26-27).

Neste sentido, a presença dos professores na formação de Carvalho Neto foi uma marca muito forte em sua vida. Nos relatos, discursos e memórias, ele destacou a participação de alguns professores, entre eles o Professor Alfredo Montes[43], com quem fez o curso Ginasial e iniciou os preparatórios para o ingresso na Faculdade de Direito.

[43] Demonstrando reconhecimento à experiência adquirida com seu professor, Alfredo Montes, Carvalho Neto fez um pronunciamento no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, no dia 1º de setembro de 1945, por ocasião da aposição do retrato do Mestre, intitulado **Alfredo Montes**: grande educador. Ver: CARVALHO NETO, Antônio Manoel de. **Alfredo Montes**: grande educador. Separata n. 12 da Revista da Academia Sergipana de Letras. Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Alfredo de Siqueira Montes nasceu a 1º de janeiro de 1848, na cidade de Socorro/SE e morreu em 1906. Foi professor e Diretor-proprietário do Ginásio Sergipense. No serviço público, foi Oficial da Secretaria do Governo; oficial de gabinete do Presidente da Província, Barão de Propriá; Secretário do Governo; Diretor da Escola Normal; Diretor de Instrução Pública; Delegado de Polícia da Capital; Presidente da Câmara Municipal de Aracaju. Ver também: AMORIM, Simone Silveira. **A trajetória de Alfredo Montes (1848-1906)**: representações da configuração do trabalho docente no ensino secundário em

É curioso pensar, entretanto, que não localizamos nenhum discurso feito por Carvalho Neto sobre mulheres professoras[44], da mesma forma como ele escreveu sobre os seus professores.

Em 1945, em discurso a tributo de Alfredo Montes, ele fez declarações que delinearam um perfil do Mestre como figura humana, de gestos sinceros e de qualidades singulares, ao tempo em que era comprometido com a instrução de seus alunos, aplicando o método do "silenciamento" e recusando qualquer forma de castigo físico. Para ele, Alfredo Montes foi um dos responsáveis pela sua formação humana e intelectual. Sobre ele, revelou:

> Homem bom, homem justo, homem raro. Por isso mesmo educador excepcional. Mais de uma geração saiu educada à feição de seus consêlhos, de seu saber, de sua modéstia encantadora. Por todo o Brasil ainda existirá sergipano, que lhe recorde o nome com admiração, com estima, com saudade. Sou da última turma de seus discípulos, quando já havia cerrado as portas do "Ginásio Sergipense". Outro era, agora, outro o seu diretor: - Alfredo Montes Júnior. Mas pelo boníssimo Alfredinho ainda velava a assistência moral e intelectual do pai idolatrado (CARVALHO NETO, 1945, p. 14).

Carvalho Neto valorizou no professor Alfredo Montes a condição de um professor que, ao invés de aplicar castigos nos alunos indisciplinados, chamava-lhes a atenção através do diálogo. Em seu discurso sobre o Mestre, ele discorre uma série de episódios que aconteceram com os alunos do "Ginásio Sergipense", na fase da direção do Professor Alfredo Montes e de seu filho Alfredinho, demonstrando, dessa forma, os princípios pedagógicos do Mestre. Entre os quais destacamos:

> Outro episódio dessa fase. Disse-mo o dr. Magalhães Carneiro. Grave falta contra a disciplina, em que incorreram dois internos. Devera ser severa a punição, se à rudeza do castigo físico não preferisse o mestre falar ao sentimento, despertar o brio. A missão que lhe impendia, ininterruptamente, era a de preparar os homens, dando-lhes um caráter, uma consciência. Se aviltasse, acaso a criança, o moço, era ao homem futuro que começaria por

---

Sergipe. São Cristóvão: Núcleo de Pós-Graduação em Educação/Universidade Federal de Sergipe, 2006. (Dissertação de Mestrado).

[44] Cf.: CARVALHO NETO. Antônio Manoel de. **Legislação do Trabalho**: polêmica e doutrina. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1926. Pensamos talvez que isso possa se dever ao fato do espaço que Carvalho Neto reservava às mulheres; um espaço construído socialmente a partir dos raciocínios que as denominavam inferior ao homem, do ponto de vista biológico, cuja atuação deveria ser restrita ao ambiente doméstico. Embora ele tenha feito defesas sobre a condição do trabalho feminino nos discursos sobre Legislação e Trabalho**,** suas filhas, por exemplo, não trabalharam fora, conforme registros encontrados no seu inventário e consoante depoimento de uma de suas filhas. Dona Celina Leite Neto estudou até o segundo grau, casou-se aos 18 anos com o então Senador Leite Neto, porque o pai não a deixou estudar Medicina em Salvador. Professores homens, sem dúvida, figuram de forma mais constante nos seus escritos, seja em matérias de jornais, textos científicos, discursos e outros textos.

arrancar a possibilidade de correção. Chamou por isso, os rapazes ao gabinete do diretor e lá se fecharam os três. [...] Pois bem; depois da preleção amorável, que arrancára lágrimas aos môços, deu-lhes Alfredo Montes um sursis benfazejo, antecipando, assim, a medida redentora que hoje não se não nega a delinqüentes... Sim, a sua bondade, a sua compreensão, a sua humanização fizeram mais do que a pena (CARVALHO NETO, 1945, p. 15-16).

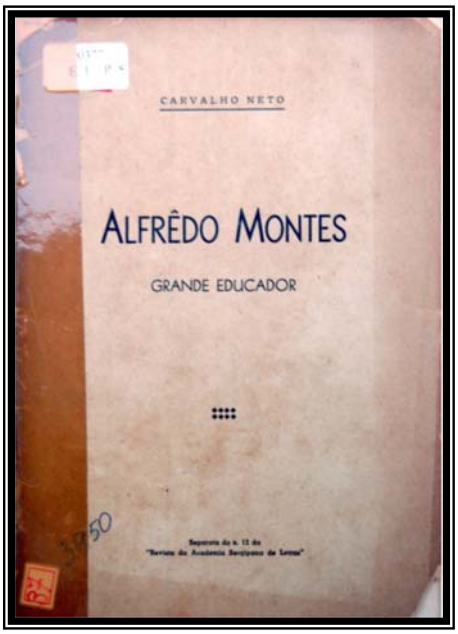


Figura 8: "Alfredo Montes – Grande Educador". Separata n.º12 da Revista da Academia Sergipana de Letras. Sem data. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Foto: Joel Luiz. Arte e diagramação: Léo A. Mittaraquis.

Nas palavras de Carvalho Neto, Alfredo Montes foi um homem que passou pela Monarquia e acompanhou os rumos do país na conflagração da República. "Surgiam programas, discutiam-se princípios, sustentavam-se as reivindicações. A abolição, a federação, a república. Sergipe comungava dos movimentos nacionais e despertava ânimos na luta" (CARVALHO NETO, 1945, p.8). A formação intelectual de Alfredo reverberou nos ensinamentos aos seus discípulos. Suas admoestações eram aplicadas conforme as idéias consideradas inovadoras no ensino. Não foram somente os outros alunos que passaram pelas corrigendas do Mestre. O próprio Carvalho Neto recebeu de Alfredo Montes a repreensão num ato de indisciplina, que relatou com seriedade e ao mesmo tempo com palavras que anunciavam sua veia poética e seu envolvimento com a linguagem lírica.

[...] Era claro o dia, entrando o sol a jorros pelas janelas da sala ampla e arejada. Atentos estavam todos à lição erudita do mestre incomparável. Nisto, aparece a singrar as águas calmas do estuário, frente à casa, o vapor Esperança... O quadro fora para os meus olhos de criança um verdadeiro encanto... Volvi-lhe, insensivelmente, as vistas, absorto, desatento por minutos à presença do professor. E só momentos depois dei comigo mesmo, na distração cometida. A aula estava suspensa e todos os colegas me olhavam ansiosos, surpresos... [...] Qual seria, srs., atitude reservada do professor? Sem um traço de maior severidade na fisionomia serena, circunvagando o olhar pelos presentes, disse apenas: - vou recomeçar... E, efetivamente, a lição prosseguiu, do ponto interrompido (CARVALHO NETO, 1945, p.16).

Na análise feita, ao traçar o perfil de seu professor, Carvalho Neto compreendeu que o "silêncio intencional" de Alfredo Montes contava com uma boa dose de psicologia aplicada ao ensino e se tratava, portanto, de práticas pedagógicas que mais se utilizavam de diálogo e gestos e menos de admoestações exteriorizadas.

As recordações prestigiam um tempo que não deve ser esquecido. Na memória produzida por Carvalho Neto, ele deixou os rastros sobre outros sergipanos, sobre as festas que faziam os jovens irromper as noites sergipanas, gazeando aulas. Da primeira fase do Colégio de Alfredo Montes, ele narra uma história que nos remete a outras épocas:

> [...] Certo é que, da primeira fase, vai breve a narrativa que me fizera o Dr. Mário de Menezes. Chegara o mês de São João, acendendo no coração da mocidade tantas fogueiras de amor, tantos sonhos de namorados...O mágico e coruscante e lumioso mês, que o nosso inspirado Cleomenes Campos descanta assim:
>
> Oh! Noites de São João!... Fogueiras pelas portas.
> Mastros sem flor...Batismo ao luar... Flavas espigas.
> Roqueiras, longe... E, pelas horas mortas,
> A voz sentimental das raparigas...
>
> Oh! Noites de São João!... Batuques à distância...
> Modinhas e violões... E a criançada , sonora,
> Aproveitando, alegre, o minuto da infância,
> Canta cantigas que cantei outrora...
>
> Oh! Noites de São João... O céu desmesurado,
> Tem tanta estrela, que está louro, louro!
> Como se alguém, sobre ele, houvesse debulhado
> Todo um claro montão de espigas de ouro...
>
> Oh! Noites de São João... que levaram Mário de Menezes gazear aulas o mês inteiro...E findo o qual fora pagar ao diretor do colégio os cinco mireis do curso, que não frequentara... [...] Alfredo Montes chamou-lhe ao gabinete e fez-lhe uma preleção de moral, suave, convincente, que mais lhe dôera do que uma surra. E devolveu o dinheiro, com uma carta, ao pais do devoto de São João. (CARVALHO NETO, 1945, p.14-15).

Ao final do episódio, Mário de Menezes pediu a Alfredo Montes um atestado para participar dos Exames Finais, ao que o Mestre negou. E Carvalho Neto arrematou: "Ainda hoje, Mário de Menezes reconhece à puridade, que o mestre fora justo... mas não esquece a ingratidão do Santo!" (CARVALHO NETO, 1945, p.15).

No final de seu discurso em homenagem ao professor Alfredo Montes, uma lembrança e o desejo de eternizar sua memória para a História, quando descreveu seus traços físicos "na derradeira aula em que o vi", um ano antes de seu passamento:

> [...] Vem andando... passo seguro, medido, cronométrico. Estatura acima de médio, torso alevantado, cabeça longa e bem constituída, firme o pescoço sobre ombros largos. [...] Queixo forte, tomado em ponta por um ando petulante, que lhe dá à fisionomia um grave aspecto, quase severo. E vem andando... passo seguro, medido, cronométrico. [...] Entra no salão de aulas, à hora inglesa, e todos os alunos se erguem respeitosos. Sobe o estrado, ocupa a cátedra, e a todos envolvendo num meio olhar velado e doce, descerra os lábios e diz, afetuosamente: Bom dia, srs.! E os alunos, em unísono, expressando o mesmo sentimento de afeto, respondem: - Bom dia, professor! (CARVALHO NETO, 1945, p. 19 - 20).

Podemos dizer que a deferência com a qual Carvalho Neto se referiu ao Professor Alfredo Montes e através da representação social que ele fez do mesmo – porque se tratava de uma homenagem particular – tornou patente, da mesma forma, sua concepção sobre o significado da profissão docente, das práticas educativas e dos métodos pedagógicos empregados pelos professores no Brasil. Nas considerações sobre o Mestre que ficou para sempre em sua memória e se constituiu num exemplo de comportamento humano e social, podemos, em certa medida, asseverar o valor atribuído à Educação por Carvalho Neto.

"Reminiscências" sobre Abdias: sempre Professor

Abdias Bezerra[45] fez, ao lado de Alfredo Montes, um dueto significativo na formação intelectual de Carvalho Neto e no seu "caráter de escol", para usar uma expressão bastante difundida por ele mesmo. Considerado um intelectual de destaque na História da Educação de Sergipe por sua inserção nas Reformas da Instrução Pública, Abdias Bezerra é lembrado hoje na historiografia sergipana por sua relevante contribuição como professor e como gestor da Instrução. Jorge Carvalho do Nascimento (2007), em seus estudos sobre as viagens que os professores e professoras sergipanos fizeram a São Paulo, a fim de conhecer os modernos métodos pedagógicos e aplicá-los no Estado, assim o descreve:

> Pessoalmente, tenho estudado um pouco o problema e já publiquei alguns artigos a respeito deste assunto. Ao discutir esta questão em textos anteriores, listei as viagens realizadas por Helvécio de Andrade, José Augusto da Rocha Lima, Franco Freire e Penélope Magalhães. Quero

[45] Cf.: CARVALHO NETO. Antônio Manoel de. Reminiscências. In: BEZERRA Felte. **Abdias Bezerra**. Traços psicológicos de um educador sergipano. Aracaju: 1947. Em reminiscências, texto apresentado no livro "Abdias Bezerra", da autoria de Felte Bezerra, filho de Abdias, Carvalho Neto relatou sua experiência como aluno de Abdias e destacou a importância do Mestre no seu gosto pela Literatura. Abdias Bezerra nasceu a 7 de setembro de 1880 na vila de Siriri. Cf. NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **Intelectuais da Educação**: Sílvio Romero, José Calazans e outros professores. Maceió: EDUFAL, 2007. p. 35-37.

> acrescer a esta lista outro viajante: o professor Abdias Bezerra. Ele viajou a São Paulo no ano de 1923, onde estudou as reformas do ensino que eram implementadas naquele Estado. Ao regressar a Sergipe comandou a reforma do ensino sistematizada no Regulamento da Instrução Pública editado em 11 de março de 1924 por Maurício Graccho Cardoso, então presidente do Estado. O novo regulamento alterou profundamente os programas para o curso primário, elementar e superior vigentes em Sergipe (NASCIMENTO, 2007, p. 36).

Não foi por acaso que o perfil de Abdias Bezerra deixou em seus alunos, também, as marcas da experiência bem sucedida no comando da Educação. Escrevendo sobre professores-exemplo para sua formação na vida, Carvalho Neto anunciou traços dele próprio, expondo aí sua experiência e formando um mosaico de si e dos outros.

Nessa perspectiva, Josso (2004) nos dá uma noção sobre aspectos importantes da biografia para a formação do sujeito:

> A temporalidade biográfica é aqui aproximada, tal como ela se deixa ver nas histórias de vida contadas sob o ângulo das questões: Como me tornei o que sou? Como aconteceu para que eu pense o que penso? E como aprendi o que creio saber, saber-fazer, saber-ser e saber-pensar? A avaliação do que há para fazer consigo mesmo, com os outros, com as coisas e com o seu meio natural deve permitir comparar um antes e depois, para fazer emergir os indícios de um resultado da ação ou da atividade (JOSSO, 2004, p.204).

A partir da memória elaborada sobre o perfil de cada professor, Carvalho Neto acabou por elaborar a sua memória também, fazendo representações de seu passado, que estava sendo moldado por aqueles professores do ensino sergipano. A memória constitui-se, pois, num instrumento de revisão da vida, mas, sobretudo, na intenção de deixar posta a configuração social, cultural que se pretende dar à realidade histórica ali inscrita, ou seja, demonstrando mesmo "o valor da memória". Nesse sentido, recorremos a Le Goff (2003) quando afirma que "a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos das sociedades de hoje, na febre e na angústia" (LE GOFF, 2003, p. 469).

Pontuamos a necessidade e o interesse que Carvalho Neto demonstrou ao falar sobre seus ícones da Educação, em esboçar um perfil de si, fazendo uma auto-reflexão sobre o que se passou na sua vida e expondo aos outros o processo de sua formação, buscando assim se identificar no seu tempo e espaço vividos.

Abdias, tão presente em sua vida quanto Alfredo Montes, iniciou o discípulo no gosto pela oratória, na paixão pelas leituras clássicas, sobretudo, dos franceses, levou-o aos encantos do teatro de ópera e fê-lo enfronhar-se no mundo das letras vernáculas, levando-o a práticas culturais que o transformaram num patrimônio da Cultura Sergipana e, por que não dizer, brasileira.

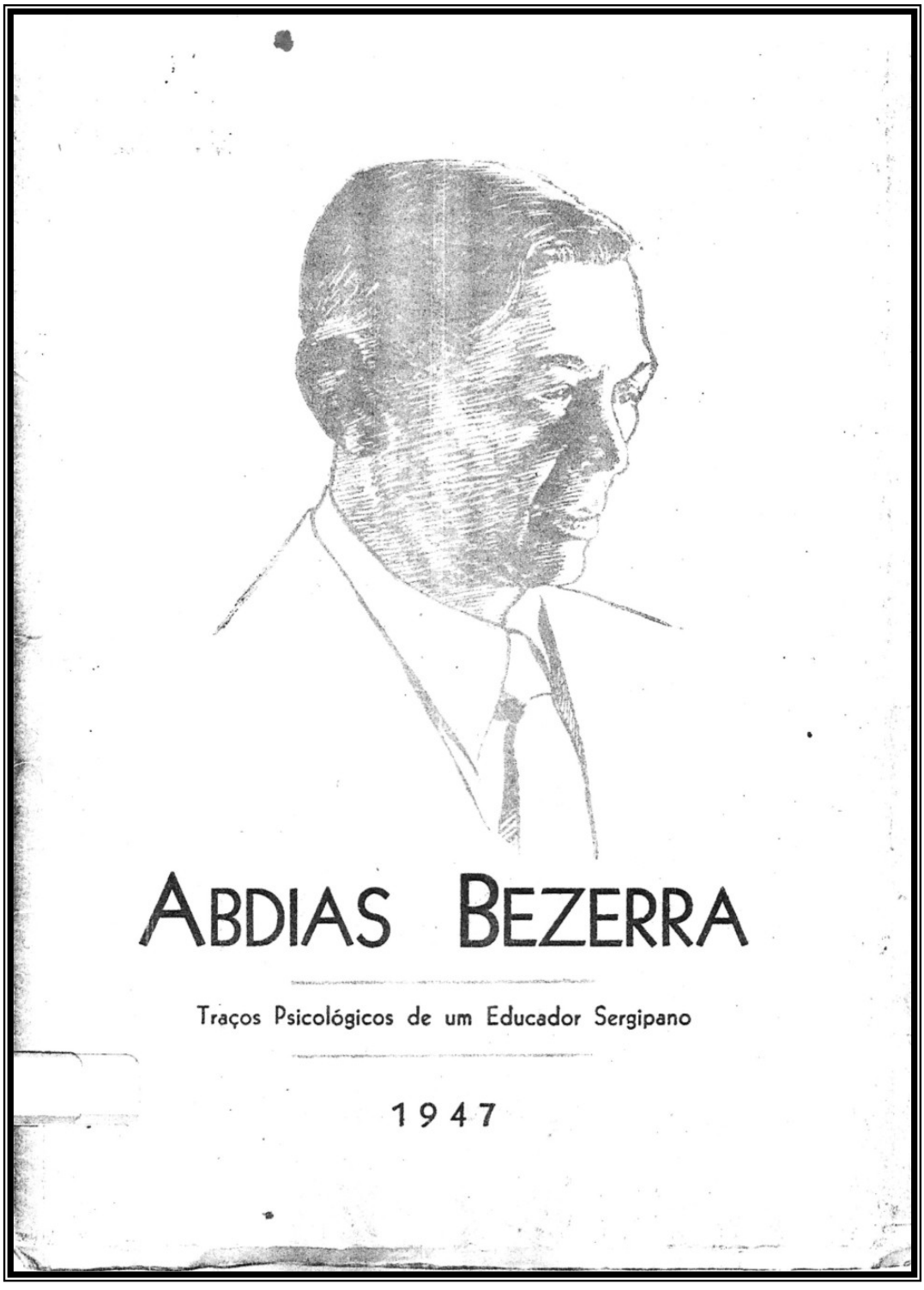


Figura. 9. Capa do livro **Abdias Bezerra**: traços psicológicos de um educador sergipano. BEZERRA, Felte. **Abdias Bezerra**: traços psicológicos de um educador sergipano. Aracaju (s.n.t), 1947. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Diagramação: Léo A. Mittaraquis.

Transpomos aqui um conjunto de orações que serviram de abertura para o desabrochar da homenagem feita pelo discípulo ao Mestre:

> Reminiscências
>
> [...] Caráter de escol...afeito à verticalidade de atitudes bem definidas. Em se convivendo com ele, notava-se-lhe, de logo, a exuberância de atividade intelectual, transbordante por vários setores do saber. Viveu para os outros, para a mocidade sergipana, enquanto para si próprio desviveu lentamente... Culto e independente não se dobrava às injunções das conveniências partidárias, em choque com a sua consciência. As gerações que formou – e nelas estão meus filhos – velam-lhe a memória, enfeitando-lhe o túmulo de reminiscências, que são palmas de loiro (CARVALHO NETO, 1947, p. 13).

Carvalho Neto enfatizou com esses excertos o quão significativa foi a presença de Abdias Bezerra para a sua formação. Lembrou-se com carinho que, apesar de ter convivido "apenas um ano" com o Mestre no Ginásio Sergipense de Alfredo Montes Júnior, o período foi o suficiente para guardar na memória o conhecimento humanístico do professor, que retornou a Sergipe na década de 1900, após o fracasso sofrido em episódios denominados "motivos próximos e motivos remotos[46]".

Um ano de convivência, pois, ao término dos preparatórios, em 1905, Carvalho Neto mudou-se para a Capital da República, de onde volveu Abdias. "Ele, da capital da República, para a capital do Estado, contentando-se, daí por diante, nos horizontes de deprimidos do torrão natal, donde se afastara havia longo tempo. Eu, desta para aquela, ampliando as vistas na largueza das novas e maravilhosas perspectivas" (CARVALHO NETO, 1947, p. 15).

Ao tempo em que anunciava acontecimentos da vida de seu professor, é possível percebermos a maneira desgostosa, por assim dizer, com que Carvalho Neto se refere a Sergipe. Em vários escritos seus, ele desfere contra Sergipe algumas farpas, num ato de reclamo sobre as coisas da terra. É como se sentisse injustiçado e considerasse que as oportunidades em Sergipe fossem acanhadas para diversos profissionais, conforme repetia sempre sobre o próprio ofício de professor. No entanto, é importante verificar que Carvalho

[46] Essas questões militares envolvendo o Professor Abdias estão anunciadas ao largo do texto aqui comentado e já referido neste estudo. Ver: CARVALHO NETO, Antônio Manoel de. Reminiscências. In: FELTE BEZERRA. **Traços psicológicos de um educador sergipano.** Aracaju: 1947. O Professor Abdias Bezerra é citado também pelo historiador, José Ibarê Costa Dantas, ao falar sobre o Movimento Tenentista em Sergipe. Na configuração da Aliança Liberal em Sergipe, Abdias Bezerra esteve ao lado do Professor Artur Fortes, considerado a maior expressão desse período político em Sergipe, posto que o mesmo havia participado de vários movimentos sociais em Sergipe, do início entre 1905-1925. Os dois professores foram expulsos da Escola Militar em 1904. Ver: DANTAS, José Ibarê Costa. **O tenentismo em Sergipe**: da revolta de 1924 à Revolução de 1930. 2ª. ed. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade, 1999.

Neto só saía de Sergipe para participar da vida política no Rio de Janeiro e para participar dos Congressos quando representava sua categoria profissional. Sempre voltava ao seu "torrão natal".

> Posso destarte, debuxar na escrita a imagem mental que conservo de ABDIAS, através do voluntário e beneditino sacrifício a que se votou, desde então, ao magistério público e particular em Sergipe, cortada abruptamente a linha ascendente, de êxitos certos, que lhe estava traçada na carreira superior do país. [...] Todos os fatos têm assim uma causa. Toda causa obedece, por sua vez, a uma lei. Essa é a chamada lei da causalidade, segundo a qual "todo acontecimento, isto é, toda a modificação no mundo físico é a resultante de uma modificação anterior, necessária à sua existência"(Von Ihering: A evolução do Direito) (CARVALHO NETO, 1947, p. 16).

Dos traços biográficos de Abdias Bezerra produzidos no exercício mnemônico do discípulo, há uma compreensão significativa da trama social que envolve a noção de biografia:

> Em se procurando, pois, os índices de uma biografia, forçoso é que se busquem as diversas influências que colocam a vida do biografado na dependência desse nexo causal, dessa causa efficiens. Nesse pressuposto, situar ABDIAS BEZERRA em Sergipe, depois de se haver lançado, por tanto tempo, noutros rumos, é lobrigar, ao longe, a causa que determina o seu regresso à terra do nascimento, precisamente no momento em que tudo o propelia para uma carreira vitoriosa nos quadros do Exército Nacional. E, em conseqüência, descobrir os pontos de contacto e os de dissociação entre o homem e o meio, para alcançar a linha quebrada, com os motivos de inflexão noutro sentido (CARVALHO NETO, 1947, p.17).

A volta a Sergipe, na visão de Carvalho Neto, causou alguns transtornos a Abdias Bezerra que, ao ter se afastado das funções militares promissoras e "ascendentes", mudou de campo profissional, passando a atuar no campo educacional.

Entendemos, pois, ao exposto por Carvalho Neto, que Abdias escolheu formas de ver a realidade, quando estava entrando para a carreira militar, e esse desfecho que o trouxe a Sergipe, culminando com a sua inserção no campo educacional, não foi, certamente, resultado de uma medida compulsória, mas sim de escolhas feitas por Abdias. Mas, como Abdias não está presente aqui como objeto a ser analisado, volvemos ao que nos interessa: ver os pontos de aproximação entre o Mestre e o Discípulo.

Como já se havia anunciado, o gosto pelas letras vernáculas foi marcante no aprendizado com o Mestre. Três motivos atraíram Carvalho Neto à vontade de aprender com

Abdias. Um, foi a Literatura clássica, sobretudo a francesa; outro, a Música, com ênfase no teatro de óperas; e a derradeira e, "por contraste", a inclinação do Mestre "para os estudos positivos, com preferência a matemática e a física" (CARVALHO NETO, 1947, p. 26). Destarte, Carvalho Neto fez sua incursão pela Literatura clássica tendo sido, ao lado de Manoel Xavier, como ele próprio atestou, os primeiros oradores da "Sessão Demostênica", uma tertúlia literária semanal no Colégio dos Alfredos Montes. Seu desejo de conhecer o teatro lírico brotou da convivência com Abdias:

> [...] É que me infundiu o desejo, tão compatível com a minha sensibilidade, de conhecer, como ele, o teatro lírico. Recordo-me de como repetia trechos de óperas, nos transportes de uma admiração que chegava ao êxtase. E era de vê-lo e ouvi-lo nesses momentos de emoção artística, como se estivesse diante de seus cantores prediletos! Caruso, Zanatelo, titã-Ruffo, Giraud, Ema Careli, Del Monti, Tetrazini, Maria Gay, Berlendi, tantos e tantos mais, era uma delícia vê-lo repetir os triunfos a que assistira no Teatro Lírico, confundido na sugestão coletiva dos aplausos. Quase sempre finalizava a sua descrição emotiva, comunicativa, entusiástica, com este apêlo de amigo: - Carvalho, não deixe de freqüentar o lírico! [...] Compreendi depois, em lhe seguindo o conselho, o mundo de belezas, as maravilhas de arte, que perdêra ABDIAS, a música e o canto que tanto lhe inebriavam a alma de artista recalcado (CARVALHO NETO, 1947, p. 24).

Justamente pelo conhecimento que possuía Abdias, ele se tornou professor, num "incessante ganha pão até a morte. [...] Professor, sempre professor, numa terra onde o magistério continua sendo o mais penoso e ingrato salariato intelectual" (CARVALHO NETO, 1947, p. 24). As impressões negativas de Carvalho Neto em relação às condições do magistério foram abordadas por ele em outros escritos.

Em "Vidas Perdidas", Carvalho Neto (1948) tratou com riqueza de detalhes sobre as dificuldades encontradas pelas normalistas na luta ao ingresso à profissão docente. O livro percorreu caminhos para além da vida das normalistas. Tratando-se, sobretudo, de um romance penitenciário - pedagógico, questionando o regime disciplinar nos presídios, enfatizando a ausência de um Sistema Penitenciário capaz de regenerar os presos. Destacou desigualdades entre as prisões de diversas regiões do Brasil. Revelou que os Diretores eram indicados pelas mãos dos políticos e não tinham formação adequada para exercer suas funções.

O autor expôs as mazelas do Regime Penitenciário da época localizada, criticou o descaso e desconhecimento que os mostravam às questões científicas, como as "noções de psicologia, de psico-pedagogia, de biotipologia, de estudos de caracteres humanos"

(CARVALHO NETO, 1943, p.148) para se tratar dos presos. A opinião desfavorável sobre as condições do Regime Penitenciário estava entrelaçada à sua percepção com referência às condições sociais das professoras, personagens de sua obra. Conforme o que disse na descrição da professora Leonor da Silva, uma de suas personagens, perpassou crítica ao sistema educacional, onde se identificaram aspectos da educação republicana pronunciados, por exemplo, na história dos Grupos Escolares, no que se refere à propaganda do civismo, patriotismo e moral:

> Professora pública primária, Leonor da Silva, sua mãe, era uma dessas mulheres abnegadas servidoras do Estado, que trocam a alegre mocidade pelo amargo de sua infinita dedicação ao ensino. Mal pagas desassistidas, vítimas embeles de suspeitas e mexericos, são as bandeirantes incompreendidas da formação mental na nacionalidade. Atiram-se pelos sertões desconhecidos, pelas fazendas, pelas usinas, pelos povoados mais distantes no interior e lá fundam, de verdade, a Escola que o Governo apenas sabe existir pelo decreto de sua criação. São elas a vida espiritual, o canto, o hino, o sentido da Pátria nesses confins abandonados. Ensinam letras, o patriotismo, deveres e religião, moral e prendas, a bandeira e a fé, missionárias do Brasil nessas paragens de conquista. Cedem, às vezes, à lei do amor e quase sempre, ao império da necessidade: casam-se! (CARVALHO NETO, 1943, p. 73).

As críticas formuladas por Carvalho Neto sobre a condição das professoras primárias pairavam, sobretudo, na formação das normalistas. Em relação ao Professor Abdias Bezerra ele não deixou, porém, de destacar que, com o conhecimento adquirido ao longo de sua vida e voltando a Sergipe, não teria sido outra a profissão de seu Mestre, que da carreira militar malograda, tornou-se, através de concurso público, professor de Francês, no Ateneu Sergipense. O capital científico e cultural de Abdias o promoveria, sem dúvida, à carreira de Professor.

O Discípulo segue os Conselhos dos Mestres

Os conselhos dos Mestres, sobretudo em se tratando de Alfredo Montes e Abdias Bezerra, não foram em vão para o aluno interessado. Carvalho Neto não só absorveu as lições ao continuar cultivando o gosto pela cultura clássica, como continuou seus estudos. Em 1905, Carvalho Neto ingressou no Curso de Direito na Faculdade Livre do Rio de Janeiro[47].

Na Capital da República, Carvalho Neto estudou até 1910, recebendo o grau de Bacharel em 1911. Sua vivência como estudante de Direito foi marcada por uma participação ativa. Em suas obras lembrou em vários momentos de Enrico Ferri[48]. Nas questões relacionadas ao Direito Penitenciário, Carvalho abordou o tema da delinqüência respeitando os princípios do Mestre.

[47] A atual Faculdade Nacional de Direito é resultado da fusão, em 1920, das duas escolas de Direito existentes à época, na então Capital da República, Rio de Janeiro. A primeira e maior escola, denominada Faculdade Livre de Sciencias Jurídicas e Sociaes do Rio de Janeiro foi fundada em 18 de abril de 1882, mas somente foi autorizada a funcionar em 1891. A Livre foi a terceira Faculdade de Direito brasileira, depois da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco – atual Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – e da Faculdade de Direito do Recife – atual Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco – ambas criadas em 1827. A segunda escola, denominada Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, foi fundada em 1891. As duas escolas foram criadas por professores que oscilavam entre correntes progressistas e conservadoras, republicanas e monarquistas, formados em São Paulo, Recife e Coimbra, e sua unificação só foi possível quase trinta anos depois após a fundação das duas escolas, em razão de problemas políticos. Em 1937, passou a se denominar Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Em 1967, foi designada por Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em 2000, voltou a exibir o nome de Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Cf. **BRASIL**. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. Faculdade Nacional de Direito, Breve Histórico. RJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008. Disponível em http://www.direito.ufrj.br/. Acesso em 21/01/2008. Sobre o conceito de Livre, denominação dada à Faculdade, é interessante conhecer a tese de Doutorado de Francisco Alencar de Sousa, que faz uma análise da "Reforma de Ensino Livre de 1879", conhecida como Reforma "Leôncio de Carvalho". Cf. SOUSA, Francisco Alencar de. **Os tempos do Império:** Uma análise da Reforma do Ensino Livre de 1879. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica/PUC, 2006. (Tese de Doutorado)

[48] Enrico Ferri nasceu em San Benedetto Pó, Montúa, na Lombardia, em 25 de fevereiro de 1856, e morreu em 1929, em Roma. Sociólogo criminal, jurista e político italiano, considerado um dos grandes mestres do Direito Criminal, o principal representante da escola positivista no Direito Penal e o criador da Sociologia Criminal. Considerava a delinqüência como conseqüência de fatores antropológicos e sociais. Participou de vários congressos com seu amigo e mestre Cesare Lombroso (1836-1909), médico e professor universitário e criminologista italiano, considerado o pai da criminologia, assim como com o jurisconsulto napolitano Rafael Garófalo (1851-1934) com quem estudou o crime e se fixaram em causas, como o clima, a idade, raça, sexo, psicologia, densidade populacional e condições político - econômicas. Disponível em: http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/EnricFer.html. Acesso em 18 de outubro de 2007.

Em seu livro de crônicas, “Cinzas da Província” (1955), Carvalho Neto enalteceu a obra daquele jurista italiano, o que nos leva a compreender a sua simpatia pela criminologia positivista:

> [...] Vinte e nove nações, a que aderira o Brasil, celebraram na Itália, em começo do mês passado, o jubileu de ENRICO FERRI. O que há de mais culto no velho e no novo mundo, o que traz o relevo do pensamento contemporâneo na sociologia, na criminologia, no direito, movimentou-se em homenagem ao insigne professor, cujo prestígio mundial se afirmara pela força vitoriosa das idéias. [...] Uma simples indicação dos trabalhos mais salientes do eminente sociólogo italiano demonstra o valor excepcional de sua obra na renovação do direito criminal e sua projeção nos horizontes do pensamento contemporâneo. Foi com essas credenciais que ele visitou duas vezes o Brasil, encontrando a acolhida entusiástica que as suas teorias, assentes em princípio rigoroso de ciência, haviam sobejamente primiciado (CARVALHO NETO, 1955, p. 37-38).

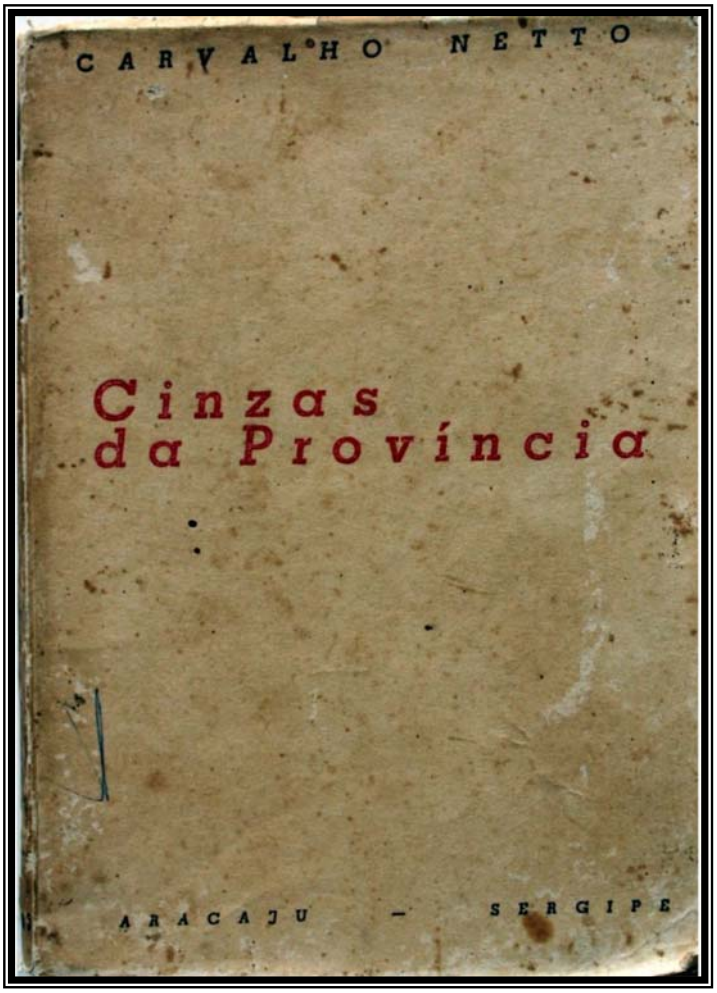


Figura 10. Capa do livro “Cinzas da Província”. Autor: Antônio Manoel de Carvalho Neto.. Aracaju, 1955. Encadernado durante o Curso de Tipografia e Encadernação da Escola Industrial de Aracaju. Acervo: Instituto Tobias Barreto de Educação e Cultura.

Tomando como referência várias obras de Ferri, Carvalho Neto fez, no livro citado, uma preleção sobre os trabalhos daquele professor no campo da Sociologia Criminal, ao tempo em que historiou as influências recebidas do mestre a partir das experiências de Lombroso (1835-1909), outro professor lembrado, e sua contribuição para a História da Criminologia:

> [...] Deles se destaca, sombranceando os demais, a **Sociologia Criminal** (grifo do autor), a mais opulenta e erudita das contribuições científicas, com que se firmaram, em definitivo, os créditos da escola renovadora, que o gênio de LOMBROSO lançara nas bases da antropologia e que tivera em GARAFÁLO o jurista de visão larga, contemplando o ciclo triunfante das idéias novas. O direito criminal vinha do apriorismo de CESARE CECCARIA E JOHN HOWARD contra o arbítrio e tormentos da Idade Média. Foi a ação de ambos, na Itália e na Inglaterra, que determinou uma nova concepção de crime e conseqüente estabelecimento de outras regras no aplicar a pena, firmando-se como bandeira da escola a máxima – **nullum crimem nulla poena sine lege.** (grifo do autor) (CARVALHO NETO, 1955, p. 38)

Além dos italianos Enrico Ferri e Lombroso, outros cientistas do Direito contribuíram na formação intelectual de Carvalho Neto, a exemplo do francês Paul Doumer (1857-1932) e do brasileiro maranhense Viveiros de Castro. Transcrevemos aqui o que ele indicou sobre Doumer:

> [...] Guardai, enfim, a mais intransigente fidelidade aos nossos deveres. É deste o compromisso de honra do advogado. Um nobre espírito, imolado ao serviço da Pátria – PAUL DOUMER – (e de quem ainda recordamos as palavras de fé, que pronunciou na Faculdade Livre de Direito, do Rio, ao nosso tempo de estudante) deu aos seus filhos, também sacrificados na voragem da guerra, este conselho: "Sabe querer; faze o que deves! Eis no que podem resumir-se os multíplices preceitos a dar para regramento da vida. Faze o teu dever. Sê em tudo e sempre atento ao dever". Do quanto vale não torcer dessa linha de conduta, são muitos e imperecíveis os exemplos de nossa profissão (CARVALHO NETO, 1946, p. 20).

Viveiros de Castro[49] fez-lhe reviver os caminhos da prática do advogado, quando defendia um professor sergipano, diretor de Grupo Escolar, que havia sido afastado de suas funções, além de ter sido proibido de entrar no prédio no qual exercia o seu magistério.

[49] AUGUSTO Olympio Viveiros de Castro era filho do Senador Augusto Olympio Gomes de Castro e D. Ana Rosa de Viveiros de Castro, nasceu a 27 de agosto de 1867, na província do Maranhão. Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito de Recife, recebendo o grau de bacharel em 1888. Foi juiz em sua terra natal. Transferiu-se para o Rio em 1897, e por decreto de 31 de dezembro, representou o Ministério Público

> [...] Não havia, então, mandado de segurança. Era o *hábeas-corpus* a medida aceite para coibir abusos, desde que, envolta com a função do titular estivesse o direito de ir e vir, o direito de locomoção. Estávamos na instância do Supremo Tribunal Federal, onde se debatia o caso, em recurso. [...] O relator, apreciando a prova não dera pela mistificação do documento fornecido pela autoridade. Só um confronto com o *Diário Oficial*, que juntáramos, é que havia de patentear a escamoteação governamental. Demos então, um aparte, lembrando a necessidade urgente desse confronto. O Presidente do Supremo soa os tímpanos. O relator faz-se desatento e prossegue na sua demonstração. [...] Uma circunstância personalíssima, entretanto, transmuta a cena. Tomava aparte no julgamento o MINISTRO VIVEIROS DE CASTRO, nosso antigo mestre na *Faculdade Livre de Direito*. E ao reconhecer-nos – seu antigo discípulo – quando volvíamos a pedir o exame dos documentos, ele próprio toma a palavra e requer o esclarecimento do ponto controverso. Foi a salvação da causa, ficando em meridiano a nossa fundada argüição. (CARVALHO NETO, 1946, p. 512).

As informações encontradas sobre a vida de Carvalho Neto, na Faculdade Livre de Direito, referem-se às reflexões que ele fez a respeito dos professores que marcaram sua trajetória. Tais reflexões foram projetadas no livro "Advogados" (1946), e no prefácio Carvalho Neto declarou ter escrito para os mais moços ensinando-os, certamente, os percalços e as vitórias da profissão. Para os mais moços de todo o Brasil:

> Ora, ao escrevermos um livro sobre – ADVOGADOS – anima-nos, precisamente a esperança numa geração mais jovem, no prelúdio de uma primavera mais luminosa. Temas antigos que se atualizam no contraste de idéias novas, traçando rumos para o futuro. Acuradas observações de um velho causídico, encanecido no clima ardente dos tribunais, dizendo à mocidade de – Como aprendemos – Como sofremos – Como vivemos – na luta incessante da profissão. Dir-se-á que tomamos para posto de vigilância uma pequenina província do norte, que a muitos parecerá, talvez, de reduzidos horizontes, sem as amplas perspectivas que se desdobram noutros setores nacionais. Paradoxalmente, porém, de nenhum outro ponto havíamos de ter uma visão mais completa do panorama brasileiro, no tocante aos assuntos deste livro. Em escrevendo de Sergipe, é como se escrevêramos de outros Estados que se lhe assemelham. Partimos da periferia para o centro. (CARVALHO NETO, 1946, p. 9).

Naquele livro, a escrita se transformou num exercício confesso de memória, onde ele intentou passar mesmo para os mais moços, lições aprendidas em seu percurso de vida até aquele momento.

---

junto ao Tribunal de Contas, e foi Diretor do mesmo Instituto, cargo que corresponde atualmente ao de Ministro, em decreto de 14 de maio de 1901. Como Lente Catedrático da antiga Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, em 1907, lecionou as cadeiras de Direito Civil, Administrativo e Internacional. Disponível em: http://www.stf.gobr/institucional/ministros/republica.asp?cod_min=58.

Todos os capítulos daquela obra perfazem as lembranças das matérias ensinadas pelos professores, das experiências vividas depois delas e das práticas sociais defendidas por Carvalho Neto.

"Advogados" (1946) trata-se, portanto, de um compêndio sobre a profissão no campo do Direito alargando, porém, a visão do escritor sobre a sociedade brasileira.

Os ensinamentos do jurista Carvalho Neto pareceu extrapolar o seu tempo e espaço vividos e ecoa no Brasil feito uma obra que se configurou eternizada através de uma memória produzida pelo autor. Seu objetivo em espraiar "da periferia para o centro" o pensamento de um advogado do "torrão natal" deu certo, como passaremos a expor.

Direito, Parlamento Nacional, legitimação no poder

O Direito foi, certamente, o campo sobre o qual Carvalho Neto compôs a sua trajetória profissional, conforme o conjunto de sua obra. E esse campo lhe abriu as portas para o sucesso como um importante orador do Congresso Nacional. A partir disso, outros espaços sociais foram ocupados por ele, como por exemplo, o prestígio de ter seu nome escolhido para a fundação da Faculdade de Direito de Sergipe em 1950.

Tal compreensão relevou-se através dos textos literários, dos artigos produzidos para a Imprensa, dos Discursos como Deputados Federal, obras escritas sobre Direito, Revistas, dos depoimentos de amigos que conviveram com ele, das cartas que escrevia ao filho Paulo, sobretudo, do reconhecimento social que legitimou o fio condutor de seu perfil como um advogado de renome nacional. Todavia, o domínio da linguagem jurídica se deveu, como ele mesmo testemunhou, aos preparatórios e aos estudos das Humanidades:

> [...] sem base no estudo, nenhum mérito existe na profissão, nenhum dever nobremente cumprido. EDMUNDO LINS, dos mais conspícuos dos nossos magistrados disse: "sem profundo conhecimento do direito teórico e prático, sem prefulgente critério jurídico e sem íntegra imparcialidade, ninguém pode ser um bom juiz" (*discurso da inauguração do busto de Pedro Lessa*). Esse profundo conhecimento do direito teórico e prático há de ter raízes na mocidade, vindo da Academia. Mais até: plantadas desde o curso de humanidades, no húmus fecundante dos preparatórios bem ensinados e bem aprendidos. É daí que vai se formando o lastro dos conhecimentos gerais, que veiculam o saber da profissão. E só quando é sabida é que fica estimada. Como nos versos de CAMÕES: "Porque que não sabe a arte, não a estima". (*Os Lusíadas*, Canto V) (CARVALHO NETO, 1946, p. 70).

Com a intenção de ensinar aos mais novos as vicissitudes e as grandezas da profissão, Carvalho Neto foi imprimindo em suas palavras a experiência de um professor, tal qual o fizeram Alfredo Montes e Abdias Bezerra aos seus discípulos.

Em 1911, terminando os estudos de Direito no Rio de Janeiro, sua carreira haveria de tomar dois rumos diferentes: um, permanecer na Capital da República e continuar trabalhando como advogado, talvez como colega de Herculano Marcos Inglês de Souza e outra, voltar a Sergipe e seguir os conselhos do pai. Carvalho Neto preferiu o retorno a Sergipe. Estreou em sua carreira como Deputado Estadual em Sergipe, na legislatura de 1912-1913, no Governo de Siqueira de Menezes, atendendo a um pedido do pai, Joviniano Joaquim de Carvalho, médico e experiente político. Teria sido essa volta em função do progenitor, qual seja, a de acompanhar os passos paternos? Ou veio também responder aos compromissos do coração? Ainda como estudante de Direito ele já era namorado de D. Vetúria, com quem se casou em 1912[50].

O fato é que em Sergipe ele deu seus primeiros passos na política. Terminado o mandato de Deputado Estadual foi nomeado juiz em Itabaiana, pelo Decreto n. 29 de maio de 1913. Em junho de 1916 pediu remoção para o termo de Japaratuba, permanecendo então no cargo até 1918. Em 1918, foi nomeado para fazer parte da Comissão encarregada de elaborar a Organização do Código do Processo Civil e Comercial do Estado. Essas atividades proporcionaram a Carvalho Neto um período de estudos, garantindo-lhe a aquisição de um capital científico acerca dos assuntos jurídicos. Os cargos públicos que veio a ocupar permitiram-lhe praticar os ensinamentos da academia, assegurando-lhe aos poucos o domínio do campo do Direito, o que certamente, legitimou-o também no campo político, literário e docente.

No Governo do Coronel Pereira Lobo, Carvalho Neto assumiu a função de Diretor Geral de Instrução Pública, pelo período de novembro de 1918 a outubro de 1920, em seguida, em 1921, por Sergipe, uma cadeira no Congresso Nacional. Em 1924-26 foi reeleito. Nesse período foi colega de Gilberto Amado, Ivo do Prado e Graccho Cardoso. No segundo mandato continuou representando Sergipe ao lado de Gilberto Amado, Batista Bitencourt e Gentil Tavares. Voltou à Câmara Federal em 1950, 1951/54[51], substituindo Graccho Cardoso.

[50] No inventário e testamento de Carvalho encontramos a certidão de casamento nº 45, donde foi registrado o casamento de Antônio Manoel de Carvalho Neto e D. Vetúria Prata de Carvalho, no dia 12 de setembro de 1912. Cf: **SERGIPE**. Arquivo Judiciário de Sergipe, em 30/03/2007. AJU/C OF. Doc. 32 – 2114. Inventário com testamento. Ano: 1954 – 26 de maio de 1954. Comarca de Aracaju, 681, 1954.

[51] Ver. **SERGIPE**. Tribunal Regional Eleitoral. 100 anos de eleições em Sergipe. Aracaju: TRE/SE, 2002.

No período das duas legislaturas federais, entre 1921 e 1926, Carvalho Neto produziu uma profícua carreira política, participando de debates nacionais históricos como questões ligadas à Unificação do Direito Processual (1922) [52], Legislação Social do Trabalho (1923) [53], Patronato Agrícola (1923) [54].

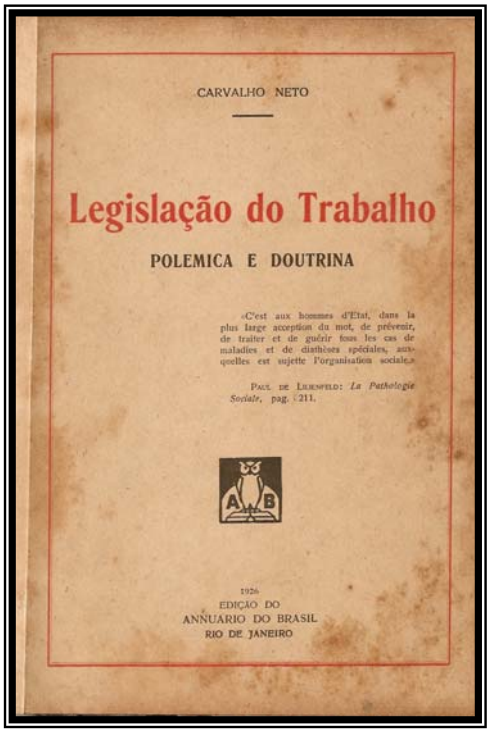


Figura 11. Capa do livro "Legislação e Trabalho: Polêmica e Doutrina". 1926. Fonte: Arquivo particular de Wagner Ribeiro. Arte e diagramação: Léo A. Mittaraquis.

Na matéria de Legislação e Trabalho, travou um grande debate sobre o direito a oito horas semanais, trabalho de menores, separação de sexos; temas que levantaram polêmicas nas sessões de 1925, ao lado de Deputados como Afrânio Peixoto[55].

[52] **BRASIL.** Anaes da Câmara, Sessão em 7 de novembro de 1922. Unificação do Direito Processual.
[53] **BRASIL**. Anaes da Câmara, Sessão em 5 de julho de 1923. Legislação Social.
[54] **BRASIL.** Anaes da Câmara, Sessão em 29 de dezembro de 1923.
[55] Júlio Afrânio Peixoto nasceu em Lençóis, na Chapada Diamantina, em 17 de dezembro de 1876 e morreu em 12 de janeiro de 1947. Afrânio Peixoto era médico, formado aos 21 anos na Faculdade de Medicina da Bahia. Na sua formatura defendeu a tese *Epilepsia e crime*. Foi professor, Diretor Geral de Instrução Pública no Distrito Federal na segunda metade da década de 1910. Foi eleito deputado federal pela Bahia em 1924, exercendo o mandato até 1930. Estudou medicina-legal nos Estados Unidos e, nesse campo desenvolveu teses e concepções sobre a eugenia e higiene; concepções que fizeram parte dos discursos educacionais no Brasil nas primeiras décadas do século XX. Foi um intelectual polêmico que levantou polêmicas em relação às suas concepções e no que concerne à condição feminina travou debate acalorado com Carvalho Neto na década de 1920. Sobre esse intelectual, ver: FÁVERO, Maria de Lourdesde Albuquerque. **Dicionários de Educadores no Brasil**. 2. ed., Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MEC-Inep-Comped, 2002. p.659. Cf. VIDAL, Diana Gonçalves Vidal, FARIA FILHO, Luciano Mendes de. "História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo e sua configuração atual". In: VIDAL, Diana Gonçalves Vidal, FARIA FILHO, Luciano Mendes de **As lentes da História**: estudos de história e historiografia da educação no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2005b. p. 73 – 127. Cf. ROCHA, Heloísa Helena Pimenta Rocha. "Recordação para professoras: a História da Educação brasileira narrada por Afrânio Peixoto. In: GONDRA, José Gonçalves. **Dos arquivos à escrita da História**: a educação brasileira entre o Império e a República no século XIX. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001. p. 11 -36.

Em 1926, como resultado de sua participação como relator do Código do Trabalho, Carvalho Neto produziu um livro[56], polemizando com Afrânio Peixoto em torno de algumas discordâncias, como alguns erros supostamente encontrados por Afrânio referentes a algumas questões, entre as quais: soma de 40 horas semanais, trabalho de menores e "cadeira para as mulheres".

Carvalho Neto considerou que sua obra se revestiu numa "dupla feição: é um protesto, e é uma colaboração" (CARVALHO NETO, 1926, p.9). Na justificativa que se inicia assim, ele acrescentou:

> Protesto que revida a quantos se obstinam, desatenttos das realidades contemporâneas, em negar a existência da questão social no Brasil, pela confundir, lamentavelmente, com os graves aspectos que ella assume nos paizes de grande industria e densa população. Colaboração, ainda que modesta, pelo escote de esforço que representa, no sentido de acudir, a tempo, com as providencias Legislativas necessárias a desatar de certas questões, que mais tarde, acaso descuradas hoje, serão resolvidas, imperiosamente, sob a pressão irreprimível das reivindicações operárias. [...] Não há respigar-lhe originalidade, lavrando, como lavrei, em seara já de muito cultivada (CARVALHO NETO, 1926, p. 9).

Em "Legislação e trabalho", especialmente, Carvalho Neto deixou entrever seu perfil intelectual e procurou explicar suas preferências políticas. Discorreu sobre as particularidades econômicas do Brasil, para tornar sua justificativa legal, do ponto de vista econômico, social e político. Criticou as paixões partidárias que cogitaram mais as "arengas" pessoais e menos "as questões de princípio" (CARVALHO NETO, 1926, p11).

Avançando em sua justificativa, esboçou seu pensamento político naquele momento:

> Sem ser extremista com os mais avançados reformadores das instituições vigentes, nem me ankylosando em formulas fanadas, incompatíveis com o espírito social do Direito, que hoje governa o mundo, debuxei, a largos traços, um programma que se me affigura o mais consetaneo com as condições atuais da Pátria. [...] Na carência de Partidos Políticos norteados por princípios, em torno aos quaes se arregimentem, com prévio conhecimento de causa, os partidários, não se pode erigir em programma, no Brasil, esta ou aquella doutrina, liberal ou conservadora, livre-cambista ou proteccionista, solidarista, socialista, communista, anarchista e *tuti quanti*... E se-lo-a por muito tempo ainda, tanto que se não haja educado o povo á altura do regime, ironicamente chamado de democrático (CARVALHO NETO, 1926, p.11-12).

[56] CARVALHO NETO, Antônio Manoel de. **Legislação e Trabalho:** polêmica e doutrina. Rio de Janeiro: Edição do Anuário do Brasil, 1926.

Em questão à política, ele arrematou que, havendo possibilidade, mostraria sua inclinação para o "intervencionismo, systema de pesos e contrapesos que equilibra a acção do Estado com as doutrinas socialistas" (CARVALHO NETO, 1926, p. 12).

Por essas concepções declaradas, ele era considerado um idealista. Ainda em 1922, defendeu 10 moços sergipanos na questão tenentista em Sergipe. Em 1930, chegou a ser tachado de comunista, mas não chegou a ser preso. Ele manteve, em sua vida inteira, uma espécie de espírito contestador, combativo, mas soube bem assegurar-se numa situação incólume as marcas da censura impostas pelos governos por que passou. Provavelmente, tenha respondido bem ao que denominou de equilíbrio:

> Com esse intervencionismo conjuguei, como elemento psycologico indispensável, notadamente num paiz de tão deficiente educação, a acção soberana da religião, factor de convicções moraes que escudem e protejam o nosso povo contra o avanço avassalador de doutrinas subversiva e fataes (CARVALHO NETO, 1926, p. 12).

Invocando os exemplos de homens que seguiu, como Tobias Barreto, Carvalho Neto assegurava em si a esperança de que o Brasil avançasse no seu processo cultural e de civilização, atendendo aos princípios de nações já desenvolvidas, como a França. Para ele, a Legislação Social deveria atentar para as particularidades do Brasil, mas deveria também seguir o exemplo das nações que já haviam avançado nessa maneira de ação social.

O trabalho na defesa da Legislação Social permitiu conceder a Carvalho Neto, em vida e após o seu falecimento, as honras de ter sido um precursor[57].

Sua obra no campo do Direito, como já foi dito, constitui-se na máxima expressão de seu perfil. O livro "Advogados" (1946) tem sido citado por estudiosos, não só no campo do Direito[58], como no campo da lingüística[59].

---

[57] Ver anexos, onde estão reunidas algumas páginas sobre Apreciações da Legislação Trabalhista. Nos anexos também reunimos um pequeno álbum de fotografias que indicam os lugares de memória para uma leitura sobre o perfil intelectual e profissional de Carvalho Neto.

[58] Cf. PORFÌRIO, Geórgia Bajer Fernandes de Freitas. **Cenário da Jurisdição Criminal** (analogias entre o passado e o presente). Mestre em Direito Processual pela Universidade de São Paulo. Disponível em: www.processocriminalpslf.com.br/cenario.htm. Acesso em 23/10/2007. Não foi possível identificar a data do texto. Ver: CHAGAS, Marco Aurélio Bicalho de Abreu. **Valores Éticos no exercício da cidadania**. Minas Gerais, 1999. Esse texto cita Carvalho Neto em seu artigo, e afirma que seu livro Advogados deve figurar, entre outros, como livro de cabeceira de todo profissional do Direito. Disponível em: http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=286. Acesso em 23/10/2007.

[59] Ver: PEREIRA, Eliane Simões. Estudo vocabular de petições jurídicas: ornamentação e rebuscamento. In: **Revista Estudos Lingüísticos XXIV**, 2005, p.720-725. Disponível em: www.gel.org.br. Acesso em 23/10/2007. Ela cita Carvalho, a partir do livro Advogados.

“Fragmentos”: Para que não se perca a História

Estes “fragmentos” nos permitiram construir um caminho (auto) biográfico da vida do intelectual sergipano, Antônio Manoel de Carvalho Neto, a partir de uma série de textos, escritos na coluna de jornal, denominada “Fragmentos”, no periódico sergipano “Diário de Sergipe” em 1946. Os traços (auto) biográficos do autor foram se formando através das temáticas tratadas por ele na coluna jornalística.

As temáticas desenvolvidas por Carvalho Neto na coluna “Fragmentos” foram selecionadas para este estudo levando em consideração a atuação desse intelectual no campo do Direito, do Jornalismo e da Literatura. Analisamos as temáticas que polemizaram o contexto histórico brasileiro na confluência dos debates acerca dos seguintes assuntos: poder judiciário, relações de poder na política nacional, incluindo Sergipe, perfis intelectuais de sergipanos, relevância do Estado de São Paulo para disseminação das idéias científicas sobre Direito no Brasil, discussões sobre o poder temporal e religioso, situação geográfica de Sergipe.

Buscamos, dessa forma, cruzar os depoimentos do próprio Carvalho Neto com outros agentes sociais citados por ele nos textos de sua autoria, a fim de se fazer revelar nas suas falas as representações sociais, políticas, econômicas e culturais que envolviam a sociedade sergipana nos grandes debates nacionais. Sobretudo, objetivamos traçar o perfil (auto) biográfico de Carvalho difundido largamente em seus escritos.

No intuito de alcançar tal intento, relacionamos os dados obtidos com outros documentos já analisados, como cartas, trabalhos científicos apresentados pelo autor em Congressos Nacionais e algumas obras literárias escritas por ele. Neste diálogo entre a voz de Carvalho Neto, presente nos “Fragmentos”, e outros atores de seu tempo, procuramos compreender o lugar de onde ele falava, intentamos conhecer parte de seu percurso de vida, sua trajetória, como intelectual do Direito, parlamentar e escritor.

Aqui nos valemos de textos escritos na imprensa sergipana, que constituem uma parte da trajetória de Carvalho Neto, denominados de memorial de suas experiências vividas e que estão imbuídos de um interesse subjetivo do personagem, transformado em fonte para a preservação de seu caminho:

> Memórias pessoais organizadas em depoimentos autobiográficos são fontes valiosas no esforço de compreensão da constituição da história de cada

> pessoa. Um sujeito, ao apresentar uma narrativa de tipo autobiográfico, constrangido pelas características desse gênero discursivo, organiza a apresentação de seu passado no momento mesmo da narração. Lembrar, portanto, é recriar as experiências passadas com os olhos do presente (AQUINO; OLIVEIRA; REGO, 2006, p.269).

Contudo, tais lembranças, organizadas através dos registros da história oral ou escrita, como é o caso presente, revelaram aspectos relevantes e significativos de uma vida entrelaçada a outras; as memórias pretendidas, pois, não desvelaram a vida do indivíduo por sua voz mesma, mas a descortinou por meio de um enlace social entre o personagem de quem falamos e sua interdependência social, seu pertencimento a um grupo social, suas relações com o contexto social da época a que pertenceu.

Na coluna "Fragmentos" do Jornal "Diário de Sergipe" (1946), compreendemos que existiu uma intenção clara de fazer revelar aspectos individuais e sociais de um intelectual com participação efetiva em matérias discutidas amplamente, à época, pela sociedade brasileira, através do Parlamento Nacional, jornais, literatura especializada, o que se revestia em debates públicos para deixar, nesses diversos extratos sociais, os registros de uma época, dos traços formativos de seus homens e mulheres e de suas ações nas práticas culturais, entendendo esse último termo como o modo de agir dos homens e como eles construíram tais modos na formação individual e sua imbricação com as instituições sociais. Compreendemos que as práticas culturais[60] ajudam a tecer as representações sociais que o presente faz do passado.

Analisar as práticas culturais através dos registros da Imprensa, do ponto de vista histórico, requer uma lembrança importante sobre as discussões em torno de fontes históricas e da legitimidade do uso do método, em suas várias frentes: coletar, selecionar, criticar, analisar e interpretar. Neste sentido, o uso da imprensa como objeto ou fonte de pesquisa se incorpora nos debates acerca do ofício do historiador, que teve na Escola dos *Annales* (1929), contribuição significativa.

[60] Ver: CHARTIER, Roger. **A história cultural:** entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1986. Segundo nosso entendimento, as práticas culturais podem ser compreendidas como modos de agir típicos de determinados grupos dentro de um ou mais campos, representando nestas práticas a percepção do social, bem como as diferenciações que induzem ao confronto entre tais grupos. O que parece nos aproximar de Chartier que vê essas práticas como forma de "reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição". CHARTIER, Roger. **A história cultural:** entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990, p. 23.

Depreendemos disso que a Imprensa[61] se envolve nos documentos que são considerados monumentos[62] pelos historiadores da História Nova.

Tomamos de empréstimo, para explicar a intenção aqui esboçada, a frase inicial de todos os artigos da coluna "Fragmentos"[63], no qual Carvalho Neto inscreveu as suas concepções sobre a história: *"Colligite fragmenta me pereant"* (JOANN. 6-12). É essa interpretação que fazemos, em primeiro plano, da intenção que houve na prática de Carvalho Neto, em reunir, em colunas de jornal, traços de sua vida. Capturamos o desejo daquele intelectual sergipano em rememorar, através da coluna de jornal, os seus próprios elementos biográficos. Contudo, a estratégia usada por ele para publicar sua trajetória foi tanto a expressão própria sobre si, quanto a expressão de outros em relação a si. Por meio das vozes de outros intelectuais do campo do Direito, jornalistas, professores e escritores, de outros Estados e de Sergipe, o advogado Carvalho Neto deixou registrada parte de sua trajetória.

Num de seus artigos, ele escreveu:

> Para que não percam, recolhei os fragmentos. É a sentença sábia do evangelista. Principalmente quando têm brilho próprio e derramam luz nas sombras do passado, aclarando a História. Como certos estratos minerais, cristalizados no tempo, que sóem assinalar períodos de estrutura terrestre. Como as ruínas de antigos monumentos, por onde se recompõe, trecho a trecho, o fastígio ou a decadência de civilizações mortas (CARVALHO NETO, "Fragmentos", Diário de Sergipe, 12 jan. 1946).

O ponto alto dos "Fragmentos" reunidos nos coloca à frente de uma prática cultural bastante utilizada em várias épocas e com seus interesses singulares: divulgar, como divulgar, por que difundir as notícias e para que. No caso de Carvalho Neto, abrimos a possibilidade para algumas interpretações. Como a imprensa se constituía num meio de comunicação com referencial forte, deixar registrada parte de sua trajetória, significava também deixar parte de sua obra, seu pensamento em matérias de Direito, como a Legislação sobre o Trabalho, Direito Penitenciário, Literatura, Política e outros temas de interesse da sociedade. Carvalho

[61] No livro fontes históricas, há um artigo dedicado a historiar os caminhos percorridos pelos historiadores estrangeiros e brasileiros para o reconhecimento do material selecionado na Imprensa em pesquisas de história. Ver: LUCA, Tânia Regina de. "História dos, nos e por meio dos periódicos". In: PINSKY, Carla Bassanezi et al. **Fontes históricas,** 2ª ed., São Pulo: Contexto, 2006.

[62] Ver sobre esse assunto, a obra História e Memória de Jacques Le Goff (2003), na qual ele ensaia um discussão importante sobre a noção de documento para o ofício do historiador, face às contribuições da História Nova. LE GOFF, Jacques. "Documento/Monumento". In: **História e Memória**. 5ª ed. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2003. p.525-541.

Neto também, arriscamos dizer, quis guardar nos registros da Imprensa, lugar de publicização das ações sociais que permearam em seu tempo, um rastro de memória sobre o patrimônio cultural de Sergipe, através da citação de nomes como: Tobias Barreto, Gumercindo Bessa, Gilberto Amado e outras figuras eminentes do campo intelectual sergipano e brasileiro. Ali nos é dado a conhecer suas referências no campo do conhecimento, seja no Direito, Literatura, Filosofia ou Artes.

Na medida em que o jornal serviu para rememorar feitos de sua carreira parlamentar e estudos sobre o Direito, Carvalho Neto organizou as fontes para traçar o seu perfil autobiográfico. "Fragmentos" reúnem várias facetas de sua vida intelectual, contudo, em algumas páginas da coluna parece querer deixar a marca daquilo de melhor que ele pôde realizar. Seu filho Paulo de Carvalho Neto (1989), deixou esse fato registrado na biografia que produziu para eternizar na figura do pai esse reconhecimento:

> Estas páginas são, pois, as de um filho agradecido, por uma parte, e de um amigo saudoso, por outra. De qualquer modo, uma certeza me consola em relação ao leitor: a de entregar-lhe um livro que vai servir-lhe para o conhecimento da história do Direito Trabalhista Brasileiro e, em especial, do Direito em Sergipe, ambos numa de suas fases mais brilhantes (CARVALHO NETO, Paulo de, 1989, p.17).

A obra citada agrupa tantas indicações de fontes para quem quiser pesquisar sobre a vida e obra de Carvalho Neto, quantas as existentes em traços perfilados pelo próprio Carvalho Neto em seus "Fragmentos".

Uma das situações que envolveu a vida de Carvalho Neto se refere ao fato do mesmo ter participado da Maçonaria[64]. Tal atitude gerou críticas, colocando em dúvida a sua pertença aos quadros da Igreja Católica. Na coluna "Fragmentos", ele escreveu sobre o poder espiritual e temporal e tentou desfazer o equívoco daqueles que o denominaram ateu. Para ele, a fé em Deus sempre existiu e registrou com detalhes o seu apego a Santo Antônio. Nesse trecho de seu depoimento, não deixa claro, porém, que participou da Maçonaria e a ela se dedicou até o final de sua vida. Seu envolvimento com a Maçonaria brasileira, entretanto, não o desviou dos caminhos da fé cristã. O que parece estar implícito nesse trecho de seu percurso histórico é

[64] Carvalho Neto solicitou seu pedido de iniciação na Maçonaria em 08 de maio de 1919. Foi iniciado em 26 de julho de 1919, aos 30 anos de idade, permanecendo até a sua morte, em 27 de abril de 1954. Alcançou o mais alto grau de representatividade da Maçonaria, no Brasil. Foi venerável da "Loja Capitular Cotinguiba", atualmente designada de "Loja Simbólica Cotinguiba". Fonte: Acervo da "Loja Simbólica Cotinguiba". As informações sobre seu histórico na Maçonaria estão nos anexos.

uma prestação de contas sobre a polêmica provocada em sua vida acerca do poder espiritual e do poder temporal.

> [...] Sempre tive como ínsito na órbita da vida privada, nos limites da consciência inviolável, esse delicado problema da Fé. Parece-me que deve ficar resguardado da bisbilhotice matreira desses intrometidos nos segredos dos lares alheios. Afiguram-se-me, quais são os ladrões noturnos, á busca de tesoiros imaginados...É certo que tudo o que acontece tem algo de admirável, porque traz a vontade de Deus, segundo PASCAL, bendigo a oportunidade destes Fragmentos para fazer uma confissão pública, pois em particular não na ignoram os meus amigos, os que privam comigo na intimidade dos meus sentimentos (CARVALHO NETO, "Fragmentos" XXI, Diário de Sergipe, 28 mar., 1946).

Uma prestação de contas, ao mesmo tempo em que com os homens, com Deus. Essa é a interpretação que fazemos sobre a confissão declarada de Carvalho Neto. Conforme ele mesmo afirmou, além dos assuntos delicados, tais como os da Igreja, o acerto de contas não se estabeleceu apenas nesse campo.

Concluímos, pois, que os "Fragmentos" de Carvalho Neto deram-lhe oportunidade de tornar público a gerações mais novas os feitos do advogado que lutou pelos direitos trabalhistas, do homem que viveu intensamente as vicissitudes e tensões de seu tempo e lugar, do intelectual que fez da tribuna parlamentar um espaço privilegiado na defesa do Direito e na oportunidade de travar, com seus pares ou desafetos, proposições sociais de importância nacional, como trabalho de menores, mulheres, direito de greve e outras abordagens para a Legislação Trabalhista.

Não menos importantes foram os diálogos de Carvalho Neto com intelectuais de outros Estados brasileiros, e sua perseverança em falar de sua participação nos debates promovidos pela imprensa e instituições paulistas, dar-lhe-ia, talvez, a legitimidade de pertencer a uma ordem de intelectuais reconhecidos no Brasil. Foi assim nas questões referentes ao Direito Penitenciário, quando a Revista "*Justitia"*, órgão da Associação Paulista do Ministério Público, em publicação de junho de 1944, transcreveu a crônica "Sergipe Judiciário" (1944), na qual discorreu a respeito da especialização da Justiça Criminal em Sergipe, como é possível averiguar na citação abaixo transcrita:

> Como nestes *Fragmentos* se reúnem traços biográficos, através das penas mais insuspeitas, já porque de juristas e escritores eminentes, já porque da mais notória independência no exercício de crítica, impõe-se a transcrição da *Nota*, que vem do Estado líder nesse e em outros domínios da

> intelectualidade brasileira. Textualmente: "A crônica sobre especialização da Magistratura Criminal, que a seguir transcrevemos, com a devida vênia do 'Diário de Sergipe', é da autoria do eminente jurista patrício, dr. Antônio Manoel de CARVALHO NETO. Exercendo na Capital sergipana o elevado posto de Consultor Geral do Estado, S.S já se tornou de longa data conhecido e apreciado nos círculos intelectuais do país, pelo alto mérito dos seus trabalhos, reveladores de um espírito de escol e da profunda cultura, não só no campo do direito como no das letras. Jurista e humanista, *doublé* de sociólogo, o Dr. CARVALHO NETO não se enclausura dentro dos teoremas científicos como um trapista no êxtase da prece. [...] deixou nos Anais da Câmara Federal, durante várias legislaturas, os testemunhos de sua larga visão dos problemas sociais e do seu permanente contato contacto com a realidade brasileira" (CARVALHO NETO, "Fragmentos" XIV, Diário de Sergipe, 26 fev., 1946)

Já sobre os assuntos que dizem respeito à Legislação Trabalhista, tema já citado anteriormente, e que lhe concedeu a denominação de precursor na matéria no Brasil, é importante visualizar como, na época discutida por Carvalho Neto, seus textos provocavam debates nacionais e polemizavam com governantes, o que atesta, desta forma, seu espírito provocador e combativo em torno das proposições sociais.

> No Estado de São Paulo, onde a concentração de grandes massas de operários corresponde ao maior parque industrial e á mais vultosa soma de capitais acumulados, entre brasileiros e estrangeiros, é natural que se acentuasse a repercussão de minhas idéias na pista das recentes transformações do direito social. Vieram-me daí, de fontes diversas, as mais autorizadas críticas ao meu *Legislação e Trabalho*. Acresce a circunstância de que os conceitos sociológicos que emiti, na defesa do *Código do Trabalho*, revidavam se o pretender, ás assertivas temerárias do então Presidente de São Paulo, o sr. WASHINGTON LUÍS, a quem se atribuía encarasse a questão social como um simples caso de polícia... [...] Em choque doutrinário não ficou, infelizmente, no puro terreno dos princípios. Trouxe-me conseqüências amargas de que falarei noutro *Fragmento*, incompatibilizando-me, de certo modo, com ARTHUR BERNARDES na Presidência da república. O certo é que o *"Correio Paulistano"* (8-10- 926) e o *"Estado de São Paulo"* (12-3- 927) abriram colunas de entusiástica solidariedade com aminha ação parlamentar, pondo em ordem da consciência nacional a solução do mais relevante problema do momento. (CARVALHO NETO, "Fragmentos" XXXVI, Diário de Sergipe, 21 jun, 1946).

Carvalho Neto (re) significou a invenção de sua vida, na "escrita de si", sobre outros e para outros de gerações posteriores. Deu-lhes, através dos seus "Fragmentos", a oportunidade de saber sobre seu perfil republicano bem nos moldes do baiano Rui Barbosa e da constituição

dos Estados Unidos da América. Escolheu temas nos quais se envolveu e organizou seus textos para ser possível uma apresentação aos leitores dos traços que fizeram dele um intelectual com notoriedade brasileira.

Os debates públicos e os diálogos realizados com outros intelectuais do país tiveram, para Carvalho Neto, a imprensa como um dos principais veículos. Seus escritos se materializaram em sua trajetória como um exercício de memória, método recorrente no manuseio da "pena". Escrevia mesmo ao "correr da pena", expressão esta usada por intelectuais da época para definir seu estilo.

Constatamos, por meio de seus "Fragmentos", a formação do perfil polêmico de Carvalho Neto, a presença de um político e intelectual engajado que, através de suas práticas sociais, deixou um legado relevante e significativo para a história política estadual e nacional, travando com a sociedade uma discussão arrazoada fundamentada na sua formação jurídica.

Ei-lo, em "Fragmentos".

DIÁRIO DE SERGIPE

DIRETORES: JOÃO MAYNARD BARRETO, MANUEL RIBEIRO, JOÃO DE ARAUJO MONTEIRO

REDATORES: MARCOS FERREIRA, FERNANDO DO PRADO MAIA

ANO V | Aracaju, Terça-feira 26 de Fevereiro de 1946 | N. 1.155

Alguns mêses são passados que, nêste jornal, sob o título "Sergipe-Judiciário", escrevi a respeito da especialização da Justiça Criminal em Sergipe. (18-12-944). Referia-me á ultima reforma do *Codigo de Organização Judiciária do Estado*, de minha autoria, justificando-a á luz dos melhores ensinamentos. Invocava, a propósito, trabalhos de real mérito do *Dr. Cesar Salgado*, assim no Congresso Jurídico Nacional, como na 2ª Conferência Penitenciária, no Rio de Janeiro e, especialmente, as conclusões a que chegára o *I' Congresso Nacional do Ministério Público*, reunido em São Paulo em 1943.

Essa crônica foi recebida com simpatia fora de Sergipe, merecendo transcrição em *Justitia*, órgão da *Associação Paulista do Ministério Público* (Ano V—Junho de 1944).

O que, porem, sôbe de ponto, na consagração das idéias ali enunciadas, é a *Nota da Redação* dessa importante Revista Juridica, de referência á minha modesta individualidade.

Como nestes *Fragmentos* se reunem traços biográficos, através das penas mais insuspeitas, já porque de juristas e escritores eminentes, já porque da mais notória independência no exercicio da crítica, impõe-se a transcrição da *Nota*, que vem do Estado lider nesse e em outros domínios da intelectualidade brasileira.

Textualmente :—

"A crônica sôbre especialização da Magistratura Criminal, que a seguir transcrevemos, com a devida vênia do "Diário de Sergipe", é da autoria do eminente jurista patrício, dr. Antonio Manoel de CARVALHO NETO.

Exercendo na Capital sergipana o elevado posto de Consultor Geral do Estado, S.S. já se tornou de longa data conhecido e apreciado nos circulos intelectuais do país, pelo alto mérito dos seus trabalhos, reveladores de um espirito de escol e de profunda cultura, não só no campo do direito como no das letras. Jurista e humanista, *doublé* de sociólogo, o Dr. CARVALHO NETO não se enclausura dentro dos teoremas científicos como um trapista no êxtase da prece. Não é S. S. mero teórico, mas realizador do direito, no campo trepidante da vida.

Essa *qualité maitresse* que lhe marca a personalidade se evidencia em todas as tarefas a seu cargo.

Parlamentar exímio, o dr. CARVALHO NETO deixou nos Anais da Câmara Federal, durante várias legislaturas, os testemunhos da sua larga visão dos problemas sociais e do seu permanente contacto com a realidade brasileira.

Fragmentos

«Colligite fragmenta ne pereant»

(Joann. 6—12)

XIV

CARVALHO NETO

Na Consultoria Geral de Sergipe, S. S. é bem o seguro orientador jurídico da vida administrativa local e o árbitro sereno dos pleitos, sem a idolatria fazendária ou totalitária dos que só reconhecem direitos ao Estado. Atestam-no os dois volumes dos "Pareceres da Consultoria Jurídica", obra em que se manifesta a extensão polimorfa dos conhecimentos cientificos do autor.

Mais do que a parte interessada, revela-se o magistrado nestas palavras de S. S., no prefácio dos "Pareceres" :

«... Choques de interesses nas relações do indivíduo com o Estado, nos direitos de cada qual, nas obrigações recíprocas, que lhes correspondem.

Atenuar, diminuir, ou evitar esses choques, cercear-lhes, de qualquer sorte, a repercussão na economia do Estado ou no patrimônio dos individuos, para tanto é chamada a Consultoria Jurídica, opinando com isenção e critério sôbre as questões pue lhe são postas. Coloca-se, assim, como uma espécie de instância administrativa de conciliação, pondo em equilíbrio direitos e obrigações, por cortar *in limine* conflitos judiciários, de perspectivas sempre duvidosas, por mais risonha que se afigure a causa a debater».

Palavras exemplares, que merecem lidas e meditadas por todos quantos, em dever de ofício, são chamados a opinar sobre litígios entre o Estado e o indivíduo. O valor dos «Pareceres» de CARVALHO NETO já foi, em tempo oportuno, exaltado pela crítica dos doutos. Esse trabalho, que é bem «u'a mostra de beleza vernácula e convicção intelectual», reúne, no dizer exato de outro crítico, «preleções admiraveis que todos que se consagram aos serviços forenses terão á mão, valendo, por dizermos assim, um verdadeiro código de jurisprudência administrativa».

O interêsse de CARVALHO NETO pelos problemas sociais revela-se nas teses por êle apresentadas ao Congresso Jurídico Nacional e á IIª. Conferência Penitenciária Brasileira, ultimamente reunidos no Rio de Janeiro. «Patronato de Liberados e Colônia de Alienados» e Patronato dos Liberados e Egressos Definitivos da Prisão» são os títulos dessas monografias, que nos colocam em face do penitenciarista emérito, de um dos raros espíritos que souberam compreender, em toda a sua realidade, o problema penitenciário brasileiro.

Destaquem-se do parecer lido em plenário, sôbre o primeiro dos referidos trabalhos, estas palavras :

«Fugindo ao enunciado de certas teses meramente especulativas e, por vezes, ociosas porque irrealizaveis, ou ao bizantinismo de certos teoremas científicos, que em nada aproveita á pesquisa séria da verdade, o dr. CARVALHO NETO trouxe a debate um problema vivo, atual e presente, problema que é cartaz sombrio para os nossos olhos, brado lancinante para os nossos ouvidos, dolorosa angústia para o nosso coração e pecado irremissivel para a nossa consciência. Trata-se da assistência aos condenados e egressos».

A atuação do dr. CARVALHO NETO nesses congressos científicos da Capital da República firmou o seu nome no conceito dos que já o prezavam e dos que viriam a reconhecê-lo como uma das mais altas expressões da intelectualidade patrícia»,

Ao trasladar para Sergipe esta honrosíssima publicação de *Justitia*, cujo côrpo de direção e redação é dos mais ilustres de São Paulo, volve-se-me o pensamento para TOBIAS BARRÊTO, numa passagem dos seus *Estudos Alemães*, e da qual já me vali no prefacio de minha obra — *Legislação do Trabalho*—, em 1926 :

«No meio em que vivo ha perigo de dar-me qualquer aparência de estudo e aplicação, como ha perigo em dar sinais de riqueza no meio de larápios. São atos de leviandade, que rara vez passam impunes».

Ora, não estarei, de novo, correndo o mesmo perigo ?

Mudaram-se os tempos, mas os homens não mudaram.

Figura .12. CARVALHO NETO, Antônio Manoel de. "Fragmentos XIV". **Correio de Aracaju**, Aracaju. 26 fev., 1946.Fonte: arquivo particular de Maria do Socorro Lima. Cd-rom. Arte e diagramação: Léo A. Mittaraquis.

Assignaturas: CAPITAL Semestre.....12$000

Correio de Aracajú

Assignaturas: INTERIOR Semestre.....13$000

Publicação diaria — Redactor-Proprietario—João Menezes — Numero do dia, 100 rs.

Redacção e officinas—Rua de Japaratuba, 29 | SERGIPE, 18 de Maio de 1919 | ANNO XIII—Numero 2.598

ACTA

da sessão do Conselho Superior de Instrucção

A primeiro do mez de Maio de mil novecentos e dezenove, no salão designado para as reuniões do Conselho Superior de Instrucção, presentes os membros effectivos dr. Antonio Manoel de Carvalho Neto, presidente; dr. Aristides da Silveira Fontes, vice presidente; dr. Ascendino Argollo, secretario; dr. Augusto Leite, dr. Adolpho Avila Lima, professor José de Alencar Cardoso, dr. Alexandre Oliveira Freire, foi declarada aberta a sessão. Lida e approvada a acta da sessão anterior, passou-se ao expediente. Foi lido o parecer da primeira commissão incumbida de examinar os programmas da Escola Normal. O conselheiro Ascendino Argollo requereu vista, que lhe foi concedida. Foram discutidas varias medidas relativas á adopção dos programmas em nossos estabelecimentos de ensino. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão. E, para constar, lavrou-se a presente acta, que vae por todos assignada. *Carvalho Neto, Aristides Fontes, Ascendino Argollo, José Alencar Cardoso, dr. Augusto Leite, A. Avila Lima, dr. Alexandre Oliveira Freire.*

Figura 13. Recorte de Ata da Sessão do Conselho Superior de Instrução. Correio de Aracaju. Aracaju. 18.5.1919. Ano XIII N. 2.599. Arquivo particular de Maria do Socorro Lima. Arte e diagramação: Léo A. Mittaraquis.

CAPÍTULO I I

[...] Estude e aproveite a mocidade para instruir-se: Ainda hoje verifico, a cada passo, que a base que formei nos meus estudos de moço continua sendo o lastro mais seguro dos meus conhecimentos. Carvalho Neto (carta ao filho Paulo de Carvalho Neto, 1943).

DIREÇÃO GERAL DE INSTRUÇÃO: ESPAÇO PÚBLICO, NOTORIEDADE E REFORMAS

Intelectuais, paradigmas e (re) configuração social: História da Educação e República

As mudanças históricas e filosóficas ocorridas no Ocidente, ao percorrer o século XIX, mais especificamente o seu final, foram permitindo que o quadro social fosse desenhado com cores idealizadas nos princípios republicanos, os quais refletiam aspectos das idéias próprias do pensamento iluminista, inaugurando, na Europa, uma configuração política, social e econômica denominada de Liberalismo. Nosso objetivo, neste momento, é tecer considerações sobre a mudança de paradigma no campo educacional, a partir do advento da República, no Brasil, conforme leitura crítica do pensamento do intelectual da educação, Antônio Manoel de Carvalho Neto.

Para esse fim, utilizamos os conceitos de campo[65], *habitus*[66] , de Pierre Bourdieu, bem como práticas e representações de Roger Chartier, a fim de investigar o processo de estrutura de novos métodos pedagógicos de ensino utilizados, que uniram intelectuais no afã de confirmar a máxima de que Escola e princípios republicanos seriam faces de uma mesma moeda, nas primeiras décadas do século XX. Tais eventos tiveram eco em todo o território brasileiro e, em cada Estado criado a partir da Carta Magna de 1891, os grupos sociais participaram de maneira ativa do que se convencionou chamar historicamente de passagem do

[65] Entende-se aqui o conceito de campo como um lugar de batalhas, ou seja, um lugar onde se enfrentam os agentes sociais, os grupos. Cada grupo social ou agentes (indivíduos pertencentes a um grupo) lutam no espaço social a fim de alcançar a legitimação do campo. Para Pierre Bourdieu, o campo seria "o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência". BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**. São Paulo: Editora UNESP, 2004, p. 20.

[66] Diz Bourdieu: "corresponde à construção de *habitus*, como sistema das disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes". BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2004, p.191.

regime político baseado nos princípios de uma monarquia parlamentarista para um regime republicano, que descentralizaria as antigas províncias dando-lhes certa autonomia, ao mesmo tempo em que se previa o fortalecimento da Nação. Civilizar, Urbanizar, Modernizar e Uniformizar foram, então, palavras de ordem no esforço de colocar o Brasil nos trilhos da República.

A Educação estava, nesta época, sendo orientada por um novo paradigma, que tinha todos os elementos constituintes e constitutivos de uma direção capaz de fazer a sociedade alçar vôos rumo ao Progresso, à ordem social e à regeneração do povo; pois, para aquele momento histórico, a racionalização do ensino ocupava na Escola uma intenção de determinar os procedimentos metodológicos, através dos quais a Nação brasileira iria se desenvolver. Civilizar, harmonizar, incutir valores de louvor à Pátria, à Bandeira, ao progresso urbano, eram os objetivos de um projeto divulgado como inovador, sendo a pedra de toque que iria lograr ao Brasil *status* de um país solene intelectual, social e economicamente.

Vale lembrar que, nas primeiras décadas do século XX, houve um amplo movimento educacional liderado por uma série de reformas em todo o país, culminando com o que se denominou de "Escola Nova". As reformas citadas foram lideradas em quase todos os Estados brasileiros de forma particular por intelectuais, pelo fato do ensino primário e secundário ser naquele momento matéria de responsabilidade de cada uma das unidades federativas, conforme Cynthia Greive Veiga:

> Nas primeiras décadas republicanas e em consonância com o federalismo presente na Constituição de 1891, apenas o ensino superior era da alçada do governo federal. Os demais níveis de ensino eram de responsabilidade das secretarias do Interior de cada estado, havendo autonomia na sua organização. Somente em 1930 foi criado por Getúlio Vargas o Ministério da Educação e Saúde, que em 1953 passou a Ministério de Educação e Cultura. Dessa época em diante houve uma maior preocupação em traçar um projeto nacional de educação, como se pode observar nas várias reformas educacionais.(VEIGA, 2007, p.238).

Para Veiga (2007), nesse primeiro momento da República, as reformas educacionais se constituíram em elemento importante, porque foi através delas que se introduziu nas Escolas a prática do ensino laico, ou seja, as instituições escolares não seriam, em tese, obrigadas a terem em seus programas e currículos o ensino religioso. Do mesmo modo, as crianças não seriam obrigadas a freqüentar as aulas de religião.

É importante ressaltar que várias daquelas reformas tiveram uma repercussão nacional,

pois são as mais citadas pelos historiadores da educação, a saber: Em São Paulo, a Reforma educacional Sampaio Dória (1883-1964). No Ceará, o paulista Lourenço Filho assumiu o posto de reformador, levando para lá a experiência pedagógica dos livros sobre o método intiuitivo-analítico, de Sampaio Dória.[67] Na Bahia, em 1925, Anísio Teixeira reformou o ensino conforme os princípios pedagógicos do norte-americano John Dewey, para o qual deveria haver a "associação entre o conhecimento intelectual e o mundo do trabalho, e foi um dos principais divulgadores das idéias de John Dewey no Brasil" (VEIGA, 2006, p. 256). No Rio de Janeiro, foi o mineiro Fernando de Azevedo quem implementou a reforma entre 1927 e 1930. Carneiro Leão, carioca, foi responsável pela reforma de Pernambuco em 1928.

A alfabetização era, pelos pressupostos das Reformas republicanas então, a salvação da Pátria. Para tal sonho acontecer, era preciso mudar a Escola, institucionalizá-la com mais rigor, dotá-la de condições materiais e recursos pedagógicos modernos, capacitar os professores e, especialmente, as professoras, com o intuito de preparar os meninos e as meninas numa formação escolar visível, excepcional: o próprio espelho da civilização pretendida.

Contudo, as reformas implantadas no Brasil pelo governo republicano atendiam a um plano muito maior, que era a consolidação dos princípios, cuja formação social do indivíduo se constituía num discurso recorrente. É necessário salientar a importância do pensamento intelectual do século XVIII para que as sociedades do Ocidente chegassem a alcançar tal pressuposto.

Quando citamos a expressão paradigma, anteriormente, vale dizer qua a mesma faz alusão a um exemplo que serve como modelo, padrão; sendo assim, pretendemos fazer um

---

[67] Ver: ANTUNHA, Heládio César Gonçalves. **A Instrução Pública no Estado de São Paulo**: A reforma de 1920. São Paulo: UNESP, 1976. v.12. Sobre a Reforma de Fernando de Azevedo, ver: PILETTI, Nélson. **A reforma de Fernando de Azevedo**: Distrito Federal- 1927-1930. São Paulo: UNESP, 1982. v.20. Sobre esse assunto há ainda um texto bastante elucidativo que faz a trajetória das reformas. Ver: CARVALHO, Marta Maria Chagas de. "Reformas da Instrução Pública". In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de; LOPES, Eliane Marta Teixeira; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. 3ª Ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2003.p. 225-251. Sobre as reformas do Ensino no Brasil do primeiro ciclo republicano, vale ressaltar os seguintes trabalhos: HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da Educação Brasileira**: leituras. São Paulo: Pioneira Thomsom Learning, 2003. Hilsdorf faz uma análise da experiência republicana entre 1870-1920, porque ela entende que "a diacronia republicana pode ser percebida coexistindo, cooperando e conflitando com a monárquica, enquanto persiste nas primeiras décadas do século XX, já que entre os republicanos há liberais radicais e democratas, mas também muitos liberais não abolicionistas e mesmo homens de mentalidade conservadora". Ver: especificamente sobre a reforma de Sampaio Dória: MEDEIROS, Valéria Antônia. **Sampaio Dória e a modernização do ensino em São Paulo nas primeiras décadas do século XX.** São Paulo: Pontifícia Universidade Católica – PUC, 2005 (Tese de Doutorado). Ver: SOUSA, Francisco Alencar de. **Os tempos do Império**: Uma análise da Reforma do Ensino Livre de 1879. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica – PUC, 2006 (Tese de Doutorado). Ver o trabalho recente de: VEIGA. Cynthia Greive. **História da Educação.** São Paulo: Ática, 2007.

pequeno percurso do processo histórico que trouxe para o Brasil, país latino - americano, os ideais republicanos. Buscamos uma passagem da História, cujos intelectuais denominados de *ilustrados*, pertencentes ao século XVIII, apresentaram idéias transformadas em paradigma iluminista que, por meio da razão e da liberdade, libertaria o homem para atender às suas necessidades e desejos, tudo isso conduzido por um discurso cuja palavra chave era a cidadania. Dentre esses intelectuais está Rousseau, que na sua principal obra sobre Educação, "Emílio ou da Educação", publicada em 1762, afirmou que "nosso verdadeiro estudo é o da condição humana" (ROUSSEAU, 2004, p. 20). Na obra dos iluministas, abriu-se a perspectiva de entendermos o aparecimento do indivíduo como sujeito social.

Rousseau pretendeu dar ao seu aluno imaginário, Emílio, condições de se tornar um bom cidadão, sem ser corrompido na sua infância pelas imperfeições das instituições civis. Para ele, o método para educar bem estaria no respeito à condição do estado natural da criança. Diante de tal situação, protegendo-a dos males civis, estaria a mãe orientando-o para ser um bom homem. Emílio é uma das mais importantes obras que figuram entre os clássicos do Iluminismo.

Outro importante ilustrado do século XVIII, Montesquieu, dedicou - se a estudar sobre os tipos de governo e, numa de suas principais obras, configurou como seriam as representações do regime monárquico, despótico e republicano. Na República, forma de governo regido pela virtude, "a educação terá papel notável, de que dá mostra o fato de ser estudada nas páginas que se seguem imediatamente à definição da natureza e do princípio de cada governo" (MONTESQUIEU, 2004, p. XXXIII). Para Montesquieu, a educação é um fator importante na constituição do governo republicano. A obra "O Espírito das Leis" trata também da divisão dos poderes (em Executivo, Legislativo e Judiciário), como aconteceu no regime republicano, em todos os países que adotaram esta forma de governo.

A conquista para transformar o regime monarquista em República brasileira se caracterizou como marco temporal em 1889, pautando-se nos ideais iluministas franceses. Não obstante, vale ressaltar que as idéias francesas encontraram no Brasil outros agentes sociais, outro tipo de sociedade, e foi no sentido da peculiaridade da realidade social, econômica, política e cultural brasileira, que se configurou o modelo republicano, no qual a Escola, como já foi dito, teve uma participação relevante e significativa. Todavia, não se pode afirmar que a educação foi apenas privilégio no regime republicano. Devemos lembrar que o primeiro Decreto a tratar do ensino obrigatório de primeiras letras na Nação foi editado pelo Imperador D. Pedro I em 1827. Apesar de o Decreto restringir a criação de Escolas nas províncias "mais populosas", não podemos negar que ali foram demarcados métodos de

ensino, como o mútuo, lições de aritmética e a alfabetização, além do currículo diferenciado para meninos e meninas.

Se a República pretendeu colocar a educação como carro-chefe de seus princípios, no Brasil monárquico, ela também teve seu lugar de destaque. Na República, existiu uma perspectiva mais ampla para conceituar e representar a educação, pois ela foi anunciada como a salvação do país, ou seja, através do processo educativo, a Nação se transformaria num celeiro intelectual e alcançaria considerável desenvolvimento. Uma das novidades do projeto de 1891 aludiu à possibilidade de laicização entre Religião e Estado, como já foi dito, o que tornaria a Escola pública uma instituição mais distanciada das ingerências da Igreja. Isso ocorreu em vários momentos: na institucionalização dos grupos escolares, na formação das professoras no Ensino Normal e nas décadas de 1920 e 1930, na propaganda da renovação educacional protagonizada pela Associação Brasileira de Educação-ABE e pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932.

Interessa a nós, neste trabalho, destacar esses momentos em Sergipe a partir da participação de Antônio Manoel de Carvalho Neto, dos inspetores de ensino, dos professores e das professoras, cujo envolvimento em assuntos educacionais legou aos conterrâneos e ao Brasil possibilidades de se configurarem, para a História da Educação, representações sobre a formação das normalistas, práticas educativas, orientação para métodos pedagógicos e memória da configuração do trabalho docente.

Procurando delimitar e periodizar nosso objeto de estudo, selecionamos alguns relatórios de professores e inspetores de ensino do ano de 1919. Na leitura deles, tivemos o intento de identificar os depoimentos com relação à condição material das Escolas ou aulas (como eram chamadas as escolas dirigidas pelas professoras em suas casas), número de alunos matriculados e os que freqüentavam, método de ensino aplicado e instrumentos pedagógicos. Essas informações foram cotejadas com as mensagens presidenciais de 1919 e 1920, apresentadas à Assembléia Legislativa pelo Presidente do Estado, Coronel Pereira Lobo.

Pudemos constatar, através dessas fontes, que no campo educacional, as mudanças acontecem no processo de continuidade e descontinuidade da História, como propõe os pressupostos da História Cultural.

Importa-nos, todavia, entender como os intelectuais sergipanos se apropriaram das idéias postas como novo paradigma. Importante também saber que Sergipe participou dos debates nacionais acerca das reformas propostas na educação. Não localizamos, nesse estudo, e nas fontes com as quais lidamos, indícios da participação direta de Sergipe nas reflexões

propostas pela Associação Brasileira de Educação - ABE, mas outras pesquisas, como a de Cristina Valença (2006)[68], apontaram para essa hipótese.

Nacionalizar, Uniformizar e Racionalizar o Ensino

A modernidade pedagógica fez parte dos ideais republicanos. A nacionalização do ensino estava ligada ao "abrasileiramento do brasileiro" e do projeto de aproximar os imigrantes do processo identitário do país.

Devemos atentar, contudo, para o fato de que qualquer processo civilizador acontece de maneira diferente em distintos lugares e que sua ocorrência se dá numa rede de conflitos a qual Norbert Elias denomina de rede de "interdependências". O conceito de civilização refere-se à forma como acontece o processo de formação de um povo, de uma nação, suas tendências tecnológicas, seus costumes e seu modo pensar. Isso é explicado de maneira bastante esclarecedora em "O Processo Civilizador":

> O conceito de "civilização" refere-se a uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às idéias religiosas e aos costumes. Pode-se se referir ao tipo de habitações ou à maneira como homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinada pelo sistema judiciário ou ao modo como são preparados os alimentos. Rigorosamente falando, nada há que não possa ser feito de forma "civilizada" ou "incivilizada". Daí sempre difícil sumariar em algumas palavras tudo o que se pode descrever como civilização. [...] Este conceito expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo. Poderíamos até dizer: a consciência nacional (ELIAS, 1994, p. 23).

Sob esta perspectiva, várias investigações pertencentes à historiografia promoveram debates acerca desse processo civilizador no que concerne à Educação Brasileira e seu envolvimento com os princípios republicanos incorporados no Brasil por intelectuais como Rui Barbosa, José Bonifácio e por políticos e/ou militares como Epitácio Pessoa e Artur Bernardes.

[68] Em sua dissertação de mestrado, defendida em 2006, no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Sergipe, Cristina de Almeida Valença apontou indícios de que o médico Helvécio de Andrade participou, em Sergipe, da representação local da Associação Brasileira de Educação. A pesquisa de Valença buscou analisar como esse médico sergipano difundiu no Estado as idéias da pedagogia moderna, entre 1911-1935. Ver: VALENÇA, Cristina de Almeida. **Civilizar, regenerar e higienizar**: a difusão dos ideais da pedagogia moderna por Helvécio de Andrade. São Cristóvão: Núcleo de Pós-Graduação em Educação/Universidade Federal de Sergipe, 2006. (Dissertação de Mestrado).

Escolhemos o período do Governo de Epitácio Pessoa, porque foi a partir dele que a nacionalização do Ensino foi discutida com maior ênfase através da imprensa. Seu governo, regido no período de 1918-1922, protagonizou as discussões sobre a uniformização do Ensino. É importante assinalar que, tratando-se de um presidente de origem nordestina, ele foi considerado, pelo historiador José Maria Bello (1972), o dirigente brasileiro mais conhecido como legalista do que como administrador e político. Essa condição garantiu verbas no Congresso Nacional para solucionar do problema histórico da seca. Embora faça um balanço do governo da República, entre 1889 a 1954, José Maria Bello não tratou em sua obra sobre o campo educacional. Contudo, nos proporcionou informações de fatos importantes sobre a rede de conflitos e tentativas de consensos sobre o destino do país:

> Na resenha das grandes iniciativas da presidência Epitácio Pessoa, avultavam as obras contra as secas do Nordeste. Por muito tempo, quando as secas devastavam periòdicamente os sertões nordestinos, o governo central, da Monarquia, como da República, limitava-se aos socorros de emergência. Os Governos republicanos procuraram abrir alguns açudes; em 1909, foi criada uma Inspetoria Especial de Obras contra as Secas para centralizá-las e sistematizá-las. O Presidente Epitácio Pessoa, nordestino, mais sensível naturalmente do que os homens do Sul que haviam governado a República, às tragédias periódicas dos sertões adustos, iniciava mais vasto plano (BELLO, 1972, p. 253).

No jornal "Correio de Aracaju", em 3 de junho de 1919, foi publicada uma matéria que divulgou a intenção de realizar, no Brasil, a uniformização do Ensino. Transcrevemos, a seguir, trecho da matéria intitulada: "O presidente eleito e a uniformisação do ensino primário: aspecto do grande problema":

> O assentamento de um accordo do governo federal com os dos Estados para uniformisação do ensino primário no Brasil, eis um dos pontos mais interessantes do programma esboçado em Paris pelo dr. Epitácio Pessoa, com a ponderação que distingue o seu espírito de moderno estadista e de homem culto. Nesse sentido, pensa o eminente brasileiro que uma lei do Congresso poderia dar um determinado credito, a titulo de auxilio. Os Estados entrariam com um orçamento destinado ao ensino primário, na medida de suas posses, e a Federação cobriria o resto das despesas (CORREIO DE ARACAJU, 1919, p.1)[69].

[69] "CORREIO DE ARACAJU". "Pelo Brasil unido e culto: O Presidente eleito e a Uniformisação do Ensino". **Aracaju**, 3. jun., 1919.

Depreendemos do conteúdo da matéria que a mesma discussão estava permeando todos os Estados brasileiros, a julgar pelos trabalhos desenvolvidos pela historiografia brasileira sobre a normatização, normalização e conformação do ensino, sob os auspícios da República nas suas primeiras décadas. Em que pese ter sido muito criticado em aspectos políticos e administrativos, como vimos anteriormente, a partir de José Maria Bello (1972), o interesse pela seca e pela questão educacional brasileira esteve presente nas práticas do Governo Federal.

Portanto, consideramos tal atitude e medida um ato de criação e execução de políticas públicas, cujas autoridades sergipanas se fizeram presentes. As idéias que margeavam os interesses nacionais circulavam em Sergipe e provocavam no governo local apresentação e realização de medidas capazes de ampliar e melhorar as condições do campo da educação no Estado.

O Governo sergipano do Coronel Pereira Lobo[70], que assumiu em outubro de 1918, participou das proposições para resolver os problemas referentes ao ensino, consoante às prerrogativas do Governo Federal, pois as propostas para ampliar a construção de Grupos Escolares, transformar as Escolas Isoladas em Grupos Escolares, melhorar as instalações físicas dos prédios e aplicar o método intuitivo de ensino, cuja referência foi muito representativa como modernização do ensino, ficaram circunscritos na História da Educação em Sergipe. Podemos afirmar tal perspectiva através dos relatórios de Inspetores de Ensino e ofícios trocados entre dirigentes sergipanos e de outros Estados, conforme destacaremos adiante.

Salientamos que não estamos desconsiderando o fato de que o Governo de Pereira Lobo continuou no seu projeto de Governar Sergipe consoante a algumas proposições já iniciadas em gestões anteriores. A manutenção e ampliação das escolas noturnas[71] foi uma de suas realizações, aliado à existência de uma expectativa de difundir a educação como meta

[70] Segundo Dilma Maria de Andrade Oliveira, os Governos sergipanos de 1892 a 1930, promoveram as reformas educacionais identificadoras da conformação dos princípios republicanos. No Governo de Pereira Lobo (24/10/1918-1922), ela destaca três Decretos, anunciadores de mudanças: "Decreto 721de 31 de março de 1921. Deu novo Regulamento ao Atheneu Sergipense. Decreto n. 724 de 29 de outubro de 1921. Regulamentou o ensino primário, secundário e normal. Decreto n. 728 de 24 de abril de 1922. Criou o curso de Mecânica Prática no Lyceu Profissional Coelho e Campos". Destacamos outras medidas que percebem o Governo de Pereira Lobo como um dos governos sergipanos aliados aos projetos da configuração republicana no Brasil, cuja análise é feita ao longo desse capítulo e do seguinte, quando tratamos da Inspetoria de Ensino. Ver sobre as Reformas educacionais em Sergipe: OLIVEIRA, Dilma Maria de Andrade. **Legislação e educação:** o ideário reformista do ensino primário em Sergipe na Primeira República – 1889/1930. São Carlos: Universidade de São Carlos, 2004. (Tese de Doutorado).

[71] Muitas destas escolas estavam vinculadas à Liga Sergipense Contra o Analfabetismo. Verificar maiores detalhes em: SOUSA, Clotildes Farias de. **Por uma pátria de luz, espírito e energia**: a campanha da Liga Sergipense contra o analfabetismo (1916-1950). São Cristóvão: Núcleo de Pós-Graduação em Educação/Universidade Federal de Sergipe, 2004. (Dissertação de Mestrado).

civilizadora e, esse tipo de escola também representaria a oportunidade dos trabalhadores poderem freqüentar a Escola no período noturno. A iniciativa da instituição de Escolas Noturnas na República, em Sergipe, deve-se ao Governo anterior ao do Coronel Pereira Lobo, conforme relatório do Professor público Luiz Cardoso, ao emitir relatório à Direção Geral de Instrução Pública, em 30 de novembro de 1919.

> Ao concluir esses trabalhos fiz uma breve mas expressiva allocução concitando os meus alunnos a prosseguirem cada vez mais no amor pela instrucção, base fundamental ao conhecimento da razão, por isso mesmo comprehendendo perfeitamente o dever para com a Pátria, família e humanidade. Erguendo um copo d`água de vivas ao Exmº. Dr. Presidente de Estado, Exmº. General Valladão (fundador das escolas nocturnas) e Exmº. Dr. Diretor da Instrucção Pública, que foram secundados pelos alunnos e presentes (CARDOSO, Luiz, Relatório, 1919)[72].

As Escolas Noturnas, portanto, cumpriam um papel importante, porque recebiam grande número de pessoas que, dedicadas ao trabalho durante o dia, procuravam-nas, desgarrando-se enfim, "da pesada cadeia de ignorância". Eram 7 Escolas noturnas. Sendo 3 na Capital, 2 em Estância, 1 em São Cristóvão e 1 em Própriá. Atingiram, na época, o número de 249 alunos matriculados, sendo 115 do sexo masculino e 134 do sexo feminino. Essas Escolas tinham o objetivo de preparar para o trabalho:

> [...] E dos agricultores e industriaes do nosso Estado, os quaes se organizam agora na feição jurídica de uma sociedade civil, com sede nesta capital, conto receber as facilidades, que me devem dar, no sentido de plantar em cada uma de suas estâncias, fazendas, ou fabricas, uma escola, que venha dignificar o trabalho de seus obreiros, honrar o officio de seus operarios. Porque só assim, se poderá crer no alevantamento moral do proletariado sergipano e na comprehensão que tenham os patrões dos deveres para com os seus subordinados (SERGIPE, Mensagem, Pereira Lobo,1920, p.23).

Percebemos que, nas Escolas Noturnas, as práticas pedagógicas diferiam um pouco da pedagogia das escolas como os Grupos Escolares. O objetivo era mais voltado para o aprimoramento do trabalho para indústria e a agricultura, ao passo que os Grupos Escolares mantinham um modelo de curso propedêutico.

---

[72] **SERGIPE**, CARDOSO, Luiz. Relatório de Professores, 30 de novembro, 1919. Fundo E-6 – volume 202 (Arquivo Público de Sergipe).

Em visita do dia 25 de abril de 1919 à Escola Noturna da rua de Simão Dias, regida pelo professor normalista Antônio Oliveira, Carvalho Neto, então Diretor Geral de Instrução Pública, comentou sobre a falta de um programa específico para essas instituições de ensino.

> Actualmente, na ausência de programma, que verse sobre os cursos noturnos neste Estado – lamentável falta que vem das administrações passadas – está o professor obrigado a fazer adaptação do programma das escolas diurnas, o que de modo nenhum satisfaz. É assim, de louvar a acção do mestre que, na ausencia de programma, vai desenvolvendo o ensino com critério e intelligencia (CARVALHO NETO, Termo de Visista, 1919).

É importante ressaltar que o objetivo de localizar a relevância dos feitos do Governo de Pereira Lobo e de demonstrar a participação de Carvalho Neto na Direção Geral de Instrução Pública, não nos reserva prerrogativa de esquecer que o esforço para trazer a Sergipe as perspectivas republicanas, nas primeiras décadas do século XX, constituiu-se em várias frentes e na administração de diferentes dirigentes. Devemos lembrar, da mesma forma, que cada Governo imprime na administração suas marcas.

Nesse sentido, o Coronel Pereira Lobo será lembrado como um dos Presidentes do Estado de Sergipe que colocou a educação nas suas prioridades. Mas, mesmo assumindo uma posição de defesa do processo educativo no Estado e participando efusivamente da idéia de que a Instrução seria uma das formas de se desenvolver a nação, Pereira Lobo enfrentou dificuldades. Carvalho Neto demonstrou revolta com algumas das dificuldades encontradas.

A modernização do ensino no Brasil não aconteceu de maneira tão uniforme como o discurso previa. É essa reflexão que faremos a seguir, a partir das pesquisas empreendidas por historiadores da educação brasileira.

Os percalços para a implantação da modernização do ensino

Lúcio Kreutz (2003) fez um relato e refletiu sobre a participação dos imigrantes no processo educativo brasileiro. Ele discutiu como, depois da Primeira Guerra Mundial, houve a preocupação do Governo Brasileiro em nacionalizar o ensino no Brasil. Esse intento não se configurou de forma conciliadora. Os imigrantes, que haviam contribuído muito para a formação das escolas étnicas, já na década de 1930 sofreram a sanção do final das Escolas dos Imigrantes. Lúcio Kreutz revelou as circunstâncias da sanção recebida no seguinte texto:

> Durante a Primeira Guerra Mundial, especialmente ao término da mesma, o governo brasileiro teve restrições às escolas da imigração, coibindo o uso de idiomas que não o português e fechando temporariamente a imprensa de grupos étnicos. Em 1918, finda a legislação de guerra, iniciou com subvenções federais para a nacionalização do ensino. Foi nesse período que o governo do estado de São Paulo teve uma política da escola pública entre imigrantes, interferindo simultaneamente na organização curricular das escolas étnicas. [...] O final da década de 30, em contexto de acentuado nacionalismo e de conflitos internacionais, registra também o final das escolas dos imigrantes (KREUTZ, 2003, p. 365).

Em período anterior ao do nacionalismo acentuado, o governo brasileiro motivou a abertura de Escolas dos Imigrantes. O Brasil passava por uma política de recepção a refugiados da Guerra, bem como implementava a política econômica da cultura do café, fato que motivou também a política imigrantista.

No entanto, noutro momento, o da nacionalização, não seria permitida a expansão do ensino da língua estrangeira em concorrência com a portuguesa. Baseado nisso, o governo exigia por Decretos que a língua estrangeira não fosse ensinada a menores de 14 anos, "ordenava que se desse lugar de destaque à bandeira nacional em dias festivos, rendendo-lhe homenagens" (KREUTZ, 2003, p.365).

Render homenagens ao símbolo máximo de nacionalização foi uma das práticas mais recorrentes nos dias festivos destinados a louvor à Pátria. Num texto bastante reflexivo sobre a exaltação dedicada ao símbolo máximo, Clarice Nunes (2003) contribuiu para explicitar o que isso representava no contexto da modernidade pedagógica:

> A bandeira em que o corpo do menino se transforma é o símbolo máximo do Brasil republicano. Ensinava o comportamento daquele que serve ao próximo, à cidade e ao país. Diante dela quem não vibraria de entusiasmo? Não se comoveria vendo-a desfraldada em país estranho? Não se sentiria capaz das maiores audácias para defendê-la de uma afronta e livrá-la de uma derrota? Inúmeras cerimônias eram realizadas nas diversas cidades brasileiras (NUNES, 2003, p. 373).

Aclamações, cantos e saudações efusivas fizeram parte das obrigações pedagógicas das Escolas, e os Grupos Escolares foram os que mais deram a essa prática a visibilidade para promover o reluzir das luzes.

A professora Marta Maria Chagas de Carvalho (2003a), na "Escola e a República", apontou como e por que razão a Escola foi, no imaginário republicano, pensada como um lugar fundamental para que os males sociais pudessem ser refreados e o progresso pudesse tomar seu rumo:

> Na economia das providências com que os republicanos promoveram a institucionalização da nova ordem política, a escola foi marco a sinalizar a ruptura que pretendiam promover entre um passado sombrio e um futuro luminoso. Nessa retórica republicana, a escola foi, sobretudo signo do Progresso que a instauração do novo regime anunciava. Na monumentalidade de seus edifícios, ela *deveria fazer ver a República inaugurada.* Mas o ritmo à extensão do processo de escolarização instaurado forma marcados por uma recepção restrita de cidadania e pela exigüidade dos recursos materiais e humanos disponíveis para instituir a escola nos moldes então julgados necessários à formação do cidadão republicano. (CARVALHO, 2003a, p. 143).

Marta Carvalho buscou demonstrar que, entre os ideais republicanos e a pretensão do que se queria alcançar, a República se deparou com problemas sociais graves, como doenças, índice alto de analfabetismo e outras mazelas sociais, fatores esses que funcionaram como um entrave ao progresso almejado.

Nesse sentido, nas primeiras décadas republicanas, assistimos à efervescência de discussões protagonizadas por intelectuais que circulavam em vários campos do conhecimento, cuja participação nas práticas culturais exaltou o chamado entusiasmo nacional através da educação, o qual deveria, não apenas formar o cidadão através das Humanidades, mas retirar o país da ignorância, alfabetizando o povo, no afã de civilizá-lo.

Além de investigar documentos sobre os professores e professoras, Inspetores de Ensino e Delegados, foi possível analisar a correspondência entre a Direção Geral de Instrução de Sergipe e a Secretaria do Interior e Justiça do Estado de Santa Catarina. Em ofício datado de 26 de julho de 1919, o Secretário de Interior de Santa Catarina, Henrique Fontes, solicitou à Direção Geral de Instrução Pública de Sergipe, a remessa de leis, decretos, regulamentos, memórias e outros documentos publicados oficialmente no Estado de Sergipe.

Henrique Fontes solicitou os referidos documentos em virtude da organização de uma biblioteca pedagógica na Instituição dirigida por ele. Essa correspondência é uma mostra da circulação das idéias havida no Brasil em relação ao ensino[73].

[73] Outros estudos sobre a implantação dos Grupos Escolares no Brasil, apontam para a circulação dos impressos, de modelos arquitetônicos escolares, viagens e missões de técnicos e professores e entre diversos Estados

É provável que as práticas sociais republicanas não tenham acontecido da mesma maneira em todos os lugares do Brasil. E hemos de compreender as peculiaridades locais. Assim sendo, tal assertiva implica conceber Sergipe no rol das representações da escola republicana.

Os intelectuais sergipanos tiveram, no campo educacional, uma participação ativa nesse processo. Antônio Manoel de Carvalho Neto foi responsável pela Direção Geral de Instrução Pública do Estado sergipano entre 1918-20. Constava, desde 1912, do Regulamento de Instrução Primária, que o Diretor Geral de Instrução Pública deveria ser uma "pessoa de grande competência intelectual e moral". Havia também a prescrição para a nomeação de Inspetores. Esses não podiam ser quaisquer pessoas;precisavam estar dotados de formação intelectual destacada.

A instrução precisava ser conduzida por pessoas detentoras dos requisitos que dessem visibilidade aos órgãos responsáveis pela disseminação do saber. Carvalho Neto, pela sua erudição e preparo técnico, certamente fazia frente a essa expectativa. É oportuno ressaltar que sua atuação no campo educacional não se restringiu à Direção Geral de Instrução, como vimos anteriormente.

Direção Geral de Instrução pública: reflexões sobre o *habitus* de um lugar de memória no campo intelectual

Tomamos como referência a Direção Geral de Instrução no Estado de Sergipe, que desde o final do século XIX até as primeiras décadas do século XX, funcionou como uma importante instituição pública, proporcionando aos intelectuais que a ocupavam, lugar da mais alta relevância na sociedade da época. Representando a autoridade máxima dirigente dos assuntos do Estado, que diziam respeito à Instrução Pública, os intelectuais, que assumiam a Direção Geral de Instrução, respondiam cumulativamente pela Direção da Escola Normal, da Escola Complementar e também decidiam em nome do Conselho Superior de Educação, órgão estadual equivalente ao que hoje é denominado Conselho Estadual de Educação.

Aquelas instituições representavam um poder social significativo e promoviam visibilidade aos nomes dos intelectuais que ali exerciam cargos. De maneira contrária, houve

---

brasileiros. Cf. NASCIMENTO. Jorge Carvalho do. A escola no espelho: São Paulo e a implantação dos grupos escolares no Estado de Sergipe.In: VIDAL, Diana Gonçalves Vidal. **Grupos Escolares**: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006. p.153 – 171. Cf. SOUZA, Rosa Fátima de. Lições da escola primária. In: SAVIANI. Dermeval [et al.]. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. p. 109 – 161.

um momento – localizado na época já referida – em que os intelectuais já gozavam de reputação no seu campo, imprimindo visibilidade política, social e cultural às instituições.

No contexto histórico estudado, a Direção Geral de Instrução Pública alçara considerável *status*, mantendo posição de destaque, social e politicamente, desde os tempos da Monarquia[74]. Representava, portanto, um dos importantes lugares de pertencimento de intelectuais sergipanos que compunham a *intelligentsia* estadual.

Compreende-se, portanto, que a Direção de Instrução Pública, por sua natureza mesma, preservou sua condição de fórum privilegiado, no que se refere às idéias voltadas para as práticas educativas durante dado período histórico (da Monarquia à República).

Sendo a Direção de Instrução Pública uma instituição que contribuiu para caracterização do campo intelectual, faz-se necessário, consequentemente, uma investigação, ainda que delimitada, quanto ao papel dos agentes sociais que se encontravam sob os ditames dessa mesma instituição. Reduzindo, então, através de uma delimitação pragmática, a ampla diversidade de agentes a apenas dois nomes, isto é, duas representações, buscamos destacar a atuação do jurista Antônio Manoel de Carvalho Neto na Direção Geral de Instrução Pública (1918-1920), professor da Escola Normal e Escola Complementar e suas relações conflituosas com o médico Helvécio de Andrade, que também ocupou tais cargos.

A partir da atuação desses dois intelectuais sergipanos, a Direção Geral de Instrução Pública nas primeiras décadas do século XX, tornou-se um campo de disputas representando, de um lado, com Carvalho Neto, advogado, a aplicação das práticas jurídicas, pedagógicas e políticas; do outro, o médico Helvécio de Andrade, que através de sua experiência como inspetor escolar em Santos e ao conhecimento dos assuntos de pedagogia difundidos pelos intelectuais paulistas da educação, a exemplo de Caetano de Campos, aliado à sua prática de médico sanitarista, pôde compreender bem os pressupostos da educação moderna, aplicando seus métodos em Sergipe em períodos intercalados entre 1914 e 1935.

[74] Thétis Nunes (1984) escreveu a trajetória da educação em Sergipe desde os tempos da Colônia. Ela falou da formação da estrutura educacional de Sergipe, mostrou a existência do Conselho Superior de Ensino, cujo regimento foi "redigido por uma comissão composta do vigário José Luís de Azevedo e dos professores Brício Cardoso e Gonçalo Vieira de Melo, este o presidente. Seria, porém, aprovado por ato de 10/7/1878, quando já se encontrava em exercício o Vice-Presidente José Martins Fontes" (NUNES,1984, p. 130). Falou ainda que no Governo de Herculano Inglês de Souza (18/5/1881 a 22/2/1882) "ganhava projeção o Conselho Superior de Instrução como órgão consultivo do Presidente da Província e do Diretor Geral de Instrução Pública, sendo, assim, o tribunal de julgamento dos delitos dos professores públicos na forma que passava a ser explicitada". No texto, ele enfatizou também as inovações da Reforma de Leôncio de Carvalho, pelo Decreto de 20 de abril de 1877. Cf. NUNES, Maria Thétis. **História da Educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Aracaju: Secretaria de Educação e Cultura do Estado: Universidade Federal de Sergipe, 1984. Sobre a Reforma de Leôncio de Carvalho, consultar também: SOUSA, Francisco Alencar de. **Os tempos do Império** Uma análise da Reforma do Ensino Livre de 1879. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica/PUC, 2006. (Tese de Doutorado)

No que diz respeito ao médico Helvécio de Andrade[75], este, segundo a pesquisadora Cristina de Almeida Valença (2006), "procurava difundir na educação sergipana através das suas publicações a importância da implantação de novas práticas pedagógicas, dentre elas a utilização do método intuitivo, da leitura analítica e das práticas higienistas". (VALENÇA, 2006, p. 52).

Quanto a Carvalho Neto, a respeito do seu perfil intelectual voltado para os segmentos da Lei, da Educação e da Política, destaca-se o depoimento de Manoel Ribeiro, quando da aclamação que homenageava aquele jurista pela produção do livro de sua autoria, "Advogados: como aprendemos, como sofremos, como vivemos":

> [...] Considerando o primado do espírito sobre a matéria, idealista, aproximado do povo e integrado por suas classes, ao mesmo tempo a par da evolução dos sistemas jurídicos, foi ele um dos precursores da legislação social do Brasil, num tempo em que o liberalismo dominava e orientava as classes dirigentes. Os seus discursos na Câmara Federal são bem um título de glória, se outros lhe faltassem para consagrá-lo na memória dos pósteros. A segurança de conceitos, a compreensão nítida do problema, que ia tornar-se agudos anos depois, mostram sua penetrante visão sociológica (RIBEIRO, 1946, p.8).

A percepção acurada de Carvalho Neto diante dos fenômenos sociais, revela sua ampla capacidade de apreensão das diversas, interativas e conflituosas realidades que se impõem em maior ou menor grau nos campos onde atuou este intelectual sergipano.

Sobre sua atuação, pode-se novamente, recorrer a Manoel Ribeiro: "é o lutador que se revela em todas as páginas [do livro Advogados], desassombrado, afirmando e negando pondo a descoberto suas experiências, com o intuito de ensinar as gerações vindouras que queiram palmilhar a mesma estrada" (RIBEIRO, 1946, p.8).

Os embates ocorridos entre Carvalho Neto e Helvécio de Andrade registrados, inclusive, em vários números do Jornal "Correio de Aracaju" (1919), por Carvalho Neto e, no "Diário da Manhã" (1919), por Helvécio, demonstram a atmosfera de disputa mantida dentro do campo intelectual, com relação às práticas educativas, ao mesmo tempo em que demonstra

[75] O médico Helvécio de Andrade foi Diretor Geral de Instrução Pública, de 1914 a 1918, período em que assumiu a primeira gestão. Nesta gestão, "ele priorizou algumas metas que delinearam o rumo das reformas empreendidas nesse período. Manter o funcionamento dos Grupos Escolares e das aulas singulares ministradas pelas normalistas foi uma dessas prioridades". Depois, assumiu novamente a Diretoria da Instrução Pública entre o final de 1926 e início de 1927 e no período de 1930 a 1935. Cf.: VALENÇA, Cristina de Almeida. **Civilizar, higienizar e modernizar**: a difusão dos ideais da pedagogia moderna por Helvécio de Andrade (1911-1935), São Cristóvão: Núcleo de Pós-Graduação em Educação/Universidade Federal de Sergipe, 2006. p. 148-230 (Dissertação de Mestrado)

a relevância daqueles dois intelectuais para a legitimação e reconhecimento no processo de implantação das idéias pedagógicas modernas. E a Direção de Instrução Pública era, se levarmos em consideração o discurso de ambos educadores, a Instituição de maior poder de representação envolvendo toda a condição de pertencimento social, político e cultural, isto é, configurando, através do seu valor (explicitamente reconhecido pelos agentes em questão), parte do processo de estruturação do *habitus* republicano.

A Direção Geral de Instrução Pública, no Estado de Sergipe, caminhava, a despeito de suas particularidades, *pari passu* com as idéias que circulavam no Brasil. Ela fazia parte de instituições criadas para a consolidação do desenvolvimento do país. O século XX trazia as novidades pronunciadas sob os auspícios do discurso do progresso, desenvolvimento e urbanismo, expressões demarcadoras do pensamento apresentado como a representação própria da civilização que se irradiava sob a luz da perspectiva Republicana.

A Educação se encontrava, na época delimitada, na condição de elemento social importante que colocaria o Brasil no mesmo caminho das sociedades desenvolvidas, a exemplo da França e dos Estados Unidos da América, países considerados por muitos como pedra de toque para a glorificação de um modelo social republicano.

Em que pese o Estado de Sergipe ter enfrentado alguns percalços diante de algumas epidemias, como o impaludismo e a gripe espanhola, acreditava-se na possibilidade de, através da Educação, corrigir-se os problemas sociais, sanear os costumes e alcançar a redenção social. A esperança na Educação foi uma característica marcante na época, tendo como traço forte a racionalidade do ensino. Todavia, é necessário compreender que o "processo de evolução e experimentação" do ensino a partir da racionalidade da cultura escolar e suas práticas, não datam dos acontecimentos encarnados no próprio século XX. Desta forma, a organização do ensino primário cumpriu um papel importante nesse processo.

> Os grupos escolares reuniam todas as características da escola graduada – um novo modelo de organização escolar configurado no final do século XIX que vinha sendo implantado em vários países europeus e nos Estados Unidos para a difusão da educação popular (VINÃO FRAGO, 1990; HAMILTON, 1989). [...] os quais, atrelados ao movimento de renovação dos processos de ensino pelo *método intuitivo* e aos ideais liberais de educação, amoldaram-se aos princípios de racionalidade social intrínsecos ao desenvolvimento da sociedade capitalista, especialmente os processos de urbanização e industrialização (SOUZA, 2004, p.114-115).

Compreende-se do exposto que a realidade na qual atuava a Direção Geral de Instrução Pública em Sergipe não era diferente da encontrada em Estados considerados modelos de irradiação do *habitus* republicano. As idéias e os modelos sociais circulavam por todo o país desde tempos de outrora. A representação dos ideais republicanos aconteceu de maneira marcante, neste "pequeno torrão". Filhos de Sergipe recebiam as boas novas a partir de seus estudos realizados dentro e fora do Estado, com destaque para Recife, Salvador e Rio de Janeiro. Recife se destacou na História da Educação, na formação dos advogados e filósofos. Sergipe, ali, deixou um legado, nas figuras de Sílvio Romero e Tobias Barreto, reconhecidos por intelectuais de suma relevância no referido contexto, tal como em obras de Gilberto Freyre. Tobias Barreto foi considerado o precursor dos domínios da filosofia alemã[76] no Brasil. Salvador marcou com a Faculdade de Medicina e também a Faculdade Livre de Direito. O Rio de Janeiro concentrava a formação de intelectuais juristas e também de médicos[77].

A ocupação dos cargos ligados à Instrução estava relacionada, desde o final do século XIX, à conquista do campo da chamada *intelligentsia* sergipana. Segundo Eugênia Andrade Vieira da Silva (2004), o magistério sergipano, já no século XIX, era ocupado, entre outros profissionais, por bacharéis de Direito e Médicos. Esses profissionais exerciam cargos vinculados à Instrução, o que permitia a eles uma visibilidade no campo intelectual, legitimando-os como representantes da elite intelectual sergipana. No século XX, podemos assinalar a continuidade desse fato, dadas às devidas proporções, especialmente, nas primeiras décadas. Advogados e médicos ficavam famosos quando se assentavam nas discussões do

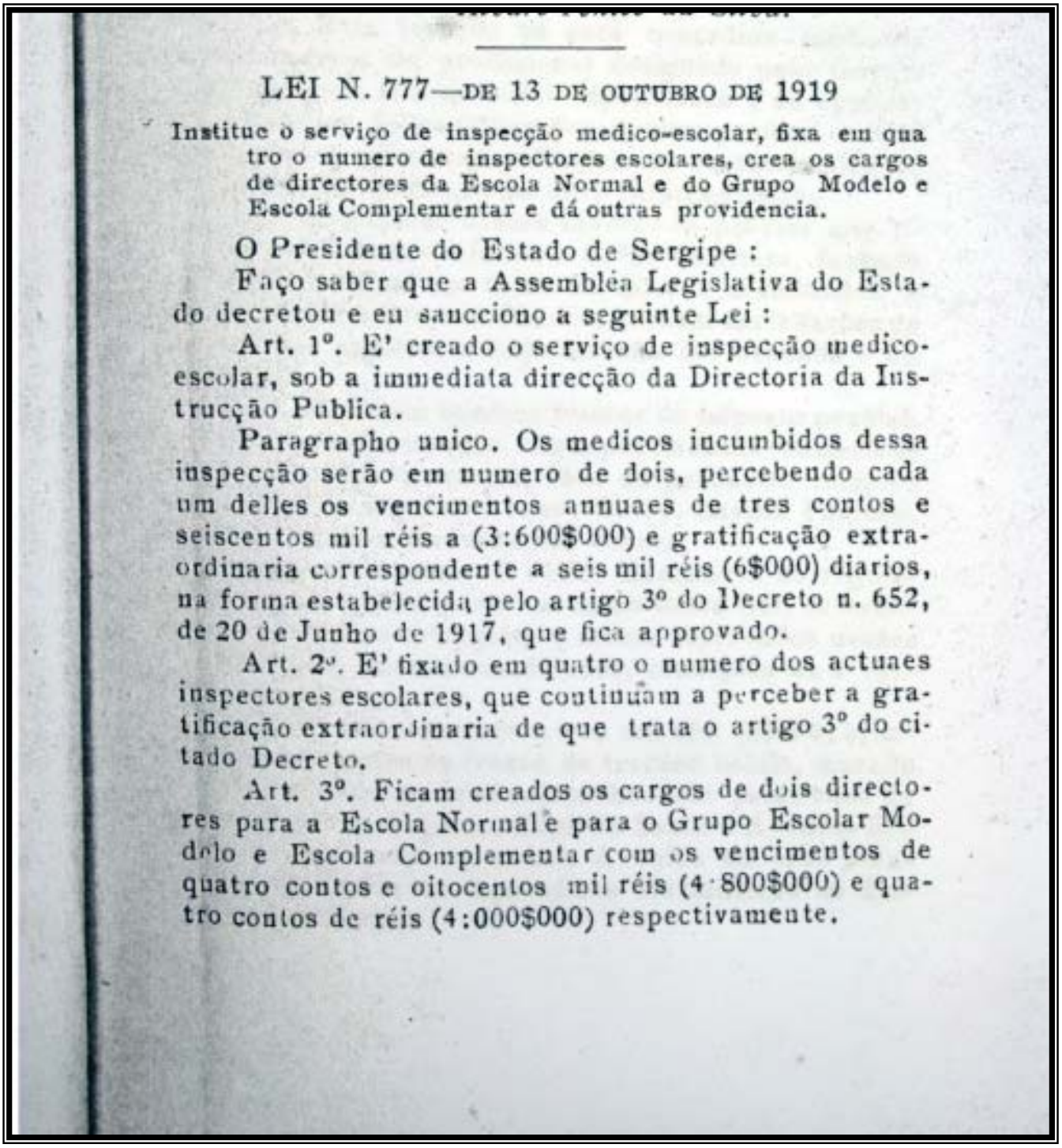
[76] Consultar sobre esse assunto: NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **A cultura ocultada ou a influência alemã na cultura brasileira durante a segunda metade do século XIX**. Londrina: Ed. UEL, 1999.

[77] Ver sobre a formação intelectual em Sergipe: LIMA, Jackson da Silva. **Estudos Filosóficos em Sergipe**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1995. O autor propôs um estudo sobre os intelectuais sergipanos e seus estudos filosóficos, [...] "tendo como ponto de partida a nossa própria realidade, mesmo que isso acarrete um empobrecimento cultural significativo com a exclusão parcial ou total de nomes consagrados nacionalmente como os de Tobias Barreto, Sílvio Romero, Fausto Cardoso, Samuel de Oliveira, Laudelino Freire, Jackson de Figueiredo". Cf. SILVA, Eugênia Andrade Vieira da. **A formação intelectual da elite sergipana** (1822-1889). São Cristóvão: Núcleo de Pós-Graduação em Educação/Universidade federal de Sergipe,2004. (Dissertação de Mestrado). Cf. SOUZA, Cristiane Vitório de. "**A República das Letras" em Sergipe** (1889-1930). São Cristóvão: Departamento de História/Universidade federal de Sergipe, 2001. (Monografia de conclusão de Curso de Licenciatura em História). Nesta monografia, Cristiane Vitório traça um panorama sobre as Instituições Culturais em Sergipe e suas práticas. Na fase republicana ela destaca algumas entidades como: Gabinete Literário Tobias Barreto (1889), Clube Literário 24 de julho (1898), Clube Esperanto (1907), Centro Operário Sergipano (1910), Sociedade Médica de Sergipe (1910), Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (1912), Liga Sergipense contra o Analfabetismo (1916) e, o Grêmio Literário Simãodiense (1905). Este último foi segundo Armindo Guaraná (1925), criado por Carvalho Neto (que criou também, no Rio de Janeiro, o "Grêmio Teixeira de Freitas). Ver: GUARANÁ, Armindo. **Dicionário Bio-Bibliográfico sergipano.** Rio de Janeiro: Pongetti, 1925, p. 47-48). Vale ressaltar que Carvalho Neto foi um o primeiro Presidente da Academia Sergipana de Letras, criada em 1929. Ver: CARNEIRO, Magalhães. **Panorama Intelectual de Sergipe**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1940. Sobre a passagem de Carvalho Neto como Presidente da Academia Sergipana de Letras, cf. MACHADO, Manoel Cabral. **Brava Gente Sergipana e outros bravos**. Aracaju: s.n.t,1998.

ensino e tratavam de medidas relacionadas à demanda da modernidade pedagógica sergipana. Os discursos jurídicos e médicos estavam em voga na sociedade ocidental desde o século XIX. Vale notar que, no Brasil, Medicina e Direito fizeram parte de maneira marcante na vida da História da Educação nos debates sobre a proteção à infância[78].

Destaca-se, portanto, as propostas de ação do intelectual Carvalho Neto, cuja prática social pautava-se na busca da função social do Direito como um elemento inerente ao homem e que, em dois anos de gestão, 1918-1920, assumindo a Direção Geral de Instrução Pública e o Conselho Superior de Educação do Estado de Sergipe, sugeriu mudanças nos programas das disciplinas escolares, o que foi caracterizado no Governo do Coronel Pereira Lobo, como reforma. Nesta gestão, foram inaugurados alguns grupos Escolares e realizadas algumas mudanças na formação pedagógica das normalistas da Escola Normal. Com a Lei n.777 – de 13 de outubro de 1919, instituiu-se o Serviço de Inspeção Médico – Escolar e criou-se o cargo de diretores da Escola Normal e do Grupo Modelo e Escola Complementar. Com a Lei n.786, de 5 de novembro de 1919, o Governo de Pereira Lobo decidiu sobre o funcionamento dos estabelecimentos de ensino particular no Estado, bem como sobre o serviço de Inspeção Escolar.

[78]Cf. WENDLING, Michelle Menezes. Helvécio de Andrade, Manuel Bonfim e Prado Sampaio: idéias de três sergipanos durante o I Congresso Brasileiro de Proteção à Infância. In: WENDLING, Michelle Menezes. **Artigos e textos produzidos no período de 2003-2005.** São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2005. (DPS/UFS, bolsista PIBIC/CNPq).



LEI N. 777—DE 13 DE OUTUBRO DE 1919

Institue o serviço de inspecção medico-escolar, fixa em quatro o numero de inspectores escolares, crea os cargos de directores da Escola Normal e do Grupo Modelo e Escola Complementar e dá outras providencia.

O Presidente do Estado de Sergipe :

Faço saber que a Assembléa Legislativa do Estado decretou e eu sanccionо a seguinte Lei :

Art. 1º. E' creado o serviço de inspecção medico-escolar, sob a immediata direcção da Directoria da Instrucção Publica.

Paragrapho unico. Os medicos incumbidos dessa inspecção serão em numero de dois, percebendo cada um delles os vencimentos annuaes de tres contos e seiscentos mil réis a (3:600$000) e gratificação extraordinaria correspondente a seis mil réis (6$000) diarios, na forma estabelecida pelo artigo 3º do Decreto n. 652, de 20 de Junho de 1917, que fica approvado.

Art. 2º. E' fixado em quatro o numero dos actuaes inspectores escolares, que continuam a perceber a gratificação extraordinaria de que trata o artigo 3º do citado Decreto.

Art. 3º. Ficam creados os cargos de dois directores para a Escola Normal e para o Grupo Escolar Modelo e Escola Complementar com os vencimentos de quatro contos e oitocentos mil réis (4:800$000) e quatro contos de réis (4:000$000) respectivamente.

Figura 14. Lei N. 777 de 13 de outubro de 1919. Institui o Serviço de Inspeção Médico Escolar. Foto Joel Luiz. Arte e diagramação: Léo A. Mittaraquis. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Acervo particular de Maria do Socorro Lima.

Buscamos, da mesma forma, fazer algumas reflexões sobre o Governo de Pereira Lobo e suas estratégias para se legitimar como um Governo que continuava as obras institucionais do General Valladão, seu antecessor, e como tal fato repercutia através da Instrução Pública.

Ensino e Reforma: algumas mudanças na Escola Normal

No início do século XX, a titulação dos intelectuais sergipanos possuía um caráter valorativo de grande expressão. Destacavam-se, na sociedade, muitos intelectuais de formação jurídica e médica, formados na Bahia, no Rio de Janeiro e em Recife. À formação acadêmica, seguia-se a intelectual refletida para além dos bancos escolares, pois tais intelectuais detinham conhecimento científico em vários campos, como o da Literatura, da Ciência e das Artes. Desta forma, a leitura e o estudo sistemático figurou-se como uma prática cultural e uma estratégia importantes para a constituição de um capital, que se configurava também como social, ou como afirma Pierre Bourdieu:

> O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma *rede durável de relações* mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter- reconhecimento ou, em outros termos, *à vinculação de um grupo*, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por *ligações* permanentes e úteis.(BOURDIEU, In: NOGUEIRA E CATANI, 1998, p. 67).

Entende-se, por isso, nessas assertivas, que a Escola, tal qual propõe Pierre Bourdieu (2001), não é o único lugar onde se exerce a cultura da leitura, porém, tanto quanto às outras práticas sociais ela obedece à mesmas leis, "com a diferença de que ela é mais diretamente ensinada pelo sistema escolar, isto é, de que o nível de instrução vai ser mais poderoso no sistema dos fatores explicativos, sendo a origem social o segundo fator"(BOURDIEU, 2001, p.237). No interesse dos intelectuais que cuidavam da Educação no Brasil do início do século XX, a Escola significou um lugar de produção do saber, onde se racionalizaram e uniformizaram as práticas educativas e culturais para conformação de uma sociedade desenvolvida e por isso gozava de grande prestígio social. Nesse sentido, seu valor era considerado um poder.

Acredita-se, por tal afirmativa, que a escola se constituía num discurso de representação de poder, pois, através dela, os agentes sociais de destaque davam visibilidade aos seus feitos. Neste caso, esse era o papel da Direção de Instrução Pública: garantir a legitimação da posição alcançada pelos agentes, além de manifestar socialmente o valor do ensino para o progresso.

A Escola Normal foi uma das instituições de maior relevo nas Reformas de Ensino que permearam as primeiras décadas do século XX. Era nessas instituições que se formavam as professoras para ensinar nos Grupos Escolares, nas Escolas Isoladas e nas aulas singulares dos municípios brasileiros.

Num estudo sobre a formação das normalistas entre as décadas de 1920-1950, Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas (2003) revelou como era Escola Normal no recorte temporal delimitado, a partir da trajetória de ex-normalistas que ingressaram no magistério. Na pesquisa empreendida, Freitas (2003) demonstrou que "as possibilidades educacionais femininas em Aracaju, a partir de 1920, estavam vinculadas às seguintes instituições: à Escola Normal Rui Barbosa, aos colégios particulares, à Escola de Comércio "Conselheiro Orlando e ao Colégio Atheneu" (FREITAS, 2003, p.32). A Organização da Escola Normal naquela época era, conforme Freitas, da seguinte forma:

> Na Escola Normal Rui Barbosa, as disciplinas estudadas pelas normalistas, até a década de 20 referem-se, em sua maioria, à educação geral e não à formação docente propriamente dita. No prédio da Escola Normal funcionaram várias modalidades de ensino voltadas ao sexo feminino, ao longo do período analisado (1920-1950). O ensino primário era ministrado anexo à Escola até a metade da década de 1930, o Grupo Escolar Modelo, inaugurado juntamente com o prédio da Escola Normal em 1911. Em 1937, foi inaugurada também uma Escola infantil, também em anexo ao prédio da Escola. O curso complementar começou a funcionar junto à Escola Normal em 1916, inicialmente com a duração de um ano letivo e como intermediária para o Curso Normal. Até 1925, o certificado expedido por ela garantia à aluna matrícula imediata no Curso Normal, sem a necessidade de realização do Exame de admissão. Em 1922, o Curso Complementar foi ampliado para dois anos: o primeiro ano continuava tendo caráter preparatório para a Escola Normal; o segundo ano enfatizava a formação das jovens que não pretendiam se preparar para o magistério e dessa forma, há ênfase no currículo, na perspectiva de formação da "boa dona-de-casa". As Disciplinas ministradas para tanto eram Economia Doméstica, Educação Moral e Cívica, Higiene Geral, Higiene Infantil, Arte Culinária e Música (FREITAS, 2003, p. 34-35)

Em 1935, no Governo de Dr. Eronides de Carvalho, foi criado o curso de Aperfeiçoamento, com duração de um ano, funcionando entre 1936-1940, com "programa

composto por Educação Física, Canto Orfeônico, Álgebra, Português, História Natural, Higiene, Física, Química e Biologia" (FREITAS, 2003, p. 35-36).

A inserção das mulheres na Escola Normal trazia possibilidades de ingresso ao magistério, uma profissão que era, na época, traço que as distinguia das outras moças porque significava concessão de prestígio social. O ingresso à profissão garantia *status* e tornava as mulheres mais independentes. Essa era uma das razões pelas quais as meninas se sentiam atraídas pela Escola Normal. E o fato de a Escola exigir como requisito legal para ingresso em seus cursos o Exame de Admissão, promovia uma certa distinção social. Esse fator foi muito importante no processo feminino de profissionalização.

Outro estudo importante para se empreender a significação da Escola Normal na constituição do Ensino nas primeiras décadas da República é o de Carlos Monarcha (1999), no qual ele realiza uma análise da Escola Normal da Praça, uma das denominações dadas à Escola Normal de São Paulo.

Nos dois estudos, o de Freitas (2003) que faz um percurso do ensino normal desde a criação do Curso de Normalistas em 1870, no Colégio Atheneu Sergipense, a criação do curso independente do Colégio Atheneu, mas destinado a homens (1871), a criação da Escola Normal em 1877 e em 1911, a concessão de um prédio próprio, onde foi anexo o Grupo Escolar Modelo, sendo em 1937 inaugurada uma escola infantil, até suas configurações atuais, a partir da trajetória de ex-alunas e, o de Monarcha (1999), que mostra a Escola Normal da Praça, desde sua fundação, é possível ratificar que a leitura permite-nos fazer um levantamento sobre a estrutura e organização escolar dessas instituições e avaliar, através delas, percepções a respeito do Ensino Normal e do processo educacional na República Brasileira fazendo, portanto, aproximações por meio desses dois trabalhos, sobre currículos e programas, ostentação dos prédios em determinadas épocas e a representação social daquelas instituições educacionais para efetivar os ideais de civilização, normatização e ordenamento das ordens sociais vigentes[79].

[79] Sobre a Escola Normal de Sergipe, verificar também o trabalho produzido por VALENÇA (2005) no qual ela tece representações da cultura escolar feminina na Escola Normal em Aracaju. VALENÇA, Cristina de Almeida. **Entre livros e agulhas**: representações da cultura escolar feminina na Escola Normal de Aracaju (1871-1931). Aracaju: Nossa Gráfica, 2005. Cf. BRITO, Luzia Cristina Pereira. **Ecos da modernidade na Escola Normal "Rui Brabosa"** (1930-1957). São Cristóvão: Núcleo de Pós-Graduação em Educação/ Universidade Federal de Sergipe, 2001. (Dissertação de Mestrado). Ver também sobre as reformas da década de 1920: CARVALHO, Marta Maria Chagas de. "Reformas da Instrução Pública". In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. 3ª ed., Belo Horizonte: Authêntica, 2003. VEIGA, Cynthia Greive. "República e educação no Brasil" (1889-1971). In: VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação no Brasil**. São Paulo: Ática, 2007. p. 237-322.

Em relação ao tempo do exercício do magistério e dados sobre a formação das normalistas, o Presidente Pereira Lobo relatou, na Mensagem Presidencial de 1920, que àquele problema já se tinha solucionado, através da Direção Geral de Instrução:

> Mercê da ordem implantada nesta repartição, com o expediente methodicamente distribuído e o serviço de estatística iniciado com certa regularidade, ella pode attender a todos os reclamos para que for solicitada, dentro nas matérias de suas atribuições. O atrazo em que vinham as notas referentes ao professorado, dando margem, por vezes, a que se ommitisse uma exacta contagem de tempo no magistério, já se acha quase vencido, estando os livros escripturados com cuidado apreciável. Outro tanto se pode dizer da crescente regularização dos diplomas dos professores e normalistas, o que dantes constituía lacuna bem sensível, com menosprezo da lei e até em desprestigio mesmo do magistério (PEREIRA LOBO, Mensagem, 1920, p.13).

Transpomos, da mensagem apresentada, uma tabela com a evolução da emissão de diplomas, de 1910 a 1919.

QUADRO II - DIPLOMAS LEGALIZADOS EM SERGIPE (1910-1919)

Anos	Número de diplomas emitidos
1910	26
1911	3
1912	11
1913	34
1914	17
1915	03
1916	01
1917	14
1918	14
1919	97

Fonte: PEREIRA LOBO, Mensagem, 1920.

Na década de 1920, introduzir novos materiais pedagógicos no ensino da Escola Normal foi uma das realizações da Direção da Instrução. As mudanças se faziam necessárias desde os cuidados com o prédio, pintado com cores, que, segundo os preceitos da higiene escolar, proporcionaria conforto. A instalação da luz elétrica possibilitou outras atividades à

noite, ou mesmo, o funcionamento de cursos noturnos, como já acontecia. Segundo Pereira Lobo, “cumpre, ainda informar-nos dos melhoramentos de ordem material e pedagógica que, a reclamos da Directoria da Instrucção, hei, com muito agrado, introduzido nessa Escola” (Instrução, 1920, p.17)

A aquisição de coleções para o ensino de História Natural, coleções industriais vieram suprir falhas existentes de acordo com a mensagem Presidencial de 1920. A Escola Normal passou a utilizar o Gabinete de Física e Química que, segundo o Governo, foi uma das melhores aquisições, importada de Paris. Foram compradas também coleções para o estudo de História Natural, Coleções Industriais que “vieram preencher uma falha sobremodo sensível” (SERGIPE, Mensagem, Pereira Lobo, 1920, p.17).

A aquisição dos laboratórios citados permitiu um avanço no desenvolvimento das Disciplinas e aumentou a qualidade pedagógica das mesmas. Tais medidas foram consideradas como parte da reforma realizada nesta época.

A Educação Física não deixou de estar presente nas propostas de reformas feitas por Pereira Lobo e Carvalho Neto. Embora fosse uma prática escolar “um tanto descurada”, ela se fazia compreendida como uma necessidade urgente. Mas, teria que ser através de um método rigorosamente científico, observando os ditames da pedagogia e higiene, para que obtivesse resultados positivos e proveitosos; no entanto, a ausência de um salão adequado e de aparelhos de ginástica, impedia que essa prática escolar preparasse as normalistas para imprimirem esse conhecimento nos Grupos Escolares da Capital desse Governo. Segundo o presidente Pereira Lobo, foi projetado um pavilhão com todos “os pertences imprescindíveis á execução de um programa completo” (SERGIPE, Mensagem, Pereira Lobo, 1920, p.18).

Escola Complementar e Grupos Escolares e Escolas Noturnas

Na Escola Complementar, cujo objetivo era o de oferecer um curso para preparação e melhoria do aprendizado dos Grupos Escolares, ou das Escolas Isoladas, foram efetuadas mudanças com ênfase na formação dos alunos para o curso normal. O Governo de Pereira Lobo fez um desdobramento do curso da Escola Complementar de um para dois anos, observando uma melhor distribuição de matérias. Em 1920, achavam-se matriculadas 73 alunas e a freqüência era quase total.

Para os Grupos Escolares[80], foi dada também uma grande atenção. Distribuídos em prédios com excelente padrão de arquitetura, os mesmos eram considerados confortáveis e perfeitos para cumprir os preceitos das condições higiênicas e pedagógicas e davam testemunho da dedicação de suas administrações.

Foram enaltecidos o Grupo Modelo, em Aracaju e o Grupo Coelho e Campos, na cidade de Capela. Dotados de material escolar vindo da América do Norte, cinco Grupos funcionavam no Estado: O Modelo, General Siqueira. General Valladão, Barão de Maroim, na Capital; e Coelho e Campos, em Capela. O Grupo Escolar Modelo era um grupo com exclusividade para o sexo feminino, mas os outros já serviam para ambos os sexos. Alguns funcionavam no turno da manhã e vespertino, no intuito de ampliar o número de matrículas.

O maior interesse, entretanto, do Governo de Pereira Lobo era transformar as Cadeiras Isoladas existentes em Grupos Escolares, pois, para ele, esses se constituíam em melhora real para o ensino de Sergipe.

Para conseguir tal intento, ele propôs que o dinheiro pago pelo Estado para os aluguéis das casas, fosse revertido em investimento para arrendamento de prédios a fim de alocar os Grupos Escolares. A distribuição de professores e o funcionamento dos novos estabelecimentos de Ensino ficariam a critério do Diretor Geral de Instrução Pública. Em 1920, o Estado possuía 248 Escolas Isoladas, além de 7 cursos noturnos[81].

Em sua proposição, Pereira Lobo explicou que as Escolas Isoladas não poderiam seguir as normas de higiene e ter condições de administrar o método intuitivo utilizado nos Grupos Escolares. A imagem por ele desenhada das Escolas Isoladas foi a de lugares pobres, insalubres, sem luminosidade e que muitas vezes se constituíam em albergues para as professoras pobres. As Escolas Isoladas eram, em 1919, 54 para o sexo masculino; 55, para o feminino e 139, para o ensino misto.

É pertinente lembrar que o método de ensino, o intuitivo, aqui referido já se configurava como experiência desde Governos anteriores ao Coronel Pereira Lobo. Segundo Cristina de Almeida Valença (2006), José Rodrigues da Costa Dórea (1911) investiu reforços no sentido de modernizar o ensino primário sergipano.

---

[80] Segundo Nascimento (2006) "o projeto de implantação dos grupos escolares entusiasmou lideranças políticas e intelectuais sergipanas; como em São Paulo e nos demais estados, a proposta era tida como a solução para o problema das escolas isoladas. Ver: NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. "A escola no espelho: São Paulo e a implantação dos grupos escolares no Estado de Sergipe". In: VIDAL, Diana Gonçalves. **Grupos escolares:** cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-197). Mercado da Letras, 2006. p.153-171.

[81] Ver: **SERGIPE.** Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em 7 de setembro de 1920, ao Instalar-se a 1ª. Sessão ordinária da 14ª legislatura, pelo Coronel Dr. José Joaquim Pereira Lobo, presidente do Estado. Documento encontrado no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

> Suas reformas estavam pautadas na necessidade de dar novos rumos à educação sergipana. Empreendeu a construção dos primeiros grupos escolares, dentro das possibilidades financeiras do Estado, construiu um novo prédio para funcionar a Escola Normal, importou mobílias, reformulou o currículo do curso das normalistas, incluindo a Caligrafia, a Ginástica, o ensino de Música, Desenho e Trabalhos Manuais com a finalidade de instalar "modernos padrões de ensino" (VALENÇA, 2006, p.54).

Os projetos realizados, desde os tempos do Império, nutriam esforços para implantar no Brasil métodos de ensino de conformação moderna. Contudo, vale destacar que houve um empreendimento contínuo de governantes republicanos naquilo que diz respeito a inovações, como a implantação dos Grupos Escolares, na tentativa de superar as dificuldades reconhecidas através das Escolas Isoladas, como eram conhecidas as aulas ministradas pelas professoras em suas próprias casas.

O Coronel Pereira Lobo participou do projeto educacional no qual se difundia a idéia dos Grupos Escolares como algo de inovador e uma possibilidade relevante de se constituir através dos mesmos as condições necessárias para a instituição da modernidade pedagógica. Contudo, a existência das Escolas Isoladas também se constituía numa necessidade para atender à população. Entretanto, para o Governo Pereira Lobo, em 1920, o número de Escolas Isoladas não correspondia às necessidades da população escolar. Ainda faltava um censo escolar capaz de registrar com maior exatidão o número das mesmas no Estado.

No caso das Escolas particulares, por exemplo, seus objetivos eram mais propedêuticos. Havia melhorado, visivelmente, o número de escolas particulares que emitiam seus relatórios à Instrução Pública. As Escolas estavam sendo devidamente registradas na Diretoria de Instrução, o que dava mais possibilidades de melhorar os dados estatísticos sobre as mesmas e acompanhá-las, porque o Governo partia do princípio que, mesmo sendo dirigidas pela iniciativa privada, elas tinham que manter o padrão do Ensino Nacional. Apesar disso, alguns diretores achavam um abuso ter que dar satisfação às autoridades sobre suas Escolas. Na Capital, existiam 26 escolas particulares e no interior do Estado, 8. Merece destaque o Collégio Tobias Barreto, com uma matrícula de 260 alunos, além de preparar bem os alunos para os cursos superiores, oferecia o ensino primário e médio. Tinha também "instrução militar eficiente, preparando reservistas para o exército" (SERGIPE, Mensagem, Pereira Lobo, 1920 p. 24).

Segundo o registro oficial, em 1920, o Estado tinha 9.669 crianças matriculadas, distribuídas da seguinte forma:

QUADRO III - DISTRIBUIÇÃO DE ESCOLAS E MATRÍCULAS DOS ALUNOS, EM 1920 (SERGIPE)

ESCOLAS	NÚMERO DE MATRÍCULAS
Escola Normal	163
Escola Complementar (masculina)	5
Escola Complementar (feminina.)	70
Grupos Escolares	969
Escolas Isoladas	8.213
Escolas Noturnas	249
Total	9.669 alunos

Fonte: PEREIRA LOBO, Mensagem, 1920.

Os números diminuíram para 7.432, quando a população foi acometida por algumas doenças, a exemplo da epidemia de varíola. As caixas escolares se constituíam em importantes auxiliares do Governo para socorrer as crianças pobres sem condições de suprir as necessidades das Escolas. Nessa peleja, somavam-se empresários, comerciantes, os quais colaboravam com o Governo na tarefa de acolher os pobres, dando-lhes oportunidades de Ensino.

Sobre o número de professores, de acordo com o nível de ensino, foi assim distribuído, conforme quadro na página 129.

QUADRO IV - DISTRIBUIÇÃO DOS PROFESSORES PÚBLICOS NO GOVERNO DE PEREIRA LOBO (SERGIPE -1920)

INSTITUIÇÕES	NÚMERO DE PROFESSORES
ATHENEU SERGIPENSE	25
ESCOLA NORMAL	16
GRUPOS DA CAPITAL/ESCOLA COMPLEMENTAR	27
ESCOLAS ISOLADAS E SUBÚRBIOS DA CAPITAL	16
CIDADES	58
VILAS	41
POVOADOS	125
PROFESSORES ADJUNTOS NO ATHENEU	05
ESCOLA NORMAL	08
DIVERSOS GRUPOS DA CAPITAL	23
TOTAL DE PROFESSORES PÚBLICOS	344

Fonte: PEREIRA LOBO, Mensagem, 1920.

A Inspeção Sanitária e Técnica das Escolas foi, por conta desses problemas, outra preocupação da Direção Geral de Instrução Pública, na gestão do jurista Carvalho Neto, entre 1918-1920.

Para a adoção dos livros didáticos, o Estado de São Paulo foi o modelo a se seguir, comprovando a tese de que a organização da cultura escolar dos Estados brasileiros tinha como modelo a Capital paulista e as determinações da Instrução Pública que se lhe eram instituídas.

Vejamos o que disse Pereira Lobo, ao justificar a escolha dos livros pelo Conselho Superior de Instrução:

> Cumprindo a Directoria da Instrucção providenciar no sentido de uniformidade do ensino, como base mesmo a uma melhor fiscalização, já forma ministradas as instruções a respeito, formulada a lista de livros didacticos, consoante a aprovação pelo Conselho Superior de Instrucção. Nesta selecção das obras para o ensino primário consultou-se, preferentemente, o adiantado Estado de São Paulo que, sem contestação, vai passando nesses domínios. É bem de ver, que em sendo, por emquanto, um trabalho de adaptação, não deixaram de ser consultadas as necessidades de nossas escolas, as exigências do nosso meio, que ainda não comportam o desenvolvimento que se opera naquelle grande centro sulista. Eis a lista dos livros adoptados, segundo a classificação feita pela auctoridade competente (SERGIPE, Mensagem, Pereira Lobo, 1920, p.14).

Para o 1º ano

Cartilha Analytico – Synthetica – de Marianno de Oliveira.
Leitura Preparatória – de Ritta Macedo Barretto.
Primeiro Livro – Corações de Crianças – de Ritta Macedo Barretto.
Primeiro Livro – de João Köpke.

2º ano

Segundo Livro – Corações de Crianças – de Ritta Macedo Barretto.
Segundo Livro – de João Köpke.

3º ano

Terceiro Livro – Corações de Crianças – de Ritta Mecêdo Barretto.
Terceiro Livro – de João Köpke.
Leituras Moraes – de Arnaldo Barretto

4º ano

Quarto Livro – Corações de Crianças – de Ritta Macedo Barreto.
Poesias Infantis – de Olavo Bilac.
Livro de Elza – de João Lúcio.
Através do Brasil – de Bilac e Bomfim.

Para leitura suplementar, a critério do professor e segundo a aptidão de seus discípulos, as obras seguintes:

Leitura Preparatória – de Francisco Vianna e Miguel Carneiro Junior.
Leitura manuscripta – de B. P. R.
Leituras Praticas – de João Köpke.
Contos Infantis – de Adelina Lopes Vieira e Julia Lopes Vieira.
Coração – de Edmundo Amicis.

No que concerne ao Conselho de Instrução Pública, constatamos que suas orientações procuravam seguir, ao que já foi apontado pelo Presidente do Estado, Pereira Lobo, as indicações das discussões nacionais em relação às reformas e às demandas educacionais do Estado de Sergipe. Conforme Ata de Sessão do Conselho, do dia vinte e quatro de abril de 1919, foi lida uma mensagem redigida pelo conselheiro Dr. Adolpho Ávila Lima, "a requerimento dos demais membros do Conselho, no sentido de que a mesma seja enviada ao exmo. Sr. Coronel Presidente do Estado"(CORREIO DE ARACAJU, 1919, p.2), cujos conselheiros solicitavam o seguinte:

> [...] O Conselho Superior de Intrucção, collocando acima de todos os interesses públicos, os altos e fucundos ideaes, que respeito dizem ao desenvolvimento da Instrucção, em a nossa terra da qual para honra e felicidade dos sergipanos se há feito V. Exa. decidido e franco protector, vem *data vênia*, fazer sentir a V. Exa. A premente necessidade em que se acha o nosso Sergipe de, no mais breve espaço de tempo possível, enviar uma commissão de professores nossos, ao grande e prospero Estado de São Paulo, presidida pelo Exm. Sr. Director de Instrucção Pública, para o fim especial de, em plena harmonia de vistas com o patriotico Governo de V. Exa. estudar ahi praticamente os novos processos do ensino hodierno. [...] E se, dentre os grandes Estados da nossa República, é o de S. Paulo aquelle que mais se approxima da objectivação de semelhantes ideaes pedagógicos americanos, justo parece, pois, a este Consêlho Superior de Instrucção – que o patriótico governo de V. Exa. se digne de escolher a referida commissão de professores sergipanos, que, sob os auspícios da esclarecida intelligencia e

> do proverbial critério de do exmo. Sr. Dr. Carvalho Neto possa aprende-la e transladar para o nosso ensino a pratica dos novos processos pedagógicos, sem cujo efficaz e nobilante concurso ou auxilio a Instrucção Pública de Sergipe não attingirá jamais as cumiadas do progresso. Saudações sentenciosas. Aracajú, 11 de abril de 1919. – A. Ávila Lima, dr. Alexandre Freire, José de Alencar Cardoso, Ascendino Argollo, dr. Aristides Fontes, dr. Augusto Leite, Carvalho Neto, com restricção (CORREIO DE ARACAJU, 24 abr. 1919, p.2).

Na mesma reunião em que os conselheiros apresentaram a mensagem, manifestando a solicitação do Presidente do Conselho, Carvalho Neto a aceitou, redargüindo o seguinte:

> Aceito em seus traços gerais a sábia indicação do Conselho. Desde que, fazendo das fraquesas forças, me empenhei no serviço da Instrucção Sergipana, para attender ao gentil e amistoso convite do Exmo. Sr. Presidente do Estado, , tenho voltado as minhas vistas para São Paulo, como aquelle Estado onde algo se pode obter de melhor em benefício do ensino. Do cotejo das deficiências da nossa organização escolar com os processos avantajados que aquelle grande Estado tem posto em pratica, nesse combate indefeso, continuado e intelligente para aliviar as suas escolas da ferrugem da rotina, hei escolhido licções verdadeiramente edificantes. Não posso, pois, ter outro gesto senão o de assentir na indicação do Conselho, quanto á conviniencia de se ir buscar no grande centro paulistano os conhecimentos práticos da pedagogia, que ali se praticam de verdade, mas que entre nós servem, por ora, de enfeite e decoração a regulamentos e progammas, como uma tabuleta de vistosas cores, para illudir as vistas dos inscientes.[...] Já nesse sentido, troquei idéas com a S. Exa., que, espírito adiantado e sem prejuisos de regionalismos, procura para Sergipe o que fora delle for digno de copia e imitação. Mas devo discordar de um ponto. [...] é obvio que, em sendo eu presidente deste Conselho, não me cai bem ver transitar, sem meu protesto, a indicação de meu nome para um posto que requer a qualidade que não possuo. [...] Assim, pois, voto pela moção, feita a restricção indicada. Carvalho Neto, dr. Aristides Fontes, Ascendino Argollo, Alexandre de Oliveira Freire, José de Alencar Cardoso, Augusto Leite, A. Ávila Lima (CORREIO DE ARACAJU, 24 abr.1919).

As viagens a São Paulo[82], portanto, firmaram-se como perspectiva de estabelecer no Estado de Sergipe medidas seguras para o desenvolvimento do ensino, tendo como padrão a ser adotado a organização escolar paulista.

Como vimos, Sergipe também estava almejando as boas novas aos métodos pedagógicos de ensino e, São Paulo, mais uma vez, irrompia no cenário brasileiro como uma perspectiva de irradiação das idéias da pedagogia moderna. Lembremos, ainda, que entre as

[82] Cf.: NASCIMENTO. Jorge Carvalho do. "A Escola no Espelho: São Paulo e a implantação dos grupos escolares no Estado de Sergipe". In: VIDAL, Diana Gonçalves. **Grupos Escolares:** cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas, SP: Mercado das Letras. p. 153-171.

primeiras décadas do século XX, o Brasil caminhava na busca de modernidade em várias frentes; entre elas, a Educação; a emancipação feminina através do voto, a comemoração pela paz, no ano de 1919, por meio da assinatura do Tratado Versalhes; a movimentação das cidades no processo de modernização urbana. Diante desse contexto, depreende-se que a Instrução cumpria, um papel fundamental para a sociedade. Modernizar significava urbanizar; civilizar significava conformar e preparar a população para receber o novo, visando, é claro, o desenvolvimento econômico, social e cultural do Brasil.

O Conselho Superior de Instrução Pública tinha uma função importante no processo da Instrução do Estado. A ele, conforme explicitado anteriormente, era dada a prerrogativa de avaliar e emitir pareceres sobre os livros didáticos, programas de disciplinas, currículos escolares para o ensino primário, enfim, era responsável pela promoção e fiscalização da organização do ensino primário, secundário e normal.

Nesse sentido, analisamos uma série de Atas daquele Conselho. Destacamos, entre as que investigamos, um conjunto de 11 atas[83]. A primeira, datada de 23 de abril de 1919, trata do pedido do Dr. Adolpho Ávila Lima, referente à solicitação da cópia do parecer que aprovou o trabalho de sua autoria: "Mappa Geographico de Sergipe". A segunda, de 1º de maio de 1919 trata da discussão dos programas de ensino da Escola Normal.

A terceira reunião do Conselho, datada de 05 de maio de 1919, versa sobre o Programa das Conferências Pedagógicas que compõem a agenda de 1919, organizadas da seguinte forma: Conselho Superior de Instrução Pública; seus fins: – Dr. Carvalho Neto, em julho. 2ª – Métodos de Ensino – Dr. Ascendino Argollo, em julho. 3ª – Da Metodologia Pedagógica – Dr. Ávila Lima, em agosto. 4ª – O Médico e a Escola – Fr. Augusto Leite, em Setembro. 5ª – Estudo da Geografia e da História – Dr. Alcebíades Paes, em outubro.

As conferências pedagógicas se constituíam em uma das exigências do Regulamento de Instrucção Pública do Estado, reformado por vários Presidentes do Estado e também pelo Governo de Pereira Lobo[84], através do Decreto n. 724 de 29 de outubro de 1921. A quarta ata aqui destacada, data de 8 de maio de 1919, registra o parecer das Disciplinas: Francês, Inglês, História Natural e Higiene, Física e Química, Educação Física, Desenho e Geometria, da

[83] Os registros das Atas do Conselho Superior de Instrução Pública foram encontrados no "Correio de Aracaju", 1919. Cd-rom (acervo da autora). Os Cd-rom foram produzidos pelo Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, e disponível para compra aos pesquisadores. No APES -Arquivo Público de Sergipe, encontramos um livro de Registro das Atas do Conselho referente ao período no Fundo Educação E11. vol. 3.

[84] Aquele Governo também deu novo Regulamento ao Atheneu Sergipense, pelo Decreto 721 de 31 de março de 1921, e pelo Decreto 728 de 24 de abril de 1922, criou o curso de Mecânica Prática no Lyceu Profissional Coelho e Campos. Cf. OLIVEIRA. Dilma Andrade de. **Legislação e Educação**: o ideário reformista do ensino primário em Sergipe na primeira República -1889-1930. São Carlos: SP: Universidade de São Carlos, 2006. (Tese de Doutorado).

Escola Normal, aprovado, com restrição, pelo Conselho. Em outra Ata, do dia 9 de maio de 1919, o Conselho emitiu o parecer sobre as Disciplinas:

> A comissão abaixo assignada, designada para dar parecer sobre os programmas de Francêz, Inglêz, Physica, Desenho e Geometria, Aritthtmetica e Álgebra, pensa que os mesmos devem ser approvados, menos o de Historia Natural e Hiygiene, cuja organização se não enquadra no que estabelece e exige o Regulamento da instrução em vigor. Justo também lhe parece que se recomende á professora da cadeira de Educação Physica que, no desenvolvimento de sua discplina, sejam observadas as condições mesológicas como as individuais de cada alumno. Sala do Conselho Superior de Instrucção do Estado de Sergipe, em Aracaju, 2 de Maio de 1919 – *Dr. Aristides Fontes, relator, dr. Alexandre Freire, dr. Augusto Leite* (CORREIO DE ARACAJU, 9 maio.1919).

Podemos considerar, através das medidas propostas e das realizações feitas pelo Presidente Pereira Lobo, que a Direção Geral de Instrução Pública funcionava em conformidade com o Regulamento do Ensino e manteve com inspetores, delegados de ensino e professores a prática de encaminhamento de relatórios. É pertinente dizer que reformas foram ali planejadas e empreendidas. Por conseguinte, nem tudo o que se planejou, aconteceu, como percebemos através das mensagens; contudo, as prioridades destacadas pelo Presidente Pereira Lobo, e a atuação rigorosa de Carvalho Neto, produziram esforços para resolver algumas velhas questões, e não se pode negar as realizações destacadas.

As disputas no campo intelectual, campo científico e luta pelo poder

A briga pública amplamente divulgada através da imprensa sergipana, entre o Dr. Carvalho Neto, com formação acadêmica em Direito, concluída em 1911, na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, e o Dr. Helvécio de Andrade, com formação médica, na Faculdade de Medicina da Bahia, tendo concluído em 1881 e se doutorado em Medicina e Farmácia apresenta elementos significativos das lutas pelo poder no campo científico. Os dois intelectuais tiveram uma formação polissêmica, produzindo trabalhos científicos e literários, nos quais versaram sobre vários problemas da vida e da natureza, em Sergipe, fato que os consagrou como pessoas importantes da elite intelectual do Estado.

Os dois foram professores da Escola Normal, Diretores da Instrução Pública e Presidentes do Conselho Superior de Instrução Pública. Em 1918, quando Carvalho Neto foi convidado pelo Presidente de Sergipe, o Coronel Pereira Lobo, a ocupar o cargo de Diretor

Geral de Instrução Pública, Helvécio de Andrade, que era o Diretor de então, fora exonerado a pedido. Aliada a esse fato, uma questão é posta: onde estariam os motivos que levaram estes intelectuais tão importantes a serem protagonistas de embates públicos, cuja temática principal eram assuntos educacionais?

Será que foi o fato de Carvalho Neto ter sido convidado para o cargo, uma vez que ele substituiu Helvécio de Andrade? Será que os dois intelectuais já se debatiam antes? Ou foi a velha luta pelo reconhecimento social, político, de um dirigente em detrimento de outro? Há ainda um caminho para se esclarecer essas questões, pois fontes ainda estão por ser encontradas. Consideremos esses questionamentos importantes, já que Carvalho Neto e Helvécio de Andrade ocuparam um mesmo espaço, em tempos singulares, para decidir assuntos da Instrução Pública no Estado de Sergipe.

Para o sociólogo Pierre Bourdieu:

> Todo campo, o campo científico, por exemplo, é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças. Pode-se, num primeiro momento, descrever um espaço científico ou um espaço religioso como um fundo físico, comportando relações de força, as relações de dominação. Os agentes – por exemplo, as empresas no campo econômico – criam o espaço, e o espaço só existe (de alguma maneira) pelos agentes e pelas relações objetivas entre os agentes que aí se encontram (BOURDIEU, 2004, p. 22-23).

Eis uma explicação bastante arrazoada do que podemos depreender da luta entre os campos, da autonomia dos grupos que deles fazem parte e das estratégias criadas para se firmar num lugar. Afirma-se, a partir do pensador francês, que a luta então é contínua e que a busca pela autonomia se encontra nas relações de força. Entende-se, desta forma, que entre os dois intelectuais, Carvalho Neto e Helvécio de Andrade, poderia ter havido a luta para mostrar a autonomia conquistada no campo da educação, a partir do lugar de Diretores na Instrução Pública, uma vez que esse posto era almejado na época. Destaca-se aqui o interesse que tal cargo exercia, pois um Diretor Geral de Instrução acumulava cargos. Por responder pelos assuntos gerais do Ensino, emitir pareceres como Presidente do Conselho Superior, o Diretor Geral de exercia cumulativamente a direção da Escola Normal e da Escola Modelo e da Escola Complementar, além de ensinar na Escola Normal. No entanto, essa justificativa não se configuraria num argumento forte, simplesmente. Teria que haver um motivo prático para as querelas.

Outros estudos versam sobre polêmicas travadas entre Helvécio de Andrade e outros intelectuais sergipanos nas primeiras décadas do século XX[85].

Localizamos, pois, no Jornal "Correio de Aracaju", no ano de 1919, algumas Atas do Conselho Superior de Instrução discorrendo sobre a avaliação de uma Cartilha escrita por Helvécio de Andrade. Na Ata do Jornal de 24 de maio de 1919, o Conselho Superior de Instrução se reuniu para tratar de assuntos sobre o trabalho do professor Helvécio de Andrade, "Pequena Cartilha Sergipana". No Jornal do dia 28 de maio, foi publicada a Ata do Conselho, reunido em 15 de maio. O presidente Carvalho Neto leu o parecer sobre a "Pequena Cartilha Sergipana" reprovando sua publicação. Estariam aí, os motivos de desagravo do professor Helvécio que passou, segundo escritos de Carvalho Neto, a ofendê-lo publicamente? Dr. Helvécio, segundo o Presidente do Conselho, Carvalho Neto, não teria se submetido aos exames e corrigendas daquele órgão de Ensino para aprovar e publicar seu trabalho. Era função do Conselho, pelo observado em outras Atas emitidas pelo Órgão, solicitar dos intelectuais que apresentavam propostas de material escolar, como livros, mapas, hinários, que fizessem revisão nos trabalhos propostos.

No período de 1 a 6 de junho, Helvécio de Andrade escreveu uma série de artigos ao Jornal "Diário da Manhã", intitulada "Em defesa de uma Instituição".

No mês de junho, Carvalho Neto se pronunciou sobre o caso no "Correio de Aracaju", lançando uma série de 7 artigos intitulados "A Cartilha de um pedagogo", e no dia 13 de junho, num desses textos declarou que os artigos constituíam-se em resposta ao Dr. Helvécio de Andrade[86], pelo fato de o Conselho ter reprovado sua Cartilha.

---

[85] Ver: VALENÇA, Cristina de Almeida. **Civilizar, higienizar e modernizar**: a difusão dos ideais da pedagogia moderna por Helvécio de Andrade (1911-1935). São Cristóvão: Núcleo de Pós-Graduação em Educação/Universidade Federal de Sergipe, 2006. (Dissertação de Mestrado) p. 152-262. Ávila Lima era um intelectual formado em ciências jurídicas, e Helvécio de Andrade em Medicina. Podemos entender desse fato que existiu entre os mesmos uma disputa no campo científico e, consoante os embates públicos, através da imprensa, procuravam se legitimar perante a sociedade. Ítala da Silva, formada em Medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia, travou com Helvécio de Andrade um debate público na imprensa sergipana, que teve como mote as críticas feitas por ela ao corpo docente da Escola Normal e as perseguições que teria sofrido pela Direção daquela Escola, cujo Diretor era o próprio Helvécio de Andrade. A disputa entre Ítala da Silva e Helvécio de Andrade é analisada por: FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. **Educação, trabalho e ação política:** sergipanas no início do século XX. Campinas, SP: Faculdade de Educação/UNICAMP, 2003 (Tese de Doutorado). p.139-142.

[86] Ver. ANDRADE, Helvécio de Andrade. Diário da Manhã. **Aracaju**. 1919. Esses artigos são anteriores aos artigos de Carvalho Neto. Neles, o autor polemizou a recusa do Conselho Superior de Educação, acusando o Presidente do órgão de perseguição contra a sua pessoa. Helvécio enfatizou que Carvalho Neto não entendia de ensino, fez duras críticas ao seu detrator, mas em nenhum momento citou o nome do acusado. No final dos artigos ele ensaiou um pedido de trégua e declarou algumas qualidades encontradas no seu desafeto. Carvalho Neto respondeu na mesma moeda. Fez críticas à Cartilha, mas deixou entrever nos seus artigos que o motivo do impedimento foi a recusa de Helvécio em aceitar a corrigenda do Conselho.

Observamos, contudo, que, de todos os pareceres lidos houve declarações dos conselheiros da Instrução requerendo aos produtores dos trabalhos, as correções necessárias para as publicações.

Dois dos trabalhos que receberam parecer indicando correções a serem efetivadas eram da autoria do Sr. Domício Fraga, intitulados "Synthese Musical" e "Hymnario Sergipense". Como demonstrou o parecer referente à reunião do dia 12 de maio de 1919, a seguir:

> [...] Na ordem do dia, o conselheiro José de Alencar Cardoso, usando da palavra, ponderou as corrigendas apresentadas pelo sr. Domicio Fraga acerca dos trabalhos de sua lavra, denominados *Synthese Musical e Hymnario Sergipense* reclamavam ainda algumas modificações, que não podiam ser feitas de afogadilho, dentro de tão pouco tempo, qual o que faltava para o encerramento da reunião extraordinária do Conselho; e por isso, propunha fosse adiada a apresentação do parecer, de que se acha incumbida a respectiva commissão, para a próxima reunião ordinária, que se realizará em julho do corrente anno. Sendo aprovada esta proposta, foi encerrada a sessão. E, para constar, lavrou-se a presente acta que vae assignada – *Carvalho Neto, Aristides Fontes, Ascendino Argollo, José Allencar Cardoso, dr. Augusto Leite, A. Lima, dr. Alexandre Oliveira Freire* (CORREIO DE ARACAJU, 12 mai. 1919).

Outros trabalhos foram aprovados pelo Conselho, como o "Mappa Geographico do Estado de Sergipe", em 06 de maio de 1919.

Portanto, mais uma indagação se levanta nessa análise sobre a arenga entre esses dois intelectuais: Estaria o motivo da reprovação da Cartilha do professor Helvécio aproximado às questões que envolviam as lutas pelos importantes cargos que a Direção Geral de Ensino propunha?

Num dos artigos de Helvécio de Andrade, ele declarou o seguinte:

> [...] Passo agora a examinar o parecer sobre uma Cartilha de leitura elementar, onde há meses organizei, e ultimamente ofertei a quem de direito, sem interesse algum ou futuro. Surpreendeu-me agradavelmente, antes de mais nada, ver que o feito foi estudado, relatado e lido pelo illustre presidente, que quis tomar a si o afanoso trabalho do luminoso parecer condenatório da despretensiosa tentativa. Só por um requinte de gentileza pode explicar a proposital tarefa. Como porém, não solicitei, não requeri a opinião de quem quer que fosse, tenho o direito de me não conformar com as razões da peça; não só por ser vasia do mais rudimentar senso pedagógico, como porque afasta-se do objeto do trabalho para aproximar se do seu próprio objeto. [...] Que é uma cartilha de leitura elementar? Em definitiva, uma carta de a-b-c, sob um metodo mais racional – o da associação dos nomes ás cosias que a criança viu e palpou diz Welch. [...] O livro não faz a

> escola; mas, sim, o mestre. O mestre capaz dispensa o livro. O só mérito da cartilha elementar é poupar tempo, oferecer exemplos, suprir incompetências (DIÁRIO DA MANHÃ, 1919, 4 jun., p. 1-2)

Em outro trecho de um de seus artigos, o médico Helvécio pareceu entrar na discussão do gênero literário, quando afirmou "o estilo pode não ser demostênico, mas é rigorosamente pedagógico" (DIÁRIO DA MANHÃ, 5 jun. 1919). O que podemos inferir, a partir dessa declaração, que não se tratou de um briga qualquer, mas da luta de "dois titãs da intelectualidade sergipana". Helvécio não se conformava mesmo com o fato de ter um trabalho seu refutado por outro intelectual, de um campo historicamente conflituoso com a medicina e atirava as farpas de maneira dura, parecendo querer ferir a competência do Conselho Superior naquele momento, como: "o parecer não é um parecer; é alguma coisa inacomodável á dignidade e fins do Conselho de Instrução. A causa é detestável." (DIÁRIO DA MANHÃ, 5 jun., 1919). Ele elogiou o Inspetor de Ensino Ascendino Argolo, pelo seu voto distinto: "Inspetor de ensino desde alguns anos, habilitado em concurso, que fez brilhante como o seu talento, S. S., justificando o seu voto, disse que a Cartilha apenas não é superior ás congêneres. Logo não é inferior." (DIÁRIO DA MANHÃ, 5 jun., 1919).

Em 7 de junho, num aparente último artigo da série "Em defesa de uma Instituição", Helvécio de Andrade se manifestou falando sobre a sucessão em cargos de serviço público:

> Referi-me à circunstancia de não ter solicitado o voto do Conselho porque é verdadeira, e porque, dada a circunstancia, não tendo o relator de responder ao autor, excedeu-se, revelando parcialidade. [...] Mas, porque esta má vontade? O homem superior não vê no seu antecessor em um cargo tequinico de trabalho e responsabilidade, um adversário, antes um colaborador que, se tudo não fez, cumpre-lhe (ao sucessor) completar, fazer, fazer o que falta. Motivos não há visíveis para a solução de continuidade por todas as razões prejudicial á ordem e á marcha do ensino (DIÁRIO DA MANHÃ, 7 jun., 1919).

Na série de artigo denominada "A Cartilha de um pedagogo", publicada a partir de 5 de junho de 1919, Carvalho Neto explicou estar respondendo a Helvécio de Andrade, e afirmou que desde "a sua primeira reunião, honrada com a presença dos Srs. Presidente do Estado e Secretário Geral, que o Consêlho Superior de Instrucção teve, em torno, a ronda escusa dos despeitados, a sentinella das ambições inconfessáveis" (CORREIO DE ARACAJU, 1919); tal assertiva nos revela que aqueles artigos publicados por Helvécio de

Andrade não teriam sido os únicos a difamarem o órgão em sua gestão. Eis um trecho do Artigo I, publicado em 5 de junho de 1919:

> [...] E pelo anonymato, numa columna de *bric-á-brac*, lhe eram atiradas as primeiras setas do indígena... [...] E, hoje, por virem a descoberto, com a assignatura do seu senhor, não merecem maior attenção. Mas, em sendo fisgado de preferência, pela moxinifada do pedagogo o nome do Presidente do Conselho, a situação é outra. O cunho pessoal, dado ao destempero jornalístico do *cartheiro*, me chamam individualmente á liça, para na sustentação do paracer unânime do Conselho de Instrucção, *defender uma instituição* que paira vitima dos botes de qualquer etenção descabida. [...] Antes do mais, cumpre, porem, rebater a insidia de uma censura ao exmo. Sr. Presidente do Estado. Os seus actos, volvidos sempre, sobranceiramente para o bem geral, estão a cavalheiro de suggestões pequeninas. Não podia, pois, do dr. Helvécio de Andrade, surprehender-se de que o Presidente do Estado submetesse a *Cartilha* ao parecer do Conselho Superior de Instrucção. [...] Ou queria o autor da *Cartilha* que a obra magna de seu engenho fosse, para logo, acceita e impressa, sem o pronunciamento das autoridades competentes? (CORREIO DE ARACAJU, 5 jun., 1919).

A partir desse intróito, Carvalho Neto passou a desferir farpas, em seus artigos, à Cartilha de Helvécio de Andrade relatando que, como presidente, "teve que arcar com a incumbência agra de estripar um amontoado de chulices, convertido em *Cartilha* para a infância sergipana" (CORREIO DE ARACAJU, 1919).

Em Ata de reunião do Conselho, que se reuniu em 15 de maio de 1919, divulgada em 28 de maio de 1919 no "Correio de Aracaju", assinalamos alguns pontos do parecer referido por Helvécio de Andrade e justificado por Carvalho Neto:

> A "Pequena Cartilha Sergipana" do dr. Helvécio de Andrade, não pode ser aceita. É um trabalho que se afasta sensivelmente de seu objeto. Além de seu desapego á vernaculidade, de sua impureza manifesta de linguagem, lhe falta o cunho didactico, na clareza transparente do estilo. Avultam, ainda, a pobreza e a impropriedade de vocábulos. [...] Ademais, há, no contexto do livro, conceitos errôneos, que raiam pelo absurdo. Affirma-se, por exemplo, que o dado é quadrado. Ora, tal absurdidade, que desanca as leis da mathematica. [...] Reduzir o professor a um automato, mero phonographo de impressões alheias, é matar a escola! [...] O dr. Ascendino Argollo requereu vista, que lhe foi concedida. E, logo após, usando da palavra, disse: "Deixo de votar pela approvação da 'Pequena Cartilha Sergipana', a despeito do elevado conceito em que tenho o seu autor, porque entre outras medidas discutidas e sanccionadas nas sessões anteriores do Conselho, ficou assente como critério inviolável só se adoptar, especialmente, destinados á infância sergipana, trabalhos, cujas qualidades pedagógicas excedam ás que

> caracterisam as obras didacticas que possuímos e que já se acham diffundidas nas escolas do Estado". Em seguida, nada mais havendo a tratar, foram encerrados todos os trabalhos do Conselho. E para constar, lavrou-se a presente acta, que vae por todos assignada. – Carvalho Neto, Aristides Fontes, Ascendino Argollo, José Alencar Cardoso. Dr. Augusto Leite. A. Ávila Lima, dr. Alexandre Oliveira Freire (CORREIO DE ARACAJU, 28 maio., 1919).

Justificando a recusa do Conselho, no artigo "A Cartilha de um Pedagogo" II, no dia 6 de junho, Carvalho Neto passou a criticar trechos da Cartilha, imputando a ela erros que levariam a um mau entendimento por parte das crianças. Assim, ele declarou:

> [...] Começo pelo *dado quadrado.* Despautério maior nunca se viu em letra de fôrma! A affirmação do pedagogo inverte as guardas ao bom senso. É uma dessas theses insustentáveis, acima da craveira commum...Quem quer que tenha as noções mais comesinhas da geometria, quem quer que possua a intelligencia rumada na directriz da verdade, nunca jamais perpetraria tão desmarcado absurdo. Pois lá está na sua *Cartilha, á fl. 19 – Quarta lição – ,* no tom categórico do mestre pedagogo que "o dado é quadrado". Como explicar essa evolução nas leis da mathematica, a não ser por palmar ignorância, ou acentuado desvio na comprehensão das coisas? Tenho por certo que o mais boto e bisonho dos alumnos do Grupo Escolar Modelo – a que o dr. Helvécio deu o illustre inegualavel da sua direcção – não ousaria tamanho dislate (COOREIO DE ARACAJU, 6 jun.,1919).

Outro exemplo usado no artigo III, publicado no dia 7 de junho de 1919, refere-se à pergunta: "A fhoca é animal ou peixe?", na vigésima quinta lição, ao que Carvalho Neto respondeu com outra pergunta: " Perguntando-se se 'fhoca *é animal ou peixe*, não se deixou, para logo, patente que o peixe não é animal? Que a fhoca sendo peixe não será animal? Que sendo animal não será peixe? (CORREIO DE ARACAJU, 7 jun., 1919).

O fato é que o Conselho Superior de Instrução, por unanimidade, conforme ata citada anteriormente, reprovou a Cartilha do médico Helvécio pelas razões expostas na referida ata e difundida na Imprensa Sergipana. Nas falas do médico Helvécio de Andrade e o causídico, Carvalho Neto, houve, em certa medida, uma espécie de luta e disputa no campo intelectual sergipano, a qual envolve dois representantes que marcaram uma época de renovação educacional através das reformas propostas. Os dois foram protagonistas de uma discussão pública acentuada que deu visibilidade a uma Instituição cujo poder era destaque da vida republicana do país, qual seja a Direção Geral de Instrução Pública. Os espaços conquistados e a disputa sobre quem dirigia melhor só poderiam ser discutidos da meneira com a exposta

neste estudo, por duas personalidades, detentoras de conhecimento e de poder instituídos na autonomia do campo.

Estas lutas podem ser entendidas conforme a assertiva de Bourdieu:

> À medida que o campo intelectual e artístico amplia sua autonomia, elevando-se, ao mesmo tempo, estatuto social dos produtores dos bens simbólicos, os intelectuais e os artistas tendem progressivamente a ingressar por sua própria conta, e não mais apenas por procuração ou por delegação, no jogo dos conflitos entre as frações da classe dominante (BOURDIEU, 2004, p.191).

Compreendemos, por conseguinte, que não se tratou de uma simples luta. Aí também se constitui num tema importante. O interesse pela Educação, neste período, provocava as disputas. Dirigir a Instrução Pública, em todo o país, configurava-se numa constante discussão pela direção dos rumos do país, que extrapolava as esferas das Instituições de Ensino. Os indivíduos ou grupos procuravam imprimir sua marca para ocupar talvez um lugar importante na memória da História da Educação, pelas representações social, política e cultural.

Tanto o médico Helvécio, como o jurista Carvalho Neto, merecem mais investigação. Aprofundar esta questão abordada faz-se necessário. Tanto mais quando diz respeito a intelectuais de renome e que fazem parte de uma época que marcou muito a História da Educação brasileira. Buscamos, então, esclarecimentos quanto ao que, inicialmente, poderia parecer um mero confronto de idéias. Prática indispensável ao pretender-se elucidar aspectos relevantes no entendimento de um estudo acadêmico biográfico que, definitivamente, não pretende ouvir apenas o biografado.

Professores, intelectuais da educação e capital simbólico

Neste item pretendemos tratar mais detalhadamente do papel representado pelos professores e intelectuais da educação nos diferentes espaços, mais especificamente, nos eventos ocorridos nesses espaços, analisando as relações propostas, através do

reconhecimento social e político, ou seja, o capital simbólico[87] detido por esses sujeitos em contraposição ao mesmo capital presente em outros agentes sociais que com eles interagem.

No jornal "Correio de Aracaju", nossa principal fonte para esse estudo, detectamos variados discursos referentes, não apenas às distinções aplicadas à presença do *erudito*, mas também às homenagens prestadas aos professores e intelectuais da educação, as quais remetem às práticas ligadas à cultura escolar. Colhemos no pensamento sociológico de Pierre Bourdieu, uma reflexão significativa sobre este processo:

> A escola não cumpre apenas a função de consagrar a "distinção" – no sentido duplo do termo – das classes cultivadas. A cultura que ela transmite separa os que a recebem do restante da sociedade mediante um conjunto de diferenças sistemáticas: aqueles que possuem como "cultura" (no sentido dos etnólogos) a cultura erudita veiculada pela escola dispõem de um sistema de categorias de percepção, de linguagem, de pensamento e de apreciação, que os distingue daqueles que só tiveram acesso à aprendizagem veiculada pelas obrigações de um ofício ou a que lhes foi transmitida pelos contatos sociais com seus semelhantes (BOURDIEU, 2004, p. 221).

Levando-se em consideração o fato de que a Educação visa ao desenvolvimento satisfatório das faculdades humanas, em cada indivíduo e, principalmente, em cada cultura, dentro de dada realidade histórico-social, esse processo ocorrerá de diferentes modos e níveis. Em anúncios, notas e matérias publicadas no jornal "Correio de Aracaju" foi possível perceber a situação educacional dos agentes sociais, através da forma e das condições como são apresentados. A título de exemplo, damos destaque da notícia, de 31 de agosto de 1920, sobre "A inauguração duma Escola e três retratos em Laranjeiras":

> Como era de esperar das velhas tradições de hospitalidade e de civismo da histórica cidade de Laranjeiras, foi muito boa a impressão que produziu no ânimo da comissão que, a convite do sr. Aristeu Ramos, anteontem, foi assistir à inauguração da Escola Noturna e dos retratos dos srs. Dr. Presidente do Estado, dr. Álvaro Silva, secretário geral, e do dr. Graccho Cardoso. A partida foi às 10 da manhã, pelo trem de Propriá, e uma hora mais tarde, os ilustres visitantes eram recebidos na estação de Laranjeiras pela distinta família Ezequiel, pelo reverendo padre Philadelpho, por várias outras pessoas de cotação na cidade e por uma quantidade enorme de povo.

[87] Para Bourdieu, "[...] a idéia de que as lutas pelo reconhecimento são uma dimensão fundamental da vida social e de que nelas está em jogo a cumulação de uma forma particular de capital, a honra no sentido de reputação, de prestígio, havendo, portanto, uma lógica específica da acumulação do capital simbólico, como capital fundado no conhecimento e no reconhecimento." Cf. BOURDIEU, Pierre. **Coisa ditas.** São Paulo: Brasiliense, 2004, p.35-36.

> [...] Ao entrar na cidade, as crianças das escolas públicas, dirigidas pelas suas respectivas professoras, entoaram o Hino Sergipano e acompanharam depois os seus hóspedes até ao edifício da Caixa Escolar "Graccho Cardoso", à rua do Comércio, onde se procedeu à inauguração da Escola Noturna e dos retratos do exmo. sr. dr. Presidente do Estado, do sr. Álvaro Silva, secretário geral, e do sr. Graccho Cardoso (CORREIO DE ARACAJU, 31 ago.,192). [88]

O progresso estava aliado à condição de uma sociedade desenvolvida. As Escolas precisavam, por tal razão, chegar a todos os grupos sociais. Ao lado dos Grupos Escolares, inauguravam-se as Escolas Noturnas, na esperança de se proporcionar aos trabalhadores o acesso ao ensino na conformidade com as aspirações sociais. Vimos, aí, a presença de intelectuais e políticos importantes, como Maurício Graccho Cardoso - este já na época do Governo de Pereira Lobo estava associado às questões do ensino e, mais tarde, como Presidente do Estado (1923-1926), continuou as obras de ampliação e construção de Escolas, entre as quais os Grupos Escolares, conquistando o *glamour* que tal feito representava.

A inauguração de uma escola para atender ao ensino ministrado à noite, numa cidade do interior, reveste-se, então, de múltiplas acepções. No contexto em que o evento ocorreu, foi o discurso republicano, a partir das representações sociais da Educação, que se impôs. Representações que se fizeram presentes, através de seus agentes; lá estiveram os políticos, os religiosos, os professores e os intelectuais da educação:

> Presidiu a sessão o sr. diretor da Instrução, dr. Carvalho Neto, que iniciou os trabalhos com algumas palavras sobre o assunto, convidando em seguida o sr. dr. Hunald Cardoso para falar e inaugurar o retrato do exmo. sr. dr. Pereira Lobo. Foi uma primorosa peça oratória, em que às louçanias do estilo juntou o sentimento e conhecimentos variados. Depois falou o jovem intelectual laranjeirense, dr. Dias Lima, que produziu um discurso substancioso e cheio de conceitos justos sobre a pessoa do exmo. sr. dr. Álvaro Silva. [...] Por último falou o sr. dr. Carvalho Neto, diretor da Instrução, que produziu uma brilhante e entusiasmada oração, expressando o jubilo que lhe trouxera o ato recém-realizado, com referências elogiosas para o povo e para as tradições de Laranjeiras (CORREIO DE ARACAJU, 31 ago., 1920)[89].

A distinção do nome Carvalho Neto, isto é, sua presença em um evento de conotações políticas e culturais, transpôs o cargo ocupado e, ao mesmo tempo, representou a valorização

[88] "A inauguração duma Escola e três retratos em Laranjeiras". **Correio de Aracaju**. Aracaju, 31 ag., 1920.
[89] "A inauguração duma Escola e três retratos em Laranjeiras". **Correio de Aracaju**. Aracaju, 31 ago., 1920.

deste. Nas representações sociais da educação na Imprensa, o intelectual cumpriu papel preponderante, pois, não esteve desatrelado de uma condição política, de uma realidade ideológica definida pelas práticas culturais, porque ele fez parte de um grupo de agentes sociais compreendidos como uma "rede de sociabilidade" (1996), o que proporcionou a ele o pertencimento a uma parcela da sociedade que, ao mesmo tempo, era restrita ao seu meio, mas interferiu em dimensão maior. Ele pode ter sido o produtor da cultura e seu mediador.

Conforme Sirinelli:

> Todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver. São estruturas de sociabilidade difíceis de apreender, mas que o historiador não pode ignorar ou subestimar. O meio intelectual constitui, ao menos para seu núcleo central, um 'pequeno mundo estreito', onde os laços se atam, por exemplo, em torno da redação de uma revista ou do conselho editorial de uma editora. A linguagem comum homologou o termo "redes" para definir tais estruturas. Elas são mais difíceis de perceber ao que parece (SIRINELLI, 1996, p. 248).

Diante da afirmação, infere-se assim que os intelectuais da Educação não são figuras isoladas do meio cultural, visto que esse meio inclui tantos outros agentes sociais. Se nos valemos da matéria sobre a inauguração da Escola Noturna, vemos como as forças discursivas estão representadas. E quais as forças de campo que um intelectual como Carvalho Neto trouxe em seus discursos e práticas? A resposta possível deve ser encontrada nas suas ações mesmas. Ele não media esforços para fazer representações sobre a situação exposta em seus projetos, a fim de comprovar suas palavras sobre o que queria mostrar. Seu tom sempre austero; por vezes, irônico; outras, lírico; mas definitivamente compromissado, legou a ele próprio adjetivos que enalteceram a ilustração adquirida, e a militância de seus atos. A posição intelectual que Carvalho Neto alcançou deveu-se ao considerável acúmulo de capital cultural e social instituído a partir de suas práticas nas mais diversas áreas: ele foi político, jornalista, escritor, professor, jurista, orador oficial do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, venerável da Loja Maçônica Capitular Cotinguiba, presidente, por mais de uma década, da Academia Sergipana de Letras e, principalmente, como referência de interesse para este trabalho, Diretor Geral de Instrução Pública do Estado de Sergipe, de 1918 a 1920, durante o governo de Pereira Lobo.

O intelectual, portanto, capitalizado pelo conhecimento, não deve limitar-se à elaboração de teses em meios acadêmicos fechados. Seu discurso interage com outros próprios de representantes de campos distintos. Carvalho Neto é um exemplo disso. Dedicado à Educação e ao Direito, não se furtava a participar de iniciativas de cunho assistencial. É o que encontramos em matéria publicada na edição do jornal "Correio de Aracaju" de 30 de julho de 1920 sobre a "Loja Capitular Cotinguiba - Assistência judiciária gratuita às pessoas desvalidas":

> Esse encargo que a "Cotinguiba" hoje assume, convencida dos grandes serviços que vai prestar aos desgraçados, que têm fome e sede de justiça, está confiado a distintos advogados de nosso foro, validamente os drs. Carlos Alberto Rolla, de quem partiu a generosa idéia, Leonardo Leite, Carvalho Neto, Oscar Prata e o professor Arthur Fortes, que, inteligentes, esforçados e trabalhadores, como o são, darão a ele cabal desempenho (CORREIO DE ARACAJU, 30 jul.,1920)[90].

Ao se evidenciar a proposta de alfabetização sistemática, entre outras ações propostas, além de promover justiça para todos, através de seus representantes sociais, como parcela integrante do ideal republicano nas representações sociais da educação na imprensa, o papel do intelectual militante dentro do campo educacional tornou-se visível através de discursos voltados ao tema. É o caso do movimento intitulado "Liga Contra o Analfabetismo". O jornal Correio de Aracaju, por exemplo, de 26 de fevereiro de 1920 trouxe a seguinte matéria: "A 6ª Escola da Liga contra o Analfabetismo".

> Lá está escondida entre os altos coqueiros da Barra fronteira, do outro lado do Cotinguiba, onde há mil corações que anseiam pela instrução, e a que também chegou a vez de serem contemplados por essa associação de benemerência, a Liga Sergipense contra o Analfabetismo. A 6ª escola, inaugurada na tarde de terça-feira, com a assistência do representante do sr. dr. Presidente do Estado, com a presença do sr. dr. Intendente, do diretor da Instrução, do corpo docente e diretoria da Liga, duma comissão da Maçonaria e duma grande maioria de habitantes da localidade, há de prosperar como um templo do ensino, d'onde jorrará a luz para toda aquela gente, sedenta de saber e ansiosa por se libertar do fatalismo da ignorância, que pesa ainda infelizmente sobre uma grande maioria do povo brasileiro. É que nem sempre a boa vontade e energias desse povo podem ser secundadas pelos altos poderes, e é preciso que coletividades particulares tomem a si esse patriótico encargo, como o está fazendo tão animosa e vitoriosamente a

[90] "Loja Capitular Cotinguiba - Assistência judiciária gratuita, às pessoas desvalidas": **Correio de Aracaju**. Aracaju, 30 jul. 1920.

> Liga Sergipense contra o Analfabetismo (CORREIO DE ARACAJU, 26 fev., 1920)[91].

Sobre esse movimento, há, na Dissertação de Mestrado da professora Clotildes Farias de Sousa[92] (2004), uma análise do que significou o movimento educacional da "Liga Sergipense Contra o Analfabetismo":

> Fundamentada no sentimento cívico-patriótico vigente na Primeira República, a Liga Sergipense Contra o Analfabetismo surgiu como uma sociedade particular de caráter filantrópico, coma finalidade de promover a construção do País, através da difusão das luzes do saber e do amor a Pátria. Criada em 1916, implantou uma rede de escolas de alfabetização, cujas inaugurações se repetiram até 1950. As escolas foram prova contumaz do êxito e do mérito da instituição, conforme se verificou no respaldo que a sociedade lhe atribuiu. (SOUSA, 2004, p. 15).

Sendo nosso foco a trajetória de Carvalho Neto e a atuação dele no campo intelectual e a defesa da Educação republicana, identificamos-nos, em nossa análise, com um outro comentário bastante pertinente, também extraído da investigação de Sousa:

> Nas primeiras décadas do século XX, a escola primária foi tema de um intenso debate na imprensa sergipana e isso logo veio a lume com o levantamento de fontes e o contato com a literatura. A difusão do ensino despertava, naquele contexto, perspectivas para a obtenção da prosperidade política e econômica da nação. Promover Sergipe a condição de Estado civilizado e ajudar a construir uma nação moderna era a grande preocupação dos educadores. A campanha de alfabetização fazia parte de um projeto maior de sociedade. A proposta pedagógica da LSCA aproximava-se das congêneres desenvolvidas no País no que diz respeito ao objetivo último de construir uma nacionalidade republicana. (SOUSA, 2004, p. 15).

Em referência às Escolas noturnas, encontramos muitos relatórios sobre elas, vinculando-as à "Liga Sergipense Contra o Analfabetismo" (LSCA). Essas escolas da LSCA

[91] "A 6ª Escola da Liga contra o Analfabetismo". **Correio de Aracaju**. Aracaju. 26 fev., 1920.

[92] Esclarecemos que as Escolas da Liga Sergipense contra o Analfabetismo foram fundadas em 1916 pelo Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e sua obra foi continuada pela Maçonaria, através da Loja Capitular Cotinguiba, da qual Carvalho Neto foi venerável. Carvalho Neto foi um dos patrocinadores da LSCA. Cf. SOUSA, Clotildes Farias de. **Por uma pátria de luz, espírito e energia:** a Campanha da Liga Sergipense contra o Analfabetismo (1916-1950). São Cristóvão: Núcleo de Pós-Graduação em Educação/Universidade federal de Sergipe, 2004. (Dissertação de Mestrado).

tinham o objetivo de difundir as práticas culturais[93] - entendendo esse conceito como a representação da lógica do discurso inerente às causas republicanas, seus princípios e seus objetivos.

As escolas da Liga se concentravam num esforço de patriotas voluntários que se dedicavam a difundir o progresso defendido pelos sonhos republicanos, na condição de ser uma ponta do fio condutor do processo de civilização do Brasil, depois de 1889. Para Clotildes Farias de Sousa,

> A LSCA caracterizou-se pela organização de escolas de alfabetização e pela participação no processo de transmissão da cultura escrita. A leitura e a escrita foram apresentadas como práticas culturais, entre outros, por Chartier que as relacionou ao exercício do poder. Embora o autor concentre a sua análise no Estado Monárquico, ele ressalta a importância de se tomar as especificidades sócio-políticas das repúblicas. [...] Em nome do engrandecimento da Pátria, foi fundada a LSCA, no dia 24 de setembro de 1916. (SOUSA, 2004, p. 19-27).

Essas escolas se espraiaram pelo Estado, a serviço dos ensinamentos rudimentares da leitura e escrita. Algumas delas foram mantidas pelas lojas maçônicas de Sergipe. Encontramos registros na Imprensa que nos deixa ver a mobilização da sociedade maçônica[94] sobre as Escolas ligadas à LSCA.

O Diretor Geral de Instrucção Pública, Carvalho Neto, era um importante representante da Maçonaria em Sergipe, iniciado da Loja Capitular Cotinguiba, ligada ao Grande Oriente do Brasil[95]. A Loja Capitular Cotinguiba passou, em 1929, a ser uma das mais importantes beneméritas da LSCA, conforme Sousa:

> Em 1929, a tradicional festa de encerramento do ano letivo das Escolas que acontecia sempre no IHGS foi realizada em um salão da LMC e esta passou a ser apresentada como a sua maior benemérita, devido aos auxílios que vinha prestando à sociedade em prol do seu desenvolvimento. Nos anos

[93] Chartier entende que "todo regime de práticas é dotado de uma regularidade, de uma lógica e de uma razão próprias, irredutíveis aos discursos que o justificam: relacionando a uma racionalidade referencial, originária, dada de uma vez por todas com a racionalidade, as figuras móveis e problemáticas da divisão entre o verdadeiro e o falso". CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre certezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

[94] "A 6ª escola da Liga contra o Analphabetismo". **Correio de Aracaju.** Aracaju., 26 fev., 1920.

[95] Nos anexos, divulgamos a cronologia de Carvalho Neto na Maçonaria de Sergipe e do Brasil. Todos os dados sobre esse assunto, coletados na pesquisa, foram encontrados na pasta particular dos iniciados, na Loja Simbólica Cotinguiba, denominada no passado como Loja Capitular Cotinguiba. Sobre a Maçonaria, seu envolvimento nos movimentos abolicionistas e republicanos e suas práticas culturais, ver: RAMALHO, José Rodorval. **Antiquae sede Novae:** tradição e Modernidade na Maçonaria Brasileira. São Paulo: PUC, 2004. (Tese de Doutorado)

> seguintes, continuou prestando aquele tipo de apoio, e em 1941, assumiu definitivamente a responsabilidade sob as atividades da associação, tornando-se a segunda a ocupar o papel principal de protetora. (SOUSA, 2004, p. 34 -35)

No período referido, aquela Instituição também concedia assistência jurídica gratuita e orientações para tratamento contra doenças como a sífilis[96].

Nem todas as Escolas possuíam visibilidade, mas o processo educativo proposto, como a difusão do método de ensino indicado (intuitivo), as práticas educativas das normalistas, a representação da cultura material escolar, a luta para a erradicação do analfabetismo produziam um impacto na sociedade, que a impelia a promover intensamente os valores civis daquele momento.

Nas representações sociais da educação na imprensa, não foram apenas as figuras notoriamente intelectuais que mereceram alusões elogiosas. Professores, diretores, lentes, e alunos, entre outros, foram citados em diferentes contextos. Todavia, no Jornal "Correio de Aracaju", foi possível apanharmos menções honrosas a professores do ensino público sergipano, que no percurso das primeiras décadas do século XX representava o ápice da formação escolar, concebido sob os auspícios do ensino das humanidades.

Coronel Pereira Lobo e o alicerce para a monumentalidade do Ensino no Estado

O Presidente Pereira Lobo defendeu no seu governo (1919-1922) que o projeto de modernidade pretendido não poderia deixar de priorizar a instrução:

> Vai-se, pouco e pouco, levantando o nível moral e intellectual da escola, e conto que, em breve, saneada de alguns males que ainda a viciam, ella desepenhará o seu verdadeiro papel compativel com as exigências da moderna pedagogia. [...] Forcejo, comtudo, com animo e resolução pelo conseguir. E que vou auferido resultados promissores tenho a prova inconcurssa no desenvolvimento cada vez maior, que vai tendo o ensino publico ou particular; no crescimento sensível das matriculas; no coefficiente animador da freqüência; na subdivisão de classes; na ordem e administração dos Grupos; na fundação e movimento das Caixas Escolares; na orientação cuidosa da Escola Normal; enfim, nas lindas festas escolares, que traduzem sempre mais uma alta compreehnsão de civismo (SERGIPE, Mensagem Pereira Lobo, 1920, p. 12).

[96] Loja Cotinguiba: "Assistência Judiciária gratuita de pessoas desvalidas. Aracaju. **Correio de Aracaju**, 30 jul., 1920".

Na perspectiva da solidificação do civismo, os Grupos Escolares seriam a frente dessa bandeira. A construção e ampliação dos mesmos faziam parte de um projeto que se estendeu nas primeiras décadas do século XX, conforme afirmou Jorge Carvalho do Nascimento (2006).

> Os grupos escolares deram à formação cívica importância fundamental. A partir da implantação do Grupo Escolar Modelo e ao longo de toda a primeira metade do século XX foram muitas as iniciativas dos governos que objetivaram criar condições para que os grupos escolares priorizassem a formação cívica dos seus alunos. Livros de leituras morais, sempre com a preocupação de fixar valores relativos ao cumprimento do dever, ao culto da responsabilidade, do amor, do bem, da solidariedade, do respeito às leis, dos valores morais (NASCIMENTO, 2006, p.161-162)

As medidas governamentais levantadas por Nascimento (2006) pretendiam superar práticas escolares anteriores à experiência republicana[97].

A máxima "Ler, escrever e contar" foi palavra de ordem presente no discurso do século XIX, tempo do Império, mas que, no período republicano, determinou o limite que deveria ser vencido, ultrapassado. No passado, segundo Faria Filho (2003), os atos de ler, escrever e contar representavam o conhecimento básico e a prática mínima esperada na educação elementar. Na República, constituiu-se numa necessidade técnica ao lado de outras também importantes. Saber ler, escrever e contar era, aos olhos da República, uma limitação das possibilidades educativas. Sobre essa reação republicana no campo educacional, vale destacar o comentário de Marta Maria Chagas de Carvalho:

> O programa de republicanização da República, que animava as iniciativas anteriores de reforma da instrução pública, começa a adquirir nova configuração, passando a ter como horizonte transformações de maior monta no imaginário e nos comportamentos dos grupos sociais de algum modo envolvidos com a escola. Mesmo assim, a tópica do analfabetismo prossegue sendo sucessivamente retomada como legitimação política das Reformas da

[97] Outra prática revelada por Nascimento (2006) diz respeito ao culto às personalidades, batizando salas de aula com nome de intelectuais. "Ao ser inaugurado, em 1917, o Grupo Escolar Barão de Maroim, destinado exclusivamente à educação das meninas, homenageava em suas salas de aula a Felisbelo Freire, Germiniano Paes, Oliveira Ribeiro, Monteiro de Almeida, Possidônia Bragança e Gumercindo Bessa. No Grupo Coelho e Campos foi feito o mesmo, homenageando Maria Eufrosina, Carvalho Mello, Pinheiro Machado e o Barão de Cotegipe. Em 1922, inaugurou-se no salão nobre do Grupo Escolar General Siqueira de Menezes o retrato de Pereira Lobo, líder do Partido Republicano Conservador". NASCIMENTO. Jorge Carvalho do. "A escola no espelho: São Paulo e a implantação dos Grupos Escolares no Estado de Sergipe". In: VIDAL, Diana Gonçalves. **Grupos escolares**: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006. p. 153-171. Cf. "A inauguração duma Escola e três retratos em Laranjeiras". **Correio de Aracaju**. Aracaju, 31 ago. 1920.

> Instrução Pública por toda a década de 20. Opor à escola que ensina só a ler, escrever e contar a escola que cultiva a inteligência, o coração e as mãos é obra de clarividência de governos cujo mérito político é reiteradamente alardeado pelos técnicos chamados a reformar os sistemas públicos de ensino (CARVALHO, 2003b, p. 239).

O Presidente Pereira Lobo procurou resolver as questões do ensino em todas as suas modalidades. Uma das medidas instituídas na administração de seu Governo foi a ampliação do número de vagas nas Escolas, como vimos a partir de seus pronunciamentos nas Mensagens Presidenciais. Conforme trechos da mensagem presidencial apresentada à Assembléia Legislativa em 7 de setembro de 1920, o Coronel Joaquim Pereira Lobo, incluiu a valorização do ensino profissionalizante. O discurso do Coronel Pereira Lobo destacou uma motivação acentuada pelo progresso e desenvolvimento do Estado, sobretudo, nos seguintes assuntos: modernização das cidades e Instrução Pública. Modernizar as cidades significava extinguir focos de doenças, bem como eliminar "núcleos de fácil localização de moléstias epidêmicas" (SERGIPE, Mensagem, Pereira Lobo, 1920, p. 4). Modernizar através de projetos de urbanização significava – disso não podemos esquecer – atingir o desiderato de um país republicano e os ecos da república pretendida chegavam a todos os estados brasileiros:

> As novas construções vão surgindo mais apropriadas ao revigoramento dos habitantes de nosso estado, e, decerto concorrerão para o restabelecimento do typo energico do nosso povo, depauperado pelas más condições das habitações. Esse ressurgimento lhe fará readquirir energias para a victoria na luta que cada dia mais se intensifica, e, como está scientificamente observado, eleva o coefficiente dos indivíduos sadios, do corpo e do espírito com a circunstancia valiosa e apreciavel de reduzir o numero dos apathicos, dos enervados, dos tendenciosos á delinqüência (SERGIPE, Mensagem, Pereira Lobo, 1920, p. 4).

Junto à modernização das cidades, é possível inferirmos que a instrução pública ocupava um lugar privilegiado. Um dos objetivos do governo de Pereira Lobo acompanhava o projeto de desenvolvimento da nação brasileira por meio das Escolas que significavam os "templos de civilização"[98], como acontecia em outros estados brasileiros:

[98] Termo tomado de empréstimo a partir do título da obra de Rosa Fátima de Souza (1998).

> Vitória das luzes e da razão sobre as trevas da ignorância. “Alicerce das sociedades modernas, garantia de paz, de liberdade, da ordem e do progresso social”; elemento de regeneração da nação. Instrumento de moralização e civilização do povo. Eis algumas das representações sobre a educação em vigor no Brasil no fim do século XIX. Em realidade, elas fazem parte da concepção liberal de educação que tomou conta do pensamento e da política educacional nesse período. No projeto liberal dos republicanos paulistas, a educação tornou-se uma estratégia de luta, um campo de ação política, um instrumento de interpretação da sociedade brasileira e o enunciado de um projeto social (SOUZA, 1998, p. 26).

No texto da professora Rosa Fátima de Souza (1998), ela defendeu uma tese sobre a implantação da escola primária no Estado de São Paulo. Todavia, o modelo de escola esquadrinhado naquele estado se irradiava pelo país. Também podemos afirmar que, tanto em São Paulo como em Sergipe, existia um diálogo a que se propunha sobre os novos rumos da Nação: institucionalização de grupos escolares, inserção dos grupos no seio urbano, formação do professor e formação do cidadão republicano. É nesse terreno que chamamos de consenso que os governos se mobilizavam para colocar seus Estados nas trilhas do progresso.

Diante das citações que demonstraram a preocupação do Presidente do Estado de Sergipe, Cel. Pereira Lobo, cremos ser válido ressaltar a importância da publicação de um aviso sobre vagas abertas para a Escola de Aprendizes e Artífices[99]. A divulgação, ainda que indiretamente, trouxe o discurso oficial que enaltece iniciativas semelhantes, o que é possível constatar através de um trecho da mensagem presidencial especialmente dedicado àquela instituição educadora e formadora:

> [...] Já providenciei para que dos Estados Unidos da América do Norte me fossem fornecidas informações a cerca de utensilios, apparelhos, machinismos, etc., assim como sobre os planos, methodos e programmas mais apropriados á installação de um Instituto que forneça á mocidade o conhecimento pratico de chimica e physica industriaes, destinadas ao preparo de mestres profissionaes da engenharia mecânica e electrica, com applicação á operação, conservação e reparo dos motores de gaz explosivo; ao branqueamento e macerização, tinturaria e acabamento de materiaes e tecido de algodão; á vulcanização e preparo da borracha crua para fins industriaes, manufactura de lacticínios, chimica e manufactura de manteiga de côco, idem de cimento, idem de alcalis e acido hydrochlorico, idem de sabões e sabonetes, refinação do óleo de caroço de algodão (SERGIPE, Mensagem, Pereira Lobo, 1920, p. 29).

[99] Sobre a Escola de Aprendizes e Artífices, consultar: PATRÍCIO, Solange. **Educando para o trabalho**: a escola de aprendizes e artífices de Sergipe (1910-1930). São Cristóvão: Núcleo de Pós-Graduação em Educação/Universidade Federal de Sergipe, 2004. (Dissertação de Mestrado).

O acesso à Escola também requeria, naquele momento, prescrições no que diz respeito às condições físicas dos pretendentes, como demonstramos no anúncio de vagas para a Escola de Aprendizes de Marinheiros:

> Existindo 10 vagas na Escola de Aprendizes de Marinheiros deste Estado, faz-se público que continuam abertas, até o dia 20 de fevereiro, as matriculas para preenchimento dessas vagas, sendo aceitos os menores voluntários, cujos pais, tutores ou responsáveis, requerem ao comandante, preferidos os que melhores requisitos apresentarem. Os requisitos para matrículas são os seguintes: 1º - ser brasileiro; 2º - ter quatorze anos completos a dezesseis anos de idade; 3º - ter altura mínima de um metro e quarenta e cinco centímetros; 4º - dispor de robustez física para o serviço da Armada e não ter defeito físico que o inabilite; 5º - saber ler, escrever e contar (CORREIO DE ARACAJU, 4 fev.,1920)[100].

Essa exigência prescrita referente à Escola de Aprendizes de Marinheiros do Estado de Sergipe permite-nos evidenciar, contudo que, apesar do desejo de reforma, próprio do enunciado republicano, o anúncio, objeto visível exemplificado pelas representações sociais da educação na imprensa, trouxe, em seu discurso, antigas fórmulas, reflexo de práticas culturais anteriores relacionadas à visão de mundo de então (século XIX) sobre as ações educativas. No entanto, outras exigências foram sumariadas, entre elas, a boa forma física, incluindo ausência de defeitos físicos, levando-se em consideração, inclusive, a idade, porque na época o ensino profissionalizante só era autorizado àqueles que tinham a idade mínima de quatorze anos.

O raciocínio do anúncio apresentou-se, então, consoante com a proposta nacionalista republicana:

> A formação de hábitos saudáveis era objeto de atenções especiais. A saúde era não somente um dos temas preferidos das preleções cívicas nas festividades promovidas como também objeto de celebração em inúmeras competições esportivas oferecidas em espetáculo como modelos exemplares de comportamento. O esporte e a vida saudável simbolizam a energia, o vigor, a força, a operosidade, signos de progresso inscritos no corpo que conhece o movimento adequado e útil para cada ato. Preceitos de higiene eram divulgados em palestras e folhetos ou constituídos, ainda, pelo incentivo a organização de Pelotões de Saúde, em preceitos cívicos de bom comportamento (CARVALHO, 1998, p. 180).

[100] "Escola de Aprendizes Marinheiros". **Correio de Aracaju**. Aracaju. 4 fev., 1920.

Face a essas observações e informações, podemos, portanto, consolidar, ainda mais, nossa análise crítica sobre as representações sociais da Educação no Governo de Pereira Lobo, através das peças publicadas no jornal. Os pontos destacados pelos agentes sociais que se expuseram através do periódico equivalem à oralidade de um discurso que defende preceitos muito bem definidos histórica, social e culturalmente. O espaço escolar, seja técnico ou primário, abrigaria, além do estudo de letras e números, a prática da Educação Física. Se em Carvalho (1998) vimos a idéia de energia e vigor direcionada ao bem-estar do indivíduo, em Tarcísio Mauro Vago, na obra "Cultura Escolar: Cultivo de Corpos – Educação Physica e Gymnastica Como Práticas Constitutivas dos Corpos de Crianças no Ensino Público Primário de Belo Horizonte (1906-1920)", a Educação Física estaria representada ainda mais de significados ideológicos:

> Escolarizados, os corpos das crianças – e mais ainda os corpos miseráveis e toscos das crianças pobres – tornaram-se destino e suporte de inscrição dos predicados esperados de um cidadão republicano, consagrando-se à escola a façanha de cultivá-los para neles plantar hábitos e condutas que os fizessem belos, saudáveis, ordeiros, robustos, vigorosos, atributos de uma estética corporal ideada, mais ainda inexistente (VAGO, 2002, p. 88).

Considerando a assertiva de Mauro Vago, e voltando ao anúncio da Escola de Aprendizes de Marinheiros, velam-se as verdadeiras intenções do discurso passando uma mensagem superficial de cuidados físicos e intelectuais. Porém, quando entendemos a presença da proposta civilizadora republicana, somos levados a concordar com Bourdieu: "Não existe ciência do discurso considerado em si mesmo e por si mesmo; as propriedades formais das obras desvelam seu sentido somente quando referidas às condições sociais de sua produção" (BOURDIEU, 1996, p. 129).

As representações sociais da educação visam, através de símbolos, consolidar um discurso que se torna *realidade*. Na imprensa, adquirindo visibilidade, sendo levadas a vários espaços. O jornal é, assim, visto como um campo em que o discurso produzido se reproduz.

No caso deste estudo, foi possível acompanhar aspectos da Administração de Pereira Lobo e principalmente a atuação de Carvalho Neto no campo educacional na imprensa.

Atestamos que consideramos a imprensa uma das fontes de grande relevância para investigar as representações sociais de uma época. As notícias de jornais, em que pesem ter, em primeira mão, um caráter efêmero, são escritas por profissionais atentos aos "fatos". A escrita do jornal também toma um caminho que leva ao reconhecimento dos leitores, "ainda

mais se vier respaldada por alguma ‘autoridade` portadora de título acadêmico ou do reconhecimento social, como políticos de expressão, professores ou advogados” (GONÇALVES NETO, 2002, p. 206).

No que diz respeito à inserção da imprensa como fonte para estudos no campo educacional, cremos que essa possibilidade está cada vez mais presente nas discussões que se manifestam no discurso denominado de “interfaces metodológicas” nas pesquisas.

A imprensa é de fundamental importância para dela extrairmos elementos capazes de compor diversas representações sociais. Os editoriais, os anúncios, as matérias, artigos, editais, as colunas sociais e outros tipos de notícias podem nos revelar acontecimentos para nos aproximarmos das práticas culturais de um determinado tempo e de um espaço social.

O “Correio de Aracaju” é uma fonte reveladora de informações significativas sobre as representações do discurso educacional em 1920. Esse período circunscreve imagens que se configuraram no seio da solidificação dos princípios republicanos brasileiros, no afã de assegurar à Nação um desenvolvimento baseado no progresso, na moral e no civismo.

Em Sergipe, as reformas na Instrução Pública empreendidas pelo Governo de Pereira Lobo em 1920, abriram os caminhos para o glamour que o ensino primário conquistou no Governo de Maurício Graccho Cardoso, com a monumentalidade da arquitetura dos Grupos Escolares. Pereira Lobo tinha como Diretor Geral de Instrução Pública do Estado, Antônio Manoel de Carvalho Neto, um intelectual de formação polissêmica e um republicano que trazia no seu capital cultural e científico a imagem da polidez no trato com as letras, cujo lema de vida se pautava na máxima “Nenhum dia sem uma linha”. Carvalho Neto realizou, entre 1918 e 1920, reformas importantes, solidificando no ensino primário o uso dos métodos de ensino considerados modernos, primou pelos aspectos higiênicos das escolas, pela inspeção diuturna nas Escolas e, sobretudo, pela rigorosidade no controle da organização escolar.

O Jornal “Correio de Aracaju” representou, na nossa compreensão, um diálogo possível entre Governo Estadual, República e interesses políticos locais. Através dele foi possível lançar mão daqueles textos comumente denominados oficiais, como atas de reuniões institucionais, cotejando-os com os aqui apresentados.

Como fonte, os jornais têm muito a acrescentar em pesquisas no campo da História da Educação. Como objeto, têm sido um desafio ainda maior para os estudiosos. Nos seus discursos, há um lugar de Memória e História a ser desvendado nos vários campos da pesquisa.

A Direção Geral de Instrução Pública, como se pode atinar do aqui relatado, significou um lugar de ascensão para aqueles que assumiam sua cadeira; o que, por sua vez, geralmente

acontecia com intelectuais renomados, e isso, consequentemente, ajudava a sustentar os discursos governamentais nas propostas de investimento e planejamento para o desenvolvimento dos Estados.

Discutimos a partir do que significou a Direção Geral de Instrução Pública, como Instituição propagadora do discurso do desenvolvimento do Estado de Sergipe, mostrando como o cargo de Diretor Geral da mesma, produziu mudanças significativas e relevantes, ao tempo em que revelava as disputas para a ocupação desse posto.

No caso em questão, valemo-nos, especialmente, de jornais sergipanos, de relatórios e das Mensagens presidenciais, como fontes que nos ajudaram a analisar o espaço da Instrução Pública no Estado de Sergipe, tomando como modelo a sua Direção Geral, porque dali partiriam decisões centrais. Para tal, utilizamos dois intelectuais importantes no entendimento desse período e que se envolveram, diretamente, em discussões públicas sobre seus pontos de vista em relação à Instrução, utilizando os jornais como tribuna. Um, médico sanitarista e homeopata, respeitado pelo seu pioneirismo na configuração do método de ensino analítico e no higienismo nas Escolas sergipanas. O outro, um jurista que escrevia e defendia o Direito Penitenciário, Trabalhista e Comercial, tendo contribuído, posteriormente ao período aqui refletido, como o Deputado Federal criador de um Projeto idealizador de Escolas e Classes para crianças anormais, como eram denominadas as crianças com suposto atraso mental, nas primeiras décadas do século XX.

As denominações dirigidas às crianças ocupavam um lugar seguro nas reflexões sobre a Educação. Segundo Cambi:

> No curso do século XX, a pedagogia se enriquece e se renova também no plano diretamente teórico, pelo seu crescimento ideológico (político mas também antropológico), colocando-se a serviço da criança ou das mulheres e realizando desse modo novos modelos pedagógicos (pense-se no puericentrismo ativista ou na atual pedagogia da diferença feminina), pela contribuição das filosofias (do idealismo ao pragmatismo e ao marxismo, como vimos, que se empenham em redefinir a pedagogia como saber e como elaboradora de modelos formativos, relativos ao homem, à cultura, à sociedade, às instituições educativas), pela contribuição da ciência, seja como pesquisa experimental seja como reflexão epistemológica. Com esta última fronteira, estamos, talvez, diante do aspecto mais novo e mais incisivo da pesquisa pedagógica contemporânea, que produziu uma transformação radical de tal saber, fazendo-o passar de uma identidade filosófica (ou predominantemente tal) a uma identidade científica (CAMBI, 1999, p. 581-582).

Conforme as questões levantadas no século XX sobre a pedagogia e a aplicação de seus métodos no Brasil, infere-se que as mesmas mobilizaram os intelectuais, professores, dirigentes estaduais e nacionais inclinados, à mercê das diferenças que permeavam tal caminho, a pensar coletivamente em atitudes que configuraram, de forma decisiva, na ampliação do processo educativo nacional. Sergipe participou desse decurso, discutindo sobre as idéias "importadas" e, revelou, por meio de sua experiência, que, salvo às suas dimensões geográficas, históricas, políticas e sociais, deu sua contribuição. As reformas encetadas neste Estado acompanharam o crescimento dos campos científicos com vistas à ordenação do discurso moderno.

Foi possível perceber que os campos nos quais os agentes sociais se movem não se configuram sem a tensão das redes de sociabilidade e do pertencimento sociais dos mesmos. O interesse por qualquer campo, seja intelectual, científico ou outro qualquer, não prescinde dos embates sociais - às vezes velados; outras, explícitos - reveladores, pois, de dados que permitem a leitura da realidade, ou de muitas realidades.

Termo de visita

Lavrado pelo Exmo. Sr. Dr. Antonio Manuel de Carvalho Netto, D. D. Director da Instrucção Publica

Aos 25 de Abril de 1919 visitei a Escola Nocturna, sita á rua de Simão Dias, e regida pelo professor normalista Antonio Oliveira.

Antes de mais procure examinar a escripturação dos livros escolares, notando-a bôa, com excepção a cuidado. A matricula regularmente completa, sendo a frequencia de 34 alumnos, coefficiente bem satisfatoria O asseio do predio e o arranjo de material escolar denotam que o professor se esmera por manter a escola com um caracter convidativo e sympathico a olhos dos alumnos e dos visitantes.

Nos exercicios dados pude colher a applicação do professor, procurando dar a seus alumnos problemas que mais convinham ás suas aptidões intellectuaes.

A sala, onde funcciona, é pequena, ainda que de bom aspecto. Dado o numero crescido de discipulos é de necessidade que se procure um novo predio, sem prejuizo da localisação, que não é má.

Actualmente, na ausencia de programma, que verse sobre os cursos nocturnos neste Estado,—lamentavel falta que vem das administrações passadas— está o professor obrigado a fazer adaptação do programma das escolas diurnas, o que de modo nenhum o satisfaz. E, assim, de lavrar a acção do mestre que, na ausencia de programma, vai desenvolvendo o ensino com criterio e intelligencia.

Fundação.

Figura 15. Composição artistica com termos de visita de Carvalho Neto e de Antônio Xavier. Fotos: Maria do Socorro Lima (arquivo particular). Arte e Diagramação: Léo A. Mittaraquis.

CAPÍTULO III

> *"Confere-se a medalha do mérito à pessoa, esquecendo-se, nesse prémio, o grupo, ou classe, a que pertença. Destarte, por bom apenas se tem o advogado que responde, destacadamente, pela ação tida por boa" (CARVALHO NETO, 1946, p. 67)*

INSPEÇÃO ESCOLAR: LEGISLAÇÃO, RELAÇÕES SOCIAIS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

A inspeção como impressão legalista

As marcas deixadas por homens e mulheres nas suas atividades públicas ou privadas acompanham um fio condutor localizado na sua formação. Se, para Helvécio de Andrade, por exemplo, as marcas mais fortes de suas realizações na Direção Geral de Instrução Pública foram o método analítico e a difusão do higienismo; para Carvalho Neto, a Inspeção Escolar cumpria, entre outras atividades, um papel fundamental no intento de melhorar as condições de ensino. Esse traço de seu trabalho esteve encadeado ao cumprimento da lei, à crença em que ele tinha que, através da obediência ao Direito, a sociedade poderia se desenvolver.

Para tanto, primou por esse serviço, procurando fazer com que os docentes do Estado cumprissem suas obrigações, exigiu que as instituições de ensino particulares fossem registradas na Direção Geral de Instrução Pública e enviassem relatórios como as escolas públicas faziam.

Ele mesmo percorreu as Escolas sergipanas para investigar as práticas dos professores, apreciar as condições físicas e materiais das mesmas, obter informações sobre material escolar e sobre o funcionamento geral dos estabelecimentos de ensino. Essa medida juntava-se à obediência aos princípios determinados pelo Regulamento da Instrução Pública. A esse caráter particular, que talvez estivesse coerente à sua formação jurídica e, portanto, legalista, isto é, na observância rigorosa da Lei, somava-se ainda outro objetivo, o de difundir a educação como proposta de condução ao progresso social.

A perspectiva da educação como parte do processo civilizador não é nova na República, como já explicamos anteriormente, pois no final do século XIX, a elite brasileira

procurava construir um modelo baseado na concepção de que a educação poderia consagrar o desenvolvimento do país.

A legislação, nesse sentido, é um dispositivo importante para se entender como funciona a organização escolar e, consequentemente, a cultura escolar. Podemos dizer que através da Legislação são estabelecidas as diretrizes para a educação, no sentido de sistematizar e conduzir as práticas; no entanto, os princípios instituídos não aparecem na vida escolar de forma estática, pois quem os cria são agentes sociais que manifestam as vontades dos grupos e da ordem que se pretende estabelecer. Leis são regras de conduta, produzidas a partir das práticas sociais existentes ou que se deseja implantar. Para Carvalho Neto, a Lei acompanha, por conseguinte, a prática social:

> A lei, por mais ampla que distenha a sua esfera de ação, não tem o poder de reunir a infinita complexidade das relações sociais. Traça-se uma norma jurídica sobre a tendência vencedora no momento, e ainda assim os mesmos fatos por ela virtualmente abrangidos, num incessante variar de combinações, fogem à sua disciplina coercitiva, ao seu domínio de força social obrigatória. Daí o que se diz comumente em técnica judiciária: a lei não pode ser casuística. Do contrário, o engano a que estaria envolvido o legislador, supondo encarnar essa "personalidade imaginária, mítica e permanente" de que fala Saleilles, como sombra vigilante de um juiz. Jean Cruet pode dizer-se que condenou numa frase límpida tudo o que sobre o assunto escreveram os doutrinadores: "A ilusão do legislador é crear todo o direito; esta ilusão produz a ilusão do juiz que quer tirar todo o direito da lei". Certo é que, de conseguinte, que a quem põe mãos no feitio das leis não deve ser estranho que tem o campo relativamente limitado, sabendo de antemão que a norma jurídica oscila incessantemente, varia muitas vezes o seu alcance primitivo, sobre ela refletindo-se as mutações das coisas. E, por isso não há de pretender que fique imutável o preceito legislado, quando a sociedade para a qual se formulou oferece novas cambiantes (CARVALHO NETO, Antônio Manoel. In: CARVALHO NETO, Antônio, 1988, p. 119-120).

Dessa forma, as escolas são criadas para um fim específico. Por serem reguladoras de um modelo socialmente instituído, são lugares definidos, onde se ensina. Mas, nem sempre a Escola nasceu em lugares originados para esse fim. Ainda no começo do século XX, as aulas e as escolas isoladas localizavam-se nas casas das professoras e professores, e o pagamento do aluguel era efetuado pelos mesmos.

A escola como um espaço institucionalmente estabelecido foi analisada por Viñao Frago (2001), através das várias tendências que examinam o local onde acontecem as aulas com lugares específicos. Analisando a escola historicamente, ele afirma que nem sempre ela foi originalmente construída para tal fim:

> A escola ancorada num espaço, a escola estável, não implicou nem implica sempre - muito menos do que agora – um lugar especificamente construído para tal fim. Bem ao contrário, o habitual tem sido recorrer a edifícios e locais não pensados na sua origem com escola mas que, por diferentes maneiras, se destinavam total ou parcialmente ao ensino (VIÑAO FRAGO, 2001, p. 70).

Pensando sob esse prisma, compreendemos que as escolas no Brasil passaram também pelo processo de mudanças parecido com o que aconteceu na Espanha, país analisado por Viñao Frago (2001). No início da República brasileira, em Sergipe, a partir de 1912, as Escolas começaram a ser pensadas como um lugar específico, com a construção dos Grupos Escolares, que se presumiam em "templos de civilização", no dizer de Rosa Fátima de Souza (1998). Contudo, isso foi acontecendo com as mudanças constitucionais Federal e Estaduais, com leis e Decretos que regulamentavam o ensino.

Importante frisar que, alguns documentos com os quais trabalhamos, às vezes não são percebidos na direção da prescrição legislativa, como por exemplo, os relatórios dos professores e professoras, já trabalhados no segundo capítulo, e aprofundados neste. Corroborando com as situações levantadas por Luciano Mendes Faria Filho (1998), quando ele faz indagações significativas sobre os relatórios das diretoras e inspetores do ensino, em Minas Gerais:

> Assim, especialmente em se tratando dos relatórios das diretoras e inspetores, nossos documentos significam a própria lei em sua dinâmica de realização e, portanto, de ordenação das relações socioculturais. Neste último aspecto reside, por exemplo, o fato de os relatórios serem comumente utilizados como indicadores significativos para que os ocupantes de posições de comando na Secretaria do Interior pudessem aferir o quanto a lei estava ou não sendo cumprida, ou seja realizada (FARIA FILHO, 1998, p. 95).

A lei, perceptível também como prática social, foi analisada por Faria Filho em relação a algumas dimensões. No momento, interessa aqui interpretá-la em duas dimensões e distinções, já analisadas por ele: "momento da produção da lei e momento da realização da lei" (FARIA FILHO, 1998, p.105). Faria Filho afirma:

> Apesar do caráter marcadamente arbitrário dessa distinção, porquanto poderia entender perfeitamente que a legislação escolar é, já, realização de outras leis, suponho que ela se faz necessária, por remeter o pesquisador a sujeitos, instituições e, até mesmo, como se verá as práticas sociais diferenciadas. Em segundo lugar, exponho uma das questões que está no

> âmago desta análise: a lei como prática ordenadora e instituidora, voltada para as relações sociais. Aqui destaco tanto o caráter da intervenção social subjacente à produção e realização da legislação escolar, quanto o fato de ser a legislação, em seus diversos momentos e movimentos, lugar de expressão e construção de conflitos sociais (FARIA FILHO, 1998, p. 106).

O que nos interessa pensar é que, sendo lugar de expressão revelador de conflitos sociais, a lei não pode ser estudada sob sua própria luz, como qualquer documento denominado "oficial", embora haja quem interprete que se está na lei acontece na sua realização tal qual na sua produção.

O próprio Carvalho Neto, que entendia a Lei à luz de uma legalidade rigorosa, visualizava o legislador como alguém que admite a relação social da expressão da lei:

> O cultor do Direito há de ser um profissional, no sentido rigoroso de ofício diuturno, em que labore sem cessar. Escritor, se o é, a doutrina carece sempre e sempre renovada, refundida, melhorada. E o doutrinador nunca atinge a perfeição, porque nunca lhe basta o estudo. Legislador, se vier a sê-lo, alarga-se-lhe em responsabilidade a missão que lhe cabe. Fixar, num dado momento, as aspirações sociais, gravando-se em norma jurídica, como regra obrigatória, disciplinando os interesses coletivos, tanto lhe custa o feito delicado (CARVALHO NETO, 1946, p. 43).

Nessa perspectiva, os relatórios dos professores e professoras, dos delegados de ensino, dos Secretários Gerais de Governo e dos Inspetores de Ensino, das primeiras décadas do século XX, fazem parte de um conjunto de medidas agrupadas na Lei regulamentar do Ensino, consequentemente ajustada por um Decreto.

No Governo de Pereira Lobo tal fato foi enfatizado pela criação da Lei n. 777, de 13 de outubro de 1919, que "institue o serviço de inspecção médico-escolar, fixa em quatro o número de inspectores escolares, crea os cargos de directores da Escola Normal e do Grupo Modelo e Escola Complementar e dá outras providências". Esperava-se, pois, que a partir disso, as Escolas da rede pública e particular mandassem com regularidade seus relatórios para a Diretoria Geral de Instrução Pública. Tanto Pereira Lobo quanto Carvalho Neto, reclamaram que nem sempre isso acontecia, mas na Mensagem Presidencial de 1920, o Governo sinalizava uma melhora, ao tempo em que Carvalho Neto também sugeria um ar de descontentamento.

Os relatórios, como ressaltou Faria Filho (1998), traziam o sentimento de esperança das coisas se acertarem, no que se referia à sistematização da instrução escolar.

Evidenciamos esse intento nos próprios relatórios. Na perspectiva dos Inspetores e Delegados de Ensino, responsáveis pela coleta e encaminhamento das informações à Direção de Instrução, havia aqueles que se esmeravam na função. Entretanto, o exercício dessa atividade, por vezes, ia para além dos limites desses agentes, porque eles faziam uma interpretação minuciosa das situações das Escolas, das práticas dos professores e professoras, revelando que seu interesse, além de deixar registros, era também o de sugerir medidas. Outro objetivo deles, certamente, era o de, através dos relatórios, registrarem o seu próprio desempenho.

Através dos relatos escritos por professores, podemos levantar vários dados sobre a cultura escolar das primeiras décadas do século. Examinamos os documentos do período de 1919-1920, mas também fizemos leitura de relatórios, regulamentos e mensagens presidenciais, anteriores e posteriores a esse período[101], pois, cremos ser necessário não nos limitar as fontes no espaço de nossos interesses para não correr o risco de supor que o marco temporal da pesquisa localiza-se isolado do contexto.

Faces da Instrução Pública no olhar dos agentes sociais

Há dois relatos de uma professora[102], datados de 21 de julho de 1919, que revelaram detalhes de uma escola do interior, no Povoado Palmares, quanto à existência de material escolar (livros, cadernos, quadro, relógio e outros itens). Dirigindo-se ao Delegado de Ensino do Município de Riachão, Marietta Fonseca expôs as condições em que encontra a Escola e as condições prescritas no Regulamento:

> [...] assumindo o exercício da cadeira do ensino mixto do referido povoado, não encontrei os livros da escripturação escolar da mesma cadeira pelo que peço a V. Sª. para providenciar no sentido de me serem fornecidos os referidos livros, incluindo o hymnario, o regulamento e alguns livros para os meninos pobres (SERGIPE, Relatório de Professores. FONSECA, 1919).

[101] Analisamos relatórios de 1916, 1917, 1918, 1919 e 1920. Investigamos as mensagens presidenciais dos Governos de Siqueira de Menezes, Oliveira Valladão, Pereira Lobo, Graccho Cardoso e Correia Dantas. Fizemos uma leitura da relação da legislação sobre educação em Sergipe, desde 1900 a 1940. Ver sobre a legislação educacional em Sergipe, o trabalho do Professor Pedrinho Santos, no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. SANTOS, Pedrinho. **Cronologia e síntese da legislação concernente à educação em Sergipe** (1900-1940), Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, 1981.. No tocante à legislação do ensino primário, cf. OLIVEIRA. Dilma Maria de. **Legislação e educação**: o ideário reformista do ensino primário em Sergipe na primeira República – 1889-1930. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2004. (Tese de Doutorado)

[102] Selecionamos apenas alguns relatórios de professoras e professores que nos permitissem "ouvir suas vozes" sobre as representações que fizeram das escolas que estavam sob a sua responsabilidade. Nosso intuito, neste momento, não foi analisar todos os registros encontrados (listados no anexo A), mas apenas apresentar uma amostragem do que foi levantado.

A professora Marietta tão logo chegou à Escola, não poderia registrar, segundo seu relato, as aulas, as lições e as atividades diárias da cadeira do ensino misto que assumiu. No segundo relatório analisado, encontramos o registro da inexistência de quase tudo. A falta de material escolar foi abordada por vários outros professores também:

> [...] Não encontrei mobília de espécie alguma para a escola. Sei que será diffícil satisfazer com a mobília exigida pelo regulamento; entretanto peço a V. Sª. para providenciar no sentido de me serem fornecidos alguns bancos, uma mesa de 7 palmos mais ou menos para que os alunnos possão n`ella escrever na falta de bancos-carteiras, um quadro preto, um relógio, uma cadeira para a professora (SERGIPE, Relatório de Professores, FONSECA, 1919).

O relatório da professora citada traduz algumas reflexões acerca da escola assumida por ela. No seu conteúdo, ela reclamou que faltava tudo. Relacionando-o com outros relatórios do interior do Estado, principalmente de povoados, vimos que quase as mesmas reclamações existiam de forma recorrente. Talvez o fato de a escola republicana ter sido criada com vistas ao desenvolvimento das cidades, pudesse ser explicada essa ausência e outro fator alude ao processo de aplicação da legislação. Naquela época, os efeitos da propaganda republicana, a organização das cidades e a estrutura da modernização ainda estavam se difundido como algo novo, que dependia de muito investimento.

A situação abordada por Marietta Fonseca apareceu em outro relatório de docente, da Professora interina, Dallila Siqueira. Ela não falou da falta do material escolar, mas apresentou deficiências dos alunos para que pudesse realizar os exames finais: “Encerrei os trabalhos escolares da aula sob minha regência, com obediência ao regulamento em vigor e também por não ter alunnos a apresentar exames finaes e promoções” (SERGIPE, Relatórios de Professores, SIQUEIRA, 1919).

O relatório da Professora Dallila indicou uma situação um pouco distinta da anterior, porque ao informar o encerramento de suas aulas, ela admitiu que não tinha alunos preparados para os exames. Qual seriam os motivos que levaram a isso? Por vezes, os relatórios revelam algo que não se explica nos seus registros. Ela, professora, não conseguiu preparar os alunos para os exames. A síntese que fez de sua experiência docente deixa dúvidas quanto às condições da Escola e a sua própria prática. Só poderíamos ter uma análise mais apurada se encontrássemos outros relatórios de professores ou professoras naquela mesma escola, ou então relatos de inspetores e delegados. Sentimos a falta de dados, como o número de alunos

naquela escola, as lições que ela ensinava. A maioria dos relatórios indicou que estariam em anexo as atas dos exames finais, mas poucas foram encontradas.

Outros problemas se uniram àqueles abordados pelos professores nos relatórios anteriores, como as moléstias[103] da época, a exemplo do alastrim. No relatório da Professora Anna Eufrásia do Lago Esbarra, ela informou o seguinte:

> Comunico-vos que n`esta data encerrei os trabalhos lectivos da escola pública sob minha regência de acordo com a circular d`dessa Directoria, deixando de realizar promoções de classes e exames finaes por motivo das vacina de alastrim, nas alunnas competentes, cujas ausentarão no começo de Outubro (SERGIPE, Relatório de Professores, ESBARRA, 1919).

As doenças que acometiam a população impediam as crianças de freqüentar as aulas, atrapalhando professoras e professores de realizarem as atividade escolares. Tal problema influenciava nas medidas governamentais para resolver as questões sociais postas na modernidade. Era preciso modernizar; problemas, no entanto, como a estruturação da Saúde Pública, precisavam ser resolvidos para que outros empreendimentos sociais fossem realizados. O problema das moléstias foi discutido pelo Governo Pereira Lobo, a fim de conter aquele mal. Na Mensagem Presidencial de 1919, ele salientou:

> A Directoria de Hygiene e Saude Publica do Estado continuam a cargo do operoso clínico dr. Octaviano Vieira de Melo, e a Assistencia Publica dirigida pelo dr. Francisco de Barros Pimentel Franco. Ambos estes ramos do serviço publico têm procurado bem servir no quanto lhe permittem os meios de que dispõem. A condição do Estado não é das mais lisongeiras, força é dizer, pois que sendo endêmico como é, o impaludismo, em diversos pontos, desenvolve-se maiormente na quadra invernosa, fazendo victimas, sinão em grande numero, consideráveis, contudo. Por diversas vezes tem o Governo procurado sanar esse mal, ora tomando providencias medicas, ora melhorando a condição dos pobres com o fornecimento de remédios e a facilitação de facultativo. Além do impaludismo e seus decorrentes, registram-se ainda no decurso do anno findo e no começo deste outras moléstias que merecem, pela sua capacidade de expansão, o olhar detido do Governo. Foram ellas: o alastrim, moléstia muito approximada da varíola, e a influenza espanhola. A primeira irrompeu com intensidade em Aquidaban e cercanias, sendo necessária a ida de um profissional medico, a cujo cargo ficasse a debellação da epidemia. Commissionado para este fim o dr. Carlos Menezes, deu prompto desempenho a sua incumbência. Os casos isolados ocorridos em esta capital foram de prompto jugulados, não podendo, por

[103] O problema da Saúde Pública em Sergipe foi amplamente investigado pelo médico Antônio Samarone em 2001, numa obra a qual ele estuda, de 1820 a 1930, as doenças e ações do Estado de Sergipe para combatê-las. Ver: SANTANA, Antônio Samarone de. **As febres do Aracaju:** dos miasmas aos micróbios. Aracaju, SE: O Autor, 2001.

> isto, o mal tomar proporções maiores. A moléstia, porém, que preocupou seriamente a attenção do Governo foi a influenza espanhola (SERGIPE, Mensagem, Pereira Lobo, 1919, p.62).

As moléstias, como a influenza, conhecida também como a gripe espanhola, mobilizaram o Governo, através da Diretoria de Higiene. Segundo Santana (2001), em seu estudo sobre as doenças do Império e da República e as políticas públicas, o Governo Pereira Lobo concorreu de maneira significativa para o enfrentamento contra os males do início do século.

> No início do Governo Pereira Lobo (1918-1922) ocorreu um fato significativo para a reestruturação que os serviços sanitários sofreriam no Governo Graccho Cardoso: o início da intervenção do Poder Central na área da saúde pública em Sergipe. Em maio de 1919 chegou a Aracaju uma comissão da "Diretoria Geral de Saúde Pública", composta pelos Drs. Leopoldo Accyoli do Prado, Francisco Firmo Barroso, João Camargo e Jayme Pereira, com a finalidade de combater a febre amarela no Estado. Acontece que era visão corrente entre o Governo e os médicos locais que em Sergipe não existia a referida moléstia. A polêmica era intensa e o bate boca chegava às páginas dos jornais: a comissão visitante reafirmando a existência de casos da febre amarela e o Governo negando (SANTANA, 2001, p. 136).

O que se pode perceber é que, salvo a situação de resistência dos Governos para aceitar o processo endêmico no Estado de Sergipe apontado por Santana (2001), compreendemos que o Governo Pereira Lobo se esforçou para combater o mal, dada a formação de comissões médicas em relação às várias doenças que se alastraram na época, conforme as duas citações acima: a do próprio Governo Pereira Lobo (1919) e a de Santana (2005). Resistir aos males que enfraqueciam os desejos de desenvolvimento talvez fosse uma tentativa de estratégia para não causar pânico à população, enquanto as medidas eram constituídas.

Outro fator foi motivo, em 1919, para impedimento da freqüência à Escola. No relatório da professora pública Anna de Araújo e Silva, em 27 de fevereiro de 1919, período inicial do ano letivo, ela pediu permissão para permanecer na Capital, por motivo de inundação do povoado "Intana", no município de Gararú. Ela solicitou ao Diretor Geral de Instrução Pública, Carvalho Neto, tempo suficiente "a se efetuar a vasão das grandes águas do Rio São Francisco".

Na Capital, apesar de termos encontrado problemas, os relatórios apresentavam um outro perfil, como vimos no da Professora Isabel Pinto de Campos, em 14 de novembro de 1919, no qual relatou a situação da escola que dirigia no Bairro Siqueira Meneses.

> Comunico a V. Exª. que, pelo illustrado Dr. Josaphat Brandão, que muito gentilmente se prestou para tal fim, foram vacinadas neste estabelecimento de Instrucção Pública, sob a minha modesta direção não só todas as educandas do referido estabelecimento de instrucção como grande número de pessoas outras que procuraram aqui o ilustre médico afim de munir a defesa contra o mal que ora perturba o socego dos habitantes d`esta Capital (SERGIPE, Relatório de Professores, CAMPOS, 1919).

Alcebíades Correia Paes, 1º secretário do *Esperanto Klubo*, em 6 de março de 1919, enviou à Direção Geral de Instrução Pública um Ofício, dando conhecimento sobre a indicação de professores da língua estrangeira para algumas Escolas da Capital.

> Tenho a honra de levar ao vosso conhecimento que, de acôrdo com a lei n.759, de 31 de outubro de 1918, foram pela Directoria do Esperanto Klubo, desta capital, indicados os seguintes professores, todos diplomados pela Brazila Ligo Esperantista para lecionar a língua auxiliar internacional Sr. Sebastião Públio de Albuquerque, para a Escola Complementar do sexo feminino; Prof. D. Norma Reis, para o 2º. ano da Escola Normal; Dr. Alcebíades Correia Paes, para o 3º. Ano da Escola Normal e para a Escola Complementar do sexo masculino. Certo de que tudo fareis para facilitar a tarefa dos nossos professores e, consequentemente, para o bom êxito dos cursos oficiais de Esperanto, apresento-vos, em nome da Directoria do E. Klubo cordiais saudações. Alcebíades Correia Paes, 1º.Secretário do Esp. Klubo (SERGIPE, Relatórios de Professores, PAES, 1919).

Outros professores enviaram seus relatórios de maneira bem sucinta, mas dando a perceber que estavam encerrando ou iniciando suas atividades do ano letivo, consoante o da Professora Lauricia Álvares de Azevedo[104], que lecionava no Povoado Pitanga:

> Comunico-vos para fins convenientes que nesta data, encerrei os trabalhos escolares da aula do Povoado Pitanga, onde exerço o cargo de professora

[104] D. Lauricia também foi professora da Escola de Aplicação, anexa à Escola Normal, na década de 1940, segundo depoimento em 13/10/2006, de sua filha, D. Vilma Perrucho Mittaraquis, que estudava, naquela época, o 2º ano na Escola Normal. Sobre a Escola de Aplicação, cf. FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. **Vestidas de azul e branco**: um estudo sobre as representações de ex-normalistas (1920-1950). São Cristóvão: Grupo de Estudos e pesquisas em História da Educação/NPGED, 2003. Todos os relatórios e ofícios emitidos pelos professores, diretores, delegados de ensino foram encontrados no Fundo E1 – volume 202 e Fundo E6 – volume 1179. Nos anexos registramos quadros sobre relatórios de professores e professoras e Inspetores de Ensino. (Verificar Anexos A e B).

> pública. Aproveito a oportunidade para apresentar-vos meus protestos de elevada consideração. Pitanga, 20 de novembro de 1919 (SERGIPE, Relatório de Professores, AZEVEDO, 1919).

Em outras correspondências, chegavam a detalhar mais a comunicação encaminhada à Direção de Instrução, como foi este relatório enviado pela Direção do Grupo Escolar General Siqueira, de 26 de novembro de 1919:

> Exmo. Sr. Tenho a satisfação de passar ás mãos de V. Exa., o resultado dos exames finaes e promoções realizadas neste Grupo que foi o seguinte: Exames finaes, 1ª turma – aprovados com distincção 10; plenamente 3; simplesmente 4. 2ª turma – aprovados com distincção 3; plenamente 10; simplesmente 3. Promoções Secção feminina: De 1º para o 2º anno. Plenamente 14; simplesmente 5. 1ª para a 2ª secção – 10. Do 2º para o 3º anno. Com distincção – 4 ; plenamente – 15; simplesmente 5. De 1ª para secção – 7. Do 3º para o 4º anno. Com distincção – 6; plenamente – 6; simplesmente 2. De primeira para segunda secção: 8. 4º anno – De 1ª para a 2ª secção: 10. Secção masculina. De 1º para o 2º anno. Plenamente: 12; simplesmente – 15. De 1ª para a 2ª secção – 6. De 2º para o 3º anno. Distincção – 3; plenamente – 8; simplesmente – 11. De 1º para a 2ª secção – 21. Do 3º para o 4º anno. Distincção – 1; plenamente – 11; simplesmente 4. Passo, outrossim, ás mãos de V. Exa. os boletins mensaes do mesmo Grupo relativos ao mez de Novembro. Saudações. Director Alcimar do Prado Peixoto (SERGIPE, Relatórios de Professores, PEIXOTO, 1919).

As festas cívicas entravam no rol dos eventos a serem divulgados pelas comunicações dos professores e professoras. Elas faziam parte das estratégias de difusão dos ideais republicanos, realizadas a fim de promover através de suas evoluções os ensinamentos de respeito e enaltecimento à Pátria, como vimos no relatório da Professora pública Leopoldina Josephina Leite Dantas, a 20 de novembro de 1919:

> Tenho a subida honra de vos communicar que, no dia quinze do corrente, ás dez horas em ponto, depois de haver reunido as minhas alunnas em frente ao edifício escolar, determinei que entoassem o hynno da Proclamação da República no que se expandiram enthusiasticamente. Findo o cântico, entramos e cada qual tomou o seu logar competente. Depois expliquei claramente o motivo daquella data festiva, e em seguida, após muitos vivas, foi cantado outro hynno patriótico. Também solennisei o dia dezenove com uma festa escolar. Satisfaço-me por haver cumprido as ordens dadas por S. Exa. o Dr. Director da Instrucção Pública. Minhas saudações. A professora pública, Josephina Leite Dantas (SERGIPE, Relatório de Professores, DANTAS, 1919).

Irradiar o civismo era a oração corrente. Por meio de todos que compunham as escolas, fazia-se mister cumprir as medidas regulamentares. Carvalho Neto, como Diretor e professor da Escola Normal, também concretizava esses feitos, conforme o "Correio de Aracaju", de 6 de maio de 1919.

> Cumprindo disposições regulamentares e sempre no intuito de tornar a escola um centro de irradiação de civismo, o director da Instrucção iniciou perante as alunnas da Escola Normal, da Escola Complementar e do Grupo Modelo, uma série de breves preleções a respeito das grandes datas nacionais. Assim é que, no feriado de 21 de abril fallou ás jovens patriciasinhas da Escola, procurando dar-lhes o ensinamento cívico, que essa memorável data registra na história brasileira. Foram cantados, então, hynnos patrióticos, em que vibravam contentes e entusiástica, as almas juvenis das alunnas, semente do futuro professorado primário de Sergipe, cuja sorte, no concerto da federação, repousa na grandeza moral e intellectual de seus filhos. No dia 2 do corrente, a convite do mesmo director, coube ao distincto professor Graça Leite a missão nobre de fallar á mocidade dessas escolas. O illustre docente leu, com brilho, um bello discurso sobre o descobrimento do Brasil (CORREIO DE ARACAJU, 1919)[105].

Contudo, os relatórios relatavam, como já pudemos observar, as promoções, a realização de exames finais, as festas cívicas e outras atividades escolares. Compreendemos que na Capital os problemas relatados pelos professores e professoras também aconteciam, mas as providências eram tomadas de forma mais rápida. As políticas públicas no campo da saúde eram incipientes; neste contexto, também a questão econômica deve ser considerada, uma vez que ambas aprersentavam melhor desenvolvimento, segundo Santana (2001), no Governo de Graccho Cardoso.

Assim, em geral, os professores e professoras, nos seus relatórios, tratavam da ausência do mobiliário escolar, da falta dos livros de registro exigidos no regulamento, justificavam suas faltas e a de seus alunos, registravam seu desempenho e as providências tomadas em relação ao ensino e à saúde de seus alunos; entretanto, havia professores e professoras, diretores, que incluíam em seus relatórios as práticas escolares desenvolvidas conforme as normas regulamentares daquela fase.

[105] "A Instrução Pública e os Grandes Dias". **Correio de Aracaju**. Aracaju, 6 mai., 1919.

As representações dos inspetores de ensino sobre o campo educacional sergipano em 1919

A inspetoria de ensino teve um papel relevante no movimento da República e cumpriu o papel de mobilizadora dos eventos que dignificassem os signos republicanos, conforme Monarcha (1999).

> O inspetor geral da instrução pública – potencialmente diretor geral –, os inspetores e diretores escolares e professores, por meio de preleções, festas oficiais e públicas, mobilizam as gerações mais novas. Essas cerimônias, de efeito encantador incentivam os alunos a partilharem de uma identificação social (MONARCHA, 1999, p.233).

Selecionamos, para analisar, os termos de visita dos Inspetores de Ensino[106] Antônio Xavier de Assis e Ascendino Argollo[107]. Na investigação dos documentos, destacamos a participação desses dois inspetores[108], pelo detalhamento com o qual escreviam seus relatórios, ao que obedeciam as normas do regulamento de Instrução, pois cabia a eles "fiscalizar a organização interna das escolas, a marcha do ensino e a observância dos métodos adotados", conforme prescrevia a Lei n. 703 de 14 de julho de 1916, do Governo do General Manoel Valladão[109]. Tal regulamento esteve em vigor até 1922 quando o Governo Pereira Lobo baixou novo Regulamento para a Instrução Primária, Secundária e Normal.

---

[106] No Fundo E6 vol. 1179, encontramos relatórios a partir de 1916, cujos nomes dos Inspetores de Ensino se repetem. Observamos que, possivelmente, já nessa época, pudesse haver os concursos para o cargo de Inspetor, tornando-o efetivo e estável.

[107] Ascendino Xavier Ferrão de Argolo nasceu em 3 de maio de 1889 em Propriá e era filho de José Pedro Ferrão de Argolo e D. Emília Cavalcanti de Albuquerque. Fez o primário em Penedo e na Capital da Bahia, além do curso preparatório. Em 1907 se matriculou na Faculdade de Direito de Recife e recebeu o grau de bacharel em 1911. Ele publicou "A República em brisa", comédia de 1 ato, em parceria com Antônio Bernardes de Sousa Barateiro. Escreveu para os periódicos "Norte de Sergipe" uma série de artigos intitulados "A Verdade", em resposta às "Cartas Filosóficas" do Dr. Adolfo Ávila Lima. Discursou, por delegação do Conselho Superior de Instrução, na solenidade de colação de grau às normalistas de 1919, publicado no "Diário Oficial do Estado de Sergipe", de 23 de junho de 1920. Escreveu e publicou vários ensaios sobre estudos de Direito Constitucional Brasileiro. Cf. GUARANÁ, Armindo. **Diccionario Bio-bibliographico Sergipano**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1925. p. 76. Sobre os outros Inspetores, durante a pesquisa não foi possível localizar registros biográficos.

[108] Foram priorizados neste estudo os dois inspetores Antônio Xavier de Assis e Ascendino Argolo e os outros inspetores Edison Nobre de Lacerda e João Esteves de Oliveira serão tratados em outros estudos. Eles estão citados no Anexo B.

[109] Na lei do Governo Valladão, os inspetores seriam escolhidos pelo Presidente do Estado, diante das propostas do director, mas teriam que ter formação em qualquer ensino superior e ter se distinguido pelo interesse a assuntos educacionais, ser normalistas que melhor desempenho tivessem apresentado e prática de ensino. Também poderiam ser professores da Escola Normal e do Atheneu que aceitassem trabalhar no cargo de Inspetor. Ver: Lei n. 703 de 14 de julho de 1916. No Governo do Coronel Pereira Lobo, ele fez uma reforma no Ensino Primário, Secundário, Normal do Estado, conforme Dilma Andrade (2004). Decreto n. 724 de 29 de outubro de 1921. Regulamentou o ensino primário, secundário e normal. Decreto n.728 de 24 de abril de 1922.

Nota-se, a partir da formação do Inspetor Ascendino Argollo e da legislação do período, que a exigência para a contratação dos profissionais que responderiam pela Inspeção Escolar não era menor do que se propunha para os Diretores de Instrução.

Verificamos que a formalidade circunscrita na Lei para a contratação dos Inspetores não se constituía numa novidade na República. No Império, o Decreto n. 7.247, de 1879, conhecido como a "Reforma Leôncio de Carvalho", segundo Sousa (2006), já encetava essas regras:

> No referente à administração escolar, o Decreto estabelecia uma mudança substancial em seu art. 13, tanto para inspetores como para diretores. No lugar dos até então delegados e inspetores gerais da instrução primária, deveria haver, no Município da Corte, seis inspetores de distrito, com o salário anual de 2:400$000 e a gratificação de 1:200$000, os quais devem ser nomeados dentre as pessoas que com "distinção houverem exercido o magistério público ou particular por mais de cinco anos". Para o cargo de inspetor geral da instrução primária seriam nomeados dentre as pessoas que, da mesma maneira e por igual espaço de tempo, tiverem exercido o magistério secundário ou superior, público ou particular, que receberiam 3:200$000 de ordenado e 1:800$000 de gratificação (SOUSA, 2006, p. 50).

Na Lei n. 703, de 18 de julho de 1916, vigente até as mudanças realizadas no Governo do Coronel Pereira Lobo, eram assim prescritas as normas para a Inspetoria de Ensino:

> Art. 9. Os inspetores escolares são agentes techinicos da direção de ensino, subordinados, que actuam sobre a organização interna das escolas, a marcha do ensino e a observância dos methodos adotados. Art. 10. Os inspetores escolares serão escolhidos pelo Presidente do Estado. Art. 11. Compete aos inspectores ecolares: 1º. Visitar as escolas e os Grupos do districto que lhes foi designado pelo Presidente do Estado, verificando: a) o número de alunnos matriculados e freqüência; b) o adeantamento dos alunnos em relação ao tempo de sua matrícula; c) a capacidade e a solicitude do professor no desempenho de sua missão; d) Se as aulas são bem distribuídas em relação à população. 2º. Ministrar instrucção aos professores sobre programmas e horários e sobre a applicação dos methodos, dando lições à classe, explicando e corrigindo os defeitos e dúvidas que encontrarem no ensino. 3º. Assistir ao funcionamento das aulas, indicando ao professor tudo quanto seja necessário modificar nos methodos por ele adoptado e verificando se as recomendações de seu antecessor foram seguidas.Art. 14. Organizar os Grupos Escolares nos seus districtos. Art. 15. Propor ao Director a creação, supressão, conversão e transferência de escolas na forma desse regulamento.[110]

[110] Lei n. 703 de 18 de julho de 1916. Aprovou os decretos n.630 de 24 de abril e 636 de 17 de junho de 1916. No Governo de Pereira Lobo, a Lei n. 825 de 8 de agosto de 1922 fez alterações no Regulamento de Instrução Pública. Cf. Anexo C, Quadro C.

Percebemos também que todos os Governos da época promoviam modificações na perspectiva de seus interesses e com isso, procuravam causar impacto, deixando as marcas de suas administrações. A Instrução Primária, Secundária e Normal sofreram reformas, com freqüência, na passagem do século XIX para o século XX.

Aqui transcrevemos algumas representações a partir dos relatos desses Inspetores e à maneira como os mesmos se apropriaram das novas idéias. Analisamos também como foi possível, a eles auxiliarem professores e professoras a fim de tornar tais idéias práticas educativas.

Em cinco de junho de 1919, o inspetor de ensino Ascendino Argollo visitou a Escola mista no povoado de Pindoba, situado no município de Villa Nova, atual Neópolis, regida pela professora D. Aurea Freire Luduvice, examinando os livros regulamentares que para ele estavam em estado de boa conservação. Ascendino declarou ter sido a primeira vez que a Escola foi visitada pela Inspeção Escolar. Transcrevemos parte do relatório no que concerne ao método de ensino aplicado, número de alunos e condições de estrutura do espaço escolar:

> A sua matricula é de 34 creanças, estando presente 26. Verifica-se, porem a ausencia de objetos escolares, carta parker, quadro negro, relogio, solidos geométricos, mappas geographicos, globo etc. A sala em que funciona a aula é muito acanhada, pouco arejada, de modo que não offerece o necessario aos alumnos. Recomendei a attenciosa preceptora tomasse todo interesse pela aplicação dos methodos objectivos, bem como fazer a acquisição de outros livros pedidos pelo regulamento. Outrossim, determinei a mudança da casa, cujas condições hygienicas preenchem os fins collimados pelo dispositivo lega (SERGIPE, Termos de Visita, ARGOLLO, 1919)[111].

Em outro Termo de Visita desse mesmo inspetor, no dia 07 de junho de 1919, ele visitou a Escola Pública do sexo feminino, no município de Propriá, dirigida pela professora D. Esmeralda de Freitas. Embora ele também tenha feito uma descrição não muito otimista dessa escola, no que se refere ao método de ensino, aqui já se apresentava indícios de uma prática e não apenas da intenção:

> Os livros estão bem escripturados. A sua matrícula é de 50 creanças, estando hoje, somente 11 em razão de ser dia de feira. A frequencia média, porém, é

[111] **SERGIPE.** Termo de Visita apresentado ao Exmo. Senhor Diretor Geral de Instrução Pública, Antônio Manoel de Carvalho Neto, em 05 de junho de 1919, pelo Inspetor de Ensino Ascendino Argollo. Visitou a escola regida pela Professora Áurea Freire Luduvice. Fundo E 6 volume 1179 (APES – Arquivo Público de Sergipe). Cf. Anexo B -Quadro B.

> de 42 alumnas, conforme verifiquei no competente livro. Assistindo aos exercícios escolares tive a impressão de que os esforços da distincta e intelligente preceptora correspondem o adiantamento de suas discípulas. O methodo de ensino adaptado se approxima da moderna orientação pedagógica. Caligraphia vertical, geographia ensinada com o concurso do quadro negro e Lições de Coisas, tudo isso vai sendo assimilado com facilidade. É urgente a necessidade de um relógio, de mappas geographicos, solidos geometricos e outros objetos escolares. O mobiliário se compõe de quatorze carteiras americanas e um quadro negro. A sala, onde funciona a escola, preenche as condições reclamadas pela hygiene: ampla, arejada e muito asseada. Recommendei que se tome muito em consideração o methodo objectivo, cujos processos devem ser seguidos. A digna professora se mostra muito dedicada á causa da Instrucção (SERGIPE, Termos de Visita, ARGOLLO, 1919)[112].

Na mesma cidade, o inspetor Argollo visitou a escola pública masculina, ministrada pelo professor Juvenal José de Sousa. Os livros regulamentares estavam escriturados em conformidade com o Regulamento da Instrução, no entanto, foram observadas más condições do edifício, mobiliário escolar e recursos didáticos. Contudo, embora faltem esses recursos, da investigação dos relatórios, podemos perceber que os métodos chamados modernos eram citados, como "Lições de Coisas", referentes ao método intuitivo (utilizado desde o final do século XIX), que se constituiu no ícone da modernidade preconizada pela República. Nessa escola, o inspetor Argollo declarou que o edifício não se encontrava nas condições exigidas pelo Regulamento:

> Na caderneta se registra 33 alunnos de matricula, sendo a frequencia media de 22. O edificio não está bem localizado de maneira que o mobiliário escolar fica apertado entre quatro paredes, que se afastam completamente dos principios de hygiene, sem ou com luz. Por isto, determine que se efectue, dentro do menor espaço de tempo, a mudança dos trabalhos escolares para outro local da cidade, onde mais convenientemente o digno prector possa exercer a sua profissão. Em sendo satisfeitas estas recommendações, a instrucção ainda logrará uma phase de mais proveito para os alunnos que freqüentam este instituto de ensino. É mister, porém, que lhe seja fornecido o material escolar, pois nota-se a ausencia de mappas geographicos, relogio, quadro negro (o que existe acha-se deteriorado), globos, solidos geometricos, etc. Apesar da avançada idade, em que se encontra o illustre docente, não lhe falta a bôa vontade, que tem revelado no ensino, ao mesmo passo que, na medida de suas forças, vai se interessando pela aplicação do methodo intuitivo (SERGIPE, Termos de Visita, ARGOLLO,1919)[113].

[112] **SERGIPE.** Termo de Visita apresentado ao Exmo. Senhor Diretor Geral de Instrução Pública, Antônio Manoel de Carvalho Neto, em 07 de junho de 1919, pelo Inspetor de Ensino Ascendino Argollo. Escola Pública do sexo feminino, no município de Propriá, dirigida pela professora D. Esmeralda de Freitas. Fundo E 6 volume 1179 – (APES – Arquivo Público de Sergipe).

[113]**SERGIPE.** Termo de Visita apresentado ao Exmo. Senhor Diretor Geral de Instrução Pública, Antônio Manoel de Carvalho Neto, em 07 de junho de 1919, pelo Inspetor de Ensino Ascendino Argollo. Escola Pública

Ainda em Propriá, o inspetor Ascendino Argollo inspecionou a escola pública do sexo masculino sob a direção da professora D. Rosa Theresa da Cunha de Mello, encontrando os livros regulamentares de acordo com a lei. Ele registrou que a escola tinha 42 crianças matriculadas, não tendo havido freqüência naquele dia, "em virtude de ser dia de feira":

> [...] Mas nos dias anteriores, a média é de 33 alunnos. A enchente do rio São Francisco determinou a mudança da escola para um local, que não preenche também as condições hygienicas; e por isso, recommendo que seja efectuada dentro de pouco tempo a transferencia da escola para um outro ponto da cidade, em que se tem em consideração as medidas necessarias ao regular funccionamento deste estabelecimento de ensino. Alem disto, o mobiliário escolar, que deve ser bem conservado precisa de uma distribuição mais consetanea com os principios da pedagogia de modo a fornecer, ao corpo discente o conforto indispensavel e aseguro efficiente andamento dos serviços escolares. Para attingir esse fim, faz-se mister lhe sejam remetidos os seguintes objectos: um quadro negro, um planispherio ou globo para o estudo da Geographia, uma Carta de Parker, sólidos geométricos e, sobretudo, um relógio, com que se lhe torne possível executar o programma, consoante nosso horário (SERGIPE, Termos de Visita, ARGOLLO, 1919)[114].

Neste relatório, o Inspetor abordou, da mesma forma que nos outros relatórios lidos, a falta do quadro negro, planisfério ou globo para o estudo de Geografia, a Carta Parker, sólidos geométricos e, sobretudo, um relógio, para ser possível a realização do programa, conforme o horário previsto pelo Regulamento. Houve também recomendação do prédio da escola em função dos preceitos vigentes de higiene.

Nos relatórios escritos por outros Inspetores de Ensino, todas essas menções foram registradas. Encontramos relatórios sobre outras Escolas localizadas em Aracaju, capital sergipana, nos quais a situação era confortante, porque os prédios já possuíam uma arquitetura mais voltada para as novas exigências, não havia problema de material escolar nem de dificuldades dos professores em realizar as lições e demais atividades escolares.

O Inspetor de Ensino, Antônio Xavier de Assis, trouxe em seus relatórios à Direção Geral de Instrução, uma descrição detalhada da situação das Escolas visitadas. O texto abaixo

---

do sexo masculino do Professor Juvenal José de Sousa. E 6 volumes 1179 – (APES – Arquivo Público de Sergipe).

[114]**SERGIPE.** Termo de Visita apresentado ao Exmo. Senhor Diretor Geral de Instrução Pública, Antônio Manoel de Carvalho Neto, em 07 de junho de 1919, pelo Inspetor de Ensino Ascendino Argollo. Escola Pública do sexo masculino sob a direção da professora D. Rosa Theresa da Cunha de Mello. E 6 volume 1179 – (APES – Arquivo Público de Sergipe).

transcrito divulgou informações de sua visita no município de São Cristóvão. Seus relatórios, sob nosso ponto de vista, destacam-se dos outros porque ele não descreveu apenas a situação interna das Escolas, como comumente encontramos, mas falou sobre aspectos econômicos das cidades e locais visitados, e a partir disso, fez observações sobre a importância que havia de se construir ou abrir mais escolas, como mostramos a seguir no relatório escrito em 8 de maio de 1919:

> De 6 e 8 do corrente mez de maio de 1919, visitei a escola mixta da rua do sal, desta cidade de São Cristóvão, regida pela Exma. Professora D. Marianna Fontes de Oliveira. O prédio é de propriedade da professora e apezar de não ser de construção moderna, todavia dispõe das condições hyggienicas exigidas pela pedagogia, quanto á amplitude e circulação de luz e ar. O mobiliário é americano e completo, conforme a relação encontrada no termo por mim lavrado em 26 de julho de 1918 e constante do meu relatório annual. Foram-me apresentados todos os livros de escripta escolar, os quais se encontram em boa ordem. Matrícula 50 creanças de ambos os sexos. Freqüencia do dia 6 - 72 creanças e de hoje 74 delas. O excesso na freqüência justifica-se no seguinte: esta escola tem um corpo de assistentes que já alcançam o número de 45 creanças, isto é contra as disposições regulamentares, facto que a professora provou não desconhecer. Informando-me esta continuarem os pedidos para acceitação de creanças, ordenei não admitir mais, mesmo no caso de vagas na matricula que serão preenchidas com os assistentes. Tratando-se de tal irregularidade a minha autoridade cedeu às necessidades do povo e o desejo, que tem o estado de ensinar ao maior número possível. Esta anomalia só poderá ser combatida com a inauguração de mais estabelecimentos de ensino. Nesta data encontram-se fardados pelos recursos da Caixa Escolar "Pereira Lobo", 30 creanças de ambos os sexos. Mostrei com palavras simples a conveniência que existe em usarem todos a farda escolar. Existem três classes as quaes foram submettidas a prévio exame para subdividi-los (SERGIPE, Termos de Visita, ASSIS, 1919)[115].

As informações encetadas no termo apresentado mostraram a preocupação de Antônio Xavier de Assis sobre o excesso de crianças no espaço escolar. O inspetor destacou que cedeu "às necessidades do povo e ao desejo que tem o Estado de ensinar ao maior número possível", contudo, considerou os problemas uma anomalia e declarou que a mesma só seria combatida com a inauguração de mais estabelecimentos de ensino. Apesar dos problemas detectados, Xavier atestou também que a professora Marianna era muito cuidadosa, e que seus alunos tinham uma boa ordem e aproveitamento. Vale destacar ainda que Xavier de Assis foi um dos

[115] **SERGIPE.** Termo de Visita apresentado ao Exmo. Senhor Diretor Geral de Instrução Pública, Antônio Manoel de Carvalho Neto, em 08 de maio de 1919, pelo Inspetor de Ensino Antônio Xavier de Assis. Escola mista no município de São Cristóvão, regida pela professora Marianna Fontes. E 6 volume 1179 – (APES – Arquivo Público de Sergipe).

inspetores que mais visitaram instituições de ensino no exercício de Inspeção, de acordo com o período investigado. A preocupação de Antônio Xavier de Assis com a expansão das Escolas traduziu seu interesse no projeto de construção dos grupos escolares, como destacou Nascimento (2007). Assis trouxe, em relatório de 22 de novembro de 1918, uma análise sobre a implantação dos Grupos Escolares:

> [...] São justamente os grupos escolares que podem fomentar com segurança os progressos da instrução popular. O ensino isolado é trabalhoso, requer duplicado esforço do professor e não poucas vezes deixa as coisas em meio caminho. Não quero dizer que se pense em acabar de vez com o ensino isolado, pois este se impõe, por enquanto, na maioria das casas, mas que a creação dos grupos é uma necessidade, onde quer que se possam reunir pelo menos seis escolas. Neste caso estão todas as cidades de Sergipe e talvez algumas de suas villas. Capella, Estância, Villanova e Própria já estão em bom caminho para este objetivo, cumprindo as demais cidades e vilas populares trabalhar para alcança-las. (SERGIPE, ASSIS, Termos de Visita, 1918)[116].

Em outro Termo de Visita de Antônio Xavier, foi ressaltado o seu interesse em reiterar o pedido para a abertura de aulas às operárias da fábrica de tecidos de São Cristóvão, cuja gerência ofereceu um salão iluminado à eletricidade que viabilizasse uma escola noturna às mesmas. O inspetor chamou a atenção para o fato de que já havia solicitado a abertura da escola noturna feminina, em São Cristóvão, em ofício datado de 29 de julho e relatório de 22 de novembro do ano de 1918. Ele ratificou que "o meu empenho é que dentro em breve possamos ministrar ás operárias daquella cidade o ensino official, conforme se vae praticando com o sexo masculino" (SERGIPE, Termos de Visita, ASSIS,1919)[117].

Vimos, pelo exposto nos relatórios dos Inspetores que, além do uso do material escolar, do método de ensino aplicado, das instalações conforme preceitos higiênicos difundidos à época, já se havia ampliado o interesse em alargar as possibilidades de acesso à Escola, uma vez que seria preciso combater o mal do analfabetismo, eliminando-o na sociedade, o que possibilitaria desenvolver a Pátria. Todavia, entre o interesse e as condições necessárias para fazê-lo, existiam os percalços.

---

[116] **SERGIPE.** Termo de Visita apresentado ao Exmo. Senhor Diretor Geral de Instrução Pública, Antônio Manoel de Carvalho Neto, em 22 de novembro de 1918. E 6 volume 1179 - (APES – Arquivo Público de Sergipe).

[117] **SERGIPE.** Termo de Visita apresentado ao Exmo. Senhor Diretor Geral de Instrução Pública, Antônio Manoel de Carvalho Neto, em 05 de abril de 1919, pelo Inspetor de Ensino Antônio Xavier de Assis. Solicita abertura de escolas noturnas às operárias de São Cristóvão. E 6 volume 1179 - (APES - Arquivo Público de Sergipe).

Em relação ao ensino primário, apesar das necessidades encontradas pelos Inspetores de Ensino e professores, entendemos que o método intuitivo, propalado como a novidade republicana, foi recebido por Sergipe, e a tentativa de implantação dessa cultura foi uma prática estimulada. Dentre os recursos da modernidade pedagógica, fazia-se presente o relógio (fator de racionalização do tempo e do ensino), promovendo uma radical divisão das atividades escolares. Os elementos gráficos, isto é, mapas, globos escolares, a Carta Parker, a escrita vertical, fizeram parte do currículo escolar primário e foram apropriados por professores e professoras das escolas interioranas e das escolas da Capital.

O inspetor Antônio de Assis Xavier, em Termo de Visita ao Diretor Geral de Instrução Pública, em 06 de junho de 1919, divulgou a sua visita à Escola do sexo masculino, regida pelo Professor Veríssimo de Oliveira, que funcionava na rua do Bonfim, num prédio de propriedade particular, possuindo condições confortáveis às aulas. Ele descreveu, através deste Termo, a estrutura da escola, os reparos necessários, o material que ela possuía, a argüição feita, entre outras coisas. Vejamos o que relatou Xavier no Termo de Visita abaixo transcrito:

> [...] O mobiliário é americano, constando de 24 bancos com as carteiras, bem como meza e cadeira do mesmo estyllo. Tem mais 1 estrado, 1 quadro negro, 1 Carta de Parker com cavalete, 1 relogio de parede, 1 contador mechanico e 3 mapphas. No mesmo salão onde funciona a escola nocturna feminina mantida pelo Estado. A Escola que ora visito tem uma mtricula de 30 creanças e o curso médio do mez findo de 22. A freqüência de hoje é de 23 alunnos que se encontravam divididos pelas 1ª, 2ª e 3ª classes. Submetidos a chamada argüição mostraram aproveitamento na Carta de Parker, na contabilidade com exercícios no quadro negro e com calligraphia. Levei as 2ª e 3ª classes aos mapphas geométricos e do Brazil, dando explicações e recebendo algumas respostas satisfatórias. O professor apresentou-me os livros de escriptura com as notas regulamentares. Recomendo os exercícios de leitura no quadro negro para melhorar comprehensão dos alunnos especialmente da primeira classe. Remeta-se este termo por cópia á Diretoria de Instrucção (SERGIPE, Termos de Visita, ASSIS, 1919)[118].

O inspetor Xavier demonstrava em seus relatórios meticulosidade, dedicação e o interesse em proceder de acordo com os princípios regidos pelo Regulamento da Instrução,

[118] **SERGIPE.** Termo de Visita apresentado ao Exmo. Senhor Diretor Geral de Instrução Pública, Antônio Manoel de Carvalho Neto, em 06 de junho de 1919, pelo Inspetor de Ensino Antônio Xavier de Assis. Escola do sexo masculino, regida pelo Professor Veríssimo de Oliveira, que funcionava na Rua do Bonfim. E 6 volume 1179 - (APES – Arquivo Público de Sergipe).

que por sua vez obedecia a Leis e Decretos[119]. Os Inspetores de Ensino cumpriam um papel importante ao lado dos Diretores de ensino, pois sua responsabilidade estava em fiscalizar, mas também sugerir tentativas de soluções aos problemas encontrados, fosse a respeito das lições dos deveres escolares, como a caligrafia, a leitura e o domínio nas contas, fosse sobre os aspectos da arquitetura e infra-estrutura dos prédios escolares. Além disso, esses Termos de Visita lavrados por eles serviam de base para os relatórios feitos, cujo conteúdo era mais detalhado, como número de escolas, relação das mesmas com seus (as) respectivos (as) professores (as), a classificação (em Isoladas, Reunidas, Aula singular ou Grupos Escolares).

Como vimos no Termo de Visita anterior, a argüição realizada na frente do inspetor mantinha os alunos atentos e dedicados a fazer o melhor que pudessem, uma vez que se sentiam reconhecidos e valorizados pela figura da autoridade, neste caso, a o Inspetor. Quanto aos professores e professoras, percebemos que, provavelmente, sentiam orgulho quando conseguiam responder às demandas do Regulamento. Isto talvez pudesse estabelecer um vínculo entre Professores, Inspetores, Delegados de Ensino, Direção Geral e Governo.

Além dos aspectos acima verificados nas leituras e análise dos Relatórios e Termos de Visita, a promoção dos alunos nos chamou a atenção. Através dos exames finais, elas revelavam distinção entre os alunos, como veremos a seguir, pelo relatório do Professor Luiz Cardoso, numa escola noturna da Capital de Sergipe, na Av. Santo Antônio, em 30 de novembro de 1919:

> [...] Perante este e mais pessoas fis argüição nos meus alunnos do 3º ano para sua promoção ao 4º em numero de 8 dos 22 alunnos que se achavam presentes. Contentou-me sobremodo a dizer daquele cidadão que não julgaria encontrar na escola que ora dirijo alunnos tão dedicados, demonstrado isto por seu aproveitamento reconhecido. E foram estes os alunnos promovidos a 4º. anno. José Manoel Filho, Guilherme Cunha, Jacintho Eleodoro, Manoel Rodrigues Pereira, José Moura, Miguel, Getulio Ribeiro e Enea da Silva. Ao concluir desses trabalhos fiz uma breve mas expressiva allocução concitando os meus alunnos a prosseguirem cada vez mais no amor pela instrucção base fundamental ao conhecimento da razão, por isso mesmo compreendhendo perfeitamente o dever para com a Pátria, família e humanidade. (SERGIPE, Relatórios de Professores, CARDOSO, 1919).

Como Diretor de Instrução, Carvalho Neto também fez visitas às escolas e acompanhava o desempenho das mesmas. Em 25 de abril de 1919, ele visitou a Escola Noturna, na rua de Simão Dias, regida pelo professor normalista Antônio Oliveira.

[119] **SERGIPE** DIVERSOS. “Leis e Decretos”. Vol. 12. cx.12. Lei n. 703 de 16 de julho de 1916, que aprovou os decretos 630 de 24 de abril, e 633, de 17 de junho de 1916. (APES- Arquivo Público de Sergipe).

> [...] Antes do mais procurei examinar a escriptura dos livros escolares, mantendo-a bôa, com correção e cuidado. A matricula regulamentar completa, sendo a freqüência de 34 alunnos, efficiente bem satisfatória. O asseio do prédio e o arranjo do material escolar denotam que o professor se esmera por manter a escola com um caracter convidativo e sumpatico a olhos dos alumnos e dos visitantes. Nos exercícios dados pude colher a applicação do professor, procurando dar a seus alumnos problemas que mais convenham às suas aptidões intellectuaes. A sala, onde funciona, é pequena, ainda que de bom aspecto. Dado o numero de discípulos é de necessidade que se procure um novo prédio, sem prejuiso da localisação que não é má. Atualmente, na ausência de programma, que verse sobre os cursos nocturnos neste Estado – lamentável falta que vem das administrações passadas – está o professor obrigado a fazer adaptação do programma das escolas diurnas, o que de modo nenhum satisfaz. E assim, de louvor a acção do mestre que, na ausência do programma vai desenvolvendo o ensino com critério e intelligencia (CARVALHO NETO, 1919)[120].

No Colégio Tobias Barreto, que visitou em 22 de abril, Carvalho Neto deixou as seguintes impressões:

> [...] Nos estreitos limites da educação, em Sergipe, mercê do acanhado de faculdades econômicas dos seus institutos de ensino, é de veras enorme a conquista do Sr. Director deste Collegio, pondo-o em condições auspiciosas, dotando-o de um apparelhamento pedagogyco modesto, mas efficiente. Desajudado de quaesquer auxiliares por parte dos Poderes Públicos, ainda mais avulta o trabalho do Sr. Professor Allencar Cardoso. [...] Tenho a assingnalar que do exame a que submetti alguns alumnos, verifiquei que os processos de ensino se recommendam pelo seu cunho pratico e intuitivo. A creança tem uma noção exacta das coisas, sem sobrecarregar a intelligencia de formulas abstratas e noções transcendentes, de todo incompatíveis com sua pouca idade. [...] tem sua escripturação na conformidade do Regulamento e procura, quanto possível, conformar o programma de seu ensino com o da Instrucção Pública. [...] Farei apenas, uma restricção quanto aos commodos do prédio. Avulta, para logo, que o edifício não satisfaz as condições regidas para as installações dessa natureza. Nisso não vai, porém, uma censura ao illustrado Sr. Professor Cardoso que, tanto quanto possível, procura adaptar o prédio ao fim collimado. É o que sinceramente penso a respeito desta casa de ensino, de onde saio captivo do fino trato de seu director (SERGIPE, Termos de Visita, CARVALHO NETO, 1919, p. 2)[121].

[120] **SERGIPE.** Termo de Visita apresentado por Antônio Manoel de Carvalho Neto, em 25 de abril de 1919. Visitou a Escola Noturna, na rua de Simão Dias, regida pelo professor normalista Antônio Oliveira. Fundo E 6 volume 1179 – (APES – Arquivo Público de Sergipe).

[121] **SERGIPE.** Termo de Visita apresentado por Antônio Manoel de Carvalho Neto, em 22 de abril de 1919. Visitou o Colégio Tobias Barreto, regido pelo Professor Alencar Cardoso. Fundo E 6 volumes 1179 – (APES – Arquivo Público de Sergipe).

Nestes termos, a presença dos Intelectuais foi fundamental para a tessitura das normas que regiam a Instrução Pública no período analisado. O papel dos Inspetores teve destaque nas ações da Direção Geral de Instrução. Pode-se observar, contudo, que os resultados dessa atividade causou estranheza a Carvalho Neto, quando procurou saber, por meio dos relatórios, a situação da Escola Pública em Sergipe. Conforme o próprio relatório emitido ao Presidente do Estado, as visitas pareciam não ser realizadas com a freqüência desejada. Destaca-se, todavia, o número de Escolas fiscalizadas pelo Inspetor Antônio Xavier de Assis, conforme relatório emitido por Carvalho Neto ao Presidente do Estado, Pereira Lobo.

> Infelizmente, exm. sr., bem longe ainda está do seu objectivo a nossa inspecção escolar. Pesa-me francamente confessal-o. Mas verdade é que outra não podia ser a palavra desapaixonada de quem tem o dever de habilitar o Governo do exacto conhecimento da Instrucção Pública, cujo amparo e desenvolvimento elle sempre diz constituir uma das faces principaes de seu programa administrativo. Assumindo o honroso posto, que hoje ocupo, procurei, para logo, nos relatórios e termos dos srs. Inspectores, haurir os conhecimentos que desejava, para melhormente traçar uma norma na minha administração. Abortícia foi a minha tentativa. Desde muito que a inspecção era um capitulo morto, um ramo secco na Instrucção sergipana. Revivél-o foi então o meu trabalho. E mercê do apoio do exm. sr. Presidente do Estado, ella se reencetou, embora a passo tardo e incerto, em um raio de pequena extensão. Foi um despertar para o trabalho, reagindo contra a inércia que a ia, lento e lento desacreditando. Confio, em que, ainda este anno se colha algum proveito nas visitas escolares realizadas pelos srs. Inspectores. Eis, no quadro abaixo, um breve informe das escolas inspeccionadas até junho: Districto da capital – Inspector Antônio Xavier de Assis: Escolas visitadas – 26. 1º. Districto – Inspector dr. Edison Lacerda: Escolas visitadas – 5. 2º. Districto – Inspector João Esteves da Silveira: Escolas visitadas – 7. 3º. Districto – Inspector dr. Ascendino Argollo: Escolas visitadas – 6. (CARVALHO NETO. In: SERGIPE, Mensagem, 1919, p. 44-45)[122].

Porquanto, os Inspetores de Ensino, que ainda permanecem com seus relatórios guardados nas pacotilhas dos arquivos tiveram um papel fundamental para a propagação dos ideais republicanos implantados em Sergipe. Eles, não menos que o Diretor de Instrução, exerciam uma função significativa na prática do seu ofício. A mesma exigência que se fazia para a nomeação de Diretores era também proposta àqueles que ocupariam cargo de Inspetor-tinham que ser intelectuais, professores e pessoas de destaque.

[122] **SERGIPE.** Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, em 7 de Setembro de 1919, ao instalar-se a 3ª sessão e 13ª legislatura, pelo Presidente do Estado Coronel Dr. José Joaquim Pereira Lobo.

A ação dos Inspetores de Ensino do período investigado possibilita o conhecimento, como já foi dito, de informações importantes sobre as práticas escolares estabelecidas pela Direção Geral de Instrução Pública. Os relatos dos inspetores, somados aos das professoras e professores de ensino, são depositários de dados que nos permitem analisar aspectos fundamentais da organização escolar pensada pela propaganda da República.

Depreendemos desses dados que o detalhamento encontrado nos relatórios do Inspetor Antônio Xavier ajudava à Direção Geral de Instrução Pública a fazer uma análise mais acurada da situação em que se encontravam as Escolas, as cidades, os bairros, os povoados, onde as referidas escolas se localizavam. As informações contidas nos relatórios auxiliavam os dirigentes a tomar medidas que pudessem dar conta das questões educacionais no Estado de Sergipe, através da abertura e construção de novas instituições educacionais, possibilitando, com isso, ampliação na oferta do número de matrículas em todas as modalidades de ensino.

Por conseqüência, Relatórios e Termos de Visita são fontes essenciais na análise das práticas escolares, da cultura e da organização escolar. No período destacado (1919-1920) a partir deles, a Direção Geral de Instrução Pública elaborava relatórios emitidos ao Presidente do Estado, que se utilizava dos dados obtidos para apresentação de Mensagens Presidenciais à Assembléia Legislativa do Estado.

As experiências pedagógicas sobressaíram-se nesse período, para Carvalho Neto, e durante os anos por que passou na Diretoria Geral de Instrução Pública, na presidência do Conselho Superior de Instrução Pública e na Diretoria da Escola Normal e da Escola Complementar, no Governo de Pereira Lobo, ele pôde legislar em prol da educação.

A inspetoria de ensino foi prática recorrente no Império e na República, como podemos observar. Na década de 1930, os Inspetores de Ensino do Rio de Janeiro lançaram o *Manifesto dos Inspetores* fazendo um balanço das ações de inspetoria daquele Estado, além de terem forjado um debate público entre o seu Manifesto e o Manifesto dos Pioneiros, lançado em 1932. Para Zaia Brandão (1999),

> Os inspetores se qualificam a falar ao público, como “concursados” do setor público, na condição de ‘servidores públicos’ que se sentem obrigados a responder as críticas que circulando a respeito de sua atuação. Falam a todos os que se interessaram pelo trabalho desenvolvido, “aliados e contrários”; entre os contrários destacam os “indiferentes”, que qualificam a “massa amorfa”. A indiferença dos educadores à necessidade de uma nova abordagem das questões educacionais se tornou um dos principais alvos do trabalho posterior de Paschoal Lemme. (BRANDÃO, 1999, p. 72).

O debate sobre o Manifesto dos Pioneiros (1932) e o Manifesto dos Inspetores (1934), leva-nos a considerar o caráter importante da ação desses profissionais.

Outros documentos apontam que, na década de 1920[123], essa discussão já era uma realidade, e o serviço de Inspetoria ganhou pulso na medida em que aqueles intelectuais agiam conforme determinações regimentais observadas nos regulamentos de instrução e consoante a experiência e a capacidade que lhes eram peculiares para analisar a realidade educacional.

Fiscalização seria de imediato o mote de suas ações, mas eles deram uma contribuição significativa para a História da Educação Brasileira.

A Inspetoria, no caso de Carvalho Neto, tinha uma participação efetiva para que se tivesse uma visão panorâmica e detalhada sobre como as Escolas estavam colocando em prática as normas reguladas pelo Estado através da Direção Geral de Instrução Pública. Era sob esse prisma que seus investimentos eram aplicados para o bom desempenho do referido serviço durante sua atuação como Diretor Geral de Instrução Pública.

[123] Em 1925, a Inspetoria Geral da Bahia produziu um extenso relatório tecendo críticas aos problemas educacionais desse Estado, afirmando no início que "O problema do ensino, na Bahia, prende-se, no seu condicionamento geral, ao problema do ensino no Barsil. A mesma vastidão da terra, o mesmo disseminado da população diversa e disassimilada, o mesmo número vertiginoso de analfabetos, colocam solução científica do problema em uma inexorável dependência da sua solução econômica. [...] A corajosa solução paulista valerá, pelo menos, por uma experiência utilíssima". Cf. TEIXEIRA. Anísio. **Relatório da Inspetoria Geral do Ensino do Estado da Bahia**. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 7 abr. 1925. Disponível em http://www.prossiga.br/anisioteixeira/Visita _ guiada/p3a121.htm. Acesso em 28/05/2006.

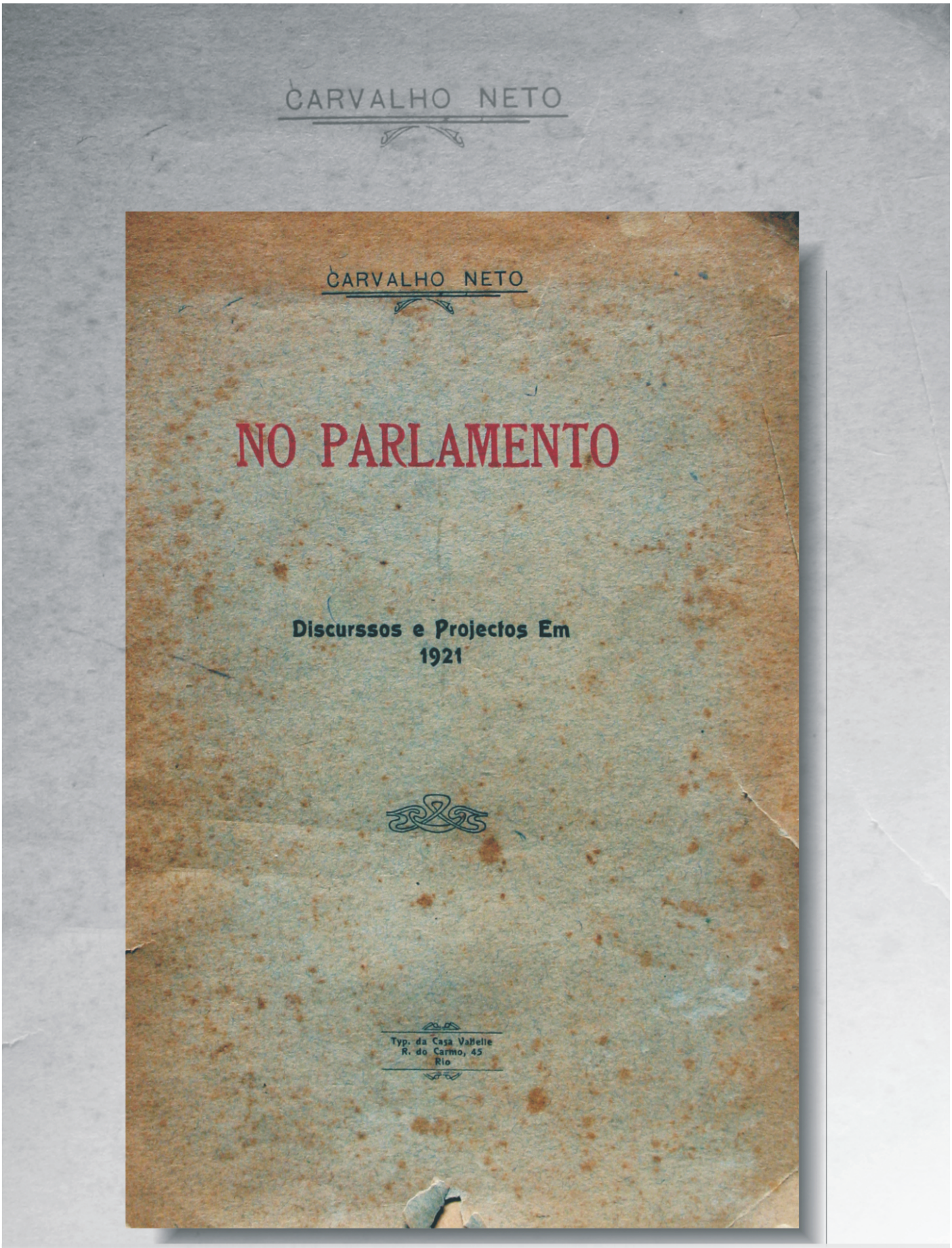


Figura 16. Capa do livro "No Parlamento: Discursos e projetos". Rio de Janeiro: Tipografia da Casa Vallelle. 1921. Acervo: Instituto Tobias Barreto de Educação e Cultura. Foto: Joel Luiz. Arte e diagramação: Léo A. Mittaraquis.

CAPÍTULO IV

ANORMAES, EDUCAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO

A defesa da educação dos *anormaes*

Em 1921, na Câmara dos Deputados, como integrante da Comissão de Instrução Pública, Carvalho Neto apresentou o Projeto de n. 481 sobre a "Educação dos *Anormaes*", sugerindo a criação de escolas de aperfeiçoamento e classes especiais, numa dissertação de grande relevo. No discurso pronunciado, ele dividiu a tese em 4 partes, a saber: "*A Educação dos anormaes – Classificação e Categorias dos Anormaes – O Problema no Estrangeiro e no Brasil – e Meio de resolvê-lo"* (CARVALHO NETO, 1921, p. 41).

As discussões sobre educação da criança anormal, termo utilizado na época, não se constituía em matéria inédita, porque no Brasil, desde os tempos do Império, o tema já tinha sido levantado, como já sinalizamos na introdução desta pesquisa, e conforme o próprio Carvalho Neto justificou, ao iniciar sua argumentação sobre a questão proposta:

> *[...] Tão farta, ademais, é a messe doutrinaria de quantos, pela imprensa ou pelo livro, estudaram com largueza essa questão, illuminando-a em vários aspectos, que me arreceio, tratando-a agora, de percorrer os mesmos caminhos que outros trilhara, com vantagem, de reproduzir os mesmos conceitos, que já foram ditos com certeza, de modo mais preciso e elegante, de bater, enfim as mesmas idéias com que mais fortes espíritos se armaram em cavalheiros dessa nobre cruzada da Educação Brasileira. [...]. Não obstante, Sr. Presidente, o que trago, neste momento, á consideração da Câmara se me desenha ao espírito como novo no velho thema, pois, verdade é que ainda se não discutiu no Congresso Nacional, na precisão de seus devidos termos, o que seja e como solucionar a Educação dos Anormaes. Implicando tal educação, por força comprehensiva, ensino elementar, rudimentares conhecimentos de escola primaria, há também uma preliminar a discutir e resolver. Refiro-me a these constitucional da competencia da União, varias vezes trazida a debate, orientada hoje por uma corrente vencedora, mas não de todo serenadas as divergências em face da interpretação da Magna Carta* (CARVALHO NETO, 1921, p.41)[124].

O que instigou interesse em trazer esse Projeto como uma das ações educacionais mais significativas, propostas por Carvalho Neto, foi a criação de "*escolas de aperfeiçoamento e*

[124] Os textos de autoria de Carvalho Neto referentes ao Projeto de n. 481 sobre a "*Educação dos Anormaes*" serão grafados a partir desse momento em itálico.

classes especiais, nas escolas primmarias communs, para a infância mentalmente atrasada, em cada uma das capitães dos Estados e no Districto Federal" (Projeto n. 480 – 1921, Art. 1º, alínea a).

Em que pese outras tentativas para resolução[125] da educação dos *anormaes*, essa proposta trouxe, em 1921, a perspectiva da concretização de uma Política Nacional, para a educação especial, no que se refere a Escolas propriamente ditas. Intrigou-nos, portanto, o fato de as obras que tratam da questão no Brasil não citarem seu Projeto, com já assinalamos anteriormente.

O ano de 1922 foi de comemorações do centenário da Independência do Brasil. Em todo país houve "excepcionais comemorações. E no Rio de Janeiro, especialmente, atingiram estas as mais significativas demonstração de patriotismo" (CARVALHO NETO, "Fragmentos", Diário de Sergipe, 1949). Na agenda das comemorações, Carvalho participou do Congresso Internacional sobre Assistência e Corporativismo, como representante da Câmara dos Deputados. Participou desse Congresso o socialista argentino Alfredo Palácios, "que se tornaria mais tarde, um dos grandes líderes do movimento solidarista da nação portenha e juntos assinamos várias das conclusões do Congresso" (CARVALHO NETO, "Fragmentos", Diário de Sergipe, 1949).

O segundo evento nas comemorações alusivas ao Centenário da Independência do Brasil, e em face à sua abordagem sobre as escolas para os anormais, Carvalho Neto representou Sergipe, por convite de Pereira Lobo, na Conferência Interestadual de Ensino Primário, de 12 de outubro a 16 de novembro de 1922, no final do Governo de Epitácio Pessoa.

---

[125] Este tema foi discutido por Jannuzzi (2004) que em sua abordagem apontou as primeiras tentativas ainda no século XVI, com a criação, no Brasil, das Santas Casas de Misericórdia, instituições que cumpriam o papel de acudir os pobres e doentes, destacou a criação das Instituições Governamentais para a Educação dos cegos e surdos no século XIX, e no século XX ressalta o trabalho de Helena Antipoff, com a criação das Sociedades Pestalozzi e mostra de forma panorâmica a trajetória da Educação Especial no Brasil. Cf:. JANNUZZI, Gilberta S. de Martins. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas: SP: Autores Associados, 2004. (Coleção Educação Contemporânea). Outros autores podem ser consultados sobre o assunto, a saber: MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil**: História e Políticas Públicas. São Paulo: Cortez, 1996. BUENO, José Geraldo Vieira. **Educação especial brasileira**: integração/segregação do aluno deficiente. São Paulo: EDUC, 1993. Três sergipanas revelaram a importância do Projeto de Carvalho Neto para a historiografia da educação especial: NUNES, Maria Thétis. **História da Educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Aracaju: Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Sergipe: Universidade Federal de Sergipe, 1984. (Coleção Educação e Comunicação; v.13). SOUZA, Rita de Cácia Santos. **Educação Especial em Sergipe**: uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas, Dissertação de Mestrado em Educação, São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2000. SOUZA, Verônica dos Reis Mariano. **Gênese da educação dos surdos em Aracaju.** Salvador/BA: UFBA, 2007. (tese de Doutorado).

Destacamos que o convite para representar Sergipe na Conferência de 1922 aconteceu após Carvalho ter sido Diretor Geral de Instrução Pública, Presidente do Conselho Superior de Instrução, Diretor da Escola Normal e da Escola Complementar. Ademais, ele também já havia apresentado, no Congresso Nacional, o Projeto dos *Anormaes*, o que lhe conferia experiência sobre temas voltados ao ensino primário, como ele próprio afirmou:

> [...] Guardo-lhes as melhores recordações, sobretudo porque muito aprendi entre mestres e discípulos. Com os subsídios de leitura especializada que fui acumulando durante esse período e, principalmente, com a experiência que fui obtendo dos métodos de ensino então em voga, habilitei-me a discutir os assuntos de educação num cenário mais amplo e entre sabedores de prol. A Conferência encontrava-me, pois, em dia em dia com os problemas do programa. [...] com outros assuntos correlatos, cuja solução já não podia procastinada. Fui eleito para a 2ª Comissão da *Conferência*, exatamente a presidida pelo representante de São Paulo, o Estado chefe em questões de ensino. Eram componentes da Comissão: - Freitas Vale, Alberto Moreira, Ester de Melo, Carvalho Neto e Melo e Souza. (CARVALHO NETO, "Fragmentos" XV, Diário de Sergipe, 1949).

Entusiasmado que estava por comparecer à Conferência citada, representando Sergipe, Carvalho Neto confirmou que esteve ao lado de outros prestigiosos intelectuais da educação, especialmente do Estado de São Paulo[126]:

> Afora dos trabalhos distribuídos para relatório e parecer a esta Comissão, todos os quais passavam pelo exame e o visto de cada um, acompanhei noutras Comissões o encaminhamento de várias questões, ora tomando parte nas discussões, ora formulando sugestões, ou emendas, muitas delas recebendo assinatura e apoio de LAUDELINO FREIRE e SAMPAIO DÓRIA, este como delegado da *Liga Nacionalista de São Paulo* e aquele da *Liga de Defesa Nacional*. Recordo-me de haver tratado da competência descriminativa da União e dos Estados em matéria de ensino, colaborando com AZEVÊDO SODRÉ, sendo aceita a emenda de minha autoria. (CARVALHO NETO, "Fragmentos" XV, Diário de Sergipe, 1949).

E arrematou que o fato mais marcante para ele foi, o de naquele evento, ter levantado novamente o assunto do Projeto que já havia defendido na Câmara Federal.

[126] Sobre Sampaio Dória e a Liga Nacionalista, instituição fundada por ele, ver: MEDEIROS, Valéria Antônia. **Antônio de Sampaio Dória e a modernização do ensino em São Paulo nas primeiras décadas do século XX.** São Paulo: PUC/SP, 2005. (Tese de Doutorado). P. 28 – 182.

> O que, porém, mais concentrou as minhas atenções foi a educação dos retardados mentais, assunto do que, em primeira mão, já me ocupára, com aceitação geral, na Câmara dos Deputados. Posta em debate a tese, tive a satisfação de vê-la vitoriosa no seio da *Conferência*, recebendo a minha emenda o sufrágio de quantos nela tiveram assento. Havendo o meu illustre colega de Câmara, Deputado TAVARES CAVALCANTI, delegado da Paraíba, formulado proposição a respeito, não hesitou ele próprio em retirá-la, propondo, com MELO E SOUZA e a unanimidade dos delegados, a aprovação da minha emenda. Consta dos *Anais da Conferência* a minha emenda. E foi assim que da Câmara dos Deputados, onde pela primeira vez, como disse, fora por mim abordado o tema e convertido em medida legislativa, conduzi vitoriosamente para a *Conferência Interestadual de Ensino Primário* aquela importante questão científica, de que nunca mais se descuidaram os mestres, os pedagogistas, os técnicos de educação no Brasil. Dei a Sergipe, as láueras dessa conquista. Nisto estava, para mim, a alegria do dever cumprido (CARVALHO NETO, "Fragmentos" XV, Diário de Sergipe, 1949).

Percebemos, na trajetória de Carvalho Neto, uma aproximação significativa entre ele, a intelectualidade brasileira daquela época, identificada a partir do seu gosto perene pelos livros, pela leitura sistemática que fez no seu campo de formação, o Direito, e pela investigação em outros campos da Ciência e da Literatura. Tal prática o transformou em leitor e produtor, tendo, portanto, seu trabalho reconhecido nas redes de sociabilidade que teceu.

> No século XVIII, a teoria do direito natural e a estética da originalidade fundamentam a propriedade literária. Uma vez que se justifica, para cada uma, a posse dos frutos de seu trabalho, o autor é reconhecido como detentor de uma propriedade imprescritível sobre as obras que exprimem seu próprio gênio. Esta não desaparece com a cessão do manuscrito àqueles que são seus editores. Não é portanto de espantar que sejam estes últimos os que tenham moldado a figura do autor-proprietário (CHARTIER, 1999, p. 49).

A representação histórica do livro em Chartier nos dá uma dimensão do que ela representava também na vida de intelectuais como Carvalho Neto, que se debruçou nos mestres da literatura clássica francesa, a exemplo de Victor Hugo, bebeu nas águas profundas da literatura grega, conduziu seu pensamento jurista no Direito romano, estudou os Iluministas e aplicou esse legado às suas práticas culturais e sociais como um ardoroso republicano.

Como reforça Certeau, a história começa com gestos de separação, reunião e transformação em "documentos", de certos objetos que ganham nova distribuição num certo espaço (apud NUNES e CARVALHO, 1993, p.27).

Nessa perspectiva, analisaremos, neste capítulo, o Projeto Parlamentar de autoria de Carvalho Neto, apresentado ao Congresso Nacional Brasileiro, em 14 de outubro de 1921, que chegou às nossas mãos através de pesquisa exploratória, em obras de valor literário, além de já ter visto referência, como já dissemos, no trabalho de Rita de Cácia Santos Souza (2000).

Antes de apresentar seu Projeto no Congresso Nacional, Carvalho Neto esclareceu a necessidade de falar sobre a experiência com os *"anormaes"* em outros países, como a França, Inglaterra, Bélgica, Itália, Suiça e Estados Unidos, para depois chegar ao Brasil. Este último país representava para Carvalho Neto, o mais alto exemplo de modelo republicano, podendo ser a estrela guia do desenvolvimento brasileiro, via educação. Não nos esqueçamos que os princípios republicanos em sua fase de consolidação eram civismo, higienismo, urbanismo**.** Seu desejo era comparar a situação da *Educação dos Anormaes* entre o Brasil e outros países, a fim de fundamentar a importância do Projeto em foco.

A relação que se fazia da Educação com os *anormaes* era a mentalidade atrasada dos mesmos. No texto abaixo, Carvalho Neto historia um pouco da experiência da Bélgica sobre o ponto principal que norteava seu Projeto:

> *Com a nítida comprehensão da importância desses serviços, ella que primara sempre pela organização de um ensino modelar, a Bélgica não hesitou em tomar a seu cargo a solução do problema, em que se empenhavam os paises visinhos. [...] O programa de ensino devia ser estrictamente bitolado pelo horizonte estreito da mente-retardada, ou em desaprumo.Considerou-se, então, um grande passo para o desideratum o acto do Conselho da Cidade de Bruxelas, em sessão de 12 de abril de 1897, determinado a criação de uma escola especial para os anormaes pedagógicos - pour les enfants designes sous le mon, d'anormaux pedagogique (obr. cit. pag. 11). [...] Prevalece nos dias em que, correm como o melhor meio de attender ás solicitações, cada vez maiores, dos serviços, a creação de secções especiaes para a educação dessa infância, nas próprias escolas ordinárias* **(**CARVALHO NETO, 1921, p. 46).

Em verdade, era o que pretendia Carvalho Neto, para o Brasil. Criar Escolas e salas para as crianças *anormaes*, a fim de lhes dedicar educação, tornando-as adaptáveis aos princípios de civismo. Neste aspecto, ele considerou o exemplo de Bruxelas, um grande feito.

O público inglês foi *"attrahido para esse problema da infância anormal, depois do trabalho do Dr. Willian Twining, sobre o Instituto de Guggenbuhl. Datando de 1846, estabeleceram-se várias escolas para os meninos idiotas, escolas asylos, mercê da iniciativa de Miss Whitte, de Bath"* (CARVALHO NETO, 1921, p.48). Crê-se, contudo, que o desbravamento final das medidas em favor dos *anormaes pedagógicos*, teve seu passo inicial

no "*asylo para idiotas e imbecis, fundado em 1848, em Earls Wood, Red Hill*", conforme Carvalho Neto (1921).

Esse país também foi um exemplo de nação que se lançou ao interesse de trabalhar em prol das crianças que apresentavam dificuldades de vivência na sociedade. O que percebemos, contudo, é que as tentativas para tal, tanto na literatura sobre o assunto, quanto em discussões ou documentos, estão inseridas na cultura da época, como, por exemplo, a higienização e o "saneamento" da sociedade, como veremos mais adiante, no caso da França.

Ainda tratando da Inglaterra,

> *Verifica-se de presente no Reino Unido uma sistematização interessante desses serviços, salientando o typo de escola, ao mesmo tempo asylo, ao lado de pensionistas com o mesmo fim* [..] *Destacam-se entre esses asylos, particularmente destinados a idiotas e imbecilidade, os seguintes: Royal Albert Asylum, Hancaster; Eastern Contre Asylum; Cochester; Earlswood; Red Hill Surrey;Midlan Counties Asylum; Knowle perto de Birmingham; Western Coutieus Asylum, Star Gross perto de Essen* (CARVALHO NETO, 1921, p.48).

As resoluções e iniciativas eram acompanhadas das classificações imputadas aos diversos tipos de dificuldades encontradas e, por isso, as escolas eram organizadas de acordo com o tipo de "deficiência":

> *Quanto aos propriamente atrazados, retardados de intelligencia (arriéres), é de salientar o acto do Parlamento Britânico, pelas duas Câmaras, e com a aprovação real em 1889, determinando as autoridades escolares, nos seus districtos, o mister de arrolarem, com especificação de causa mental ou fhysica y as crianças incapazes de experimentar, proveito de instrucção commum ministrada nas escolas públicas elementares* (CARVALHO NETO p.48).

Em 1905, registravam-se 149 escolas especiais para a educação elementar da *"infância anormal"*. Esse número foi aumentando como resultado de uma preocupação e interesse maior de autoridades. Tudo isso, para Carvalho Neto, foi resultado comprovado e seguro de que os investimentos tinham sua compensação real.

Em 1842, na cidade de Abendberg, surgiu a primeira escola, cujo fundador foi Gengebuld. Algum tempo depois, em Zurich, inauguravam-se classes especiais para os retardados psychicos. Em 1889, nesse mesmo departamento da confederação, celebrava-se o primeiro Congresso para o estudo dos "*anormaes de intelligencia"* (*Konferenz fur das Idioten*

Wesen). Depois, várias cidades, como Genebra e Berna se uniram nesse propósito de abrir escolas para as crianças que apresentavam problema nesse sentido.

A Itália, em 1889, fundou o "asylo-escola", de Roma, plasmando segundo os seus preceitos pedagógicos e científicos. No início do século XX, a Itália já havia avançado muito sobre o tema. A Rússia fundou, em São Petersburgo, o Instituto Médico-Pedagógico e, em 1906, o Instituto Psychopedagogico. A Áustria, também na mesma corrente do ensino, estabelecendo,

> [...] *primeiramente na Instituição Stéphanie e, depois, em S. Ruprech, Bohemia, internatos para os anômalos profundos e, por último, classes especiaes, visando a educação dos atrazados mentaes. Enfim, Sr. Presidente, ainda na Europa, a Holanda, Suécia, e Noruega merecem ser mencionadas como participantes dessa evolução medico-pedagogica, de resultados tão estimáveis e promissores* (CARVALHO NETO, 1921, p.49).

Foi a partir dos estudos ocorridos na França e nos Estados Unidos que Carvalho Neto concebeu as experiências mais notáveis em se tratando de avanços na questão em tela. Ele enaltecia a iniciativa desses países, criticando as nações que ainda não haviam acordado para o problema. Para ele, o tema corria em duas direções fundamentais: a ordem republicana e constitucional:

> *Em França despontou esse florescente ramo da pedagogia scientifica, tendo alli germinado a idea do tratamento dos idiotas, dos imbecis, dos atrazados, enfim (arriéres). Itaval, Voisin, Esquinol e outros haviam explorado, apenas o assunto, sendo que o primeiro lhe dera orientação mais firme com o celebre caso do selvagem de Aveyron. Coube, porém, a Séguin, focalizar mais precisamente esses estudos, quando, em 1837, tratou em especial da educação de uma criança idiota* (CARVALHO NETO, 1921, p. 44).

Conforme as pesquisas de Séguin, a França, iniciou, em 1842, um alargamento de investigações e tomada de medidas para concretizar realizações a fim de solucionar fatos concernentes à educação das crianças *anormaes.*

Dos Estados Unidos, Carvalho Neto apresentou exaltação, por ser um país da América, e foi com tom de emoção que ele discorreu sobre sua experiência, visto, pois, que em sua defesa, colocou-o como um país fornecedor de um modelo perfeito, conquistado pela sua *"possante nacionalidade"*. Nos Estados Unidos, foi a partir das idéias de Séguin, expatriado (CARVALHO NETO, 1921, p.50), que se realizaram operações a fim de proporcionar às crianças *anormaes* escolas preparadas, que fossem capazes de recebê-las e cuidar da educação delas.

> [...] *E em 1847 o Senado abria um inquérito sobre o assunpto. Tanto influiu no animo desse extraordinário povo emprehendedor a propaganda do aperfeiçoamento da intelligencia anormal, que a República não mais discursou. Institutos, sociedades, laboratórios especiaes ali se consagram ao preenchimento desse reclamo, a Educação*. [...] *Mas, Sr. Presidente, um feição á parte ainda se vai encontrar nos Estados do Sul, por uma cifra considerável, onde, talvez, constitua o terço dos habitantes desta região. E por isso mesmo se pode asseverar que a educação moral e instrucção dos pretos, como atrazados ethinicos é um dos problemas que mais preocupam os Estados Unidos. Omer Buyse, em seu capitulo de ricas informações – L'éducation d'une race, escreve: L'educacion morale et I'nstruction des negres, comme des arriéres ethiniques em géneral, est um des problèmes sociaux les plus ardus dont se préocupent lês Etats-Unis(Méthodes Americaines d'Education, p.585* (CARVALHO NETO, 1921, p. 51).

Do Brasil, Carvalho Neto demonstrou-se crítico em relação às medidas tomadas sobre a educação dos *anormaes.*

> *Fora preferível, talvez, não escrever esta página, deixal-a mudamente em branco, a não copiar as cores escuras que vêm sombrear o quadro...Custa a crer que um paiz que alcança uma posição de saliência no mais elevado Tribunal do mundo, subindo lá pelo prestígio imcomparável de Ruy Barbosa; custa a crer que uma nação, que vai pontificar pelo espírito, chegando á Augusta Assembléia das Nações pelos atributtos da intelligencia iluminada, esteja tão distante desse esphera superior, na proeminência de sua educação* (CARVALHO NETO, 1921, p.51).

Carvalho Neto reclamava sempre do descaso e do desmazelo nos quais se encontrava o Brasil em temas como a Educação, a Saúde, as condições de vida e o desenvolvimento para o seu povo. Conforme já salientado, no Brasil, a experiência com as questões educacionais para os anormais não tiveram sua revelação no século XX. Conforme Souza (2007), em seus estudos sobre educação especial, foi no século XIX que o Brasil começou a desenvolver estratégias para resolver a questão da educação dos surdos, os quais eram postos, com os atrasados mentais e vistos como pessoas impossibilitadas de conviver socialmente:

> Iniciando a educação dos surdos no Brasil, o surdo francês Ernest Huet inicia a primeira turma de surdos do Brasil com apenas dois alunos, no Colégio Vassinon. Por determinação do Imperador D. Pedro II, o Marquês de Abrantes acompanhou o trabalho de Huet e formou uma comissão para a fundação de uma escola de surdo. Em 27 de setembro de 1857, através da Lei nº 939, de setembro de 1857, é estabelecida a primeira dotação orçamentária para o que passou ser o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos. (SOUZA, 2007, p.65).

O trabalho de Souza (2007) já referido neste estudo investigou a trajetória dos surdos no Estado de Sergipe a partir do médico sergipano Tobias Rabello Leite que havia dirigido aquela Instituição de 1868 até 1872 em caráter interino, e em 1896 passou a diretor efetivo por nomeação, permanecendo ali até sua morte[127].

Se no século XIX Tobias Leite dirigiu uma Instituição Imperial dando-lhe destaque por meio de suas iniciativas educacionais, podemos afirmar ter sido também um sergipano que, pela primeira vez, no século XX levantou a história da educação dos anormais[128].

> Antes, na década 1920, o deputado Carvalho Neto (1921), sergipano, apresentou projeto propondo "crear escolas primarias communs, para a infância mentalmente atrazada, em cada uma das capitaes dos Estados e do Districto Federal". Eles e outros sergipanos denunciaram a ausência de escolas que dessem atendimento aos que consideravam anormais. (SOUZA, p. 24).

Ele não media esforços para fazer representações sobre a situação exposta em seus projetos, a fim de comprovar suas palavras sobre o que queria mostrar. Continuando suas impressões negativas sobre a educação dos "*anormaes"* no Brasil, ele citou "*esta apostrofe amarga, que Giner de Los Rios pronunciára de referencia á sua terra: 'De la vida contemporânea'*(CARVALHO NETO, 1921, p. 51).

> [...] *apenas conocemos aqui sino la superfície, no su fondo real; uma como decoracion de teatro, donde los árboles, et mar lãs nubes, los montes, casi todo es figurado; ó á lo sumo, uma espécie de parodia, burda y mal representada. Por lo menos, em su promedio general, las cosas de sustância, el pan, el ideal, la cultura todo elle es primitivo e poço más que apariencia... (Ensayos sobre Educacion, pág. 324.* In: CARVALHO NETO, 1921, p.51).

Para Carvalho Neto, não havia ideal sem cultura e instrução. Ele afirmava que apesar de algumas tentativas como a de Carlos Eiras, que desfraldou a "bandeira da redempção para

---

[127] A tese de Souza (2007) revelou que na direção do médico Tobias Leite, o Instituto dos Surdos-Mudos teve ampla divulgação no Estado de Sergipe, a partir de sua política de difusão empreendida por seu diretor. Ver: SOUZA, Verônica dos Reis Mariano. **Gênese da educação dos surdos em Aracaju.** Salvador/BA: UFBA, 2007 (tese de Doutorado). p.73-109.

[128] Há que se considerar que outros nordestinos dedicaram-se aos estudos sobre a anormalidade no Brasil. Em 1918, o pernambucano nascido em Recife, Ulysses Pernambucano de Melo Sobrinho (1892-1943),"prestou concurso para a Cátedra de Psicologia e Pedologia (estudo natural e integral da criança, sob o aspecto biológico, antropológico e psicológico) tendo sido aprovado em primeiro lugar, e no ginásio foi Catedrático de Psicologia Lógica e História da Filosofia. Em 1923, fez a Reforma no Ensino Normal do Estado no qual introduziu significativas". THEOPHILO, Roque. **Ulysses Pernambucano de Melo Sobrinho:** um dos pioneiros da psicologia brasileira. [s.d]. Disponível em http://www.psicologia.org.br/internacional/artigo5.htm. Acesso em: 23/1/2008.

essas pobres vítimas da mente enferma", havia muito por fazer: " *''Tudo ainda está por fazer, nesta improtelável porfia altruística...' disse com muito acerto Basílio de Magalhães*[129] *na obra ''Tratamento e Educação das Creanças Anormaes de Intelligencia (p.25)'''*(CARVALHO NETO p, 52).

Em 1903, no Hospício Nacional, instalou-se, a partir de solicitações do Dr. Carlos Eiras e da Comissão responsável *"que postulou junto ao Ministro de Justiça, o Pavilhão Bourneville, que confiado a autoridades médicas, entre as quais Juliano Moreira e Fernandes Figueira, assumiram a responsabilidade de trabalho com os anormaes"* (CARVALHO NETO, 1921, p.52). Mas, esse tratamento era voltado para atender os *"anormaes completos, nas fronteiras da loucura, ou outros psycopattas profundos"* (CARVALHO NETO, 1921, p.51). Percebemos aí que o problema era resolvido no esteio da pesquisa e determinações patológicas.

Havia também o Instituto dos Cegos e o Instituto de Surdos-Mudos, no Rio de Janeiro e em São Paulo, tratando destas questões. As contribuições sobre o assunto foram relatadas por Carvalho Neto na defesa preliminar de seu Projeto. Ele citou com distinção, no Brasil, as personalidades de Basílio de Magalhães, Clemente Quaglio[130], também citado por Monarcha (1990), Mendes Vianna, Mariano de Oliveira, Vieira de Mello, Sampaio Dória e Thomas dos Santos.

Ao lado dos "pedagogistas", como ele denominava os estudiosos em assuntos educacionais, Carvalho Neto colocou em evidência o movimento científico dos psiquiatras brasileiros, em entrevistas nos jornais do Rio de Janeiro, a exemplo do Sr. Antônio Austregésilo, *"meu ilustre amigo e bellissimo ornamento do parlamento Brasileiro"* (CARVALHO NETO, 1921).

Apesar das contribuições dadas por profissionais exaltados por Carvalho, ele denunciava a falta de lei que regulamentasse a situação exposta, por isso, dizia que existia a "indifferença, a negação, o nada"; a esse desinteresse, todavia, ele destacava, *"a resistência.*

[129] Basílio de Magalhães nasceu no dia 17 de junho de 1874, na cidade de São João Del Rei, MG. Diplomou-se pela Escola de Minas Gerais de Ouro Preto (MG). Foi professor de História em São Paulo e no Rio de Janeiro, onde dirigiu o Instituto de Educação. Após eleito Deputado Federal e Senador por Minas Gerais, deixou a política, dedicando ao jornalismo e ao magistério. Disponível em: http:www.soutomaior.eti.br/mario/paginas/dicfab. Acesso em 10/01/2008.

[130] Clemente Quaglio conduziu, em São Paulo, a convite de Oscar Thompson, os resultados da Pedagogia Experimental e Antropologia Pedagógica, concretizadas em seu laboratório. "Em 1909, Clemente Quaglio – obscuro professor adjunto do Grupo escolar 'Rangel Pestana', localizado na distante cidade de Amparo - instala um provável Gabinete de Antropologia Pedagógica e Psicologia Experimental para investigar o desempenho das faculdades intelectuais das crianças articuladamente ao trabalho escolar. Nesse mesmo ano Quaglio sai do anonimato, publicando os resultados das investigações na *Revista de Ensino*". Ver: MONARCHA. Carlos. **Escola Normal da Praça**: o lado noturno das luzes, Campinas: Editora da Unicamp, 1999. p. 248-283.

Marcando victorias no seu aparelho educativo: o Estado de São Paulo"(CARVALHO NETO, 1921).

Em relatório oficial ao Dr. Altino Arantes, então Secretário do Interior, em 1912, o Diretor Geral de Instrução Pública, João Chrysostomo Bueno dos Reis Junior, escreveu:

> *A criação de Institutos, destinados ao tratamento e a educação de creanças anormaes, tem ocupado, nestes últimos annos a attenção dos governos dos paizes adiantados e de pessoas, que se interessam pela vida e pelo futuro das mesmas* (CARVALHO NETO, 1921, p.54).

Consoante o pensamento de Carvalho Neto, tratava-se então de um grande movimento em solidariedade humana, cuja meta aludia ao empenho pelo aperfeiçoamento moral e material da sociedade. Seus argumentos se baseavam nos preceitos de desenvolvimento para o trabalho e aperfeiçoamento moral, cujos princípios iam em direção aos ideais republicanos. Em 1926, no livro "Legislação do Trabalho: polêmica e doutrina", Carvalho Neto reuniu seus discursos acerca de vários temas sociais, a partir de seu envolvimento na Comissão realizada acerca de estudos sobre o Código de Trabalho: "trabalho de menores", "cadeira para as mulheres", "descanso semanal", "religião e trabalho" (CARVALHO NETO, 1926, p. 90). Ele apontou naquela obra, que as questões sociais deveriam estar na prioridade do Estado. Quando falou sobre os menores, declarou que, desde 1921 já havia levantado preocupação pela infância brasileira.

> [...] Poucos assumptos, entre nós, se acham sobejamente versados como este, em que do jurista ao escriptor, do médico ao pedagogista, das cathedras acadêmicas á tribuna do parlamento, vai toda uma série de exhaustivos conhecimentos, que tanto alevantam os méritos da cultura scientifica no Brasil. Com a mais exígua e desvaliosa das collaborações (*não apoiados gerais*), com que me era permitido ingressar entre quantos se empenham nessa cruzada da infância, dous pequenos marcos assignalei, que logo esquecidos ficaram, nos trabalhos parlamentares desta Casa. Um delles, pela primeira vez, ao que me consta, aventado decisivamente no Congresso foi o da infancia anormal, dos menores retardados. Jaz, infelizmente, sepultado em uma das commissões e queira Deus que alguém, algum dia, pela magia do prestigio, que me faleceu, possa anima-lo, dar-lhe existência de lei. O outro foi propugnado pela legislação da infancia operaria, que agora vejo traduzida no Projecto n. 265, de 1923 (CARVALHO NETO, 1926, p. 90).

Por outro lado, as crianças eram classificadas na Escola, a fim de que as normalistas pudessem identificar seu tipo de *anormalidade* e trabalhar estratégias junto ao método de ensino e tratamento em sala; inclusive, separando-as umas das outras.

Nesse sentido, a educação acompanhava as descobertas científicas a partir da Psicologia e Antropologia. Sobre esse aspecto, Monarcha (1999) descreveu alguns dados, em sua obra, sobre a história da Escola Normal de São Paulo.

Entre os alunos do Grupo Escolar do Carmo e do Jardim de Infância anexo à Escola Normal da Praça, a pedido do Diretor Geral de instrução Pública, Quaglio realizou uma investigação,

> [...] sobre o desenvolvimento da infância anormal, aplicando as técnicas de antropologia pedagógica e da psicologia experimental. Utilizando-se de várias técnicas de medida, dentre elas a escala métrica da inteligência de Alfred Binet e Théodore Simon – provavelmente, a primeira aplicação da escala no âmbito escolar brasileiro – , Quaglio chega a resultados numéricos expressivos e produtores de uma imagem fixa e ampliada, que funciona como pretensa reprodução fiel da realidade dos grupos escolares (MONARCHA, 1999, p.252).

O jurista Carvalho Neto anunciava São Paulo como o Estado de maior preocupação com a educação de seus filhos. Neste Estado, houve por parte das diretorias do Departamento de Ensino, solicitações ao Governo Estadual, para resolver questões da Educação dos *anormaes.*

> *Parece que seria oportuno o seu benemérito Governo voltar também suas vistas generosas para essas crianças infelizes que, sem seu apoio e boa vontade, ficarão condenadas, inevitavelmente, a uma vida de torturas e misérias, quando amparadas pelo Governo, poderão garantir o seu futuro, tornando-se, em vez de um fardo inútil e pesado para a família e a sociedade, um elemento útil e proveitoso, capaz de concorrer, na medida das suas forças, e das condições, em benefício dos mesmos (Anuário do Estado de São Paulo, 1011-1012 – 1912 – p.26-27*. In: CARVALHO NETO, 1921, p.54).

Esses documentos, cheios de apelos, valeram a pena, e o governo de São Paulo não se fez desatento a eles. No Congresso Nacional, Carvalho Neto defendeu a criação de leis escolares para garantir ao Brasil, o acesso das crianças *anormaes* à instrução pública elementar. Num aparte, na apresentação de exposição de motivos do Projeto, o Sr. Gouveia de Barros, disse:

> *Em 1909, apresentei memória ao 1º Congresso Médico que se reuniu em Pernambuco, sobre a prophylaxia do crime e tratamento dos criminosos, e na quel reclamava insistentemente, como base deste objectivo, a instrucção e o tratamento das crianças anormaes* (CARVALHO NETO, 1921, p.55).

A este aparte, Carvalho respondeu que "elle mostra como S. Ex. abordou intelligentemente, qual aquella, que diz respeito á criminologia" (CARVALHO NETO, 1921, p. 55). Tais discussões estavam ligadas aos pressupostos da medicina legal.

Pronunciando Conferência, no curso do Collège de France, de janeiro a março de 1975, num estudo a respeito da criminologia, onde abordou os estudos sobre as características psicológicas do criminoso, a partir do exame médico-legal, Foucault afirmou que, através desse tema chegaria ao problema dos anormais (FOUCAULT, 2001, p.39).

Nesse estudo, Foucault fez um percurso em onze aulas, "sobre os diferentes elementos que permitiram, na história do Ocidente Moderno, a formação do conceito de anormalidade e de que maneira tal fato relacionava-se com a criminologia. Ele descreveu minuciosamente os "três elementos" que constituíam "o grupo dos anormais", um conjunto cujo "estatuto" e cuja "amplitude" foram fixados apenas no fim do século XIX: o monstro, o indisciplinado, o onanista (FOUCAULT, 2001, p.39).

Na investigação, Foucault pretendeu mostrar como se institucionalizaram esses conceitos a partir do julgamento do crime, da constituição do conceito de razão e demência, propostos através dos conflitos médicos e jurídicos. Da mesma maneira, Foucault (2001) explicou o meio pelo qual formaram-se as instituições disciplinares e como a família e as escolas foram envolvidas no tratamento dos anormais e, finalmente, como os desequilibrados foram classificados socialmente. A formação do conceito de anormais, para Foucault, como já dissemos, estava ligada às normas jurídico-médicas, aplicadas à criminalidade na sociedade.

> [...] desde o início do século XIX, não se pára de reivindicar, e cada vez com maior insistência, o poder judiciário do médico, ou o poder médico do juiz No início do século XIX, no fundo, o problema do poder médico no aparelho judiciário era um problema conflituoso, no sentido de que os médicos reivindicavam [...] o direito de exercer seu saber no interior da instituição judiciária. Ao que, no essencial, a instituição judiciária se opunha como uma invasão, como um confisco, como uma desqualificação da sua competência. [...] Como quer que seja, é que ela que serve de ponto de mira para toda uma série de reformas, que foram instituídas, no essencial, em fins do século XIX e no decorrer do século XX, e que organizam uma espécie de poder médico judiciário. (FOUCAULT, 2001, p. 48-49).

Nessa ordem, outras pesquisas revelaram que a fronteira da loucura estava no eixo de sustentação das teses que elaboraram os perfis da anormalidade.

Em Monarcha (1999), como já dissemos, havia também, por parte da ordem republicana brasileira, dados semelhantes aos aqui abordados:

> Com Quaglio, tem-se uma revolução da pedagogia, na medida em que há conversão dos estigmas escolares em estigmas degenerativos, seguidos de introdução de práticas médico-hospitalares nos domínios da pedagogia. Por essa via, os desvios – a degradação moral e a degeneração biológica – são captados, fixados e colocados no campo da vigilância hierárquica e da sanção normalizadora: a reunião de caracteres cria o tipo. [...] A antropologia pedagógica e a psicologia experimental concretizadas por Quaglio assentam no clima normalista da *belle époque*: a idéia de medida, os temas patológicos e a classificação dos tipos mediante utilização dos procedimentos analíticos e experimentais (MONARCHA, 1999, p.255)

Mauro Vago (2002) indicou que outras representações existiam, na cultura da República, apontando no sentido de que a correção, a postura áurea da sociedade, dava-se através dos exercícios físicos inseridos nas atividades escolares:

> Se o tipo geral desse povo é doentio; magros, amarelos; pouco desempenados, na maioria havendo uma grande proporção de defeituosos, aleijados e raquíticos, se constituíam um povo "tosco", "esgrouvirado das costas", "amarelo", "indolente", "provinciano", "ignorante", "vadio", "de reputação duvidosa", "turbulento", "pernicioso", "de hábitos suspeitos" e "baderneiros", havia que corrigi-los (VAGO, 2002, p.33).

Desta forma, observamos que o trabalho de Foucault (2001), o de Monarcha (1999) e o de Mauro Vago (2002), nos trazem algumas indagações e nos apontam pistas para encontrarmos, no pensamento e no Projeto de Carvalho Neto, apresentado ao Congresso Nacional Brasileiro, as práticas culturais da República "higienista" e "maquinista". Ademais, revelam, ainda que o conceito de anormalidade tinha uma ligação com criminalidade e patologia, sendo resolvido, quase sempre, nas instituições denominadas manicômios. Diante deste contexto, é possível inferir que a educação poderia trazer novas perspectivas com a realização de suas práticas modernas.

Carvalho Neto propôs, então, para o Brasil, a exemplo dos países anteriormente citados, uma lei que regulamentasse a abertura de escolas e classes para a educação dos

anormaes, como eram denominadas no século XIX e boa parte do século XX, as crianças[131] hoje conhecidas como "*crianças com necessidades educativas especiais"*. As outras obras citadas não se aprofundaram na criação das escolas.

O Projeto dos *anormaes*, em verdade, o Projeto de Carvalho Neto, construía caminhos para as tentativas brasileiras em abrir as portas das escolas para receber nossas crianças no ensino elementar. Sabemos, pois, que o "problema" ainda não se resolveu.

Nesse aspecto, consideramos o Projeto ora analisado, pioneiro, no sentido de que se transformasse em leis, o que se escrevia, o que se falava, o que se propunha. Em sua argumentação, Carvalho também chamou a atenção para o fato de a escola elementar não ser realidade, a contento, para as crianças que se "presumem de normaes".

Na mesma justificativa eloqüente, com que proferia qualquer discurso, lembrou que o analfabetismo se lia na evasão escolar e que essa realidade também era dada a ver na diferença entre o número de matrícula e a freqüência nas escolas.

> *Em meio à matrícula numerosa, um phenomeno assalteia, prestes a attenção do observador: - a percentagem diminuta, vezes ridícula da freqüência. Ahi está um índice de fructuosas indagações que o egrégio Sr. Ruy Barbosa e outros tão detalhadamente estudaram sob uma feição geral mas, que muito vale ponderar sob o ponto de vista das escolas para anormaes. Não me detenho, todavia nesse trecho, deixando apenas acentuado que é um elemento de real importância para se aferir do grande número de anormaes pedagógicos, indevida e desaproveitadamente inscriptos nas escolas communs* (CARVALHO NETO, 1921, p.56).

Ele não concordava que à medida em que fossem inseridos nas escolas, os meninos *anormaes* ficassem na mesma sala dos normais porque defendia que os ensinamentos não podiam partir de modo igual para ambos. Não havia ainda, na época, escolas ou classes dentro da modalidade proposta por Carvalho Neto.

> [...] *Guiados pelo mestre comum, orientados por methodo igual, disparidades evidentes, uns avançam a rápidos vôos, desatando a intelligencia em conquistas diárias, outros, de nível intellectual menos elevado, ficam a meio caminho; ainda outros, não obstante forcejarem em penosa applicação, estacionam quase nos rudimentos, que lhes petrificam o cérebro; enfim um certo número não se abre decididamente ás explicações do professor* (CARVALHO NETO, 1921, p. 56-57).

[131]Souza (2007) chamou atenção para as outras denominações utilizadas naquele período: "ente isolado da sociedade", "pessoa que não contribui para o desenvolvimento da civilização", "o alienado social". Cf. SOUZA, Verônica dos Reis Mariano. **Gênese da educação dos surdos em Aracaju.** Salvador/BA: UFBA, 2007. (tese de Doutorado). p. 53.

Esses fatores geravam, para Carvalho Neto, comportamentos classificados por ele como: impulsividade, malcriação, desobediência, chegando a provocar *"perversões do sentimento sem nada lucrarem na escola. Ele afirma que as crianças anormaes não conseguem se "adiantar jamais da primeira série"* (CARVALHO NETO, 1921, p. 56-57).

Em realidade, para Carvalho Neto, ao fim de alguns anos, não haveria aprendizado, e as crianças não conseguiriam sair do lugar de onde estavam, ao ingressarem na escola. A sociedade então, iria cobrar, solicitar respostas sem que a Escola lhes proporcionasse elementos para realização de vitórias e participação social na luta pela vida. *"Ora, taes são as observações triviaes, quotidianas, apanhadas em flagrante, por quem já tenha penetrado a existência das escolas, ou ao seu officio se haja dedicado, ou ainda haja se lhe entregue affeiçoadamente"* (CARVALHO NETO, 1921, p.57).

Colocar as crianças numa mesma classe tornar-se-ia prejudicial a elas mesmas e às outras dotadas de condições mentais "normais". Ele demonstrou na sua investigação que havia um número de analfabetos considerável mesmo nas escolas que eram determinadas para as crianças normais. Em sua opinião, nem mesmo para as escolas dos normais, a questão do analfabetismo estava tratada de forma adequada e em condições favoráveis. Dessa maneira, para Carvalho Neto, a solução seria a criação de escolas paralelas ou classes especiais nas escolas comuns. E o objetivo seria também tornar os anormais adaptáveis à sociedade, conforme estas indagações que ele fez abaixo transcritas:

> *Como negar aos educáveis, aos incorrigíveis, aos readaptaveis, as lições que reclama a sua mente frágil, o sustento moral que pede a instabilidade de seus sentimentos, a assistência educativa, que somente a escola ou classe especial lhe póde fornecer como auxilio indispensável, essencial, a que se tornem na sociedade parcellas de actividade econômica e não um peso morto, ou peior ainda, candidatos certos ás hostes crescentes da vagabundagem a delinqüencia juvenil?* (CARVALHO NETO, 1921, p.58).

Defendendo esses pontos de vista, Carvalho Neto passou a discernir, cauteloso, *o "labyrinto das classificações"* (CARVALHO NETO, 1921, p. 58)

A classificação dos *anormaes*

Valendo-se de algumas conceituações de médicos e cientistas, Carvalho Neto fez referências a conceitos que definiam e, ao mesmo tempo classificavam os *anormaes.* Muitas foram as designações.

Segundo Demmor e Decroly (*Class des Enf. Anormaux*) a existência dessa disparidade pode ser explicada pelo fato de que *"cada paiz, cada escola, mantém uma classificação especial"* (CARVALHO NETO, 1921, p. 60).

Um modelo que se bastava para a classificação era o da comissão francesa nomeada, em 1904, pelo Ministro da Instrucção Pública, M. Chaumié, especialmente para o fim de *"sob o ponto de vista escolar, proceder à classificação dos anormaes physicos, intelecttuais e Moraes":*

> 1º *Os cegos - (sujets prives de la vue, soit totalement, soit dans des proportions qui leur rendent impossible la lecture des – normaux).* 2º *Os surdos - mudos – (sujets prives de louie totalement, soit dons des proportion quin e leur premettent pás d'acquerir, pás l'audition, le lengage spontane des entendants- pavilants normaux).* 3º- *Os anormaes de médico - (Les idiots, crétins, imbécilles, epeleptiques, histeriques, chorelques, paralitiques, hemiplégiques, etc..., dinsi que les imbécilles moraux, sujets, atteints de perversion des instincts, qui me peuvent etre soignes et eduques collectivement que sous la responsbilité du medicin...).* 4º - *Os atrazados - (sujets qui, sans, pouvoir étre classes dans la categorie des anormaux médicaux, son em etat de debilite mentale, me possedent, qu'une intelligence ou qu'une responsabilité, attenués, ne leur permettant pás d'acquerir à l'école, commune et pan les methodes ordinaires d' enseignement, la moyenne d'instrucion primaire que reçoivent les autres eleves).* 5º - *Os instáveis - (enfants affects d'une incoherance de caractere d'um manque a equilibre mental qui leur rendem insuportable la discipline generale et necessitent absolutament leur eloignement de l'école publique.(Buisson, op. cit. pág.79, Alfred Binet et Simon: Les enfants anormaux,p. 6.* (CARVALHO NETO, 1921, p. 60).

Esta classificação foi a base do Projeto de Carvalho Neto. Para ele, a melhor representação de classificação, tanto do ponto de vista psiquiátrico, como do ponto de vista pedagógico. *"Conhecido o meu objectivo que é restricto aos ns. 4º e 5º da systematização francesa, consoante acabei de referir, qualquer outra seriação, tem assim, apenas, effeito documental para ilustração da these*" (CARVALHO NETO, 1921, p.60).

As classificações, citadas anteriormente, foram decorrentes de momentos históricos e configurações culturais. Em sociedades antigas, como a Grécia, acontecia o que denominamos de "extermínio"; por conseguinte, as explicações que conhecemos de seus costumes e hábitos, baseavam-se em pensamentos diferentes dos que temos, os quais carregavam, em seu sentido, conceitos morais e/ou religiosos. Extermínio; marginalização; confinamento; veneração; temores; pessimismo; paternalismo exacerbado; explícito; camuflado; descrédito; segregação são práticas sociais utilizadas para justificar e explicar as diferentes formas de comportamento

da humanidade, seu modo de encarar a realidade apresentada, ou sugerir soluções para resolver aquilo que era classificado como problema.

Foi o próprio Carvalho Neto que declarou ter sido ele o primeiro advogado e Deputado Federal a defender, de maneira mais sistemática, essa idéia.

> [...] *deixando assim, o meandro das classificações sem que me houvesse arriscado a uma invasão no campo, que me é defeso, qual o que incumbe propriamente a medicina, tenho apenas, como profissional do Direito de dedicação ao problema do ensino, aventado algumas idéas que Oxalá nos feneçam na avidez da nossa despreocupação parlamentar. Dado que mãos carinhosas façam germinar a semente de tão puro ideal, talvez de minhas pobres idéas, então nada mais restem do que o resquício de sua imprestabilidade. Contudo, isto me basta como certeza de que, em despertando o animo dos componentes para uma campanha tão nobremente humana e altruística, não só prestei grande serviço ao paiz, como aos reclamos de minha consciência não deneguei a parcella do meu esforço, como já disse, O MEU PROJETO* (CARVALHO NETO, 1921, p.62).

Carvalho Neto se ateve em seu Projeto, no limite da classificação francesa, séries 4ª e 5ª: os atrasados (*arrierés*) e os instáveis (*instables*). Independente da classificação, na perspectivas de suas convergências ou divergências, propôs resolver o problema e afirmou que seu projeto:

> *Tem o limite nos anormais capitulados nas séries 4ª e 5ª da classificação francêza, isto é: os atrasados (arrierrés) e os instáveis (instables). Para estas séries propõem os autores nomes differentes, resultando de tal divergência tal falta de uniformidade nas classificações. O certo é que entre os extremos dos typos ahi classificados madeia toda uma numerosa galeria de infortunados, para quem a escola commum, sobre não ter attrativos nem sugestões, é de todo contraproducente* (CARVALHO NETO, 1921, p. 62).

Segundo ele, os conceitos de *anormaes pedagógicos, atrazados mentaes, anormaes escolares, retardados,* ou expressões equivalentes, são empregadas para definir “essas entidades”.

Ele elegeu, em especial, os franceses Jean Philippe e Paul Boncourt, Alfred Binet e Th. Simon, para falar da enormidade de palavras e significações que se remetiam às dificuldades das “crianças anormais” porque os conceitos utilizados por aqueles cientistas diluíam as confusões repetidas em matéria tal complexa. Os dois primeiros:

> *falam da classe dos sub-anormaes, que destacam por traços differerenciais. De um modo geral, lembram a conveniência de se alliar sempre á expressão infancia anormal o advérbio mentalmente, evitando-se de tal sorte, repetidas confusões em matéria de si mesma já demasiado complexa. Alfred Binet et Th. Simon usam da locução dos anormaes escolares (anormaux d' ecole), recahindo nos mesmos typos. (obr. Cit. P.53). Heuyer, por mim invocado em mais de uma passagem, está sempre a servir-se dos designativos retardatários (enfants retardaires) e anormaes escolares, reunindo-os em uma significação commum. Marquebreucq prefere dizer atrazados pedagogivos (arrierés pedagogiques); Basílio de Magalhães, propondo uma classificação, os taxa de anormaes completos e normais incompletos. E em tal barafunda de rótulos, as saber dos escriptores, accentua-se um difficuldade sem par na adoptação de um termo, que exprima com maior justeza a idea em apreço* (CARVALHO NETO, 1921, p. 63)

O que importava no projeto de fato, referia-se menos aos nomes e mais à classificação que o fundamentava, procurando assim, conseguir convencer as autoridades brasileiras, os professores, os pedagogos e a sociedade em geral sobre a necessidade da institucionalização do mesmo. Criar as escolas e as classes de aperfeiçoamento tornaria, para ele, possível, dar às crianças anormais acesso às escolas. Sua proposta estava consoante à "*conclusão do Illustrado Sr. Basílio de Magalhães, em a these apresentada ao 1º Congresso Americano da Creança, realizado em 6 de julho de 1917, em Buenos Aires"*, (CARVALHO NETO, 1921, p. 63), quando declarou :

> *Os poderes públicos e a iniciativa particular congreguem esforços, afim de serem convenientemente tratadas as creanças anormaes de intelligencia, quer as de asylo (anormaes propriamente ditas) quer as de escolas (atrazadas propriamente ditas)* (apud CARVALHO NETO, 1921, p.63).

Carvalho Neto esclareceu, para a apresentação de seu Projeto, que na modernidade, a escola tinha um papel social a cumprir, no intuito de integrá-la à sociedade por meio da mesma, dotando-a de capacidade para recebê-la:

> [...] *A Escola tem uma missão social a cumprir, qual a de proporcionar á creança educada o meio physico intellectual e moral, integrando-a de caracter, armando-a de elementos positivos para a vida activa, missão tão auspiciosa se não realizará sempre que as condições orgânicas ou psychologicas do alumno não corresponderem o regimen, os methodos, o programa da* escola (CARVALHO NETO, 1921, p. 63).

Elas, as *"creanças anormaes"*, os *"atrazados mentaes"* reclamavam que a sociedade os adaptassem para um regime educativo e os preparassem para uma vida social.

A família, por vezes, segundo Carvalho Neto, não percebia a anomalia e tratava o problema por força de sua doçura, benevolência, de maneira errônea, valendo-se de julgamentos não verdadeiros:

> *Os actos da timidez, indifferença, mansidão, preguiça, sequentemente observados, tem-nos os pais como demonstração de candura e bons sentimentos; é um menino bem educado, expressão com que os distinguem freqüentemente.* [...] *Os actos de rebeldia inquietação, estouvamento, certa perspicácia, irritabilidade, cólera, também a bondade protectora dos genitores denomina de nervoso; é um menino nervoso, dizem* (CARVALHO NETO, 1921, p.64).

Mas, a criança iria à escola. Seria um outro ambiente, onde ali se davam outras relações e ela teria oportunidade de viver outras experiências. "Dir-se-á – '*Pour lui, e'este lo passage du milieu familial au milieu social*' , como afirmam Fhilippe e Bancour" (CARVALHO NETO, 1921, p.64).

Compreendemos, a partir das afirmações acima citadas, que haveria, para Carvalho Neto, papéis bem distintos entre a família e a Escola. Aquela cumpriria um papel de proteger as crianças e, no lugar de observar de maneira analítica o comportamento das mesmas, justificava-o com benevolência e parcimônia. Já a escola, como afirmou, seria o lugar onde as crianças seriam preparadas para viver em sociedade. A escola teria o papel, a nosso ver, de uma instituição, na qual se pudesse disciplinar e corrigir o comportamento para a aquisição de uma postura socialmente aceita, cujo objetivo estaria forjado na prevenção contra os delitos. Como observou Foucault,

> O que pertence à penalidade disciplinar é a inobservância, tudo o que está inadequado à regra, tudo o que se afasta dela, os desvios. É passível de pena o campo indefinido do não conforme: o soldado comete uma "falta" cada vez que não atinge o nível requerido; a "falta" do aluno é, assim como um delito menor, uma inaptidão a cumprir tarefas (FOUCAULT, 1987, p. 149)

Então, a escola se configuraria no lugar oficialmente estabelecido para corrigir as imperfeições do atraso mental. Nela, haveria também resistência; contudo, caberia a essa Instituição preparar a criança, ao mesmo tempo em que deveria especializar seu ambiente para recebê-la. Por isso, à luz dos ilustrados no assunto, bem como à luz daqueles que conheciam

de perto a realidade dos *"atrazados mentaes"*, Carvalho Neto propôs, em 1921, ao poder público, providências. Na procura inconteste de assegurar a pertinência ao tema, ele inscreveu, no Projeto analisado, um pequeno quadro de estatística sobre a parcela da população que apresentava problemas ou dificuldades mentais, esclarecendo que, muitas vezes, falhava-se nas estatísticas, uma vez que eram precários os dados sobre o assunto:

> *Mas, se no actual momento precária é a informação sobre a situação geral das classes analphabetas no paiz esmando-se cálculos mais ou menos arbitrários, maior ou totalmente é o conhecimento da anormalidade da infância escolar, dessa infância que vive miseravelmente arrastada pelas ruas das grandes cidades ou pelo ermo dos sertões, tendo deante de si as estradas ínvias da vagabundagem ou do crime, se não as grades do hospício ou os troncos e algemas, que lhes dá a sociedade em vez de educação e assistencia* (CARVALHO NETO, 1921, p.66).

Carvalho Neto também apontou uma pesquisa feita por Clemente Quaglio, na qual era divulgado que São Paulo teria, à época, em sua população escolar, 13% de *anormaes. "Só na capital conseguiu registrar em 24.883 alumnos, 2.884 "anormaes de intelligencia"* (CARVALHO NETO, 1921, p.66).

Além do mais, ele também distinguia a falta de obrigatoriedade do ensino, que provocava uma soma espantosa de crianças que não freqüentavam a escola, causando analfabetismo e dificuldade em se mensurar o quadro do assunto em tela, no Brasil.

No esteio de comprovar dados para defesa de sua idéia, houve no Projeto apresentado, uma demonstração da mesma situação em alguns países estrangeiros:

> *Na Suécia, um por 640 habitantes;*
> *Em Oldenburg, um por 945;*
> *Em Baviera, um por 640;*
> *Em Wurtenberg, um por 482;*
> *Em Saxe, um por 792;*
> *Nos Estados Unidos, um por 700;*
> *Na Bélgica, um por 1.890* (CARVALHO NETO, 1921, p. 67)

No caso da Bélgica, um estudo mais apurado, envolvendo algumas instituições educacionais, educadores e juizes de paz, concluiu que haveria, afinal *"um anormal por 850 habitantes"* (CARVALHO NETO, 1921, p.67).

Os objetivos dessas considerações giravam em torno de um assunto: escola para os *anormaes.* Carvalho Neto assinalava que o problema da infância anormal não interessava apenas ao médico, psicólogos, pedagogos, inspetores escolares, mas também aos sociólogos, aos criminalistas e até mesmo aos economistas. Ele ponderava que, independente de se descobrir as causas do fenômeno da anormalidade, havia a necessidade de advogar numa só causa, que era o fato de as crianças anormais não se adaptarem "*ao meio escolar ordinário*" (CARVALHO NETO, 1921, p. 63), e por isso, elas teriam direito a escolas especializadas, dotadas de condições e profissionais especializados para recebê-las, cuidá-las e socializá-las.

Em vista disso, outros estudos foram feitos em direção à resolução de vários problemas sociais.

> *Segundo as conclusões de Colombier e A. Marie, fundadas no relatório de Barthou, ministro da Justiça, em França (Jornaul Officiel de la R. F. 1910), a criminalidade infantil ascendeu consideravelmente de 1905 a 1909, notadamente no que diz respeito ao crime contra as pessoas* (CARVALHO NETO, 1921, p. 69).

Assim, o Projeto de Carvalho Neto revelava que havia uma aproximação da criminalidade, da delinqüência, entre o pensamento sobre *os anormaes* e as práticas educativas, cujo objetivo seria corretivo, resultante das questões citadas anteriormente. Para comprovar a relação da delinqüência com a anormalidade juvenil, sentenciou:

> *Basta-me, de dentro de numerosas publicações a respeito, dizer com Ley e Charpentier, no relatório que apresentaram ao Congresso de Bruxelas - Lége: " Lês anormaux forment la grande majorité des delinquanis et des criminels".E quem deletrear a vasta e proveitosa biblioteca, acrescida todos os annos, visando especialmente o estudo desse problema em todas as nações, encontrará as provas mais sobejas do que venho de affirmar. Ora, dahi decorreram todas as medidas levadas a effeito para a projecção dessa infância, já estabelecendo tribunaes especiaes para seu julgamento, já na creação de patronatos e muitas obras de preservação e repressão que fora longo e descabido enumerar neste momento. Mas, se assim é, se as hostes da vagabundagem e delinqüência juvenil se recrutam em maior numero no seio desses infelizes, é preciso que se lhes dê, preventivamente, uma assistência, que lhes annule ou diminua as inclinações delictuosas, sobre a qual já temos trabalhos notáveis elaborados pelo nosso digno collega, Sr. Gouveia de Barros, que tanto me honra com a sua precisosa attenção* (CARVALHO NETO, 1921, p.70).

O problema da infância anormal estaria associado, porquanto, ao desajustamento social e, por conseqüência, à delinqüência[132]. Tais constatações seriam, para Carvalho Neto, resolvidas através da educação[133], que elevaria as crianças ao nível social desejado. *"A creança anormal será encaminhada tendo em vista um duplo fim":*

> *1º - Não se tornar nociva ao meio social, contrariadas as suas tendências de temibilidade, sofreadas as suas inclinações hostis; 2º - tornal-a capaz de trabalho, educal-a para um officio, para saber decidir-se por uma profissão, que a integre na sociedade como elemento de economia e jamais com a função de parasita, pesando sobre o Estado ou sobre os indivíduos* (CARVALHO NETO, 1921, p.71).

Retirar a criança dos riscos de nocibilidade, desviá-la do perigo da inutilidade para a sociedade e para o Estado, fazendo com que ela, ao se curar de sua anomalia, quer dizer, do atraso mental, da anormalidade, pudesse ter uma função ou profissão, afastaria a possibilidade da hostilidade a qual estaria destinada. Há indícios, nessas palavras dos preceitos protagonizados pela sociedade nas primeiras décadas do século XX, a saber, o higienismo, a regeneração e a civilidade, difundidos por muitos intelectuais em vários espaços sociais.

Da "superstição à ciência", do estado "pré-científico ao científico", longo caminho foi percorrido. Em conformidade com o exposto, a nomenclatura dada às deficiências, em 1976, pela Organização Mundial de Saúde, foi abalizada pela Rehabilitation Internacional em 1980, oficialmente traduzida para o português em 1989 e em plena vigência, demonstrando que a questão da classificação é um problema histórico:

> DEFICIÊNCIA (*impairment*) refere-se a uma perda ou anormalidade de estrutura ou função; INCAPACIDADE (*disability*) refere-se à restrição de atividades em decorrência de uma deficiência e DESVANTAGEM (handicap) refere-se à condição social de prejuizo resultante de uma deficiência e/ou incapacidade (AMARAL, 1996, p.99)

---

[132] Ver sobre esse assunto: CARVALHO NETO. Antônio Manoel de. **Patronatos dos liberados e egressos definitivos da prisão.** Tese apresentada à 2ª Conferência Penitenciária Brasileira. Aracaju: SE, Imprensa Oficial, 1944. Cf. NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **Memórias do Aprendizado**. Maceió: Edições Catavento, 2004.

[133] Outros intelectuais sergipanos discutiram sobre a importância de criação de instituições voltadas à proteção e socialização da infância tendo em vista os cuidados com sua forma biopsicológica, função do Estado, do médico e da família. Ver: WENDLING. Michelle Menezes. Helvécio de Andrade, Manuel Bonfim e Prado Sampaio. In: WENDLING. Michelle Menezes. **Artigos e textos produzidos no período de 2003-2005.** São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2006. (DPS/UFS, bolsista PIBIC/CNPq).

Lígia Assumpção Amaral (1996) reforçou a idéia de que a deficiência que se pode chamar de secundária, ou seja, aquela que se torna uma desvantagem para o indivíduo que possui uma deficiência primária - aquela que é gerada pela perda ou restrição de determinada atividade em decorrência de algo que falta, quer dizer, uma função que não se ativa regularmente e que se denomina deficiência, está caracterizada por valores que devem ser relativizados.

Amaral (1996) afirmou: "em relação à 'deficiência' e 'incapacidade' (que como já foi dito, entendo como 'deficiência primária') não desejo alongar-me até porque sou ardorosa defensora da idéia de que as deficiências existem (e não são apenas socialmente construídas)" (AMARAL, 1996, p. 102).

> [...] assim como existem incapacidades delas decorrentes. É uma questão descritiva: é o olho lesado e o não ver, é a medula lesionada e o não andar... Mas a que nos remete a própria idéia de "desvantagem", de prejuízo? As peculiaridades intrapsíquicas sim, porém, com certeza, as contingências preponderantemente sociais: as chamadas especificidades sócio-econômicas-sociais, tais como sistema econômico, organização política, crenças e valores, leituras e interpretações sociais e, em conseqüência, a um conjunto de ações/reações ao fenômeno e às pessoas que o corporificam. [...] Mas de que, em última instância, dependem dessas leituras, interpretações, ações e reações. (AMARAL, 1996, p.102).

As questões levantadas por esses autores têm a preocupação de estabelecer uma relação entre a classificação e as soluções para resolver o problema, seja qual for o seu nome, como Carvalho Neto (1921) mencionou, qual seja, encontrar o tipo de escola ideal e os métodos pedagógicos capazes de solucionar o problema.

Vale ressaltar que o interesse de se criar classes direcionadas ao tratamento das crianças anormais teve uma sinalização na Reforma de Ensino do Estado de Minas Gerais, iniciada por Francisco Campos em 1927. Nessa Reforma, foi construída a Escola de Aperfeiçoamento que, "visava a formação de educadores comprometidos com os novos métodos educativos fortemente inspirados na Psicologia" (CAMPOS, 2002, p. 21).

Soma-se a isso a chegada ao Brasil, em 1929[134], da Psicóloga Russa, Helena Antipoff, contratada pelo Governo de Minas Gerais para trabalhar na Escola de Aperfeiçoamento.

> O contrato inicial, por dois anos, previa que a professora deveria assumir a cadeira de Psicologia, a coordenação do Laboratório de Psicologia e a assessoria ao sistema de ensino na aplicação de testes de inteligência. A implantação das medidas da inteligência visava subsidiar a organização das chamadas "classes homogenias" por nível intelectual, e também as classes escpeciais, previstas na legislação da reforma de ensino (CAMPOS, 2001, p. 21)

A partir de 1929, Helena Antipoff prestou às escolas de Minas Gerais um trabalho significativo e relevante em razão de sua experiência e estudos sobre Psicologia Experimental e, em 1932, fundou a Sociedade Pestalozzi de Belo Horizonte.

> As escolas públicas, em sua ação concreta, não acompanhavam o Laboratório de Psicologia na confiança nas possibilidades das crianças, mesmo aquelas consideradas mais lentas, ou na defesa da realização plena dos ideais do direito à educação. Tendo em vista essa opção cada vez mais claramente seletiva do sistema público de ensino, Antipoff passou a dedicar-se a promover a expansão de outras alternativas para as crianças recusadas pelo sistema, as chamadas "crianças excepcionais". É desse ponto de vista que podemos compreender sua dedicação cada vez maior às instituições criadas para o amparo a essas crianças, a partir das iniciativas da Sociedade Pestallozzi de Minas. (CAMPOS, 2002, p. 24).

A Psicologia experimental foi, dessa forma, o motor das experiências com o ensino infantil nos marcos das práticas republicanas. Compreendemos, entretanto, que as idéias trazidas por Helena Antipoff, em 1929, para o Brasil, eram já conhecidas por professores brasileiros, como Clemente Quaglio, conforme Monarcha (1999) e Carvalho Neto (1921). As classes especiais, pensadas na Reforma de Ensino de 1927, por Francisco Campos, já tinham sido abordadas em 1921, o que nos leva a considerar a hipótese do pioneirismo no Projeto de Carvalho Neto.

[134] Cf.: MAZOTTA, Marcos José Silveira. **História e Políticas Públicas.** São Paulo: Cortez, 1996. CAMPOS, Regina Helena de Freitas (org.). **Helena Antipoff**: textos escolhidos. São Paulo: Casa do Psicólogo; Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2002. (Coleção Clássicos da Psicologia Brasileira). Ver: ANTIPOFF, Daniel. **Helena Antipoff**: sua vida, sua obra. Belo Horizonte: Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, 1996. Cf. ANTIPOFF, Helena. **Relatório Geral do exercício da Sociedade Pestalozzi em 1938**. Belo Horizonte, 1919 [s.n.t]. Cf.: VEIGA, Cynthia Greive. República e educação no Brasil (1889 -1971). In: VEIGA, Cynthia Greive **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007. p. 275-322.

Da tese constitucional

> *Da competência da União para intervir na disseminação do ensino primário, tantas vezes trazida a debate, constituindo, hoje, a luz da melhor interpretação, ponto pacífico com nosso direito.*
> *(Carvalho Neto, em 1921).*

Diante de sua compreensão dos direitos apregoados pela Carta Magna do Brasil, abalizada por interpretações de especialistas do Direito Constitucional, Carvalho Neto apreciava o desenvolvimento social da questão referente às escolas para os *anormaes*, pois que já se havia reconhecido ser da competência da União *"cooperar na diffusão do ensino primário para todas as camadas populares e em todas as regiões deste immenso paiz"* (CARVALHO NETO, 1921, p.72). Ele atestava que sua proposição não feria os princípios constitucionais.

> *Acorde nesse pensamento agora mesmo Sr. Presidente, funccciona a Conferencia Interestadoal de Ensino Primário, com o fim altamente patriótico de contornar todas as dificuldades que ainda sustam o amplo progredir do ensino primário em nossa Pátria* (CARVALHO NETO, 1921, p. 72).

Em seu discurso, que se erguia sob a proteção da constitucionalidade do ato, Carvalho discorreu na exposição de motivos, na qual estabelece o princípio do Poder Central na colaboração com os Estados para resolução do problema do analfabetismo no Brasil.

> *Dentro desta syntese, admirável de concisão e clareza, se ajusta a meu ver, a solução impreterível do grande problema para sahirmos dessa inaturável situação que Ruy Barbosa, há tanto tempo já definia como "deplorável estado mental, que nos assignala, pelo triste característicos de uma nação que não sabe ler" (Parecer sobre a reforma do Ensino Primário, pág. 21).* (In: CARVALHO NETO, 1921, p.75).

Não só as citações emolduraram, ao tempo em que fundamentavam as inúmeras defesas da tese do Projeto em tela. Carvalho Neto obteve apoio da unanimidade dos colegas do Parlamento Nacional. Tanto o uso da palavra de juristas, cientistas e autoridades que elevaram a seriedade de sua apresentação, como o apoio recebido dos outros parlamentares. Foram de grande valia para o êxito da matéria:

> [..] *Vem a talho referir, neste momento, Sr. Presidente que em boa hora todos os Estados do Brasil, pela voz de seus Governos, teem manifestado o mais franco e decidido apoio á nova corrente de idéas que se encaminha para a conquista de nossa emancipação intellectual e moral, redimindo-se dessa escravidão que tanto nos deprime e inutiliza para a concurrencia activa da civilização contemporânea. E valha-nos como precioso augurio esse magnífico documento que é a mensagem do Sr. Arthur Bernardes, antecipando-nos um programma de ressurreição nacional pela solução do problema da Educação* (CARVALHO NETO, 1921, p.77).

Contudo, Carvalho Neto apontou entraves chamados de *"O Espantalho Financeiro"*, como uma das causas que ceifavam as iniciativas de *"amparo á grandiosa causa da Educação Nacional"* (CARVALHO NETO, 1921, p.77).

Quem ratificou essa afirmação foi um outro sergipano, deputado Federal, Graccho Cardoso, que em 24 de setembro sentenciou que a Câmara se achava *"transformada desde muito em um cemitério de idéas"*(CARVALHO NETO, 1921, p. 77).

Os entraves financeiros foram, como vimos, um fantasma que pareceu fazer sucumbir o Brasil na realidade do analfabetismo presente em sua história até os nossos dias.

Carvalho Neto, então, defendeu o Projeto e propôs:

> *Mas, Sr. Presidente para a execução deste projecto entendo que se não precisa recorrer, como fonte exclusiva, ás dotações orçamentárias, ou aos créditos ordinários vagamente autorizados. Sugiro uma attribuição perfeitamente aceitável, que incide, de um modo suave, sobre o contribuinte. Amparam-na valiosas autoridades, mestres eminentes, que já até a propuzeram com o mesmo fito com que faço agora* (CARVALHO NETO, 1921, p. 80).

No intuito de garantir a viabilidade da criação das escolas e classes para as crianças anormais, o Deputado Federal Carvalho Neto propôs uma contribuição da sociedade, ratificando que várias autoridades e mestres estariam apoiando tal esforço, e que essa proposta já teria sido feita por alguns. E continuou, para finalizar sua defesa:

> *Mas, acreditem-me os Srs. Deputados, a tudo isso fiz sobrepairassem os votos de meu coração para que o Brasil, em celebrando um centenário de sua independência política, tenha iniciado a gloriosa tarefa, que o elevará condignamente á altura do pensamento contemporâneo nas obras fecundas de solidariedade e justiça para com a desventurada infância anormal (Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é vivamente cumprimentado).Vem á mesa e é lido o seguinte* (CARVALHO NETO, 1921, p.80).

Como resultado de sua defesa em nome das crianças anormais, em 14 de outubro de 1921, naquela sessão do Parlamento Nacional, Carvalho Neto assinou, juntamente com os Deputados Federais Tavares Cavalcanti e Americano Brasil, o projeto que se transformaria posteriormente em medida legislativa, quer dizer, em Lei.

Uma das coisas a que nos atentamos ao Projeto alude a uma das medidas propostas para a viabilização do mesmo, quer seja, a preparação dos professores brasileiros através de um curso especial de patologia científica aplicada aos atrasados mentais. Para tal fim, seriam contratados professores "idôneos" dos Estados Unidos ou França; como alternativa, o Governo Brasileiro poderia também enviar uma comissão de médicos e professores brasileiros para esses países com o objetivo de se qualificarem para o trabalho com Educação dos anormais, isto é, das crianças que tivessem atraso mental para desenvolverem a aprendizagem na escola primária.

A imprensa Sergipana recebeu a notícia da aprovação do Projeto de Carvalho Neto com entusiasmo, fazendo questão de divulgar o feito daquele sergipano, cuja contribuição foi considerada pioneira, e largamente repercutida na imprensa da Capital do país, conforme relatado pela historiadora Maria Thetis Nunes (1984).

Foi publicado, através do "Sergipe Jornal" (1921), o discurso completo de Carvalho Neto sobre a educação dos *anormaes*. Mesmo tendo sido reconhecido sobre a importância de seu projeto através da imprensa, Carvalho Neto enfrentou uma polêmica quanto a dois pontos: as medidas financeiras para viabilizá-lo e a contratação de professores estrangeiros (da França ou dos Estados Unidos)[135].

Detivemo-nos, neste momento, ao Projeto que Carvalho Neto apresentou ao Parlamento em 1921. Analisamos sua defesa, desde a apresentação da situação do tema em tela em outros países, defesas teóricas que existiam à época e exposição de motivos sobre o Brasil, até os porquês de se construir salas e escolas para os *anormaes.*

Através deste estudo, cremos ter construído um pouco das práticas culturais e da formação intelectual deste importante sergipano, Antônio Manoel de Carvalho Neto, fazendo

[135] "Os problemas importantes: a educação scientifica dos anormaes". **Sergipe Jornal**. Aracaju, 10 nov., 1921. Nesta matéria, a redação do Sergipe Jornal publica uma entrevista de Carvalho Neto transcrita do Jornal "O Dia", publicação do Distrito Federal (RJ). Esta entrevista foi concedida para que ele esclarecesse alguns pontos polêmicos sobre suas propostas, como a contratação de professores estrangeiros para ministrar o "curso especial de patologia scientífica aplicada aos atrazados" e sobre as medidas constitucionais para as questões financeiras. O próprio redator do jornal "O Dia", esclareceu logo no início da entrevista que haviam reconhecido o Projeto, mas que fizeram restrições, o que foi devidamente elucidado por Carvalho Neto. Na entrevista, Carvalho Neto se refere a outro periódico de São Paulo, para o qual também, segundo ele, esclareceu tais equívocos. No Projeto ele declara que a contratação de estrangeiros ocorreria caso no Brasil não tivesse profissionais especializados para tratar do assunto. Ver: anexo K.

a leitura de um documento que nos apontou as práticas culturais, entendendo as mesmas como modos de agir típico de determinados grupos dentro de um ou mais campos, representando, nestas práticas, a percepção do social, bem como as diferenciações que induzem ao confronto entre tais grupos - o que parece nos aproximar de Chartier que compreende essas práticas como forma de “reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição” (CHARTIER, 1990, p. 23).

Carvalho Neto pensou e agiu de acordo com a cultura do tempo e espaço em que viveu. Acreditava que através do tratamento dado aos anormais, livraria a infância de males maiores, como a delinqüência e daria a tais crianças condições de servir à Pátria. Traços das práticas culturais e educativas desse jurista foram reveladas nesta pesquisa, desse homem que se transformou em um intelectual e defensor da educação, não só pela filosofia redentora das idéias republicanas, mas pelo próprio zelo que demonstrou para com a educação. Suas referências sempre foram os grandes mestres, os grandes educadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Poucas Palavras...

Antônio Manoel de Carvalho Neto, sergipano, natural de Anápolis, atual cidade de Simão Dias, era assim interpretado pelos mais próximos, por alguns entes familiares: “Homem de poucas palavras”, arredio, mas que durante a trajetória de 65 anos de vida (1889-1954) conquistou lugares no espaço social onde viveu e circulou. A História sergipana guarda em diversos lugares de sua memória, vestígios desse homem; um descendente da árvore genealógica de uma família portuguesa que participou do processo de povoamento e conquista da Região Centro-Sul do Estado de Sergipe. Este homem , quando criança, passeou pelos campos da cidade de Anápolis, correu como um moleque solto ao vento, fazendo a gente relembrar da vida cotidiana da meninice criada pelos rincões sertanistas, pendurou suas roupas nos galhos de paus e pulou nos rios a nadar feito peixe, tomou os frutos das árvores e se deliciou. Estudou as primeiras letras na cidade do interior. Mais tarde, como quase todo o destino dos meninos nascidos em famílias abastadas, desta e daquela época, foi para a Capital sergipana, cursou o ginásio, o secundário e seguiu para o Rio de Janeiro, onde se localizava uma das principais faculdades de Direito do Brasil. Graduado em Direito, jurista, trouxe de sua trajetória a sabedoria pelas mãos das línguas vernáculas. O homem aqui revelado se tornou escritor, político, poeta, professor, advogado de renome, e algumas vezes, foi considerado também sociólogo.

Sua relação com o capital social, incorporado desde o nascimento, por força da herança familiar, levou-o a cargos importantes como o de Diretor Geral de Instrução Pública (1918-1920). Foi um político que usou a tribuna para defender um Projeto (1921) instituidor de escolas e classes para crianças *anormaes*, discutindo com profundidade e ostensividade esse tema. E foi esse o principal motivo do ânimo criado para esta pesquisa, que é a de contar a trajetória de Carvalho Neto na História da Educação em Sergipe.

Outrossim, se buscamos temas que possam ser considerados relevantes para a História da Educação, tornar-se-ia significativo que um dia alguém pudesse retirar, dos arquivos ressequidos pelo tempo, material possível para o que denominamos a construção de uma trajetória de vida, que proporciona a nós sergipanos rememorar tempos áureos desse “pequeno torrão”, tempos que se entrecruzam com os conflitos sociais de alhures, que emergem o que

foi escrito para se eternizar na História. Tempos denunciadores da luta pela autonomia dos campos, dos grupos e dos agentes sociais, revelando-nos as continuidades e as descontinuidades do processo civilizatório aqui vivido.

Nosso interesse em estudar os percursos de Antônio Manoel de Carvalho Neto nos espaços da instrução e da educação pretende responder uma pergunta chave: Que importância tem, para os estudos de História da Educação em Sergipe, o legado de um homem que não era professor por formação? Esse foi o maior desafio no início da pesquisa. No entanto, pelo que ficou demonstrado aqui, a luta pela educação, em diferentes espaços e através dos diversos cargos que ocupou, foi um "mote" permanente de seus enfrentamentos e realizações.

Sobre a notoriedade de Carvalho Neto no manuseio com a palavra, marca perene em sua vida, é difícil perceber onde tudo começou. Se na escola, nas primeiras letras, no curso ginasial, no ensino secundário ou na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro em 1905. É difícil depreender dessa trajetória polissêmica em que momento foram soprados os ventos formadores de sua magnitude intelectual.

Acerca de seu envolvimento no tempo e espaço em que viveu, conhecemos o conflito de um republicano que nasceu no final do século XIX (1889 - data que marca uma mobilização nacional intensa para a Constituição mesma da República) e viveu as experiências possíveis oferecidas pela sociedade, a exemplo da maçonaria - uma organização social ritualística, preconizadora da solidariedade e confraternização com o próximo; no entanto, debateu - se, no Brasil, com as controvérsias de nossa religiosidade.

Sua neta, Vetúria Leite Brito, ao falar do avô, em entrevista concedida no dia 16 de junho de 2006, lembrou o tempo em que ele era maçom, mas fez questão de dizer que, mesmo maçom, ele não havia se desligado de Deus. "Ele era maçom e naquela época o problema da maçonaria com a Igreja. Os maçons eram afastados da Igreja, mas nós... na intimidade sabíamos que ele acreditava em Deus. Ele não era ateu" (BRITO, 2006). A maçonaria até hoje causa um certo ar de mistério ao se falar sobre o assunto. Segredos talvez ainda continuem mantidos nas sombras do indizível. Contudo, suas práticas sociais retratam nela um tipo de agremiação bem feitora de trabalhos sociais, como educação e assessoria jurídica, como foi no Estado de Sergipe. Por ocasião da morte de Carvalho Neto, a Loja Maçônica Capitular Cotinguiba emitiu uma nota de esclarecimento sobre a condição religiosa de Carvalho Neto. A nota demonstra que a Loja não tinha nada contra a religião e que Carvalho Neto havia declarado ser católico desde o início.

No entanto, através de depoimento de sua neta Vetúria, encontramos o homem Carvalho Neto no contexto dos conflitos de seu tempo. Ele viveu esse entrevero religioso,

mas tinha com Deus um modo particular de se comunicar. Era devoto fervoroso de Santo Antônio, sobre quem se debruçou a estudar e diante de quem rezava. Neste caso, compactuamos com Norbert Elias, que ao escrever a trajetória de Mozart afirmou: "É preciso ser capaz de traçar um quadro claro das pressões sociais que agem sobre o indivíduo" (ELIAS, 1995, p. 18).

O que importa saber é que as escolhas dos indivíduos não estão tecidas de maneira dissociada com a sua realidade social, cultural e política. Dessa maneira, compreendemos que essa explicação está no processo civilizatório, mas no processo vivido pelo homem ocidental, interpretado à guisa de Elias. Para ele, o conceito de civilização tem de ser relativizado de acordo com "as diferentes culturas", ou "cada uma das culturas". Para o Ocidente, significa reconhecer e se orgulhar de tudo aquilo que produz. "Com essa palavra, a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha: o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras, o desenvolvimento de sua cultura científica ou visão de mundo, e muito mais". (ELIAS, 1994, p.24).

No itinerário de Carvalho Neto, reconhecemos os valores republicanos, o projeto de se configurar a Escola como um "templo de civilização", conforme afirmou Souza (1998), isto é, o espaço privilegiado no qual os agentes sociais ensinavam as regras do bem viver, o jeito de se sentar, se limpar e de falar. Ensinava à meninice dos Grupos Escolares como escrever com a "caligrafia vertical", como aprender com o método intuitivo ou lógico, como interiorizar o *habitus* dos preceitos de uma sociedade moderna.

Por esse conjunto de fatores descritos, analisamos o quão foi importante o domínio das letras na vida de meninos e meninas que alçaram vôos e se tornaram ícones das representações sociais, como contemporâneos de Carvalho Neto, a exemplo do médico Helvécio de Andrade, que dividiu com vários intelectuais, e especialmente, com Carvalho Neto, a relevância de ter tomado na condição de titular o posto de Diretor Geral de Instrução Pública.

No intuito de visualizar o entorno social que envolvia a vida do personagem investigado, tivemos o cuidado de olhar para dentro das Instituições. E a Direção Geral de Instrução Pública, para nós, representou bem as marcas deixadas pela louvação dada aos princípios republicanos. Tais marcas já haviam sido sinalizadas no século XIX, atravessaram as primeiras décadas do século XX, deixando raízes fecundas para que a Escola fosse o instrumento monumental da idealização da modernização e desenvolvimento. Contudo, consideramos mister nos atentar para as descontinuidades, pois há neste presente estudo, o desejo de compreender a História da Educação não em sua linearidade, mas na trajetória

muitas vezes inconclusa do seu entorno social. Neste caso, traduzimos esse desiderato numa pesquisa filiada à História, tendo como objeto a educação.

Perfilamos os campos aos quais Carvalho Neto pertenceu. A advocacia legitimou a sua entrada para o campo intelectual. Através da magistratura percorreu as tribunas do poder Legislativo. Foi Deputado Estadual e Federal. Do capital social e cultural adquiridos e acumulados, logrou posição de destaque, como Presidente, por muito tempo, da Academia Sergipana de Letras (entre 1930 a 1946), orador oficial do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, juiz, consultor jurídico do Estado, Presidente da Organização do Advogados do Brasil-secção Sergipe, Fundador e primeiro Diretor da Faculdade de Direito de Sergipe, representante no mais alto grau da maçonaria pelo Grande Oriente do Brasil e Diretor Geral de Instrução Pública.

A partir desse último cargo (1918-1920), representou Sergipe na Conferência Interestadual do Ensino Primário, realizada em outubro de 1921. Em 1932, escreveu o livro "Vidas Perdidas", caracterizado por nós como um romance penitenciário-pedagógico. Em 1942, foi convidado para participar da banca de um concurso na Faculdade de Direito da Bahia, onde no mesmo período estava lá estudando outro "bravo sergipano" Manoel Cabral Machado. Na ocasião, de acordo com um dos depoimentos de Manoel Cabral Machado, em 25 de abril de 2007, Carvalho Neto recebeu homenagens dos estudantes baianos. No mesmo evento, Manoel Cabral Machado foi escolhido entre os estudantes daquela Faculdade para prestar deferência ao professor alagoano Guedes de Miranda.

Em 1945, o Carvalho das raízes portuguesas e da família com tradição abolicionista, foi professor do Curso Superior de Administração, da Escola de Comércio de Sergipe, antiga Escola de Comércio "Conselheiro Orlando", participando de bancas dos exames de vestibulares e finais desta Escola. Em 1950, coroou sua circulação no ensino, convidado a compor o grupo dos professores fundadores da Faculdade de Direito de Aracaju, ocupando o cargo de seu primeiro Diretor, ganhando assim como presente o reconhecimento da sua magnitude no campo jurídico.

Em sua trajetória, Carvalho Neto deixou aspectos marcantes de sua vida. São vários perfis que possibilitam estudos sobre vida: Carvalho Neto, o Jurista, que se destacou no campo da Legislação Trabalhista e Direito Penitenciário. O Escritor, cujo legado é extenso, dada a versatilidade de sua obra: escreveu romances, livro de crônicas sobre assuntos diversos da cultura sergipana, livros sobre Direito Trabalhista, Direito Penitenciário, estudos jurídicos, Separatas, discursos, esboços biográficos; neste aspecto, foi responsável pela Edição da Revista "Sergipe Judiciário" editada em 1928. O Jornalista, que escreveu em vários jornais

sergipanos, como “Correio de Sergipe”, “Diário de Sergipe”, “Sergipe Jornal” do qual foi Diretor entre as décadas de 1910-1940. O Venerável da Loja Capitular Cotinguiba. O Professor, pela sua representatividade no campo do Direito e seu interesse pelos assuntos da Educação. O Político, que entre 1912-1916 representou Sergipe na Assembléia Legislativa e entre 1921-1954 ocupou a tribuna do Congresso Nacional para, com a destreza com as línguas vernáculas, defender causas como Instrução, Direito Social, Economia, Geografia, História e outros temas.

Carvalho Neto se consagrou como Político, foi fiel ao Partido Social Democrático desde 1911, mas manteve em sua vida política o perfil de independência. Contudo, na sua última eleição, em 1951, foi eleito graças ao apoio do cunhado e amigo Gervásio Prata, que diante de grande prestígio eleitoral, atraiu a candidatura de Deputado Federal para seu nome e, na convenção do Partido lançou o nome de Carvalho Neto. Esta eleição, sendo a última de sua vida, teve um desfecho que vale aqui destacar: ela foi liderada por “um punhado de jovens da ‘Conselheiro Orlando’ e da Faculdade de Direito – que ele havia fundado e dirigido [...] a estudantada pediu-lhe emprestado, somente seu carro. Espalharam pelo Estado a candidatura daquele a quem tratavam de Mestre” (CARVALHO NETO, Paulo de. 1989, p. 130).

No final de sua vida, desgostoso com a política, chegou a pensar em se mudar para São Paulo e ajudar o filho nos negócios de advocacia. D. Vetúria também havia escrito ao filho, dizendo “vamos para aí sem que ninguém de Sergipe saiba...[...] E assim, meu filho, é a vida, é ele agora que te pede apoio” (CARVALHO NETO, Paulo de, 1989, p. 130).

Nos últimos dias de sua vida, combalido pela doença, que lhe ceifou a vida, Carvalho Neto perdeu o entusiamo de entrar em seu escritório, alarmando os filhos. Seu filho Paulo tentou reanimá-lo, chamando-o para encadernar obras, tendo ele respondido: ‘Para que?’ [..] “Pareceu-me inacreditável haver escutado aquilo, de quem encadernara livros aos montes, de quem me educara, desde criança, pelas sendas do amor ao saber” (CARVALHO NETO, Paulo de, 1989, p. 142).

Sua morte foi solitária. Tentou viver no Rio de Janeiro até o fim, mas retornou a Sergipe para morrer em sua terra natal. Sua morte teve ressonância na Imprensa Nacional e Sergipana. As instituições políticas e culturais do Brasil, os amigos e adversários, deram-lhe o último adeus, registrando a perda através de extensos manifestos. Desta forma, deixaram inscrita a trajetória deste intelectual sergipano, que legou ao país a luta pelo Direito Trabalhista, o amor ao conhecimento e à dedicação às causas sociais. Seu reconhecimento como um dos mais importantes representantes da Cultura sergipana foi destacado em vida e morte, conforme o estudo apresentado e demonstrado.

Pai zeloso e marido amoroso, deixou aos mais moços o legado de um agente social combatente, cuja maior arma foi, sem dúvida, a palavra.

No seu centenário, em 1989, Instituições promoveram comemorações. O APES – Arquivo Público de Sergipe - instituição que recebeu o nome de "Palácio Carvalho Neto" através da Lei n. 644 de 7/5/1955 - realizou uma exposição bibliográfica de suas obras. A Escola Municipal Carvalho Neto realizou Gincana Cultural baseada em sua vida e obra. O filho de Carvalho Neto, Antônio Carvalho Neto, fez uma segunda edição do livro "O Pensamento Vivo de Carvalho Neto" e, o livro "Advogados: como aprendemos, como sofremos, como vivemos", editado pela primeira vez em 1946, foi também reeditado em alusão comemorativa de seu centenário.

Sua obra foi reconhecida pelos sergipanos e por todo o Brasil. Em sua morte, instituições nacionais se manifestaram: Imprensa, Congresso Nacional, Senado, Assembléia Legislativa de Sergipe, Assembléia Legislativa da Bahia, Escolas. O Governador do Estado, Arnaldo Rolemberg Garcez, no Decreto de 28 de abril de 1954, decretou luto oficial por três dias pelo seu passamento. No seu enterro, autoridades políticas, estudantes, professores e outros representantes sociais perfaziam uma multidão. "O comércio fechou e, à passagem do féretro, via-se o povo aglomerado ao longo das ruas, dando mostras de profundo pesar" (O ADEUS a Antônio Manuel de Carvalho Neto. Edição comemorativa do centenário de Carvalho Neto, 1989 [s.n.t]).

Neste estudo, destacamos o percurso de sua trajetória voltada para assuntos da Instrução Pública, considerando alguns aspectos a saber: 1- traços de sua formação em que destacou a contribuição de professores brasileiros e estrangeiros e como sua convivência com eles colaborou para a sua formação intelectual, caracterizando seu gosto pela leitura, ciência e arte. Apontamos, em sua formação, a marca do Direito como fio condutor de suas ações. 2- Sua atuação como Diretor Geral de Instrução Pública cuja repercussão foi polêmica. 3 – A distinção dada por ele à Inspetoria de Instrução Pública, procurando seguir as normas da legislação e traçando novos rumos para a instrução em Sergipe, no Governo de Pereira Lobo. 4- O pioneirismo de Carvalho Neto na defesa do Projeto que propôs a criação de escolas de aperfeiçoamento e classes para as crianças anormais.

Na trajetória da pesquisa, descobrimos uma quantidade tão extensa de fontes que isso nos acarretou dificuldades em selecionar, catalogar e decidir quais seriam apropriadas para a pesquisa na linha a que nos propusemos. Entretanto, o encontro com as fontes em profusão não foi motivo de desânimo, pelo contrário, instigou a prosseguir e, muitas vezes, o mergulho

naqueles documentos, que nem sempre estavam cuidados para preservação, suscitou angústia sobre a realidade dos acervos e arquivos encontrados.

Porém, encontramos instituições zelosas com o seu patrimônio.

Muitos temas de pesquisa surgiram à nossa frente nos quatro anos de pesquisa. Dois que antecederam o curso regular do Mestrado e mais dois de duração do mesmo.

Durante a análise das fontes, conhecemos também outros lugares e personagens. Encontramos professores e professoras que estão lá, nas caixas dos arquivos esperando para que olhos curiosos passem por eles e levantem seu nome na História da Educação Sergipana. Outros intelectuais como os Inspetores de Ensino, deixaram-nos pensar que eles poderiam bem se transformar em objeto de pesquisa pelos estudiosos em busca de pistas sobre a História da Educação em Sergipe.

Trabalhamos com dois tipos de depoimentos: o escrito e o oral e vimos a riqueza de informações que dali emerge para se escrever a História.

Analisamos a força da História através de tantas caixas, pacotes, obras, escritos de todo tipo, e ficávamos horas a fio pensando: que destino tem tudo isso?

Algumas instituições ficaram gravadas na nossa memória. A Direção Geral de Instrução Pública. Pensamos que ela é muito pesquisada através dos intelectuais que a dirigiram, e vislumbramos a perspectiva de investigação sobre ela mesma, como instituição que legou a visibilidade da República brasileira nas primeiras décadas do século XX através de sua representação social, política e cultural. Não conhecemos trabalhos sobre essa Instituição, em Sergipe. Seu merecimento é inelutável.

A Academia Sergipana de Letras não pôde entrar neste texto, mas esperamos ter oportunidade de vê-la surgir “nas penas” dos descobridores de temas e, na medida de meus desejos, na continuação da pesquisa sobre Carvalho Neto.

A Escola de Comércio “Conselheiro Orlando” ficou no nosso coração, pulsando no silêncio dos textos que não foi possível escrevermos. A procura de vestígios sobre aquela instituição, da qual Carvalho foi professor, provocou risos e lágrimas, pois que consideramos urgente o interesse por aquela Instituição, sobre a qual registramos algumas informações presentes neste estudo.

Os impressos são outras possibilidades de estudo que apontamos. A Imprensa, os relatórios, os Termos de Visita, as cartas, os livros, as mensagens póstumas, são documentos importantes com perspectiva de nos fazer lançar âncoras para decifrá-los, trazendo, através de estudos sobre os mesmos, representações e apropriações de pessoas, de tempos e lugares

distantes. Para mim, essas fontes também podem ser produzidas em significativos objetos para a História da Educação.

Pensamos nos estudos do Direito e sua ligação com a Educação, com a Instrução. De alguma forma, perseguimos este intento e deixamos pistas para aqueles que pretendem caminhar em sua direção. E isso muito nos entusiasmou. Por isso, assumimos a defesa de que o Direito foi o fio que conduziu a trajetória de Antônio Manoel de Carvalho Neto, ao focar a investigação nas ações da Direção Geral de Instrução Pública, inspetoria de instrução e apresentação da tese sobre educação dos anormais.

Isto posto, não apresentamos um trabalho crítico com pretensão de apontar erros ou acertos, seja de natureza ideológica, política, ou religiosa, utilizando credos de nossa cultura, na trajetória de Carvalho Neto. Por conseguinte, através da investigação realizada sobre esse polígrafo de uma importância inegável à História de Sergipe, do Brasil e da Educação, propusemo-nos apontá-lo como o parlamentar, escritor, jurista e professor, preocupado com a regulamentação legislativa e aplicação da mesma para a entrada dos alunos *anormaes* na educação elementar e, no que confere aos dados encontrados e analisados, concordamos com Thetis Nunes (1984), quando a mesma apontou para o pioneirismo de Carvalho Neto na questão dos anormais

Não podemos esquecer que, num trabalho dessa natureza, há pessoas que apontam o caminho, sinalizam e corrigem defeitos, isto é, criticam. E que o pesquisador valoriza seu trabalho quando recebe as contribuições ofertadas. Assim, necessário dizer que o processo de produção de pesquisa não pode e não deve ser solitário. É bem verdade que nos momentos cruciais, na hora de organizar as fontes encontradas e escrever sobre elas, temos nossos infindáveis momentos de solidão, mas consiste numa “solidão” a qual temos companhia do orientador ou orientadora, temos o auxílio dos amigos que nos chegam em momentos de “sufoco”, temos os parentes que nos confortam com palavras de incentivo e carinho. Aprendemos também a compreender quando nos tornamos “estranhos” às mesmas pessoas que estão envolvidas com nosso cotidiano. Enfim, aprendemos a caminhar sozinhos e acompanhados em vários momentos. Por isso, reconhecemos o valor da orientação, do oferecimento dos colegas, ao tempo em que nos responsabilizamos pelos acertos e erros cometidos.

A investigação nos trouxe o aprendizado para o exercício da compreensão dos “silêncios” históricos, da disciplina necessária que se impõe como instrumento fundamental na tessitura do objeto. Sentimo-nos impelidos a compreender as vicissitudes que irrompem a experiência humana e aprendemos a conviver com as limitações impostas, bem como

aprendemos a superar limites. No final, um aprendizado relevante: Deixamos lacunas em tudo o que fizemos. Por isso, descobrimos a beleza da pesquisa.

É estimulante chegar ao “final” deste trabalho sabendo que o ponto final aqui colocado não quer dizer “terminamos”, pois ao longo do aprendizado do ofício prazeroso e doloroso da pesquisa, sabemos que o conhecimento não se esgota. Por tal razão, folgamos em dizer que que esse é apenas o começo...

“Possibilidades” foi a palavra condutora da pesquisa que ora, temporariamente, “encerra -se”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHÃO, Maria Helena Mena Barreto. “Historiando os CIPAS em seu acontecendo...um estudo à guisa de prefácio”. In: SOUZA, Elizeu Clementino de. **Autobiografias, histórias de vida e formação:** pesquisa e ensino. Porto Alegre: EDIPUCRS, EDUNEB, 2006. p. 7-13.

ALMEIDA NETO, Dionísio de. **Saberes, Virtudes e sofrimentos:** formação, atuação e ensinamentos de Dom Domingos Quirino de Souza (1818-1863). São Cristóvão: Núcleo de Pós-Graduação em Educação/Universidade Federal de Sergipe, 2005. (Dissertação de Mestrado).

AMORIM, Simone Silveira. **A trajetória de Alfredo Montes** (1848-1906): representações da configuração do trabalho docente no ensino secundário em Sergipe. São Cristóvão: Núcleo de Pós-Graduação em Educação/Universidade Federal de Sergipe, 2006. (Dissertação de Mestrado).

AMARAL, Lígia Assumpção. “Algumas reflexões sobre a (r) evolução do conceito de deficiência”. In: ALMEIDA Maria Amélia; Goyos, Celso; SOUZA, Deisy de. **Temas em educação especial.** São Carlos, SP: EDUFSCAR, 1996. p.99-106.

ANTIPOFF, Daniel. **Helena Antipoff**: sua vida, sua obra. Belo Horizonte: Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, 1996.

ANTIPOFF, Helena. **Relatório Geral do exercício da Sociedade Pestalozzi em 1938**. Belo Horizonte, 1919 [s.n.t].

ANTUNHA, Heládio César Gonçalves. **A Instrução Pública no Estado de São Paulo**: a reforma de 1920. São Paulo: UNESP, 1976. v.12.

AQUINO, Julio Groppa; OLIVEIRA, Marta Kohl de; REGO, Teresa Cristina. “Narrativas autobiográficas e constituição de subjetividades”. In: SOUZA, Elizeu Clementino de. **Autobiografias, histórias de vida e formação**: pesquisa e ensino. Porto Alegre: EDIPUCRS: UNEB, 2006. p. 269-286.

ARAÚJO, José A. Melo de. **Debates, pompa e majestade:** a história de um concurso docente nos trópicos no século XIX. São Cristóvão: Núcleo de Pós-Graduação em Educação/Universidade Federal de Sergipe, 2004. (Dissertação de Mestrado).

BARRETO, Luiz Antônio. **Personalidades sergipanas.** Aracaju/SE: Gráfica Editora J. Andrade, 2007.

BASTOS, Maria Helena Câmara. **Pro pátria laboremus:** Joaquim José de Menezes Vieira (1848-1897). Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

BELLO, José Maria. **História da República**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

BLOCH, Marc. **Apologia da História:** ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BONTEMPI Junior, Bruno. **História da educação brasileira:** o terreno do consenso. São Paulo: PUC, 2005. (Dissertação de Mestrado em Educação).

BORGES, Vavy Pacheco. "O historiador e seu personagem: algumas reflexões em torno da biografia". In: **Revista Horizontes**. Bragança Paulista: SP:PUC n.19, p. 01-10, jan/dez, 2001.

_____. "Grandezas e misérias da biografia". In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas.** 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 203-233.

BOURDIEU, Pierre. O capital social – notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (orgs.). **Pierre Bourdieu – escritos de educação**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2004. p.65-69.

_____. Algumas propriedades dos campos. In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. São Paulo: Marco Zero, 1980. p.89-91.

_____; PASSERON, Jean – Claude. **A Reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

_____. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papirus, 1996.

_____. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico.São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____. "A Leitura: uma prática cultural. Debate entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier". In: CHARTIER, Roger. **Práticas de leitura**. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001. p. 229-253.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

_____. **Coisas ditas.** São Paulo: Brasiliense, 2004, p.35-36.

_____. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BRANDÃO, Zaia. **A intelligentsia educacional** – um percurso com Paschoal Lemme por entre as memórias e as histórias da Escola Nova no Brasil. Bragança Paulista: IFAN – CDAPH. Editora da Universidade São Francisco/EDUSF, 1999. p. 72.

BRITO, Luzia Cristina Pereira. **Ecos da modernidade na Escola Normal "Rui Brabosa"** (1930-1957). São Cristóvão: Núcleo de Pós-Graduação em Educação/ Universidade Federal de Sergipe, 2001. (Dissertação de Mestrado)

BUENO, José Geraldo Vieira. **Educação especial brasileira**: integração/segregação do aluno deficiente. São Paulo: EDUC, 1993.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da Historiografia:** A Escola dos *Annales* (1929 - 1989), 2. ed. São Paulo: UNESP, 1992.

BURKE, Peter. “Cultura, tradição, educação”. In: GATTI JÚNIOR, Décio e PINTASSILGO, Joaquim. **Percursos e desafios da pesquisa e do ensino de História da Educação.** Uberlândia: EDUFU, 2007. p.13-22.

CAJUEIRO, João E. **A Língua e o Estilo de Carvalho Neto.** Separata da Revista da Academia Sergipana de Letras. Aracaju: 1956.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: Editora da UNESP (FEU), 1999.

CAMPOS, Regina Helena de Freitas (organizadora). **Helena Antipoff**: textos escolhidos. São Paulo: Casa do Psicólogo; Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2002. (Coleção Clássicos da Psicologia Brasileira).

CARNEIRO, Magalhães. **Panorama Intelectual de Sergipe**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1940.

CARVALHO DEDA. **Simão Dias**: fragmentos de sua história. Aracaju: Livraria Regina, 1966.

CARVALHO, João de Mattos Freire de. **Annapolis**: Conferência histórica. Aracaju, 1915.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de; NUNES, Clarice**. “**Historiografia da educação e fontes”**. Cadernos ANPED** (Associação Nacional de Pós-Graduação Pesquisa em Educação). N.S, Porto Alegre, n.5, set, 1993. p. 7- 65.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Molde nacional e forma física**: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931), Bragança Paulista, SP: EDUSF, 1998.

_____. **A escola, a república e outros ensaios**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003a.

_____. “Reformas da instrução pública”. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de; LOPES, Eliane Marta Teixeira; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2003b. p.225-251.

CARVALHO NETO. Antônio de. **O Pensamento Vivo de Carvalho Neto.** 2. ed. São Paulo: (s.n.t), 1988. p. 119-120.

CARVALHO NETO, Antônio Manoel de. **No Parlamento:** Discursos e Projetos: Rio de Janeiro: Typ. da casa Vallelle, 1921.

_____. **Legislação do Trabalho**: polêmica e doutrina. Rio de Janeiro: (s.n.t) Edição do Anuário do Brasil, 1926

_____. **Casa de Laranjeiras.** Aracaju: Livraria Regina, 1942.

_____. **Alfredo Montes**: grande educador. Separata n. 12 da Revista da Academia Sergipana de Letras, 1945.

CARVALHO NETO. Antônio Manoel de. **Patronatos dos liberados e egressos definitivos da prisão.** Tese apresentada à 2ª Conferência Penitenciária Brasileira. Aracaju: SE, Imprensa Oficial, 1944.

_____. "Reminiscências". In: FELTE BEZERRA. **Traços psicológicos de um educador sergipano.** Aracaju: 1947. p. 13-34.

_____. **Vidas Perdidas**. Salvador: Livraria Progresso, 1948.

_____.**Cinzas da Província**. Aracaju: curso de tipografia e encadernamento da Escola Industrial de Aracaju, 1955.

CARVALHO NETO, Paulo de. **Um Precursor do Direito Trabalhista**, 2. ed. São Paulo: Carthago, 1989.

CHARTIER. Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990.

_____. **A aventura do livro**. Do leitor ao navegador. São Paulo: Editora UNESP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

_____.**À Beira da Falésia**: a história entre incertezas e inquietude, trad. Patrícia Chittoni Ramos, Porto Alegre: Ed. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

DANTAS, José Ibarê Costa. **O tenentismo em Sergipe**: da revolta de 1924 à Revolução de 1930. 2. ed. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade, 1999.

_____.**História de Sergipe:** República (1889 – 2000). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

DEWEY, John. **Vida e educação.** 5. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1965.

DUBY, Georges. **Idade Média, Idade dos Homens.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. 1v.

_____. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. **Mozart – Sociologia de um gênio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

_____. **Escritos e ensaios:** estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. 1 v.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de [et al.]. "A legislação como fonte para a História da Educação". In: FARIA FILHO. Luciano Mendes Faria de [et al.]. **Educação, modernidade e civilização**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. p. 89-125.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; BRITTO. **Dicionário de Educadores no Brasil:** da Colônia aos nossos dias. Rio do Janeiro: Editora UFRJ/MEC/Inep-Comped, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Os Anormais:** curso no Collège de France (1974 – 1975). São Paulo: Martins Fontes, 2001. (Coleção Tópicos)

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1987.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. **Vestidas de Azul e Branco**: um estudo sobre as representações de ex-normalistas (1920 – 1950). São Cristóvão: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação/NPGED, 2003. (Coleção Educação é História 3)

_____. **Educação, trabalho e ação política**: sergipanas no início do século XX. Campinas, SP: UNICAMP, 2003. (Tese de Doutorado).

_____. "A produção dos estudos biográficos em Sergipe e as principais contribuições para a História da educação". In: SOUZA, Elizeu Clementino de. **Autobiografias, histórias de vida e formação**: pesquisa e ensino, Porto Alegre: EDIPUCRS: EDUNEB, 2006. p. 145-160

FREYRE. Gilberto. **Um engenheiro francês no Brasil.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.

_____. **Ingleses no Brasil:** aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil. 3. ed., Rio de Janeiro: Topbboks, 2006.

GALLY, Christianne de Menezes. **Brício Cardoso no Cenário das Humanidades do Atheneu Sergipense (1870-1874**). São Cristóvão: Núcleo de Pós-Graduação em Educação/Universidade Federal de Sergipe, 2004. (Dissertação de Mestrado).

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais**: Morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOES, Baltazar. **A República em Sergipe.** Edição comemorativa dos 150 anos da Mudança da Capital de São Cristóvão para Aracaju, Aracaju: 2005.

GONÇALVES NETO. Wenceslau. "Imprensa Civilização e Educação". In: ARAUJO, José Carlos Souza; GATTI JÚNIOR, Décio (orgs.). **Novos temas em história da educação brasileira**: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas, SP: Autores Associados; Urberlândia, MG: EDUFU, 2002. p. 197-225.

GOYOS, Celso; ALMEIDA, Maria Amélia; SOUZA, Deisy G. **Temas em Educação Especial**, São Carlos: EDUFSCAR, 1996.

GUARANÁ, Armindo. **Dicionário Biobibliográfico Sergipano**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1925.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **História da Educação Brasileira**: Leituras, São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

HEINZ. Flávio M. **Por outra história das Elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

JANNUZZI, Gilberta S. de Martins. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas: SP: Autores Associados, 2004. (Coleção educação contemporânea).

JOSSO, Marie Christine. **Experiência de vida e formação**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. "Prefácio". In: SOUZA, Elizeu Clementino de. **Tempos, narrativas e ficcções**: a invenção de si. Porto Alegre: EDIPUCRS: EDUNEB, 2006. p. 7-13.

JULIA, Dominique. "A cultura escolar como objeto histórico". In: **Revista Brasileira de História da Educação.** nº1. jan/jun, Campinas/SP: Autores Associados, 2001.p. 9-43.

KREUTZ, Lúcio. "A educação de imigrantes no Brasil". In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de; LOPES, Eliane Marta Teixeira Lopes; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil.** 3. ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 347-370.

LE GOFF, Jacques. **Memória e História**. 5. ed., Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2003.

_____**História Nova**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

LIMA, Jackson da Silva. **Estudos Filosóficos em Sergipe**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1995.

LOPES, Eliane Marta Teixeira & GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LUCA, Tânia Regina de. "História dos, nos e por meio dos periódicos". In: PINSKY, Carla Bassanezi et al. **Fontes históricas,** 2. ed., São Paulo: Contexto, 2006. p.111-153.

MACHADO, Manoel Cabral. **Brava Gente Sergipana e Outros Bravos**. Aracaju: (s.n.t)1998.

MATOS, Nelson Dagoberto de. **Deficiência, cidadania e política educacional no Estado de Sergipe: 1979-2001.** São Carlos, SP: Universidade de São Carlos, 2004 (Tese de Doutorado).

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil**: História e Políticas Públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

MEDEIROS, Valéria Antônia. **Antônio de Sampaio Dória e a modernização do ensino em São Paulo nas primeiras décadas do século XX.** São Paulo: PUC/SP, 2005. (Tese de Doutorado).

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. "Introdução". In: BOURDIEU. Pierre. **Esboço de auto-análise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

MONARCHA. Carlos. **Escola Normal da Praça**: o lado noturno das luzes, Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Barão de. **O espírito das leis**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio. **Baú de Memórias, bastidores de histórias:** o legado pioneiro de Armanda Álvaro Alberto. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **A cultura ocultada ou a influência alemã na cultura brasileira durante a segunda metade do século XIX**. Londrina: Ed. UEL, 1999.

_____. **Historiografia Educacional Sergipana**: uma crítica aos estudos de História da Educação. São Cristóvão/SE: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação/NPGED, 2003. (Coleção Educação é História, 1).

_____. **Memórias do Aprendizado**. Maceió: Edições Catavento, 2004.

_____. "A escola no espelho": São Paulo e a implantação dos Grupos Escolares no Estado de Sergipe. In: VIDAL, Diana Gonçalves. **Grupos escolares**: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006. p. 153-171.

_____. **Intelectuais da Educação**: Sílvio Romero, José Calazans e outros professores. Maceió: EDUFAL, 2007.

_____. A era dos grupos escolares. Cinform Online, **Aracaju,** 2007. Disponível em: http://www.cinform.com.br/colunistas/index.php?act=leitura&coidgo=3533. Acesso em 21/1/2008.

NOGUEIRA, Cláudio M. Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. **Bourdieu e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NUNES, Clarice. "(Des) encantos da modernidade pedagógica". In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de; LOPES, Eliane Marta Teixeira Lopes; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil.** 3. ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 371-398.

_____. **Anísio Teixeira:** a poesia da ação. Bragança Paulista: EDUSF, 2000.

NUNES, Maria Thétis. "Manuel Luís Azevedo D' Araújo, Educador da Ilustração". In: **Prêmio Grandes Educadores Brasileiros**: monografias premiadas 1984. Brasília: INEP, 1984.

_____. **História da Educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Aracaju: Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Sergipe: Universidade Federal de Sergipe, 1984. (Coleção Educação e Comunicação; v.13).

OLIVEIRA. Dilma Andrade de. **Legislação e Educação**: o ideário reformista do ensino primário em Sergipe na primeira República -1889-1930. São Carlos: Universidade de São Carlos, 2006. (Tese de Doutorado).

PATRÍCIO, Solange. **Educando para o trabalho**: a escola de aprendizes e artífices de Sergipe (1910-1930). São Cristóvão: Núcleo de Pós-Graduação em Educação/Universidade Federal de Sergipe, 2004. (Dissertação de Mestrado).

PILETTI, Nélson. **A reforma de Fernando de Azevedo**: Distrito Federal - 1927-1930. São Paulo: UNESP, 1982. v.20.

RAMALHO, José Rodorval. **Antiquae sede Novae:** tradição e Modernidade na Maçonaria Brasileira. São Paulo: PUC, 2004. (Tese de Doutorado)

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta Rocha. "Recordação para professoras: a História da Educação brasileira narrada por Afrânio Peixoto". In: GONDRA, José Gonçalves. **Dos arquivos à escrita da História**: a educação brasileira entre o Império e a República no século XIX. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001. p. 11 -36.

RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. **A Educação feminina durante o século XIX:** o Colégio Florence em Campinas 1863-1889. Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1996. (Coleção Campiniana, 4).

RIBEIRO, Manoel. "Discurso". In: CARVALHO NETO. **Advogados:** como aprendemos, como sofremos, como vivemos. São Paulo: Editora Saraiva, 1946. p. 8.

ROLLEMBERG. Francisco. "À guisa de prefácio". In: CARVALHO NETO, Paulo de. **Um precursor do direito trabalhista.** 2. ed. São Paulo: Carthago, 1989.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio:** ou da educação. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SANTANA, Antônio Samarone de. **As febres do Aracaju:** dos miasmas aos micróbios. Aracaju, SE: O Autor, 2001.

SANTOS, Maria Nely. **Professora Thétis:** uma vida. Aracaju: Gráfica Pontual, 1999.

SANTOS, Nivalda Menezes. **O celibato pedagógico feminino em Sergipe nas três primeiras décadas do século XX**: uma análise a partir da trajetória de Leonor Telles de Menezes. São Cristóvão: Núcleo de Pós-Graduação em Educação/Universidade Federal de Sergipe, 2006. (Dissertação de Mestrado).

SCHWARCZ Lílian Moritz. "Por uma historiografia da reflexão". IN: BLOCH, Marc. **A apologia da história**, ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p.7-12.

SERGIPE, Tribunal Regional Eleitoral. **100 Anos de Eleições em Sergipe**. Aracaju: TER/SE, 2002.

SILVA, Eugênia Andrade Vieira da. **A formação intelectual da elite sergipana** (1822-1889). São Cristóvão: Núcleo de Pós-Graduação em Educação/Universidade Federal de Sergipe, 2004. (Dissertação de Mestrado)

SILVA, Maria Neide Sobral da. **Vitrine das letras**: o discurso jornalístico e a modernidade pedagógica em Sergipe/Brasil e Portugal (1910-1920). Natal: Programa de Pós-Graduação em Educação/ Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2007. (Tese de Doutorado)

SIRINELLI, Jean-François. "Os intelectuais". In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ; Fundação Getulio Vargas, 1996. p.231-269.

SOUSA, Clotildes Farias de. **Por uma pátria de luz, espírito e energia**: a campanha da Liga Sergipense contra o Analfabetismo (1916-1950). São Cristóvão: Núcleo de Pós-Graduação em Educação/Universidade Federal de Sergipe, 2004. (Dissertação de Mestrado)

SOUSA, Francisco Alencar de. **Os tempos do Império** Uma análise da Reforma do Ensino Livre de 1879. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica/PUC, 2006. (Tese de Doutorado)

SOUZA, Cristiane Vitório de. "**A República das Letras" em Sergipe** (1889-1930). São Cristóvão: Departamento de História/Universidade federal de Sergipe, 2001. (Monografia de conclusão de Curso de Licenciatura em História).

SOUZA, Elizeu Clementino de. "Pesquisa narrativa e escrita (auto) biográfica: interfaces metodológicas e formativas". In: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto; SOUZA, Elizeu Clementino de. **Tempos, narrativas e ficções**: a invenção de si. Porto Alegre: EDIPUCRS: EDUNEB, 2006. p. 135-147.

SOUZA, Josefa Eliana. **Nunes Mendonça:** um escolanovista sergipano. São Cristóvão: Editora da UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2003.

SOUZA, Rita de Cácia Santos. **Educação Especial em Sergipe**: uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas. São Cristóvão: Núcleo de Pós-Graduação em Educação/Universidade Federal de Sergipe, 2000. (Dissertação de Mestrado)

SOUZA, Rosa Fátima. **Templos de Civilização***:* A Implantação da Escola Primária Graduada No Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo, Fundação Editora da UNESP, 1998.

SOUZA, Rosa Fátima. "Lições da Escola Primária". In: SAVIANI Dermeval [et al.]. **O Legado Educacional do Século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. p. 109-161. (Coleção Educação Contemporânea)

SOUZA, Verônica dos Reis Mariano. **Gênese da educação dos surdos em Aracaju.** Salvador/BA: UFBA, 2007. (Tese de Doutorado)

TEIXEIRA, Anísio. **Relatório da Inspetoria Geral do Ensino do Estado da Bahia**. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 7 abr. 1925. Disponível em http://www.prossiga.br/anisioteixeira/Visita _ guiada/p3a121.htm. Acesso em 28/05/2006.

THEOPHILO, Roque. **Ulysses Pernambucano de Melo Sobrinho:** um dos pioneiros da psicologia brasileira, [s.d]. http://www.psicologia.org.br/internacional/artigo5.htm. Acesso em: 23/1/2008.

VAGO, Tarcísio Mauro. **Cultura escolar, cultivo de corpos***:* Educação Physica e Gymnastica como práticas constitutivas dos Corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906-1920). Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

VALDEMARIN, Vera Teresa. "Os sentidos e a experiência: professores, alunos e métodos de ensino". In: SAVIANI, Dermeval et al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. p.163-203.

VALENÇA, Cristina de Almeida. **Entre livros e agulhas**: representações da cultura escolar feminina na Escola Normal de Aracaju (1871-1931). Aracaju: Nossa Gráfica, 2005.

VALENÇA, Cristina de Almeida. "O intelectual, o médico e o educador: a trajetória educacional de Helvécio de Andrade". (1900-1935). In: **Cadernos UFS – História da Educação/**Universidade Federal de Sergipe. Vol. VIII Fascículo 1. São Cristóvão: Editora da UFS, 2006. p.51-64.

_____. **Civilizar, higienizar e modernizar**: a difusão dos ideais da pedagogia moderna por Helvécio de Andrade (1911-1935). São Cristóvão: Núcleo de Pós-Graduação em Educação/Universidade Federal de Sergipe: 2006. (Dissertação de Mestrado)

VALLE, Lílian do. **Os enigmas da educação**: a *paideia* democrática entre Platão e Castoriadis. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

VEIGA, Cynthia Greive. "República e educação no Brasil" (1889-1971). In: VEIGA, Cynthia Greive Veiga. **História da Educação.** São Paulo: Ática, 2007. p. 237-322.

VIDAL, Diana Gonçalves e FARIA FILHO, Luciano Mendes. **As lentes da história:** estudos de história e historiografia da educação no Brasil. Campinas/SP: Autores Associados, 2005a.

_____."História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo e sua configuração atual". In: VIDAL, Diana Gonçalves Vidal, FARIA FILHO, Luciano Mendes de **As lentes da História**: estudos de história e historiografia da educação no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2005b. p. 73 – 127.

VIÑAO FRAGO. Antônio. "Do espaço Escolar e da escola como lugar: propostas e questões". In: VIÑAO FRAGO, Antônio e ESCOLANO, Augustín. **Currículo, espaço e subjetividade**: a arquitetura como programa. 2 ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2001. p.59-139.

WENDLING, Michelle Menezes. "Helvécio de Andrade, Manuel Bonfim e Prado Sampaio. Idéias de três sergipanos durante o I Congresso Brasileiro de Proteção à Infância". In: WENDLING, Michelle Menezes. **Artigos e textos produzidos no período de 2003-2005.** São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2006. (DPS/UFS, bolsista PIBIC/CNPq).

FONTES

Livros de Carvalho Neto

CARVALHO NETO, Antônio Manoel de. **Legislação do Trabalho**: polêmica e doutrina. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1926.

_____. **Vidas Perdidas**. Salvador: Livraria Progresso, 1948.

_____. **Advogados**: como aprendemos, como sofremos, como vivemos. São Paulo: Saraiva, 1946.

_____. **Cinzas da Província**. Aracaju: curso de tipografia e encadernamento da Escola Industrial de Aracaju, 1951.

_____. **No Parlamento:** Discursos e Projetos. Rio de Janeiro: Typ. Da casa Vavelle, 1921.

Livros sobre Carvalho Neto

CARVALHO NETO. Antônio**. O Pensamento Vivo de Carvalho Neto**. São Paulo: Sociedade Impressora Brasileira, 1954.

_____. **O pensamento Vivo de Carvalho Neto:** São Paulo: Edição comemorativa do Centenário de A. Manuel de Carvalho Neto, 1988.

_____. **O Adeus a Antônio Manoel de Carvalho Neto**. São Paulo: Edição comemorativa do Centenário de Antônio Manuel de Carvalho Neto, 1989.

_____. **Um Precursor do Direito Trabalhista Brasileiro,** Estudos Sociais e Políticos, 24, Edições da Revista Brasileira de Estudos Políticos: Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, 1964.

_____. **Um Precursor do Direito Trabalhista**, 2. ed., São Paulo: Carthago, 1989.

Anais de Congressos e documentos institucionais

BRASIL. Senado Federal, Biografia dos Senadores. Disponível em http:// wwww.senado.gov/sf/senadores/senadores_biografias.

BRASIL. Supremo Tribunal federal. Ministros do Supremo Tribunal Federal.Disponível em: http://www.stf.gobr/institucional/ministros/republica.asp?cod_min=58. Acesso em 07/01/2005.

BRASIL. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. Faculdade Nacional de Direito, Breve Histórico. RJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008. Breve Histórico http://www.direito.ufrj.br/. Acesso em 21/01/2008.

BAHIA. Congresso Internacional sobre pesquisa (auto)biográfica: tempos, narrativas e ficções: a invenção de si. Livro de programação e resumos. **Anais II CIPA**, EDUNEB, 2006.

SERGIPE. Arquivo Judiciário de Sergipe, em 30/03/2007. AJU/C OF. Doc. 32 – 2114. Inventário com testamento. Ano: 1954 – 26 de maio de 1954. Comarca de Aracaju, 681, 1954.

UBERLÂNDIA. VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação: Percursos e desafios da pesquisa e do ensino de história da educação. Livro de programação e resumos. **Anais COLUBHE 06.** UFU, 2006

Revistas e Separatas e outras publicações

CARVALHO NETO, Antônio Manoel de. Casa de Laranjeiras, Aracaju: **Revista da Academia Sergipana de Letras,** n/ 10, julho de 1943**.**

_____. Reminiscências. In: BEZERRA Felte. **Abdias Bezerra.** Traços psicológicos de um educador sergipano, Aracaju: 1947.

_____. Alfredo Montes: grande educador. Separata nº12 da Revista da Academia Sergipana de Letras. Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, 1945.

CAJUEIRO Jão E. **A Língua e o Estilo de Carvalho Neto**. Separata da Revista da Academia Sergipana de Letras. Aracaju: 1956.

Estatutos e Regimento Interno da Academia Sergipana de Letras. **Separata do n/ 13 da Revista da Academia.** Aracaju: Imprensa Oficial, 1948.

O Sodalício: edição comemorativa aos 70 anos da Academia Sergipana de Letras (1929 – 1999), Aracaju: J. Andrade, 1999.

Revista da Academia Sergipana de Letras, Ano I, Novembro de 1931, nº1.

SANTOS, Pedrinho. **Cronologia e síntese da legislação concernente à educação em Sergipe** (1900-1940). Aracaju: IHGS, 1981.

Artigos, matérias e entrevistas

ANDRADE. Helvécio de. “Em defesa de uma Instituição IV”. **Diário da Manhã.** Aracaju, 5 jun., 1919.

_____.“Em defesa de uma Instituição V”. **Diário da Manhã.** Aracaju, 6 jun., 1919.

CARVALHO NETO. Antônio Manoel de. “A Cartilha de um pedagogo I”. **Correio de Aracaju.** Aracaju, 5 jun., 1919.

_____.“A Cartilha de um pedagogo II”. **Correio de Aracaju**. Aracaju, 6 jun., 1919.

_____. “A Cartilha de um pedagogo III”. **Correio de Aracaju**. Aracaju, 7 jun., de 1919.

_____.“Fragmentos”, **Diário de Sergipe**. Aracaju, 12 jan., 1946.

_____. “Fragmentos”, **Diário de Sergipe.** Aracaju, 28 jan., 1946.

_____. “Fragemntos XV” **Diário de Sergipe**. Aracaju, 1 mar., 1946.

_____. “Fragmentos XIV”, **Diário de Sergipe**. Aracaju, 26 fev., 1946.

_____. “Fragmentos XXXVI”, **Diário de Sergipe**. Aracaju, 21 jun., 1946.

Artigos diversos em Jornais sergipanos

“A 6ª Escola da Liga contra o Analfabetismo”. **Correio de Aracaju**. Aracaju. 26 fev., 1920

“A inauguração duma Escola e três retratos em Laranjeiras”. **Correio de Aracaju**. Aracaju, 31 ago., 1920.

“A Instrução Pública e os Grandes Dias”. **Correio de Aracaju**. Aracaju, 6 mai., 1919.

“Escola de Aprendizes Marinheiros”. **Correio de Aracaju**. Aracaju. 4 fev., 1920.

“Loja Capitular Cotinguiba - Assistência judiciária gratuita, às pessoas desvalidas”. **Correio de Aracaju**. Aracaju, 30 jul., 1920.

“Pelo Brasil unido e culto: o presidente eleito e a uniformisação do ensino primário”. **Correio de Aracaju**, Aracaju, p.1, jun., 1919.

“Os problemas importantes: a educação scientifica dos anormaes”. **Sergipe Jornal**. Aracaju, 10 nov., 1921.

Artigos científicos que se referiram ao trabalho de Carvalho Neto

CHAGAS, Marco Aurélio Bicalho de Abreu. **Valores Éticos no exercício da cidadania**. **Jusnavegandi**, Teresina, ano 3, n.27, dez.1998. Disponível em: http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=286. Acesso em: 23/10/2007.

PEREIRA, Eliane Simões. Estudo vocabular de petições jurídicas: ornamentação e rebuscamento. In: **Revista Estudos Lingüísticos XXIV, 2005.** p.720-725. Ela cita Carvalho Neto, a partir do livro Advogados. Disponível em: www.gel.org.br. Acesso em 23/10/2007.

PORFÍRIO, Geórgia Bajer Fernandes de Freitas. **Cenário da Jurisdição Criminal** (analogias entre o passado e o presente). Mestre em Direito Processual pela Universidade de São Paulo.

Não foi possível identificar a data do texto. Disponível em: www.processocriminalpslf.com.br/cenario.htm. Acesso em 23/10/2007.

Depoimentos

BARBOSA, Aurélia Leite. Entrevista concedida à autora. Aracaju, 14 de junho de 2006.

LEITE, Vetúria Brito. Entrevista concedida à autora. Aracaju, 14 de junho de 2006.

MACHADO, Manoel Cabral. Entrevista concedida à autora. Aracaju, 4 de setembro de 2004.

_____.Entrevista concedida à autora. Aracaju, 25 de abril de 2007.

MITTARAQUIS, Vilma. Entrevista concedida a autora. Aracaju, 13 de outubro de 2006.

Discurso

RIBEIRO, Manoel. Discurso pela ocasião de homenagem prestada ao lançamento do livro de CARVALHO NETO: Advogados: como aprendemos, como sofremos, como vivemos. São Paulo: Saraiva, 1946.

Dicionário eletrônico

Dicionário eletrônico Houaiss, da Língua Portuguessa. Instituto Antônio Houaiss, 2007. Cd-rom.

Sites visitados

Enrico Ferri (1856-19129). Biografia. Disponível emhttp:// www.dec.ufcg.edu.br/biografias/enricFer.html.

Instituições

APES – Arquivo Público de Sergipe

ASL – Academia Sergipana de Letras

Arquivo particular do escritor, professor e advogado, Wagner Ribeiro.

Arquivo Judiciário de Sergipe

Arquivo da Escola de Comércio de Sergipe “Conselheiro Orlando”, localizado no Colégio Tobias Barreto.

Câmara Federal – Centro de Informação e Pesquisa

Escola Nacional de Direito

IHGS – Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe
Instituto Tobias Barreto de Educação e Cultura

Loja Maçônica Capitular Cotinguiba

Ordem dos Advogados do Brasil

Jornais em CD-Rom, produzidos pelo IHGS. Arquivo particular de Maria do Socorro Lima

Correio de Aracaju do ano de 1918, 1919 e 1920, 1921, 1922, 1923, 1925, 1926.

Sergipe Jornal, ano 1921.

Diário de Sergipe, ano 1946.

Diário da Manhã, ano 1919.

Mensagens presidenciais e Anais do Congresso Nacional e Tribunal Regional Eleitoral

BRASIL. Anaes da Câmara, Sessão em 7 de novembro de 1922. Unificação do Direito Processual.

BRASIL. Anaes da Câmara, Sessão em 5 de julho de 1923. Legislação Social.

BRASIL. Anaes da Câmara, Sessão em 29 de dezembro de 1923. Patronato Agrícola.

SERGIPE. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, em 7 de setembro de 1912, na instalação da 1ª sessão ordinária da 11ª legislatura, pelo Presidente do Estado Exmo. Sr, General Dr. José de Siqueira Menezes.

SERGIPE. Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, em 7 de Setembro de 1919, ao instalar-se a 3ª sessão e 13ª legislatura, pelo Presidente do Estado Coronel Dr. José Joaquim Pereira Lobo.

SERGIPE. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, em 7 de setembro, ao instalar-se a 1ª sessão ordinária da 14ª legislatura, pelo Coronel Dr. José Joaquim Pereira Lobo, Presidente do Estado, 1920.

SERGIPE. Mensagem apresentada pelo Conselho Municipal de Aracaju, em 1 de janeiro de 1921, pelo intendente Dr. Antônio Baptista Bittencourt, Imprensa Oficial, 1921.

SERGIPE. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, em 7 de setembro, ao instalar-se a 2ª sessão ordinária da 15ª legislatura, pelo Coronel Dr. José Joaquim Pereira Lobo, Presidente do Estado, 1921.

SERGIPE. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, em 7 de setembro, ao instalar-se a 3ª sessão ordinária da 16ª legislatura, pelo Coronel Dr. José Joaquim Pereira Lobo, Presidente do Estado, 1922.

SERGIPE. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do estado, em 7 de setembro, ao instalar-se a 1ª sessão ordinária da 17ª legislatura, pelo Presidente do Estado, Manoel Corrêa Dantas, 1929.

SERGIPE. Tribunal Regional Eleitoral. 100 anos de eleições em Sergipe. Aracaju: TRE/SE, 2002.

Termos de Visita

SERGIPE. Termo de Visita apresentado ao Exmo. Senhor Diretor Geral de Instrução Pública, Antônio Manoel de Carvalho Neto, em 05 de junho de 1919, pelo Inspetor de Ensino Ascendino Argollo. Visitou a escola regida pela Professora Áurea Freire Luduvice. Fundo E 6 volume 1179 (APES – Arquivo Público de Sergipe).

SERGIPE. Termo de Visita apresentado ao Exmo. Senhor Diretor Geral de Instrução Pública, Antônio Manoel de Carvalho Neto, em 07 de junho de 1919, pelo Inspetor de Ensino Ascendino Argollo. Escola Pública do sexo feminino, no município de Propriá, dirigida pela professora D. Esmeralda de Freitas Fundo E 6 volume 1179 – (APES – Arquivo Público de Sergipe).

SERGIPE. Termo de Visita apresentado ao Exmo. Senhor Diretor Geral de Instrução Pública, Antônio Manoel de Carvalho Neto, em 07 de junho de 1919, pelo Inspetor de Ensino Ascendino Argollo. Escola Pública do sexo masculino, no município de Própria, regida pelo Professor Juvenal José de Sousa. E 6 volumes 1179 – (APES – Arquivo Público de Sergipe).

SERGIPE. Termo de Visita apresentado ao Exmo. Senhor Diretor Geral de Instrução Pública, Antônio Manoel de Carvalho Neto, em 07 de junho de 1919, pelo Inspetor de Ensino Ascendino Argollo. Escola Pública do sexo masculino sob a direção da professora D. Rosa Theresa da Cunha de Mello. E 6 volumes 1179 – (APES – Arquivo Público de Sergipe).

SERGIPE. Termo de Visita apresentado ao Exmo. Sr. Diretor Geral de Instrução Pública, Antônio Manoel de Carvalho Neto, em 9 de junho de 1919, pelo Inspetor de Ensino Ascendino Argollo. Fundo E6 – volume 1179 (APES –Arquivo Público de Sergipe).

SERGIPE. Termo de Visita apresentado pelo Diretor Geral de Instrução Pública, Antônio Manoel de Carvalho Neto, em 29 de abril de 1919. Fundo E6 – volume 1179 (APES – Arquivo Público de Sergipe).

SERGIPE. Termo de Visita apresentado por Antônio Manoel de Carvalho Neto, em 22 de abril de 1919. Visitou o Colégio Tobias Barreto, regido pelo Professor Alencar Cardoso. Fundo E 6 volume 1179 – (APES – Arquivo Público de Sergipe).

SERGIPE. Termo de Visita apresentado por Antônio Manoel de Carvalho Neto, em 25 de abril de 1919. Visitou a Escola Noturna, na rua de Simão Dias, regida pelo professor

normalista Antônio Oliveira. Fundo E 6 volume 1179 – (APES – Arquivo Público de Sergipe).

SERGIPE. Termo de Visita apresentado ao Exmo. Senhor Diretor Geral de Instrução Pública, Antônio Manoel de Carvalho Neto, pelo Inspetor de Ensino, Antônio Xavier de Assis, em 22 de novembro de 1918. E 6 volume 1179 - (APES – Arquivo Público de Sergipe).

SERGIPE. Termo de Visita apresentado ao Exmo. Sr. Diretor Geral de Instrução Pública, pelo Inspetor de Ensino, Antônio Xavier de Assis, em 8 de maio de 1919. Escola mista no município de São Cristóvão, regida pela professora Marianna Fontes. Fundo E6 volume – 1179 (APES – Arquivo Público de Sergipe).

Relatórios de professoras, professores e diretores

SERGIPE. Relatório de Professores. AZEVEDO, Laurícia Álvares de, 20 de novembro, 1919. Fundo E6 – volume 202 (Arquivo Público de Sergipe).

SERGIPE. Relatório de Professores. CAMPOS, Isabel Pinto de. 14 de novembro de 1919. Fundo E6 – volume 202 (Arquivo Público de Sergipe).

SERGIPE. Relatório de Professores. CARDOSO, Luiz. 30 de novembro, 1919. Fundo E6 – volume 202 (Arquivo Público de Sergipe).

SERGIPE. Relatório de Professores. DANTAS, Leopoldina Josephina Leite. 20 de novembro de 1919. Fundo E6 – volume 202 (Arquivo Público de Sergipe).

SERGIPE. Relatório de Professores. ESBARRA, Anna Eufrásia do Lago. 20 de novembro de 1919. Fundo E6 – volume 202 (Arquivo Público de Sergipe).

SERGIPE. Relatório de Professores. FONSECA, Marieta. 21 de julho de 1919. Fundo E6 – volume 202 (Arquivo Público de Sergipe).

SERGIPE. Relatório de Professores. PAES, Alcebíades Correia. Fundo E6 – volume 202 (Arquivo Público de Sergipe).

SERGIPE. Relatório de Diretores. PEIXOTO, Alcimar do Prado. 26 de novembro de 1919. Fundo E6 – volume 202.

SERGIPE. Relatório de Professores. SILVA, Anna de Araújo e. 27 de fevereiro de 1919. Fundo E6 – volume 202 (Arquivo Público de Sergipe).

SERGIPE. Relatório de Professores. SIQUEIRA, Dallila, 1919. Fundo E6 – volume 202 (Arquivo Público de Sergipe).

Regulamentos, Leis e Decretos

SERGIPE. Diversos “Leis e Decretos”. Regulamento da Instrução Pública do Estado de Sergipe, de 1912, expedido pela Lei nº. 605 de 24 de setembro de 1912 e por Decreto nº571 de 19 de outubro de 1912, no Governo do Exmº. Sr. General Dr. José Siqueira de Menezes, Presidente do Estado. Volume 9-APES – Arquivo Público de Sergipe.

SERGIPE. Diversos “Leis e Decretos”. Regulamento da Instrução Pública do Estado de Sergipe expedido pela Lei n. 703 de 16 de julho de 1916, que aprova os decretos 630 de 24 de abril, e 633, de 17 de junho de 1916, no Governo do General Oliveira Valladão. APES – Arquivo Público de Sergipe.

Atas do Conselho Superior de Instrução Pública

Ata do Conselho Superior de Instrução. **Correio de Aracaju**. Aracaju, 23 abr., 1919. Trata do pedido do Dr. Adolpho Ávila Lima, que solicitou cópia do parecer que aprovou o trabalho de sua autoria: “Mappa Geographico de Sergipe”.

Ata do Conselho Superior de Instrução. **Correio de Aracaju**. Aracaju, 24 abr., 1919, lida pelo conselheiro Dr. Adolpho Ávila Lima.

Ata do Conselho Superior de Ensino. **Correio de Aracaju**. Aracaju, 1 mai., 1919. 1º de mai. 1919. Trata da discussão dos programas de ensino da Escola Normal.

Ata do Conselho Superior de Instrução. **Correio de Aracaju**. Aracaju. 05mai., 1919. Versa sobre o Programa das Conferências Pedagógicas que compõem a agenda de 1919, organizadas da seguinte forma: Conselho Superior de Instrução Pública; seus fins: – Dr. Carvalho Neto, em julho. 2ª – Métodos de Ensino – Dr. Ascendino Argollo, em julho. 3ª- Da Metodologia Pedagógica – Dr. Ávila Lima, em agosto. 4ª- O Médico e a Escola – Fr. Augusto Leite, em Setembro. 5ª- Estudo da Geografia e da História – Dr. Alcebíades Paes, em outubro. 6ª – Do ensino das Línguas Vivas – Professor Franco Freire – novembro.

Ata do Conselho Superior de Instrução. **Correio de Aracaju**. Aracaju. 8 mai., 1919. Registra o parecer das Disciplinas: Francês, Inglês, História Natural e Higiene, Física e Química, Educação Física, Desenho e Geometria, da Escola Normal.

Ata do Conselho Superior de Instrução. **Correio de Aracaju.** Aracaju. 9 mai, 1919. Registra o parecer sobre as Disciplinas: Francês, Inglês, Física, Desenho e Geometria, Aritmética e Álgebra, aprovando-os, com restrição aos de Historia Natural e Hiygiene.

Ata do Conselho Superior de Instrução. **Correio de Aracaju**. Aracaju. 15 mai., 1919. Discorre sobre o parecer da “Pequena Cartilha Sergipana” do médico Helvécio de Andrade.

Livro de Atas

SERGIPE. Arquivo Público de Sergipe. Livro de Registro das Atas do Conselho de Instrução Pública, referente ao período no Fundo Educação E11. vol. 3.

ANEXOS

RELAÇÃO DOS ANEXOS

ANEXO A – Quadro A – Relatórios e ofícios de professoras e professores emitidos à Direção Geral de Instrução Pública (1919)

ANEXO B – Quadro B – Relatórios, Termos de Visita e Inspetores e ofícios (1919)

ANEXO C – Quadro C – Leis, Decretos, Regulamentos e Mensagens

ANEXO D – Quadro D – Atas do Conselho Superior de Instrução Pública

ANEXO E – Inventário das Caixas Pesquisadas do Arquivo Público de Sergipe

ANEXO F – Inventário dos Documentos sobre a Escola de Comércio “Conselheiro Orlando” localizados no Colégio Tobias Barreto

ANEXO G – Listagem dos Documentos localizados no IHGS

ANEXO H – Decreto de 22 de março de 1945 da Escola de Comércio “Conselheiro Orlando”

ANEXO I – Depoimento de Manoel Cabral Machado

ANEXO J – Projecto n.480 – 1921.

ANEXO K – Cronologia de Carvalho Neto

ANEXO L- Transcrição da Matéria jornalística: Os Problemas Importantes: “a educação scientifica dos anormaes”. “Sergipe Jornal”, **Aracaju**, 10 nov., 1921.

ANEXO A

QUADRO A - RELATÓRIOS E OFÍCIOS DE PROFESSORAS E PROFESSORES EMITIDOS À DIREÇÃO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA – 1919

LOCALIZAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO DO PROFESSOR E/OU PROFESSORA	DATA E LOCAL	ASSUNTO/OBSERVAÇÕES
APES – E 1 – 202	PROFESSORA GUIOMAR SIQUEIRA	MATTA, 20.11.1919.	ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS LETIVOS. INSUFICIÊNCIA DE TEMPO NA CADEIRA. PROMOÇÕES NÃO REALIZADAS. ÍNDICE DE ANALFABETISMO (30 ALUNOS).
APES – E 1 – 202	MARIA CATHARINA MENDES DE OLIVEIRA	CALUMBY, 20.11.1919.	ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS LETIVOS. NÃO REALIZOU PROMOÇÕES, NEM EXAMES FINAIS.
APES – E 1 – 202	MARIA DA GLÓRIA CHAVES	ARACAJU, 24.11.1919 COLÉGIO N. SENHORA DA CONCEIÇÃO.	ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS LETIVOS. DECLAROU TER ENCERRADO AS ATIVIDADES SEM A SOLENIDADE DOS ANOS ANTERIORES DEVIDO A "AUSÊNCIA DE ALUNOS HABILITADOS POR CAUSA DA EPIDEMIA QUE NOS AMEAÇA" (FEBRE AMARELA).

APES – E 1 – 202	CRISTINA MAGALHÃES POLICIANO CRUZ	MACHADO, 20.11.1919.	ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS LETIVOS. NÃO REALIZOU PROMOÇÕES POR TER ASSUMIDO O EXERCÍCIO RECENTEMENTE.
APES – E 1 – 202	AMÉLIA DE AGUIAR BRITO	SANTO AMARO, 22.11.1919 CADEIRA DO SEXO FEMININO.	ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS LETIVOS.
APES – E 1 – 202	MARIA DIVA GUIMARÃES GOES	PARAGUAY, 26.11.1919 ESCOLA SINGULAR MISTA.	ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS LETIVOS.
APES – E 1 – 202	EURYDICE PINTO DE CARVALHO	PLANTA, 29.11.1919.	ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS LETIVOS. PROCEDIDAS AS PROMOÇÕES DE CLASSE COMO DETERMINA O REGULAMENTO.
APES – E 1 – 202	MAURA PINNA	COBRA D'ÁGUA, 22.11.1919.	ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS LETIVOS. ATAS DE PROMOÇÕES E TERMOS DE VISITA.
APES – E 1 – 202	MARIETTA FONSECA	PALMARES, 21.07.1919. CADEIRA DE ENSINO MISTO.	SOLICITAÇÃO DE BANCOS ESCOLARES, MESA, QUADRO PRETO, RELÓGIO, CADEIRA PARA PROFESSORA, LIVROS DE

APES – E 1 – 202	MARIETTA FONSECA	PALMARES, 27.11.1919.	ESCRITURAÇÃO, LIVROS ESCOLARES, HINÁRIO, REGULAMENTO E OUTROS LIVROS PARA OS MENINOS POBRES. ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS LETIVOS. TERMO DE PROMOÇÃO DOS ALUNOS.
APES – E 1 – 202	ESTHER DA SILVA MENEZES	BOMFIM, 27.11.1919.	ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS LETIVOS. TERMO DE PROMOÇÃO DOS ALUNOS.
APES – E 1 – 202	ALZIRA RÉGIS	BACCAPARY, 29.11.1919.	ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS LETIVOS.
APES – E 1 – 202	OLGA DE AGUIAR MENESES	PIRAMBU, 21.11.1919.	ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS LETIVOS.
APES – E 1 – 202	ADOLPHINA FERREIRA LIMA	MARIMBONDO, 26.11.1919.	ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS LETIVOS.
APES – E 1 – 202	JULIA DANTAS DE MELLO	MACAMBIRA, 16.11.1919.	ENCERRAMENTO TRABALHOS LETIVOS.

APES – E 1 – 202	AFRA MUNIZ BARRETO	DIVINA PASTORA, 20.11.1919.	ENCERRAMENTO TRABALHOS LETIVOS.
APES – E 1 – 202	MIREN PEREIRA DE MORAES	SANTO AMARO, 18.11.1919. AULA PÚBLICA DO SEXO MASCULINO.	ENCERRAMENTO TRABALHOS LETIVOS.
APES – E 1 – 202	ROSENTINA JUNQUEIRA LEITE	SANTO ANTÔNIO, 27.11.1919.	ENCERRAMENTO TRABALHOS LETIVOS.
APES – E 1 – 202	MARIA DA CONCEIÇÃO AZEVEDO	MAROIM, 20.11.1919.	ENCERRAMENTO TRABALHOS LETIVOS.
APES – E 1 – 202	ISABEL PINTO DE CAMPOS	AREIA BRANCA, 20.11.1919.	ENCERRAMENTO TRABALHOS LETIVOS.
APES – E 1 – 202	LAURÍCIA ÁLVARES DE AZEVEDO	PITANGA, 20.11.1919.	ENCERRAMENTO TRABALHOS LETIVOS.
APES – E 1 – 202	ZULMIRA DE CARVALHO NOBRE	ARACAJU, 28.11.1919.	ENCERRAMENTO TRABALHOS LETIVOS. REALIZAÇÃO DE PROMOÇÕES DAS ALUNAS EM OBEDIÊNCIA AO PRESCRITO NO REGULAMENTO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA.

APES – E 1 – 202	FRANCISCO ANTÔNIO DOS SANTOS	PROPRIÁ, 26.11.1919.	ENCERRAMENTO TRABALHOS LETIVOS. SEM REALIZAÇÃO DE EXAMES FINAIS.
APES – E 1 – 202	AFRA DE ANDRADE GUIMARÃES	MAROIM, 25.11.1919.	ENCERRAMENTO TRABALHOS LETIVOS. REALIZAÇÃO DE PROMOÇÃO DAS ALUNAS.
APES – E 1 – 202	MARIA DOS PRAZERES ZICKLER	MAROIM, 26.11.1919.	ENCERRAMENTO TRABALHOS LETIVOS.
APES – E 1 – 202	LEOPOLDINA JOSEPHINA LEITE DANTAS	VILLANOVA, 20.11.1919. ESCOLA FEMININA.	COMUNICA REALIZAÇÃO DE FESTAS CÍVICAS. PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA.
APES – E 1 – 202	JUVENAL JOSÉ DE SOUZA	PROPRIÁ, 24.11.1919. PRIMEIRA CADEIRA PÚBLICA DO SEXO MASCULINO DE PROPRIÁ.	ENCERRAMENTO TRABALHOS LETIVOS.
APES – E 1 – 202	FERNANDINA STELLA DE MENEZES	JAPARATUBA, 27.11.1919.	ENCERRAMENTO TRABALHOS LETIVOS.
APES – E 1 – 202	VERÍSSIMO DE OLIVEIRA CÉZAR	ARACAJU, 27.11.1919.	ENCERRAMENTO TRABALHOS LETIVOS.

APES – E 1 – 202	ANTÔNIA PORCINA DE VASCONCELOS	ESTÂNCIA, 29.11.1919.	ENCERRAMENTO TRABALHOS LETIVOS.
APES – E 1 – 202	MARIA DE CARVALHO	BOQUIM VELHO, 14.11.1919. ESCOLA MISTA.	ENCERRAMENTO TRABALHOS LETIVOS.
APES – E 1 – 202	GUIOMAR TAVARES	SÃO PAULO, 26.11.1919.	ENCERRAMENTO TRABALHOS LETIVOS.
APES – E 1 – 202	ANNA PITANGA DE QUEIRÓS	ESTÂNCIA, 30.11.1919. AULA DE ENSINO MISTO.	ENCERRAMENTO TRABALHOS LETIVOS.
APES – E 1 – 202	CAROLINA DE SILVEIRA LIMA	LAGARTO, 24.11.1919. LAGARTO, 27.11.1919. ESCOLA ISOLADA DO SEXO FEMININO.	RELATA REALIZAÇÃO DE FESTAS CÍVICAS PELOS DIAS DA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA E DA BANDEIRA. ENCERRAMENTO TRABALHOS LETIVOS.
APES – E 1 – 202	MARIA DOS ANJOS NERY	RIBEIRA, 17.11.1919.	RELATA FESTAS ALUSIVAS AO TRIGÉSIMO ANIVERSÁRIO DA REPÚBLICA.
APES – E 1 – 202	MARIA DE AGUIAR CRUZ	LAGARTO, 20.11.1919.	RELATA SOLENIDADE PELA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA.

APES – E 1 – 202	AGRIPPINA FERREIRA ALVES	VILLA CHRISTINA, 29.11.1919.	ENCERRAMENTO TRABALHOS LETIVOS.
APES – E 1 – 202	JOSEPHA HONORATA DA FONSECA	MOCAMBO, 27.11.1919.	ENCERRAMENTO TRABALHOS LETIVOS.
APES – E 1 – 202	ANNA EUFRÁSIA DO LAGO ESBARRA	ARACAJU, 20.11.1919 ESCOLA FEMININA.	ENCERRAMENTO TRABALHOS LETIVOS DE ACORDO COM CIRCULAR DA DIRETORIA. DEIXOU DE REALIZAR PROMOÇÕES DE CLASSE E EXAMES FINAIS POR MOTIVO DE VACINA E ALASTRIM NAS ALUNAS.
APES – E 1 – 202	OLGA GENTIL FORTES	SALGADO, 19.11.1919.	ENCERRAMENTO TRABALHOS LETIVOS. NÃO REALIZOU PROMOÇÕES E EXAMES FINAIS.
APES – E 1 – 202	LUIZ CARDOSO	ARACAJU, 30.11.1919. ESCOLA NOTURNA. Av. SANTO ANTÔNIO, DA CAPITAL.	ENCERRAMENTO TRABALHOS LETIVOS COM A PRESENÇA DO COMERCIANTE JOÃO BAPTISTA DE OLIVEIRA. RELATA QUE OS ALUNOS OPERÁRIOS ERAM DEDICADOS E, POR ISSO, TIVERAM APROVEITAMENTO RECONHECIDO. CONSIDERA A INSTRUÇÃO “BASE FUNDAMENTAL AO CONHECIMENTO DA RAZÃO. E SEU DEVER PARA COM A PÁTRIA, FAMÍLIA E HUMANIDADE”. PRESTA

			HOMENAGEM AO PRESIDENTE DO ESTADO, PEREIRA LOBO, AO EXMO. GAL. VALADÃO (FUNDADOR DAS ESCOLAS NOTURNAS) E EXMO. DIRETOR DA INSTRUÇÃO PÚBLICA.
APES – E 1 – 202	MARIANNA DE MENDONÇA	ARACAJU, 25.11.1919.	ENCERRAMENTO TRABALHOS LETIVOS.
APES – E 1 – 202	IDALINA ROSA DO PRADO	ARACAJU, 25.11.1919.	ENCERRAMENTO TRABALHOS LETIVOS.
APES – E 1 – 202	MARINA DALTRO NABUCO	PATRIMÔNIO, 22.11.1919.	ENCERRAMENTO TRABALHOS LETIVOS.
APES – E 1 – 202	DALILA SIQUEIRA (PROFESSORA INTERINA)	DIVINA PASTORA (POVOADO SACO DO BOMFIM), 20.11.1919.	ENCERRAMENTO TRABALHOS LETIVOS

APES – E 1 – 202	JARDELINA DE GOES FONTES	ESTÂNCIA, 30.11.1919.	ENCERRAMENTO TRABALHOS LETIVOS
APES – E1 -202	HORMINDO MENEZES. CARTA DE 31.5.1919.	ARACAJU	NOTA DE FALECIMENTO DA NORMALISTA DO 4º ANO, ALDEGUNDES VIEIRA DE MELO. ÚLTIMA VONTADE DA MESMA: SER LEVADA AO CEMITÉRIO PELAS COLEGAS.
APES – E1 -202	LEONOR TELLES DE MENEZES. 11.7.1919.	ARACAJU	FALECEU NO DIA 10 DO CORRENTE A ALUNA ANTÔNIA XAVIER DE MELLO QUE PERTENCIA À 1ª SEÇÃO.

Acervo: Arquivo Público do Estado de Sergipe. Fundo E 1.

ANEXO B

QUADRO B - RELATÓRIOS, TERMOS DE VISITA DE INSPETORES, OFÍCIOS

LOCALIZAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO (AUTOR/TIPO DE DOCUMENTO)	DATA E LOCAL	SÍNTESE DO DOCUMENTO
APES – E6 1179	HENRIQUE DE F. FONTES (SECRETÁRIO DO INTERIOR E JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA). DOC.OFÍCIO.	SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA, ESTADO DE SANTA CATARINA. FLORIANÓPOLIS, 04.11.1919.	ENCAMINHA À DIREÇÃO GERAL DE INSTRUÇÃO PÚBLICA DE SERGIPE IMPRESSOS RELATIVOS À REGULAMENTAÇÃO DO ENSINO PARTICULAR DE SANTA CATARINA.
APES – E6 1179	ANTÔNIO MANOEL DE CARVALHO NETO (DIRETOR GERAL DE INSTRUÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DE SERGIPE). DOC.OFÍCIO.	ARACAJU (S/D)	AGRADECE O ENVIO A RESPEITO DA REGULAMENTAÇAO DO ENSINO PARTICULAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

APES – E6 1179	HENRIQUE DE F. FONTES (SECRETÁRIO DO INTERIOR E JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA). DOC.OFÍCIO.	FLORIANÓPOLIS, 26.07.1919.	SOLICITA À DIRETORIA GERAL DE INSTRUÇÃO PÚBLICA DE SERGIPE REMESSA DE LEIS E DECRETOS, REGULAMENTOS, MEMÓRIAS E OUTROS DOCUMENTOS OFICIALMENTE PUBLICADOS EM SERGIPE. REQUER TAMBÉM PUBLICAÇÕES FEITAS POR PARTICULARES ATINENTES AO MESMO ASSUNTO.
APES – E6 1179	ANTÔNIO MANOEL DE CARVALHO NETO. (DIRETOR GERAL DE INSTRUÇÃO PÚBLICA) DOC. TERMO DE VISITA.	ARACAJU, 25.04.1919. ESCOLA NOTURNA REGIDA PELO PROF. NORMALISTA ANTÔNIO OLIVEIRA.	EXAME DE ESCRITURAÇÃO DOS LIVROS ESCOLARES, MATRÍCULA E FREQÜENCIA DE ALUNOS, ASSEIO DO PRÉDIO E ORGANIZAÇÃO DO MATERIAL ESCOLAR E OBSERVAÇÃO DO PROGRAMA DESENVOLVIDO.
APES – E6 1179	ANTÔNIO MANOEL DE CARVALHO NETO. (DIRETOR GERAL DE INSTRUÇÃO PÚBLICA) DOC. TERMO DE VISITA.	ARACAJU, 29.04.1919. COLÉGIO TOBIAS BARRETO. REGIDO PELO PROF. ALENCAR CARDOSO.	OBSERVAÇÃO DA PRÁTICA DO ENSINO INTUITIVO. ESCRITURAÇÃO DOS LIVROS ESCOLARES CONFORME REGULAMENTO E CONFORMAÇÃO DO PROGRAMA ESCOLAR APLICADO. RESTRIÇÕES QUANTO ÀS CONDIÇÕES FÍSICAS DO PRÉDIO.
APES – E6 1179	ANTÔNIO MANOEL DE CARVALHO NETO. (DIRETOR GERAL DE INSTRUÇÃO PÚBLICA) DOC. TERMO DE VISITA.	ARACAJU. 25.4.1919. ESCOLA NOTURNA. REGÊNCIA: PROF. NORMALISTA ANTÔNIO OLIVEIRA.	EXAMINOU A ESCRITURAÇÃO DOS LIVROS EM BOA CONSERVAÇÃO. MAT. REGULAMENTAR COMPLETA. FREQ. MÉDIA: 34 CRIANÇAS. OBSERVOU APLICAÇÃO DE EXERCÍCIOS PELO PROFESSOR QUE PROCUROU RESPEITAR

			AS APTIDÕES INTELECTUAIS DOS ALUNOS. SALA PEQUENA, AINDA QUE DE BOM ASPECTO. NECESSIDADE DE OUTRO PRÉDIO PELA PROCURA DE ALUNOS. AUSÊNCIA DE PROGRAMA DE CURSOS NOTURNOS. ADAPTAÇÃO DO PROGRAMA DAS ESCOLAS DIURNAS. RESSALTOU O ESFORÇO DO MESTRE APESAR DE NÃO TER PROGRAMA DE ENSINO.
APES – E6 1179	ANTÔNIO XAVIER DE ASSIS (INSPETOR DE ENSINO). TERMO DE VISITA. ANTÔNIO XAVIER DE ASSIS (INSPETOR DE ENSINO). TERMO DE VISITA.	ARACAJU, 31.05.1919. VÁRIOS ESTABE-LECIMENTOS. ARACAJU, 31.05.1919. VÁRIOS ESTABE-LECIMENTOS.	RETORNO DE VISITAS ÀS ESCOLAS APÓS PERÍODO DE MOLÉSTIAS. OBSERVAÇÕES SOBRE O MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO. SOLICITA CRIAÇÃO DE MAIS DUAS ESCOLAS. VISITOU TRÊS ESCOLAS REGIDAS PELOS PROFESSORES LEÃO MAGNO BRASIL, D. MARIANNA FONTES DE OLIVEIRA E JUDITHE DA SILVA LISBÔA. REGISTRA 150 ALUNOS E MAIS SETENTA E UM ASSISTENTES. ESSE TERMO RELATA OUTRAS VISITAS, DETALHANDO NÚMERO DE MATRÍCULAS REGULARES E IRREGULARES, SITUAÇÃO DAS ESCOLAS, E RELATA FREQÜENCIA DE ALUNOS E DESTACA ESFORÇO DOS PROFESSORES; SUGERE CRIAÇÃO DE MAIS ESCOLAS.
APES – E6 1179	ALBANO SILVA (SECRETÁRIO GERAL DE ESTADO). OFÍCIO AO PRESIDENTE DO CONSELHO	ARACAJU, 12.071919.	COMUNICA ENCAMINHAMENTO DE LIVROS, ADQUIRIDOS NO RIO DE JANEIRO, AO CONSELHO SUPERIOR DE INSTRUÇÃO

	SUPERIOR DE INSTRUÇÃO DO ESTADO DE SERGIPE.		DO ESTADO DE SERGIPE, CONFORME SOLICITAÇÃO DE SEU PRESIDENTE.
APES – E6 1179	ANTÔNIO XAVIER DE ASSIS (INSPETOR DE ENSINO). TERMO DE VISITA.	ARACAJU, 31.05.1919.	TRAZ INFORMAÇÕES DE SUAS VISITAS SOBRE ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO E DO BAIRRO BARRA DOS COQUEIROS. RELATA SITUAÇÃO INTERNA DAS ESCOLAS, DESCREVE ASPECTOS ECONÔMICOS DAS CIDADES E LOCAIS VISITADOS, SUGERINDO ABERTURA DE NOVAS ESCOLAS.
APES – E6 1179	ANTÔNIO XAVIER DE ASSIS (INSPETOR DE ENSINO). TERMO DE VISITA.	ARACAJU, 16.07.1919. COLÉGIO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO SOB DIREÇÃO DA PROFª. MARIA DA GLÓRIA.	DESTACA A APLICAÇÃO DO MÉTODO DE ENSINO DEDUTIVO.
APES – E6 1179	ANTÔNIO XAVIER DE ASSIS (INSPETOR DE ENSINO). TERMO DE VISITA.	ARACAJU, 19.07.1919. EXTERNATO CECÍLIA CURVELO. RUA PACATUBA.	
APES – E6 1179	SANCHO MOURA (DELEGADO DE ENSINO). TERMO DE VISITA.	PACATUBA, 07.09.1917. AULA DO SEXO FEMININO REGIDA PELA PROFESSORA ADOLPHA VIEIRA DE MELLO.	PRESIDIU REUNIÃO CÍVICA ALUSIVA À BANDEIRA BRASILEIRA E À INDEPENDÊNCIA DO BRASIL.

APES – E6 1179	ANTÔNIO XAVIER DE ASSIS (INSPETOR DE ENSINO). TERMO DE VISITA.	VILA DE SOCORRO, 25.03.1919. ESCOLA DO SEXO FEMININO PROFª. MARIA PUREZA DE ALBUQUERQUE.	
APES – E6 1179	ANTÔNIO XAVIER DE ASSIS (INSPETOR DE ENSINO). TERMO DE VISITA.	VILA DO SOCORRO, 25.03.1919. ESCOLA DO SEXO MASCULINO PROFª. ANNA ETELVINA DE GOES.	
APES – E6 1179	ANTÔNIO XAVIER DE ASSIS (INSPETOR DE ENSINO). OFÍCIO AO DIRETOR GERAL DE INSTRUÇÃO PÚBLICA.	ARACAJU, 05.04.1919.	SOLICITA CONSTAR AO PRESIDENTE DO ESTADO, CORONEL PEREIRA LOBO, QUE A GERÊNCIA DA FÁBRICA DE TECIDO DE SÃO CRISTÓVÃO MANTENHA OFERTA À INSPETORIA DE UM SALÃO ILUMINADO A ELETRICIDADE PARA FUNCIONAR UMA ESCOLA NOTURNA FEMININA.
APES – E6 1179	ANTÔNIO XAVIER DE ASSIS (INSPETOR DE ENSINO). TERMO DE VISITA.	ARACAJU, 06-08. 05. 1919. ESCOLA MISTA DA RUA DO SAL DA CIDADE DE SÃO CRISTÓVÃO, REGIDA PELA PROFª. D. MARIANNA FONTES DE OLIVEIRA.	DESTACA AS CONDIÇÕES HIGIÊNICAS EXIGIDAS PELA PEDAGOGIA, MOBILIÁRIO AMERICANO E COMPLETO CONFORME RELAÇÃO ENCONTRADA EM TERMO ANTERIOR DE 26.07.1918, E CONSTANTE DE SEU RELATÓRIO ANUAL. DESTACA NÚMERO DE MATRÍCULAS DE AMBOS OS SEXOS, OBSERVA O EXCESSO DE FREQÜENCIA, SUGERINDO ABERTURA DE MAIS ESCOLAS. RESSALTA A FUNÇÃO DA CAIXA ESCOLAR PARA DOAÇÃO DE FARDAMENTO. REALIZOU EXAMES NAS TRÊS CLASSES EXISTENTES NA ESCOLA. MAT. 50 CRIANÇAS, AMBOS OS SEXOS. FREQ. 72 CRIANÇAS. 74 NO DIA 8/5/1919.

APES – E6 1179	ANTÔNIO XAVIER DE ASSIS (INSPETOR DE ENSINO). TERMO DE VISITA.	ESCOLA NOTURNA HORÁCIO HORA. BAIRRO SIQUEIRA DE MENEZES. MANTIDA PELO CENTRO OPERÁRIO. DIREÇÃO: PROF. SEBASTIÃO PÚBLIO DE ALBUQUERQUE. INAUGURADA EM 1910.	INFORMA PRÉDIO PEQUENO, MAS BEM LOCALIZADO. INFORMA INTERESSE DO CENTRO PELA CONSTRUÇÃO DE OUTRO PRÉDIO. MAT. 40 ALUNOS DA CLASSE OPERÁRIA. MAIORIA MENINOS DE 8 A 15 ANOS. FREQ. 38 ALUNOS. DIVIDIDOS EM QUATRO CLASSES. REALIZOU ARGUIÇÃO DA 4ª CLASSE COM BONS RESULTADOS. ENSINO INDUTIVO. MATÉRIAS: LÍNGUA NACIONAL, ARITIMÉTICA, GEOGRAFIA, HISTÓRIA, ETC.
APES – E6 1179	ANTÔNIO XAVIER DE ASSIS (INSPETOR DE ENSINO). TERMO DE VISITA	EXTERNATO CECÍLIA CURVELO. RUA PACATUBA. DIREÇÃO: CECÍLIA CURVELO.	EXALTA A QUALIDADE DO ENSINO NESTA ESCOLA, RECOMENDADA DESDE SUAS FUNÇÕES NA CIDADE DE LARANJEIRAS. ACHOU-SE IMPRESSIONADO. FEZ ARGUIÇÕES DESDE A 1ª À 4ª CLASSE EM TODAS AS MATÉRIAS ESTUDADAS COM TODOS OS ESTUDANTES. EM MOLDES COM O PROGRAMA DO ENSINO PÚBLICO, INCLUSIVE CÂNTICOS E GINÁSTICA. MESMAS MARCHAS DE MOVIMENTO E PAVILHÃO NACIONAL DESFRALDADO. DESTACA CONHECIMENTO DA PROFESSORA. PRÉDIO VASTO, HIGIÊNICO E BEM MOBILIADO. MAT. 52 ALUNOS DE AMBOS OS SEXOS. PRESENTES NO DIA DA VISITA, 32. ABORDOU CIVISMO, AMOR À PÁTRIA E LIBERDADE. ALUNOS EM CONFORMIDADE COM OS TEMAS.
APES – E6 1179	ANTÔNIO XAVIER DE ASSIS (INSPETOR DE ENSINO). TERMO DE VISITA.	ESCOLA DO SEXO MASCULINO. PROFESSOR VERÍSSIMO OLIVEIRA.	PROFESSOR RECLAMA REPAROS NO PRÉDIO. MOBILIÁRIO AMERICANO. CONSTA DE 24 BANCOS COM 4

		RUA DO BOMFIM. PRÉDIO PROPRIEDADE PARTICULAR. SALÃO VASTO PARA AS AULAS. FRENTE PARA O NORTE.	CARTEIRAS. MÊSA E CADEIRA DO MESMO ESTILO. ESTRADO, QUADRO-NEGRO, 1 CARTA DE PARKER, 1 RELÓGIO DE PAREDE, 1 CONTADOR MECÂNICO E TRÊS MAPAS NO SALÃO ONDE FUNCIONA ESCOLA NOTURNA FEMININA MANTIDA PELO ESTADO. MAT. 30 CRIANÇAS. FREQ. MÉDIA 22 CRIANÇAS. DIVIDIDAS EM 1ª, 2ª E 3ª CLASSES. ARGUIÇÃO, APROVEITAMENTO NA CARTA DE PARKER. CONTABILIDADE E EXERCÍCIOS DE CALIGRAFIA. LEVOU 2ª E 3ª CLASSES AOS MAPAS GEOMÉTRICOS E DO BRASIL.
APES – E6 1179	ANTÔNIO XAVIER DE ASSIS (INSPETOR DE ENSINO). TERMO DE VISITA.	ESCOLA DE SUBÚRBIO MISTA. RUA SANTA ISABEL. CAPITAL. DIREÇÃO: PROFª. ROSA AMÉLIA DE LACERDA. PRÉDIO PARTICULAR E ALUGADO A 16$000 O MÊS.	PRÉDIO PEQUENA PROPORÇÃO, MAS BOA HIGIENE. FALTA DE MATERIAL ESCOLAR: CARTA DE PARKER, CONTADOR MECÂNICO E MAPAS GEOGRÁFICOS. CONSTA DE 5 BANCOS SIMPLES, 1 MESA COM GAVETA, 1 CADEIRA DE BRAÇOS, 1 ESTRADO, 1 QUADRO-NEGRO E UM MAPA GEOMÉTRICO. MAT. 39 ALUNOS DE AMBOS OS SEXOS. FREQ. MÉDIA MÊS ABRIL FINDO DE 29 ALUNOS. MÉTODO EMPREGADO, INTUITIVO. ALUNOS DIVIDIDOS EM 3 PRIMEIRAS CLASSES.
APES – E6 1179	ANTÔNIO XAVIER DE ASSIS (INSPETOR DE ENSINO). RELATÓRIO CIRCUNSTANCIAL. 22/11/1918.	ESCOLAS DOS MUNICÍPIOS: ARACAJU, SÃO CRISTÓVÃO E NOSSA SENHORA DO SOCORRO.	CONSTA QUE FOI NOMEADO INSPETOR ESCOLAR. MARÇO DE 1918. ASSUMIU RESPECTIVAS FUNÇÕES NO REFERIDO MÊS. DENTRO DO PERÍODO VISITOU 36 ESCOLAS PÚBLICAS, 8 PARTICULARES, DOS MUNICÍPIOS DE ARACAJU, SOCORRO E SÃO CRISTÓVÃO. CONFORME CONSTA DOS MAPAS. ESCOLAS ISOLADAS DESTES

			MUNICÍPIOS: 42. VÁRIAS ESCOLAS E COLÉGIOS PARTICULARES DO CURSO ELEMENTAR, ENTRE ESTAS, ESCOLAS MANTIDAS PELAS FÁBRICAS DE TECIDO DESTA CIDADE, DENOMINADAS [...] CRUZ E TEIXEIRA CHAVES. AMBAS DIURNAS. PROFESSORAS NORMALISTAS SAÍDAS DA ESCOLA NORMAL PÚBLICA ESTADUAL. RELATÓRIO CONTÉM MAPAS DO NÚMERO DE ESCOLAS PÚBLICAS E PARTICULARES DOS MUNICÍPIOS VISITADOS. DESTACA TRABALHO DO GOVERNO OLIVEIRA VALADÃO QUE INAUGUROU DIVERSOS GRUPOS ESCOLARES COMO: BARÃO DE MARUIM, GAL. VALADÃO E COELHO E CAMPOS. RESSALTA QUE SÃO "OS GRUPOS ESCOLARES QUE PODEM FOMENTAR COM SEGURANÇA OS PROGRAMAS DA INSTRUÇÃO POPULAR". DIZ QUE O "ENSINO ISOLADO É TRABALHOSO, REQUER DUPLICADO ESFORÇO DO PROFESSOR E, NÃO POUCAS VEZES, DEIXA AS COISAS EM MEIO CAMINHO".
APES – E6 1179	ASCENDINO ARGOLLO, TERMO DE VISITA. 5.6.1919.	ESCOLA PÚBLICA MISTA DE JABOATÃO. MUN. PACATUBA. REGÊNCIA: PROFª ANTÔNIA DE OLIVEIRA CHAVES.	EXAMINOU LIVROS REGULAMENTARES DAS TRÊS CLASSES. VASTO SALÃO DE AULA QUE PREENCHE CONDIÇÕES DE HIGIENE. LOCALIZADO NO CENTRO PRAÇA N.SRA. DO DESTERRO ONDE SE RESPIRA AR PURO. MOBILIÁRIO ESCOLAR NÃO CORRESPONDE ÀS DEMANDAS DO ENSINO. ALGUNS BANCOS SIMPLES, QUADRO-NEGRO, 1 RELÓGIO (ESTE PARTICULAR). MAT. 50 CRIANÇAS. FREQ.

			43. REGIÃO CARECE DE MAIS UMA CADEIRA. DEFICIÊNCIA DE LIVROS DIDÁTICOS. PLANISFÉRIOS PARA O ESTUDO DA GEOGRAFIA. CARTAS DE PARKER, SÓLIDOS GEOMÉTRICOS E CARTEIRAS AMERICANAS. ESTA AUSÊNCIA CONTRIBUI PARA RETARDAR A MARCHA DO ENSINO. INTERESSE DA PROFESSORA NO MÉTODO INTUITIVO, TENDO ADOTADO O SISTEMA DE PALAVRAÇÃO, CALIGRAFIA VERTICAL, ETC.
APES – E6 1179	ASCENDINO ARGOLLO (RELATOR PROVÁVEL/SEM ASSINATURA), TERMO DE VISITA. 5.6.1919.	POVOADO PINDOBA, MUN. VILA NOVA. ESCOLA PÚBLICA MISTA. REGÊNCIA: PROFª. D. ÁUREA FREIRE LUDUVICE.	EXAMINOU LIVROS REGULAMENTARES COM BOA CONSERVAÇÃO. 1ª VISITA DE INSPETOR ESCOLAR NESTE ESTABELECIMENTO. SÓ ENTÃO IRÁ ORGANIZAR OS TRABALHOS RELATIVOS ÀS NOVAS OPERAÇÕES DO ENSINO INTUITIVO. MAT. 34 CRIANÇAS, PRESENTES 26. VERIFICA-SE AUSÊNCIA DO MATERIAL ESCOLAR: CARTA DE PARKER, QUADRO-NEGRO, RELÓGIO, SÓLIDOS GEOIMÉTRICOS, MAPAS GEOGRÁFICOS, GLOBO, ETC. SALA MUITO ACANHADA, POUCO AREJADA. RECOMENDOU APLICAÇÃO DOS MÉTODOS OBJETIVOS, BEM COMO SOLICITAÇÃO DE LIVROS PEDIDOS PELO REGULAMENTO. DETERMINOU MUDANÇA DE CASA.
APES – E6 1179	ASCENDINO ARGOLLO. TERMO DE VISITA. 7.6.1919.	ESCOLA PÚBLICA SEXO FEMININO. REGÊNCIA PROF.ª ESMERALDA DE	OLHOU LIVROS REGULAMENTARES BEM ESCRITURADOS. MAT. 50 CRIANÇAS. PRESENTES: 11. EM RAZÃO DO DIA DE

		FREITAS. MUN. PROPRIÁ.	FEIRA. FREQ. MÉDIA: 42 ALUNOS CONFORME LIVRO. MÉTODO DE ENSINO SE APROXIMA DA MODERNA ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA. CALIGRAFIA VERTICAL, GEOGRAFIA ENSINADA NO QUADRO-NEGRO, LIÇÕES DE COISAS. NECESSITA DE RELÓGIO, MAPAS GEOGRÁFICOS, SÓLIDOS GEOMÉTRICOS E OUTROS. MOBILIÁRIO: 14 CARTEIRAS AMERICANAS E UM QUADRO-NEGRO. SALA AMPLA, AREJADA E ASSEADA. RECOMENDOU O MÉTODO OBJETIVO CUJOS PROCESSOS DEVEM SER SEGUIDOS.
APES – E6 1179	ASCENDINO ARGOLLO. TERMO DE VISITA. 7.6.1919.	ESCOLA PÚBLICA DO SEXO MASCULINO. REGÊNCIA: PROF. JUVENAL JOSÉ DE SOUSA.	OLHOU LIVROS REGULAMENTARES DE CONFORMIDADE COM O REGULAMENTO DA INSTRUÇÃO. MAT. 33 ALUNOS, FREQ. MÉDIA 22. EDIFÍCIO APERTADO, FOGE DOS PRINCÍPIOS DA HIGIENE. DETERMINOU MUDANÇA DO LOCAL PARA ESTA ESCOLA. AUSÊNCIA DE MAPAS GEOGRÁFICOS, RELÓGIO, QUADRO-NEGRO (O QUE EXISTE ESTÁ DETERIORADO), GLOBOS, SÓLIDOS GEOMÉTRICOS, ETC. RESSALTOU BOA VONTADE DA PROFESSORA APESAR DE AVANÇADA IDADE. PERCEBEU INTERESSE PELA APLICAÇÃO DO MÉTODO INTUITIVO.
APES – E6 1179	ASCENDINO ARGOLLO. TERMO DE VISITA. 7.6.1919.	ESCOLA PÚBLICA DO SEXO MASCULINO. REGÊNCIA: PROFª D. ROSA TEREZA DA CUNHA DE	ENCONTROU LIVROS REGULAMENTARES ESCRITURADOS CONFORME LEI. MAT. 42 CRIANÇAS. FREQ. MÉDIA: 33 ALUNOS. MUDANÇA DE LOCAL DA ESCOLA POR

		MELO.	MOTIVO DA ENCHENTE DO RIO SÃO FRANCISCO. LOCAL SEM CONDIÇÕES HIGIÊNICAS. DETERMINOU TRANSFERÊNCIA DA ESCOLA PARA OUTRO PONTO DA CIDADE. MOBILIÁRIO ESCOLAR PRECISA MELHOR DISTRIBUIÇÃO DE ACORDO COM OS PRINCÍPIOS DA PEDAGOGIA. AUSÊNCIA DO QUADRO-NEGRO, PLANISFÉRIO OU GLOBO, SÓLIDOS GEOMÉTRICOS E, SOBRETUDO, RELÓGIO PARA TORNAR POSSÍVEL EXECUÇÃO DO PROGRAMA CONSOANTE HORÁRIO EXIGIDO.
APES – E6 1179	EDSON NOBRE DE LACERDA. TERMO DE VISITA. 7.7.1917.	ESCOLA SINGULAR DO SEXO FEMININO. MUN. MAROIM. REGÊNCIA: PROFª EMÍLIA XAVIER DE MENEZES.	MAT. 34 CRIANÇAS. FREQ. MÉDIA: 25. MOBILIÁRIO: 4 BANCOS-CARTEIRAS, 1 SIMPLES, 1 QUADRO NEGRO, 1 BANCA, 1 CADEIRA DE BRAÇOS E 1 RELÓGIO (PROPRIEDADE DA PROFESSORA). LIVROS BEM ESCRITURADOS.
APES – E6 1179	EDSON NOBRE DE LACERDA. TERMO DE VISITA. 10.7.1917.	ESCOLA SINGULAR DO SEXO FEMININO. MUN. MAROIM. REGÊNCIA: PROFª. AFRA DE ANDRADE GUIMARÃES.	MAT. 39 CRIANÇAS. FREQ. MÉDIA: 34. MOBILIÁRIO ESCOLAR DEFICIENTE: 1 QUADRO-NEGRO, 18 BANCOS-CARTEIRAS, 1 BANCA E 1 CADEIRA. FALTAM OBJETOS: CARTA DE PARKER (PARA ESTUDO ELEMENTAR DE ARITMÉTICA), PLANISFÉRIOS PARA A GEOGRAFIA, ETC. LIVROS CUIDADOSAMENTE ESCRITURADOS.

Acervo: Arquivo Público do Estado de Sergipe. Fundo E 6.

ANEXO C

QUADRO C – LEIS, DECRETOS, REGULAMENTOS E MENSAGENS

LOCALIZAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO	FUNDO	RESUMO E/OU COMENTÁRIO
APES	LEI N. 605 DE 24 DE SETEMBRO DE 1912. DECRETO Nº.571 DE 19 DE DEZEMBRO DE 1912.	DIVERSOS. SERGIPE. LEIS E DECRETOS. CX. 12. V. 9.	REGULAMENTO DA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA EXPEDIDO PELO GOVERNO DO GAL. DR. JOSÉ DE SIQUEIRA MENEZES.
APES	LEI N. 703 DE 18 DE JULHO DE 1916. APROVA OS DECRETOS Nº. 630 DE 24 DE ABRIL E 636 DE 17 DE JUNHO DE 1916.	DIVERSOS. SERGIPE. LEIS E DECRETOS. CX. 12. V. 9.	DÁ REGULAMENTO À INSTRUÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DE SERGIPE.
APES	LEI N. 759 DE 31 DE OUTUBRO DE 1918.	DIVERSOS. SERGIPE. LEIS E DECRETOS. CX. 12. V. 14.	INSTITUI O ENSINO FACULTATIVO DO ESPERANTO NA ESCOLA NORMAL E ESCOLAS COMPLEMENTARES DA CAPITAL.
APES	LEI N. 762 DE 7 DE NOVEMBRO DE 1918.	DIVERSOS. SERGIPE. LEIS E DECRETOS. CX. 12. V. 14.	CRIA E RESTAURA CADEIRAS DO ENSINO PRIMÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
APES	LEI N.806 DE 12 DE NOVEMBRO DE 1920.	“BIBLIOTECA JOSÉ ALVES” LEIS E DECRETOS. CX. 12. VOL. 13.	CRIA E RESTAURA CADEIRAS DO ENSINO PRIMÁRIO.

APES	LEI N. 825 DE 8 DE AGOSTO DE 1922.	“BIBLIOTECA JOSÉ ALVES” LEIS E DECRETOS- V. 13.	FAZ ALTERAÇÕES NO REGULAMENTO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA.
APES	DECRETO 724. DE 29 DE OUTUBRO DE 1921.	“BIBLIOTECA JOSÉ ALVES” LEIS E DECRETOS. CX.V. 13.	DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO DO ENSINO PRIMÁRIO E NORMAL DO ESTADO.
APES	LEI N.852 DE 30 DE OUTUBRO DE 1923.	“BIBLIOTECA JOSÉ ALVES” LEIS E DECRETOS- V. 13.	ESTABELECE AS BASES PARA A REFORMA DO ENSINO PRIMÁRIO E NORMAL DO ESTADO.
APES	SERGIPE, MENSAGEM APRESENTADA AO CONSELHO MUNICIPAL DE ARACAJU EM 1º DE JANEIRO DE 1921, PELO INTENDENTE DR. A. BAPTISTA BITTENCOUR, IMPRENSA OFICIAL, 1921 (ARACAJU).	DIVERSOS SERGIPE/MENSAGENS. DOC. 4. CX. 5.	INFORMAÇÕES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA CAPITAL, DESCRIÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO DE ARACAJU PARA INVESTIMENTO EM CONSTRUÇÃO PÚBLICA, ENERGIA ELÉTRICA, CALÇAMENTO DE RUAS, REDES DE ESGOTO, VACINAÇÃO, ATENDIMENTO MÉDICO.
APES	SERGIPE, MENSAGEM APRESENTADA À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 7 DE SETEMBRO DE 1921, AO INSTALAR-SE A 2ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 14ª LEGISLATURA, PELO CEL. DR. JOSÉ JOAQUIM PEREIRA LOBO, PRESIDENTE DO ESTADO.	DIVERSOS SERGIPE/MENSAGENS. DOC. 4. CX. 5.	VERSA SOBRE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, DESCRIÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FALA SOBRE MUDANÇA NO REGULAMENTO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA, DEMONSTRA ESTATÍTICA DOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES EM ARACAJU.
APES	SERGIPE, MENSAGEM APRESENTADA À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 7 DE SETEMBRO DE 1922, AO INSTALAR-SE A 3ª SESSÃO	DIVERSOS SERGIPE/MENSAGENS. DOC. 4. CX. 5.	MENSAGEM SOBRE MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO DE 1922, PALAVRAS DE PEREIRA LOBO, EPITÁCIO PESSOA, FERREIRA CHAVES (MINISTRO DA JUSTIÇA), SENADOR GRACCHO CARDOSO,

	ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, PELO CEL. DR. JOSÉ JOAQUIM PEREIRA LOBO, PRESIDENTE DO ESTADO.		DEPUTADO CARVALHO NETO, GILBERTO AMADO E IVO DO PRADO. NO ENSINO, O PRESIDENTE DO ESTADO RECLAMA SOBRE AS FALTAS EXCESSIVAS DAS DOCENTES, SOBRE LICENÇAS, E COMO MEDIDA PROPÕE SUSPENSÃO DE PAGAMENTO. FALA DA CONSTRUÇÃO DO GRUPO ESCOLAR DE VILA NOVA, E DA CONSTRUÇÃO DO LYCEU PROFISSIONAL COELHO E CAMPOS, SOB DECRETO Nº. 728 DE 24 DE ABRIL DE 1922.

Acervo: Arquivo Público do Estado de Sergipe. Fundos Diversos.

ANEXO D

QUADRO D – ATAS DO CONSELHO SUPERIOR DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Nº. DE IDENTIF.	REF. BIBLIOGRÁFICA	FUNDO/ACERVO	OBSERVAÇÕES
01	**CORREIO DE ARACAJU.** ARACAJU. 9 MAI. 1919. ANO XIII. 2592.	ACERVO PARTICULAR DE MARIA DO SOCORRO LIMA.	REUNIÃO, LEITURA E APROVAÇÃO DE MENSAGEM AO PRESIDENTE DO ESTADO, PEREIRA LOBO, REQUERENDO VIAGEM DE COMISSÃO DE PROFESSORES ACOMPANHADOS DO DIRETOR GERAL DE INSTRUÇÃO PÚBLICA, CARVALHO NETO. RELATOR: ADOLPHO ÁVILA LIMA.
02	**CORREIO DE ARACAJU**. ARACAJU. 10 MAI. 1919. ANO XIII. 2593.	ACERVO PARTICULAR DE MARIA DO SOCORRO LIMA.	SESSÃO DE APROVAÇÃO DE INSTRUÇÕES PARA ELABORAÇÃO DO PARECER RELATIVO AOS TRABALHOS DO SR. DOMÍCIO FRAGA, INTITULADOS “SÍNTESE MUSICAL” E “HINÁRIO SERGIPENSE”. APROVADAS AS PROPOSTAS FEITAS PELA COMISSÃO ENCARREGADA DESSE ESTUDO. RELATOR: JOSÉ DE ALENCAR CARDOSO.

03	**CORREIO DE ARACAJU**. ARACAJU. 11 MAI. 1919. ANO XIII. 2594.	ACERVO PARTICULAR DE MARIA DO SOCORRO LIMA.	APRESENTADA PELO PRESIDENTE CARVALHO NETO LISTA DE LIVROS DIDÁTICOS PARA QUE O PRESIDENTE DO ESTADO FAÇA AQUISIÇÃO DOS MESMOS PARA CONSULTA DOS MEMBROS DO CONSELHO. NA ORDEM DO DIA, O CONSELHEIRO JOSÉ DE ALENCAR APRESENTOU AO CONSELHO O SENHOR DOMÍCIO FRAGA, AUTOR DOS TRABALHOS "SÍNTESE MUSICAL" E "HINÁRIO SERGIPENSE". SENHOR DOMÍCIO DECLAROU SUBMETER-SE ÀS CORRIGENDAS DAQUELE CONSELHO.
04	**CORREIO DE ARACAJU**. ARACAJU. 13 MAI. 1919. ANO XIII. 2595.	ACERVO PARTICULAR DE MARIA DO SOCORRO LIMA.	O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR LEU O PROGRAMA DAS CONFERÊNCIAS PEDAGÓGICAS QUE COMPÕEM O ANO DE 1919. 1ª) O CONSELHO SUPERIOR DE INSTRUÇÃO PÚBLICA E SEUS FINS, DR. CARVALHO NETO – JUNHO; 2ª) MÉTODO DE ENSINO, DR. ASCENDINDO ARGOLO – JULHO; 3ª) DA METODOLOGIA PEDAGÓGICA, DR. AVILA LIMA – AGOSTO; 4ª) O MÉDICO E A ESCOLA, DR. AUGUSTO LEITE – SETEMBRO; 5ª) ESTUDO DA GEOGRAFIA E DA HISTÓRIA, DR. ALCEBÍADES PAES – OUTUBRO; 6ª) DO ENSINO DAS LINGUAS VIVAS, PROF. FRANCO FREIRE – NOVEMBRO.
05	**CORREIO DE ARACAJU**. ARACAJU. 18 MAI. 1919. ANO XIII. 2599.	ACERVO PARTICULAR DE MARIA DO SOCORRO LIMA.	SESSÃO DE LEITURA DO PARECER DA 1ª COMISSÃO INCUMBIDA DE EXAMINAR OS PROGRAMAS DA ESCOLA NORMAL. ASCENDINO ARGOLO PEDIU VISTAS E

			FOI CONCEDIDO. DISCUTIDAS MEDIDAS RELATIVAS À ADOÇÃO DOS PROGRAMAS NAS ESCOLAS.
06	**CORREIO DE ARACAJU**. ARACAJU. 20 MAI. 1919. ANO XIII. 2600.	ACERVO PARTICULAR DE MARIA DO SOCORRO LIMA.	OS DOUTORES ARISTIDES FONTES, AUGUSTO LEITE E ALEXANDRE FREIRE, MEMBRO DA COMISSÃO DE PROGRAMAS, APRESENTARAM O PARECER ELABORADO DAS SEGUINTES DISCIPLINAS: FRANCÊS, INGLÊS, HISTÓRIA NATURAL E HIGIENE, FÍSICA E QUÍMICA, EDUCAÇÃO FÍSICA, DESENHO E GEOMETRIA, ARITMÉTICA E ÁLGEBRA. PARECER APROVADO.
07	**CORREIO DE ARACAJU**. ARACAJU. 21 MAI. 1919. ANO XIII. 2601.	ACERVO PARTICULAR DE MARIA DO SOCORRO LIMA.	NOVA REUNIÃO PARA LEITURA E DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA ANTERIOR, NA QUAL OS PARECERISTAS DO PROGRAMA DA ESCOLA NORMAL JUSTIFICARAM SUA ORGANIZAÇÃO CONFORME REGULAMENTO, MENOS O DE HISTÓRIA NATURAL E HIGIENE. REQUERERAM RECOMENDAÇÕES À PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FÍSICA OBSERVAÇÃO DAS CONDIÇÕES MESOLÓGICAS INDIVIDUAIS DE CADA ALUNO.
08	**CORREIO DE ARACAJU**. ARACAJU. 22 MAI. 1919. ANO XIII. 2602.	ACERVO PARTICULAR DE MARIA DO SOCORRO LIMA.	SESSÃO NA QUAL O CONSELHEIRO JOSÉ DE ALENCAR LEMBROU QUE DEVIAM SER TOMADAS MEDIDAS SOBRE A REDUÇÃO DO TEMPO DE APOSENTADORIA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO. O CONSELHEIRO ASCENDINDO ARGOLO REQUEREU QUE AS COMISSÕES DOS ÚLTIMOS

			TRABALHOS APRESENTASSEM OS RESPECTIVOS PARECERES.
09	**CORREIO DE ARACAJU**. ARACAJU. 23 MAI. 1919. ANO XIII. 2603.	ACERVO PARTICULAR DE MARIA DO SOCORRO LIMA.	CONSELHEIRO JOSÉ DE ALENCAR CARDOSO PONDEROU QUE AS CORRIGENDAS APRESENTADAS POR DOMÍCIO FRAGA ACERCA DOS TRABALHOS "SÍNTESE MUSICAL" E "HINÁRIO SERGIPENSE" RECLAMAVAM AINDA MODIFICAÇÕES. DESSA FORMA, PROPÔS ADIAMENTO DESSE PARECER PARA AS REUNIÕES DE JULHO.
10	**CORREIO DE ARACAJU**. ARACAJU. 28 MAI. 1919. ANO XIII. 2606.	ACERVO PARTICULAR DE MARIA DO SOCORRO LIMA.	SESSÃO DE LEITURA DO PARECER SOBRE A "PEQUENA CARTILHA SERGIPANA" DO DR. HELVÉCIO DE ANDRADE. RELATOR: PRESIDENTE DO CONSELHO, CARVALHO NETO. O RELATOR DESTACOU OS PONTOS FALHOS DA CARTILHA EM VISTA DE OUTRAS CONGÊNERES QUE SERIAM, SEGUNDO O CONSELHO, DE MELHOR QUALIDADE. CONSELHEIRO ASCENDINO ARGOLO PEDIU VISTAS DIZENDO QUE "DEIXO DE VOTAR PELA APROVAÇÃO DA 'PEQUENA CARTILHA SERGIPANA' A DESPEITO DO ELEVADO CONCEITO EM QUE TENHO O SEU AUTOR, PORQUE, ENTRE OUTRAS MEDIDAS DISCUTIDAS E SANCIONADAS NA SESSÕES ANTRIORES DO CONSELHO FICOU ASSENTE, COMO CRITÉRIO INVIOLÁVEL, SÓ SE ADOTAR, ESPECIALMENTE DESTINADOS À INFANCIA SERGIPANA, TRABALHOS,

			CUJAS QUALIDADE PEDAGÓGICAS EXCEDAM AS OBRAS DIDÁTICAS QUE POSSUIMOS E QUE JÁ SE ACHAM DIFUNDIDAS NAS ESCOLAS DO ESTADO”
11	FUNDO E – 11. V.3. APES	APES	DISCUSSÃO DAS BASES DO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO.
12	FUNDO E – 11. V.3. APES	APES	ATA DE 16.1.1919. VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO DR. FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES, PRESIDENTE DA REPÚBLICA. ENCERRAMENTO DA SESSÃO EM HOMENAGEM A RODRIGUES ALVES
13	FUNDO E – 11. V.3. APES	APES	LEITURA DO PARECER DO DR. AUGUSTO LEITE E DO PROFESSOR JOSÉ ALENCAR CARDOSO SOBRE O TRABALHO “NOÇÕES DE CIVILIDADE E HIGIENE CORPORAL”, DO CLÉRIGO JOSÉ SOTERO DE SOUZA. OBRA APROVADA. EM SEGUIDA, CONSELHEIRO ARISTIDES FONTES PEDIU AO PRESIDENTE QUE FOSSE FORNECIDA A LISTA DE TODOS OS LIVROS ADOTADOS PELA DIRETORIA DE INSTRUÇÃO PÚBLICA DO ESTADO NO SENTIDO DE APRESENTAR MEDIDAS PARA ADOÇÃO DOS MESMOS.
14	FUNDO E – 11. V.3. APES	APES	20.1.1919. O CONSELHEIRO JOSÉ DE ALENCAR CARDOSO PROPÕE SEREM TOMADAS PROVIDÊNCIAS À UNIFORMIZAÇÃO DO ENSINO, PRINCIPALMENTE NA ADOÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS PARA ESCOLAS PÚBLICAS E

			PARTICULARES DO ESTADO.
15	FUNDO E – 11. V.3. APES	APES	APRESENTAÇÃO DA LISTA DOS LIVROS DA SÉRIE RANGEL PESTANA “PARA USO DAS AULAS PRIMÁRIAS E O PRIMEIRO LIVRO DE LEITURA DE ARNALD GILBERT, A FIM DE QUE O CONSELHO EMITA O SEU PARECER SOBRE SEUS TRABALHOS QUE JÁ FORAM INCLUÍDOS NOS PROGRAMAS DAS ESCOLAS PRIMÁRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO”. COMISSÃO RESPONSÁVEL: ADOLPHO ÁVILA LIMA. ASCENDINO ARGOLO E PROFESSOR JOSÉ DE ALENCAR CARDOSO, PARA EXAMINAR OS REFERIDOS TRABALHOS.

Fonte: Acervo particular de Maria do Socorro Lima e Arquivo Público de Sergipe.

ANEXO E

INVENTÁRIO DAS CAIXAS PESQUISADAS NO ARQUIVO PÚBLICO DE SERGIPE
1. FUNDO E 11. V. 3. LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DO CONSELHO SUPERIOR DE INSTRUÇÃO PÚBLICA (CONTÉM 79 FLS. DE ATAS DE 1919); MEMBROS EFETIVOS DO CONSELHO: ANTÔNIO MANOEL DE CARVALHO NETO, PRESIDENTE; ARISTIDES FONTES, VICE-PRESIDENTE; ASCENDINDO ARGOLO, SECRETÁRIO; AUGUSTO LEITE, ALEXANDRE DE OLIVEIRA FREIRE, JOSÉ DE ALENCAR CARDOSO E ADOLPHO ÁVILA LIMA. 1ª REUNIÃO: EM 10 DE JANEIRO DE 1919.
2. FUNDO E1 V.8. LIVRO DE PROTOCOLO E ARQUIVO, ABERTO E AUTORIZADO PELO DIRETOR GERAL DE INSTRUÇÃO PÚBLICA. NA ABERTURA CARVALHO NETO DESIGNA O FUNCIONÁRIO RAYMUNDO RIBEIRO “PARA RUBRICAR E ABRIR ESTE LIVRO QUE SERVIRÁ PARA PROTOCOLO DO ARQUIVO. DEVE LEVAR NO FIM O TERMO DE ENCERRAMENTO”. DIRETORIA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DE 1918.
3. FUNDO E1 V. 199. TIPOS DE DOCUMENTOS ENCONTRADOS: OFÍCIOS, RELATÓRIOS DE PROFESSORES INICIANDO O PERÍODO LETIVO DE 1919. OFÍCIOS DO SECRETÁRIO DE ESTADO NOMEANDO PROFESSORES. OFÍCIOS DE PROFESSORES SOLICITANDO MATERIAL ESCOLAR. OFÍCIOS DE PROFESSORES COMUNICANDO LICENÇA. OFÍCIOS COMUNICANDO E JUSTIFICANDO O ATRASO DAS AULAS. OFÍCIOS DE DIRETORES DE ESCOLAS INFORMANDO A ABERTURA DOS TRABALHOS EM 1919, E ENVIANDO A RELAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS DOS COLÉGIOS.
4. FUNDO E1 V.211. OFÍCIOS, REQUERIMENTOS E RELATÓRIOS DESTINADOS A DR. HELVÉCIO DE ANDRADE, DIRETOR GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA.
5. FUNDO E1 V.212. OFÍCIOS, REQUERIMENTOS, RELATÓRIOS DESTINADOS A DR. HELVÉCIO DE ANDRADE, DIRETOR GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA.
6. FUNDO E6 V.1179. TERMOS DE VISITA DE 1916, JOÃO ESTEVES DA SILVEIRA, INSPETOR MÁRIO MENEZES, DELEGADO DE ENSINO OLYMPIO MENDONÇA. TERMOS DE VISITA DE 1917, DO INSPETOR EDSON NOBRE DE LACERDA. RELATÓRIOS DO DELEGADO DE ENSINO, DR. JESSÉ FONTES, DO DELEGADO DE ENSINO SANCHO MOURA E DELEGADO DE ENSINO JOSÉ RODRIGUES DE SOUZA LIMA.
7. FUNDO E6 V.771. 1914-1924. CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA. OFÍCIOS. DESTINATÁRIO: DIRETOR GERAL DE INSTRUÇÃO.
8. FUNDO E6 V. 727. 1913-1923. CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS E RECEBIDAS DA ESCOLA PÚBLICA DE ARACAJU.
9. FUNDO E6 V.1227. 1917-1920. LIVROS DE ATAS DE PROMOÇÕES DE EXAMES FINAIS DO GRUPO ESCOLAR MODELO E ESCOLA COMPLEMENTAR.

10. FUNDO E6 V. 818. 1919-1920.
11. ACERVO PARTICULAR DE FREIRE RIBEIRO. CX. 12. DOC. 87. CARVALHO NETO, ANTÔNIO MANOEL DE. “CURRAL”. **SERGIPE JORNAL**. ARACAJU. 9. MAR.1949. Nº.12.153. ANO XXIX.
12. ACERVO PARTICULAR DE FREIRE RIBEIRO. CX 2. DOC. 167. CARTA DE PAULO DE CARVALHO NETO DE 11 DE JUNHO DE 1961 DA EMBAIXADA DO BRASIL. QUITO, EQUADOR.
13. ACERVO PARTICULAR DE FREIRE RIBEIRO. CX 2. DOC. 64, DISCURSO DE POSSE NA ACADEMIA SERGIPANA DE LETRAS DO PROFESSOR ACRÍSIO TORRES ARAÚJO. 1974.
14. ACERVO PARTICULAR DE FREIRE RIBEIRO. CX 2. DOC. 70. RESUMO BIOGRÁFICO DE FREIRE RIBEIRO.
15. ACERVO PARTICULAR DE FREIRE RIBEIRO. CX 2. DOC.139. CARTA DE CARVALHO NETO A FREIRE RIBEIRO. 1947.
16. ACERVO PARTICULAR DE FREIRE RIBEIRO. CX 2. DOC. 140. CARTA DE CARVALHO NETO A FREIRE RIBEIRO. 1947.
17. ACERVO PARTICULAR DE FREIRE RIBEIRO. CX 2. DOC. 152. CARTA DE CARVALHO NETO A FREIRE RIBEIRO. 1953.
18. ACERVO PARTICULAR DE FREIRE RIBEIRO. CX 2. DOC. 167. CARTA DE PAULO DE CARVALHO NETO A FREIRE RIBEIRO. 1961.
19. ACERVO PARTICULAR DE FREIRE RIBEIRO. CX 5. DOC. 33. VULTOS DE ARACAJU.
20. ACERVO PARTICULAR DE FREIRE RIBEIRO. CX 5. DOC. 192. ESCRITOS SOBRE ANTÔNIO MANOEL DE CARVALHO NETO. VERSOS E ARTIGOS DIVERSOS DE FREIRE RIBEIRO.

Fonte: Arquivo Público do Estado de Sergipe.

ANEXO F

INVENTÁRIO DOS DOCUMENTOS SOBRE A ESCOLA DE COMÉRCIO "CONSELHEIRO ORLANDO", LOCALIZADOS NO ARQUIVO DO COLÉGIO TOBIAS BARRETO
1. PASTA DE ESTATÍSTICAS DO ENSINO ELEMENTAR MÉDIO E SUPERIOR (EXCLUÍDO ENSINO PRIMÁRIO GERAL) NO ESTADO DE SERGIPE. ANO 1955.
2. BOLETIM DE INFORMAÇÕES DA ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO DE SERGIPE. ANO 1955. DOCUMENTOS ENCONTRADOS: FORMULÁRIO DE PREENCHIMENTO DE INFORMAÇÕES DESTINADAS ÀS ESCOLAS PROFISSIONAIS, ESCOLAS PARA "SURDO-MUDO", CEGOS, ORFANATOS, ASILOS, ABRIGOS E RECOLHIMENTO PARA MENORES: PATRONATOS E APRENDIZADOS AGRÍCOLAS; ESCOLAS PARA DÉBEIS FÍSICOS E MENTAIS. INFORMAÇÕES SOBRE O DECRETO Nº.633 DE 17.6.1916 DO GOVERNO DE MANUEL PRISCILIANO DE OLIVEIRA VALADÃO, QUE CRIA O CURSO COMERCIAL NO ATHENEU SERGIPENSE, CONSTANTE DA CADEIRA DE ESCRITURAÇÃO INFANTIL, MATÉRIA AFIM, NO REGULAMENTO DE 1911 (DECRETO Nº563), APARECE PELA PRIMEIRA VEZ AS MATÉRIAS CURSADAS. TRATA-SE DO HISTÓRICO DA ESCOLA DE COMÉRCIO "CONSELHEIRO ORLANDO" COM TODAS AS SUAS MODIFICAÇÕES.
3. EDITAL DE PROVAS PARA VALIDAÇÃO DE DIPLOMAS.
4. EDITAL DE INSCRIÇÕES PARA EXAME AO CURSO COMERCIAL BÁSICO. PROVAS: PORTUGUÊS, MATEMÁTICA, GEOGRAFIA DO BRASIL, HISTÓRIA DO BRASIL. REQUISITO DOS CANDIDATOS: CERTIDÃO DE IDADE MÍNIMA DE 11 ANOS, ATESTADO DE SAÚDE E VACINA, PROVA DE PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO. MAIORES DE 19 ANOS, DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DE SERVIÇO MILITAR ASSINADOS POR LAURA SOARES BARRETO, SECRETÁRIA DA ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO DE SERGIPE, EM ARACAJU, 17 DE NOVEMBRO DE 1947.
5. EDITAIS DE PROVAS FINAIS DA ESCOLA, BANCAS EXAMINADORAS, PROVAS ORAIS.
6. TABELA DE PROVAS ORAIS DO CURSO DE CONTABILIDADE.
7. EDITAL Nº. 11. ANUNCIA PROVAS PARCIAIS DO 3º ANO DO CURSO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, OBEDECENDO A SEGUINTE ORDEM: SEGUNDA-FEIRA, 24, SOCIOLOGIA E DIREITO OPERÁRIO; TERÇA-FEIRA, 25, DIREITO INTERNACIONAL, QUARTA-FEIRA, 26, DIREITO ADMINISTRATIVO, QUINTA-FEIRA, 27, HISTÓRIA DOS ESTUDOS DA AMÉRICA, SEXTA-FEIRA, 28, P.C. E R. ADUANEIRO. SECRETARIA DA ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO DE SERGIPE,

ARACJU, 7.12.1947. POR LAURA SOARES BARRETO.
8. PASTA DE EDITAIS E AVISOS. JANEIRO, 1944-1946. CONTEÚDO: EDITAIS PARA EXAME DE ESTUDOS BÁSICOS. EDITAIS PARA EXAME DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO. EDITAIS DE EXAME DE ADMISSÃO PARA CURSOS BÁSICOS, COMO O DE COMERCIAL BASICO. AGENDA DO PERÍODO DE PROVAS. EDITAS DE PROVAS DA ESCOLA. EDITAIS DE RECONDUÇÃO DE CARGOS DE PROFESSOR. AVISO DE REUNIÃO DE PROFESSORES. AVISO DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES PARA TODAS AS SÉRIES. EDITAL DE EXAME DE SEGUNDA ÉPOCA E EXAME DE ADMISSÃO.
9. PASTAS ENCONTRADAS: ESTATÍSTICAS, DECRETOS, CÓPIAS AUTENTICADAS DE CONTRATOS, DIVERSOS “SEM NOME” (CONSTA DE VÁRIOS DOCUMENTOS: RELAÇÕES DE DOCENTES/OFÍCIOS, ETC.). EDITAIS E AVISOS DE 1944-1946.
10. 6 PASTAS E 1 LIVRO DE REGISTRO “TERMO DE CONCLUSÃO DO CURSO SUPERIOR”. TODOS OS DOCUMENTOS REFERENTES A ESTA INSTITUIÇÃO NÃO ESTÃO ORGANIZADOS.
11. PASTA DE DECRETOS, CÓPIAS AUTÊNTICAS DE CONTRATOS. DIVERSOS ANOS. (NA CAPA TEM REGISTRADO 1950 E 1951). DECRETO DE 22 DE MARÇO DE 1945. DESIGNA O BACHAREL ANTÔNIO MANOEL DE CARVALHO NETO PARA LECIONAR AS CADEIRAS DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO (2º ANO) E DIREITO ADMINISTRATIVO (3º ANO) DO CURSO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO DE SERGIPE COM A GRATIFICAÇÃO DE MAGISTÉRIO PREVISTA EM LEI.
12. OFÍCIOS EXPEDIDOS. CONSTA DE VÁRIAS RELAÇÕES DE PROFESSORES E SEUS RESPECTIVOS SALÁRIOS, ENTRE OS QUAIS ESTÃO: MANOEL CABRAL MACHADO, JOVINIANO CARVALHO NETO E ANTÔNIO MANOEL DE CARVALHO NETO.

Fonte: Documentos sobre a Escola de Comércio “Conselheiro Orlando”, localizados no Arquivo do Colégio Tobias Barreto.

ANEXO G

LISTAGEM DOS DOCUMENTOS LOCALIZADOS NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE
1. SERGIPE, COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS DE 1911: ATOS DO PODER LEGISLATIVO E ATOS DO PODER EXECUTIVO, 1911. SS 2541.
2. SERGIPE, COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS DE 1912: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SERGIPE, 1912. SS 2605.
3. SERGIPE, COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS DE 1912: ATOS DO PODER LEGISLATIVO DE 1912 E ATOS DO PODER EXECUTIVO DE 1912-1914. SS 2542.
4. SERGIPE, COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS DE 1913-1914. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. SS 2607.
5. SERGIPE, COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS DE 1917-1918-1919. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. SS 2609.
6. SERGIPE, COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS DE 1919-1920. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. SS2613.
7. SERGIPE, COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS DE 1920-1921. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. SS 2610.
8. SERGIPE, COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS DE 1917-1918. AUTORIA NÃO IDENTIFICADA. SS 2560.
9. SERGIPE, CAIXA ESCOLAR “PEREIRA LOBO”, 1918. ESTATUTOS. SS 2278.
10. SERGIPE, MENSAGEM APRESENTADA À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA EM 7 DE SETEMBRO DE 1919, PELO CEL. DR. JOSÉ JOAQUIM PEREIRA LOBO, PRESIDENTE DO ESTADO. SS 2989.
11. SERGIPE, MENSAGEM APRESENTADA À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA EM 7 DE SETEMBRO DE 1920, PELO CEL. DR. JOSÉ JOAQUIM PEREIRA LOBO, PRESIDENTE DO ESTADO. SS 3024.
12. SERGIPE, MENSAGEM APRESENTADA À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA EM 7 DE SETEMBRO DE 1919, DE 1920, DE 1921 E DE 1922, PELO CEL. DR. JOSÉ JOAQUIM PEREIRA LOBO, PRESIDENTE DO ESTADO. SS 2990.

13. SERGIPE, MENSAGEM APRESENTADA À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA EM 7 DE SETEMBRO DE 1912, NA INSTALAÇÃO DA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 11ª LEGISLATURA, PELO PRESIDENTE DO ESTADO EXMO. SR. DR. JOSÉ SIQUEIRA DE MENEZES. SS 2979.
14. SERGIPE, MENSAGEM APRESENTADA À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA EM 15 DE AGOSTO DE 1912, NA INSTALAÇÃO DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA PELO PRESIDENTE DO ESTADO EXMO. SR. DR. JOSÉ SIQUEIRA DE MENEZES. SS 5943.
15. SERGIPE, MENSAGEM APRESENTADA À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA EM 7 DE SETEMBRO DE 1913, NA INSTALAÇÃO DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 11ª LEGISLATURA, PELO PRESIDENTE DO ESTADO EXMO. SR. DR. JOSÉ SIQUEIRA DE MENEZES. SS 5941.
16. SERGIPE, MENSAGEM APRESENTADA À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA EM 15 DE AGOSTO DE 1913, NA INSTALAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA 11ª LEGISLATURA, PELO PRESIDENTE DO ESTADO EXMO. SR. DR. JOSÉ SIQUEIRA DE MENEZES. SS 2980.
17. SERGIPE, COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS DE 1916. AUTORIA NÃO IDENTIFICADA. SS 2608.
18. SERGIPE, IMPÉRIO DA MULHER, 1918. SS 1642.
19. SERGIPE, REGIMENTO INTERNO PARA AS AULAS DO CURSO ELEMENTAR, MANTIDO PELA LIGA SERGIPANA CONTRA O ANALFABETISMO. SS 2172.
20. SERGIPE, SINOPSE DO RECENSEAMENTO REALIZADO EM 1º DE SETEMBRO DE 1920. SS 1969.
21. SERGIPE, LEI Nº. 777 DE 13 DE OUTUBRO DE 1919. INSTITUI O SERVIÇO DE INSPEÇÃO MÉDICO-ESCOLAR, FIXA EM QUATRO O NÚMERO DE INSPETORES, CRIA OS CARGOS DE DIRETORES DA ESCOLA NORMAL, DO GRUPO MODELO ESCOLA COMPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
22. SERGIPE, LEI Nº. 786 DE 5 DE NOVEMBRO DE 1919. PREVÊ O FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO PARTICULAR NO ESTADO, BEM COMO O SERVIÇO DE INSPEÇÃO ESCOLAR, DANDO OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
23. SERGIPE, ESTATUTOS DA LIGA SERGIPANA CONTRA O ANALFABETISMO. SS 2221.

Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

ANEXO H

Escola de Comércio “Conselheiro Orlando”

DECRETO de 22 de março de 1945

Designa professor para a Escola Técnica de Comércio de Sergipe

Tendo em vista a proposta da Diretoria da Escola Técnica de Comércio de Sergipe, resolve designar o bacharel ANTÔNIO MANOEL DE CARVALHO NETO para lecionar as cadeiras de Ciência da Administração (2º ano) e Direito Administrativo (3º ano) do Curso Superior de Administração e Finanças da Escola Técnica de Comércio de Sergipe, com a gratificação de magistério prevista em lei.

Palácio do Governo do Estado de Sergipe, Aracaju, 22 de março de 1945, 57ª da República.

ANEXO I

DEPOIMENTO

Impressões sobre Carvalho Neto: trecho da 1ª sessão de entrevistas com o amigo e também homem público, Doutor Manoel Cabral Machado. Essa entrevista foi realizada no dia 4 de setembro de 2004, às 9h. Aqui, transcrevemos alguns momentos da entrevista.

[...] *Como disse, o Carvalho faleceu...*
Então, eu vi aquele homem morto, não é?
Carvalho Neto...Aquelas mãos tão lindas, estiradas no caixão.
Aquelas mãos que... que eu tanto admirava, que tinha o poder de dominar a pena, e fazer da pena um instrumento de defesa da liberdade, de luta pela afirmação do Direito.

[...] *o poder de dominar a palavra a serviço da beleza e da defesa. Então... Este Carvalho que conheci e vim a ser o seu sucessor na Academia Sergipana de Letras. Fiz-lhe um discurso de louvação...O discurso em prol de minha posse. Era Governador do Estado, Seixas Dória. Já anos depois da morte dele.*

[...] *Agora, não sei a data da minha posse. Fiz-lhe um enorme discurso longo, do tamanho da Faculdade de Direito, em que teci vários aspectos da vida de Carvalho... Esse discurso você encontra na Revista da Academia Sergipana de Letras.*

[...] *Carvalho teve três filhos homens... Joviniano; foi professor da Faculdade de Direito. Antônio, que se chamava Neto, dedicou-se ao Direito, em São Paulo.*

[...] *Paulo fez estudos sobre o Folclore. Escreveu um romance, no México, um romance que eu considero formidável...* ***Meu Tio Atahualpa****, que depois ele traduziu para o português...* ***Los queridos maestros e Suomi,*** *e outro ou mais dois...*

[...] *O próprio Carvalho. Ele deixou uns três ou quatro romances publicados sobre Carvalho Neto.*

... Me lembro dele... Carvalho... Numa passeata da Paz, em 1945, pelo fim da Guerra; saímos pela rua a gritar... O próprio Carvalho Neto, Valter Sampaio, Aluísio Sampaio... Santos... Álvaro Santos, o pintor, saímos, gritando e comemorando o fim da guerra, o fim do fascismo.

...Meus 88 anos... Minha memória, já está claudicando.

...Na Faculdade de Direito.... Ele teve pouca participação... Porque logo foi convocado para o Congresso Nacional.

[...] *Agora, parece que ele teve maior participação como professor do Curso Superior de Administração e Finanças, o primeiro curso superior em Sergipe. Nós tivemos dois cursos no início. O primeiro órgão de Ensino Superior em Sergipe foi o Seminário D. José... Seminário Diocesano, Seminário Sagrado Coração de Jesus, que foi D. José que passou a ordenar... a formar e ordenar os padres... Antigamente, os padres estudavam na Bahia, no Recife... Meu tio Padre Juca estudou na Bahia.*

[...] *Meu tio Padre Zeca, estudou no Seminário do Recife.*
D. José, ao ser Bispo de Sergipe, em 1910,... D. José, depois que conseguiu... veio e formou o Seminário Diocesano... No Seminário Diocesano, além do curso propedêutico oficial, tinha o curso de Teologia.
... Segundo curso superior foi anexo à Escola de Comércio Conselheiro Orlando, na interventoria de Maynard Gomes... Chamava-se curso superior de Administração e Finanças...É...anexo à Escola de Comércio Conselheiro Orlando...Esse curso funcionou ali... naquele prédio que hoje pertence à Universidade, que era do Estado... Com a criação da Faculdade de Ciências Econômicas, dali passou para a Universidade.

Carvalho Neto... Eu tenho impressão que ele foi professor aí do Curso Superior de Administração e Finanças. [...] *Do inspetor em geral, em visita à Faculdade desse Curso Superior, que da conversa com os professores, inclusive Carvalho Neto, eu... e outros, surgiu a fundação da faculdade de Direito, e essa idéia cresceu e... Botamos Carvalho Neto na frente e.. .Conseguimos com o Governador José Rollembergue Leite... Fizemos um grupo de professores e fundamos a primeira faculdade de Direito, e ele foi fundador, e o primeiro Diretor.*

Manoel Machado Cabral, em 04 de setembro de 2004, Aracaju/SE.

ANEXO J

PROJECTO N. 480- 1921

Autoriza a creação de escolas de Aperfeiçoamento e dá outras providências.

O Congresso Nacional resolve:

Art. 1º. É o governo da União autorizado:

a) *crear escolas de aperfeiçoamento e classes especiaes, nas escolas primarias communs, para a infância mentalmente atrazada, em cada uma das capitães dos Estados e no Districto Federal;*

b) *a entrar de acordo com os Estados sobre o melhor meio de tornar effectiva esta autorização, dando preferência áquelles que para a abertura de taes escolas forneçam os prédios apropriados;*

c) *attender a solicitação de qualquer município que tenha preenchido a condição final do disposto na letra b.*

Art. 2º. Para a efficiencia dos serviços com a educação desses anormaes poderá o Governo instituir, no Districto Federal, um curso especial de patologia scientifica applicada aos atrazados.

Parágrafo 1º. Para esse fim contractará em França, ou nos Estados Unidos professores idôneos, ou mandará a esses paizes uma commissão de médicos e professores brasileiros.

Parágrafo 2º. Na primeira hypothese cada Estado terá direito de matricular nesse curso até cinco professores, na segunda, dará apenas um, para a commissão.

Art. 3º. Ficará sem effeito o disposto nos parágrafos 1º. e 2º. Do artigo antecedente, se dentro mesmo no paiz o Governo encontrar professores idôneos que preencham o objectivo do projecto, e com os quaes contractará.

Art. 4º. Verificada qualquer das hypoteses dos parágrafos 1º. e 2º. do art.2º., despezas que com tal fim se realizarem, serão, mediante accôrdo satisfeitas conjunctamente pela União e os Estados cabendo a estes um terço e dous terços aquella.

Art. 5º. Fica instituída como parte do Patrimônio Escolar que se fundar para a Instrucção Pública primária, em geral, uma Caixa Especial á educação dos anormaes.

Art. 6º. Para uma formação dos recursos financeiros dessa caixa, correrão:

1º. Dádivas, legados ou instituições particulares;

2º. Dotações orçamentárias da União dos Estados e dos municípios.

3º. O imposto capitação.

Art.7º. Esse imposto recairá sobre todos os habitantes do Brasil, nacionaes ou extrangeiros, que exerceram profissão ou emprego, ou viverem de seus bens ou rendas.

Art.8º. Para a arrecadação do imposto, cujo lançamento se fará pelas Collectoras, Mesas de Rendas ou outras agencias do Fisco federal, baixará o Governo as instrucções necessárias, tendo em vista por contribuinte, annualmente a seguinte ordem: a) 1$, para os habitantes dos campos, povoações e villas: b) 2$, para os residentes nas cidades: c) $ para os que forem nas capitaes dos estados e no Districto Federal.

Art.9º. Para a execução desta lei o Governo Expedirá regulamento, podendo para as primeiras despezas com os serviços necessários, effectuar operações e abrir créditos.

Art.10. Revogam-se as disposições em contrario.

Camara dos Deputados, 14 de outubro de 1921. – Carvalho Neto.- Tavares Cavalcanti (PB) - Americano Brasil.

ANEXO K

CRONOLOGIA DE CARVALHO NETO (1889-1954)

Antônio Manoel de Carvalho Neto nasceu em 14 de janeiro de 1889, na cidade de Annápolis, atualmente Simão Dias.

Filho primogênito do médico baiano Joviniano Joaquim de Carvalho e D. Josephina Freire de Carvalho.

Realizou os estudos primários em Simão Dias e, em Aracaju, fez o Ginásio e preparatórios entre 1902 e 1905, no Ginásio Sergipense Alfredo Montes. Naquela Escola recebeu grande influência dos professores Alfredo Montes e Abdias Bezerra, sobre os quais escrevera discursos biográficos.

Em 1906 matriculou-se na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, formando-se em 1911.

Retornou para Sergipe em 1912, sendo eleito Deputado Estadual para a legislatura 1912-1913.

Em 12 de setembro de 1912, casou-se com D. Vetúria Prata de Carvalho, com quem teve cinco filhos: D. Celina de Carvalho (esposa do Deputado federal Francisco Leite Neto), D. Cacilda Carvalho Andrade (esposa de Dr. Aloísio Andrade). Joviniano de Carvalho Neto, que se formou em Direito, foi professor da Escola Normal, da Faculdade de Direito e Escola de Comércio "Conselheiro Orlando". Antonio de Carvalho Neto, advogado, fez carreira jurídica na cidade de São Paulo. Paulo de Carvalho Neto, antropólogo e escritor, foi Diplomata em missão brasileira no Uruguai.

Foi nomeado juiz para o termo de Itabaiana em 1913. Em 24 de julho, a pedido, foi removido para Japaratuba, permanecendo ali até 1918.

Em 1918 fixou residência em Aracaju. O Governo do General Oliveira Valladão convidou-o então para integrar a Comissão de Revisão das Leis do Processo Civil e Comercial do Estado.

Em 26 de julho de 1919 iniciou sua trajetória na Maçonaria, sendo Venerável da Loja Capitular Cotinguiba, permanecendo ali até sua morte. Compôs o Supremo Tribunal Maçônico.

Entre 1918 a 1920, convidado pelo Presidente do Estado, José Joaquim Pereira Lobo, assumiu o Cargo de Diretor Geral de Instrução Pública, promovendo reformas no ensino sergipano, especialmente na Inspeção Escolar.

Eleito Deputado Federal para as legislaturas 1921-1923/1924-1926.

Em 14 de outubro de 1921 pela primeira vez, apresentou no Congresso Nacional o Projeto n. 480, onde defendeu a criação de classes e escolas para as crianças anormais. Foi considerado pioneiro na defesa da instrução para crianças anormais.

Em 1926, como Deputado Federal fez parte da Comissão de Legislação Social, versando sobre o Código de Trabalho, sendo considerado pelos seus pares como um dos precursores daquela matéria no Brasil.

1930 - Carvalho Neto foi eleito Presidente da Academia Sergipana de Letras.

1934 - Foi nomeado Consultor Jurídico do Estado. Em seguida, foi nomeado para Presidente do Conselho Penitenciário. Nessa época, representou Sergipe em Conferências Penitenciárias e Congressos Jurídicos, realizados no Rio, São Paulo e Salvador. Foi fundador e primeiro Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Secção Sergipe.

Presidiu o Instituto Histórico e geográfico de Sergipe, foi seu orador oficial e Secretário.

Foi jornalista, diretor-redator do “Sergipe Jornal”, escreveu no “Diário de Sergipe”, “Correio de Aracaju” e outros periódicos sergipanos.

Em 1950, retornou à Câmara Federal, para substituir Graccho Cardoso. No mesmo ano, foi reconduzido no pleito de 3 de outubro, permanecendo até sua morte. Nesta época, apresentou projetos como “Normas Gerais do Direito Penitenciário”, criação da “Cadeira de Direito Penitenciário” nas Faculdades de Direito do País. Foi relator do projeto de lei sobre o direito de greve, membro da “Comissão do Polígono das Secas” e presidente de várias comissões especiais.

Carvalho Neto morreu em 27 de abril de 1954. Sua vida e obra consistem numa das mais expressivas figuras intelectuais de Sergipe, tendo sido considerado um ardoroso republicano. Seu perfil foi polissêmico: jornalista, escritor, jurista, professor, político, venerável da maçonaria. Consagrou-se como intelectual pela sua erudição e maestria com as línguas vernáculas.

Foi um pai amoroso, dedicado aos filhos e um esposo exemplar.

Seleção de obras escritas por ele:

CARVALHO Neto, Antonio Manoel de. **No parlamento**: Discursos e Projetos. Rio de Janeiro: Typ. Da casa Vallelle, 1921.

_____.Legislação do Trabalho: polêmica e doutrina. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1926.

_____. **Sergipe Judiciário**: doutrina, jurisprudência, legislação. Aracaju: Ed. Casa Ávila, 1928.

_____. **Alfredo Montes: grande educador**. Separata nº12 da revista da Academia Sergipana de Letras. Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, 1945.

_____. Reminiscências. In: BEZERRA, Felte. **Abdias Bezerra**. Traços psicológicos de um educador sergipano. Aracaju, 1947.

_____. Casa de Laranjeiras. Aracaju: **Revista da Academia Sergipana de Letras, n/10, julho de 1943.**

_____. **Patronato dos Liderados e Egressos Definitivos da Prisão**: tese apresentada à 2ª. Conferência Penitenciária Brasileira. Aracaju: Imprensa Oficial, 1944.

_____. **Direito Penitenciário:** sugestões a respeito dos temas da 6ª Comissão, na Terceira Conferência Penitenciária Brasileira, Aracaju: Imprensa Oficial, 1944.

_____. **Advogados**: como aprendemos, como sofremos, como vivemos. São Paulo: Editora Saraiva, 1946.

_____. **Vidas perdidas**. Salvador: Livraria progresso, 1948.

_____. **Bases Constitucionais do Regime Penitenciário**: Projetos, discursos, anotações. Rio de Janeiro: Departamento da Imprensa Oficial, 1951.

_____. **Cinzas da província**. Aracaju: curso de tipografia e encadernamento da Escola Industrial de Aracaju, 1951.

ANEXO L

Os Problemas Importantes: “a educação scientifica dos anormaes”. “Sergipe Jornal”, **Aracaju**, 10 nov., 1921.

Do importante matutino “O Dia”, de 30 do mez extincto, extrhaimos a seguinte interessante entrevista a ele concedida pelo nosso querido amigo e director, o illustre deputado federal dr. Carvalho Neto:

O deputado Carvalho Neto apresentou, há dias, á consideração da Câmara, um importante projecto de lei mandando fazer-se a educação dos anormaes. Nós tivemos a opportunidade de encarecer a necessidade da medida, embora fazendo algumas restricções aos intuitos do projecto. O operoso representante sergipano não julgou, porém, procedentes, os nossos reparos e em palestra entretida põe a questão nos devidos termos.

_ O dr. Leu certamente, a nota do “O Dia”?

_ Li e agradeço o facto de haverem salientado a importancia do assumpto. Devo dizer-lhe, porém, que o conteúdo das medidas suggeridas no projecto não foi bem comprehendido pelo noticiarista, o que o levou a uma apreciação inexacta, a mais de um respeito. Aliás um outro matutino, também resvalou no mesmo engano, não obstante haver encarecido o valor do assumpto e importancia do projecto.

Assim, por exemplo, de referencia á autorisação ao governo para contractar no estrangeiro professores, para um curso especial de pedagogia scientifica applicada aos atrazados.

Quando abordei esta delicada questão não quis, de forma nenhuma, desprestigiar o culto professorado brasileiro, tanto que em um dos artigos do projecto taxativamente se diz que essa providencia seria posta á margem, caso o governo, dentro mesmo do paiz, encontrasse pessoas idôneas, aptas, capazes de preencherem o fim do projecto, isto é, um curso especial para professores, instituído no Districto Federal. É o que facilmente poderá verificar com a leitura dos artigos 2 e 3 o projecto, que tenho aqui á mão.

Como se trata de uma rectificação, permitta-me que faça a conveniente leitura. Nestes termos: _ “Art. 2º Para a efficiencia dos serviços com a educação desses anormaes poderá o governo instituir, no Districto Federal, um curso especial de pedagogia scientifica applicada aos atrazados.

Parágrafo 1º. Para esse fim contractará em França ou nos Estados-Unidos professores idôneos ou mandará a esses paizes uma commissão de médicos e professores brasileiros.

Parágrafo 2º. Na primeira hypothese cada Estado terá direito de matricular nesse curso até cinco professores; na segunda dará apenas um, para a commissão.

Art. 3º. Ficará sem effeito o disposto nos paragrafhos 1º. e 2º. Do artigo antecedente, se dentro mesmo no paiz o governo encontrar professores idôneos que preencham o objectivo do projecto”.

Pela enunciação destes dispositivos bem vê que fui muito cuidadoso em prevenir todas as hypotheses, não ferindo de forma nenhuma os melindres dos nossos patrícios. O que se não podia justificar era que ficasse tolhida a acção do governo, restricta ao paiz, quando aqui lhe não fosse fácil encontrar os especialistas, que o assunpto tem formado em outras nações civilizadas. O próprio Estado de São Paulo, invocado pelo seu brilhante jornal, recorreu aos professores estrangeiros, quando emprehendeu a grandiosa obra de reforma de seus processos educativos, assentando em novas bases o vasto apparelhamento do seu ensino.

O meu projecto não traz, conseguintemente, uma innovação deprimente para os nossos créditos de nação adeantada. Para outros misteres, e com muita efficiencia, tem sido contractadas missões estrangeiras. Eu a propuz, para o curso especial de pedagogia a ser instituído nesta Capital, tão somente na hypothese de não ser possível ao governo encontrar no Brasil os professores idôneos, os especialistas, os thecnicos. Ocorrendo, porém, que possamos iniciar esse curso com os professores brasileiros, de provada competencia, será o caso de nos felicitarmos, e ainda merecer encômios o projecto que bem previu essa possibilidade muito cara aos nossos sentimentos patrióticos.

Outro ponto em que não foi justa a apreciação do noticiarista está em crer que um possível óbice á realização das medidas propostas seja o art. 6º. Da Constituição Federal, a que se apegam alguns interpretes quando entendem de inutilizar benéficas intromissões do Governo da União nas prerrogativas estaduaes. Resalta aqui um evidente engano. Este artigo não pode ser invocado para o caso em apreço, nem acredito mesmo que de tal se possa lembrar quem pretenda uma argumentação capaz de ser levada a serio. Há outros meios constitucionais mais a miúdo lembrado quando se trata desses assumptos de instrucção.

É bem de ver, porém, que a corrente vencedora já vae avassalando todos os espíritos e formando, definitivamente, a razão superior que há de dominar nesta matéria. No meu discurso discuti com certa largueza a these constitucional e vejo que agora mesmo na Conferencia Interestadual do Ensino Primário todas as idéas convergem para o mesmo ponto: a intervenção da união.

_ E o que me diz da tributação suggerida no seu projecto?

_ Não é novidade, e isto mesmo accentuei no meu discurso. O Brasil, neste e como nos outros problemas, não pode furtar-se ás licções dictadas pela experiência dos povos cultos e de civilização formada. A adopção de impostos especiaes em beneficio da Educação Popular é coisa que não merece discussão, a não ser que nos obstinemos em deixar sem solução, para todo o sempre, o magno problema, que, hoje mais do que nunca, reclama a attenção e desvelo dos responsáveis pelos destinos de nossa nacionalidade.

_ E, neste ponto, a imprensa que é um dos principais factores de grandes conquistas do nosso progresso, deve cerrar fileiras, propugnando a adopção do patriótico imposto. Os Estados Unidos são um modelo da efficiencia e productividade dessa tributação, e a adoptam desde 1787. Encontramol-a, também, em outros paizes e só assim é que elles vão realizando o ingente emprehendimento de sua emancipação intellectual, como base da independência econômica, a que, no presente, aspiram todos os povos conscientes e zelosos do seu futuro. A Inglaterra, a França, A Suécia,e, mesmo a América do Sul, a Argentina estão emparceirados nesta medida, que se me affigura, permitta-me a expressão, de que já usou Enrico Ferei, uma espécie de placenta financeira envolvendo o ensino, desde o embryão, como questão de vida ou de morte.

_ Em 1882 já a propusera, com a segurança de sua autoridade incomparável, o conselheiro Ruy Barbosa, fundamentando-a exhaustivamente.

_ Antes dele em 1847, outro vulto eminente, João Alfredo a preconisava, com os melhores motivos. E sucessivamente a idéa foi abraçada e defendida com abundancia de lógica, segurança de argumentação e muito patriotismo por vários brasileiros illustres. Ultimamente o Estado de S. Paulo abriu inquerito a respeito, e é com satisfação que registro o facto de haver sido, quase em geral, aceita e propugnada essa medida, como facto indeclinável para o custeio dos serviços da Educação.

_ Releva acrescentar que tal é a modicidade com que a estatue o meu projecto, que não cabe, em absoluto, o receio de que ella venha aggravar a situação dos contribuintes.

_ Assim, 3$000 para os habitantes das capitães e do Districto federal; 2$000 para os das cidades; $1000 para os das villas e povoações, eis o que se pede "annualmente" a cada contribuinte, que tenha rendas próprias, profissão ou emprego. Uma insignificância, uma ridicularia, uma bagatella.

_ Quem, a não ser o indigente, não está em condições de dar para o ensino, "por anno", dez tostões, ou alguns réis por dia!

_ A barateza do imposto é, como vê, tão extrema, que dispensa maiores commentarios. Um dia, apenas, que á dose habitual do vício, ou do prazer perdulário supprima o contribuinte mais modesto, e terá resarcido por todo um anno o seu dever para com o paiz, para com a essencial obrigação de collaborar na grande e fundamental obra da Educação Nacional. Só e Só!

_ Assim pois, é claro que o imposto suggerido, pela sua extrema simplicidade e real modocidade, não causará vexame ao contribuinte, não lhe aggravará a situação deante de quaesquer outros encargos.

_ Com tão boas razões espera o dr. Seja o seu projecto convertido, em lei?

_ A julgar pelos bondosos applausos com que foi recebido o meu discurso e pelas demosntrações de sympatia com que acolheram o meu projecto, assim a imprensa em geral, como diversos professores, médicos e competentes, dentro e fora da Câmara, não seria para descrer na sua adopção. Tenho aqui, por exemplo,uma honrosa carta do Professor Clemente Quaglio, da Faculdade de Pedologia de São Paulo, que é bem um attestado de como repercutiram no grande Estado as minhas idéas, pelos quais têm ali se batido valentes espíritos.

_ Não devo, todavia, calar a quasi certeza de que o projecto terá, por muito tempo, a sorte de quantas outras iniciativas generosas e patrióticas surgem no seio do Congresso Nacional. Há para todas essas idéas de grande interesse geral, de fundamental necessidade, de sensível urgência mesmo, um período de longa hybernação, entre nós. Destar`te, a semente está lançada, germinará depois...

_ De minha parte, sempre que se tornar preciso, pretendo chamar para o assunpto a attenção, da Camara dos Deputados, tão attenciosa acolheu o meu projecto, na abundante justificação que lhe dei.

_ Não é possível que os responsáveis mais directos pelos destinos da Republica se desinteressem, d'ora avante, de um problema que tão intimamente está ligado ao ensino publico, ás obras fecundas da educação, em todos os povos civilizados. Como o sr. Deve ter notado, no meu discurso accentuei esse doloroso contraste em que nos achamos deante de nações cultas. Na América do Sul mesmo, a Argentina e o Uruguay, com vivo engenho, vão realizando esses serviços. O recente movimento entre nós em favor da causa suprema da Educação Nacional, movimento que culmina na actual Conferencia Interestadual do Ensino Primário, parece tocar a uma phase de breves realizações. Levada, enfim, a questão ao seio do Congresso, estou em crer elle se não fará desattento a uma das faces capitães do problema da educação, qual a da Infancia Anormal, nos limites mínimos do meu projecto. É o que todos devemos esperar da cultura e patriotismo do Parlamento Brasileiro.

ICONOGRAFIA

RELAÇÃO DE FIGURAS

Figura A. CARVALHO NETO, Antônio Manoel de. "A Cartilha de um Pedagogo. Correio de Aracaju. Aracaju, 13 maio, 1919. Fonte: acervo particular de Maria do Socorro Lima. Arte e diagramação Léo A. Mittaraquis.

Figura B. “O Presidente Eleito e a Uniformização do Ensino”. Correio de Aracaju. Aracaju. 5, jun. 1919. Fonte: acervo particular de Maria do Socorro Lima. Arte e diagramação Léo A. Mittaraquis.

Figura C. Sergipe. Capa da Coleção de Leis e Decretos de 1917. Aracaju: Imprensa Oficial, 1918. Governo de Pereira Lobo. Acervo: arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Foto Joel Luiz. Arte e diagramação: Léo A. Mittaraquis.

Figura D. Sergipe. Decretos de 11 de novembro de 1918: o primeiro exonera Helvécio de Andrade do cargo de Diretor da Instrução Pública; o segundo nomeia Carvalho Neto ao cargo. Coleção de leis e decretos de 1918. Aracaju: Imprensa Oficial, 1818. Governo de Pereira Lobo. Acervo: arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Foto: Joel Luiz. Arte e diagramação: Léo A. Mittaraquis.

Figura E. Sergipe. Capa da Mensagem Presidencial de 1919. Governo Pereira Lobo. Acervo: arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Foto: Joel Luiz. Arte e diagramação: Léo A. Mittaraquis.

Figura F. Sergipe. Capa da Mensagem Presidencial de 1920. Governo de Pereira Lobo. Acervo: arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Foto: Joel Luiz. Arte e diagramação: Léo A. Mittaraquis.

Figura G. Parte 1 da Cronologia da trajetória de Carvalho Neto na Maçonaria. Acervo: arquivo particular de Maria do Socorro Lima. Foto: Maria do Socorro Lima. Arte e diagramação: Léo A. Mittaraquis.

Figura H. Parte 2 da Cronologia da trajetória de Carvalho Neto na Maçonaria. Acervo: arquivo particular de Maria do Socorro Lima. Foto: Maria do Socorro Lima. Arte e diagramação: Léo A. Mittaraquis.

Figura I. Parte 3 da Cronologia da trajetória de Carvalho Neto na Maçonaria. Acervo: arquivo particular de Maria do Socorro Lima. Foto: Maria do Socorro Lima. Arte e diagramação: Léo A. Mittaraquis.

Figura J. Capa do livro “Apreciações Sobre Legislação do Trabalho”. Autor: Antonio Manuel de Carvalho Neto. Aracaju: Oficina Gráfica da Voz do Operário, 1932. Acervo: Instituto Tobias Barreto de Educação e Cultura. Foto: Joel Luiz. Arte e diagramação: Léo A. mittaraquis.

Figura K. Apreciações Sobre Legislação do Trabalho. Jornal “A Ordem”, Rio. Outubro de 1926. Acervo: Instituto Tobias Barreto de Educação e Cultura. Foto: Joel Luiz. Arte e Diagramação: Léo A. Mittaraquis.

Figura L. Convite alusivo à programação de homenagens a Carvalho Neto, pelo seu centenário (1889-1989). Acervo: arquivo particular de Maria do Socorro Lima. Foto: Maria do Socorro Lima. Arte e diagramação: Léo A. Mittaraquis.

Figura M. Convite, com programação organizada por diversas instituições, alusivo ao centenário de Carvalho Neto (1889-1989). Acervo: arquivo particular de Maria do Socorro Lima. Foto: Maria do Socorro Lima. Arte e diagramação: Léo A. Mittaraquis.

Figura N. Homenagem do Estado, denominando o Arquivo Público de Sergipe “Palácio Carvalho Neto”, através da lei n. 644 - 7 - 5 - 1955. Acervo: arquivo particular de Maria do Socorro Lima. Foto: Joel Luiz. Arte e diagramação: Léo A. Mittaraquis.

Assignaturas :
CAPITAL
Semestre.....12$000

Correio de Aracajú

Assignaturas :
INTERIOR
Semestre.....13$000

Publicação diaria

Redactor-Proprietario—João Menezes

Numero do dia, 100 rs.

Redacção e officinas—Rua de Japaratuba, 29 | SERGIPE, 13 de junho de 1919 | ANNO XIII—Numero 2.619

A Cartilha de um Pedagogo

VII

«Lasciamlo stare, e nom parliamo á vóto ;
Ché cosi é alui ciascum linguaggio
Como il suo ad altrui, che a nullo é nóto.

DANTE : Inferno.

Nunca senti o prazer selvagem de tripudiar sobre o vencido.

As larguezas de meu coração de moço não comportam azedume nem malicia.

Quando, em guarda *de uma instituição*, me vejo obrigado a terçar as armas, não levo o desejo de vingança, mas, como um principio luminoso e bello, o intento de defesa.

Dest'arte jugulada a aggressão, amordaçada a furia, não me satisfaz martyrizar o adversario succumbido...

E, assim, cedo, hoje, a pedidos de amigos, que muito me merecem, por que me afaste da arena já abandonada pelo insolito aggressor.

Faço-o, sinceramente, com satisfação.

O Parecer do Conselho Superior de Instrucção ficou intacto, na coiraça inamolgavel de seus principios.

A *Cartilha* do Dr. Helvecio, nos poucos pontos estudados, reduzida á mais lamentavel situação de farrapos !...

Havia ainda coisas novas e surprehendentes, extravagancias de um espirito em decadencia, a analysar miudamente, com a acentuação dos pormenores devidos.

A questão orthographica, reduzida pelo *mestre* a uma cacographia inaturavel—um linguajar de insciente pariador—; a orientação pedagogica levada aos trancos ; a construcção da phrase sem limpidez, sem belleza, sem nexo ; a grammatica aos ponta-pes ; a didacticidade não consultada ; a cunhagem espuria de indefensavel neologismo—indigencia de linguagem —; eram themas a esclarecer, documentando-os.

Por sobre isto releva, mais, o esdruxulo de alguns conceitos, dignos de uma casa de orates, que não da escola !

Não os versarei desta columna, dora avante, senão provocado. Volto a esquecer-me do atrabiliario pedagogo, como até pouco só sabia existir pelos seus desacêrtos...

Quando assumi a direcção da Instrucção Publica do Estado, por nimia bondade do Exmo. amigo Dr. Pereira Lobo, sabia da extensão de minhas responsabilidades. Acceitei, porque não temo a lucta, quando me illumina a limpida consciencia de servir a um Governo intelligente, honrado e justo.

E foi ainda por estar servindo a este Governo, que acudi *em defesa de uma instituição*, de um orgão superior do ensino, contra o qual se lançavam os dardos de um arpoador de reputações.

Era preciso quebrar o colmilho á paixão odienta do interesse contrariado, bufando em desespero de causa...

Pouco tempo havia da primeira reunião do Conselhe, e o anonymo da columna do *Nulla die* (?) lhe jogava as pedras do seu despeito.

O ataque continuou augmentando sempre de virulencia. O *Evandro Alves* se atascava no insulto á instituição, cuja fôra Director. A sua falta de comprehensão do que fosse uma funcção publica, a sua cegueira nos dominios da hierarchia administrativa, não o contiveram no caminho sinuoso do erro.

Veio o momento de contê-lo !

A *Pequena Cartilha Sergipana* era a imagem fiel do seu criador, que lhe dera o sopro genial do seu engenho...

Para um homem de lettras uma *cartilha* dessas é um remorso vivo, a morder a consciencia ; para um professor é um sudario !

Submettida a estudo, a conclusão necessaria, emquanto houvesse vergonha, era a sua repulsa. E o Parecer, para ser justo, devia dar os motivos da decisão ; condemnar *in limine* era a maior condemnação.

Bruetière ensina que

> *«Faire la critique d'une œuvre, c'est la juger, la classer, l'expliquer. Eliminer de sa définition l'un quelconque de ces trois termes, c'est donc la mutiler, ou plutôt c'est la dénaturer.»*

A esta lição do grande critico ateve-se religiosamente o Consêlho. Com este criterio julgou outros trabalhos, cujos auctores se conformaram. Um delles até, submetendo-se ás corrigendas, pediu um prazo para refundir a sua obra.

Tal a superioridade de vistas que tem o Consêlho sobre os assumptos de sua competencia. Não desse a individualidades, não rasteja pelo solo das paixões pequeninas ; julga do alto tranquillo de sua serenidade, tendo por guia a justiça e por escôpo a verdade.

Quanto a mim anda illudido o Dr. Helvecio ; nunca lhe quiz o mal, que me suppõe desejar-lhe.

Cabem-lhe, á justa, os versos do poeta :

«...Que onde reina a malicia,
está o receio,
Que a faz imaginar no peito
álheio.»

(Camões : Lusiadas.)

Nos poucos tempos de direcção da Instrucção Publica tenho encontrado, sempre, o apoio indefesso de todos os professores e autoridades escolares.

Somente um abriu a excepção : foi o notavel pedagogo!

As suas iras incontidas esbravejaram, inexplicavelmente, contra mim. Em sessão da Congregação da Escola Normal, em meio á cordura do corpo docente, tive de quebrar os impetos funambulescos das bravatas do homem fero. O pedagogo sentiu-se falsear-lhe o terreno...

E irrompeu, fazendo-se de valentão, pela imprensa, nas chulices do *Nulla die*... Em dias varios a sua penna, resumando fel, procureu ferir-me.

Estive-lhe sempre a cavalleiro das baboseiras que escrevia o cartilheiro... Lia-lhe, através das palavras descortezes, a alma saturada do mal, procurando diminuir-me o conceito perante o departamento da administração, sob meus olhos.

Desprezei-a, porque assim me habilitei na indifferença para com os pobres de espirito...

Mas o Dr. Hélvecio interpretou o meu silencio de desprezo, como uma reverencia ao seu *saber*, como um acatamento ás suas prosapias !

E voltou a carga furiosamente !...

Desta vez, porém, extravasara a taça da minha indignação. Tive de repellir de publico o desorientado e liliputiano aggressor.

Estou satisfeito. Feliz serei sempre que puder, com uma cipoada vingadora da verdade, reduzir o ataque de um despeito ás miseras proporções de sua impotencia...

Estou, mercê da confiança generosa do Exmo. Sr. Presidente do Estado, na Directoria da Instrucção Publica. E dahi direi sempre, com Francisco de Castro, aos inventores de taes *Cartilhas* :

> «Quer servir a sciencia ? Quer honral-a ? Incline-se deante de sua soberania e passe largo pelos seus dominios.» (Discursos).

Aracajú, 12—6—1919.

Carvalho Neto.

MANIFESTAÇÕES

Ante-ontem, na fabrica «Sergipe Industrial», realizou-se uma manifestação de agradecimento ao dr. Thales Ferraz, illustre director daquelle estabelecimento, levada a effeito pelos operarios que trabalham sob a sua habil e esforçada direcção, devido á attitude assumida por este industrial nas ultimas reformas na questão do trabalho.

Um numero superior a 750 operarios,no pateo central daquella fabrica,acclamou ardentemente o seu distincto chefe, homenageando deste modo seu espirito liberal, largo em generosidades, sempre na dianteira das reformas progressistas.

Ontem, seguramente ás 2 horas da tarde, esteve nesta redacção uma commissão encarregada pelos seus companheiros de nos transmittir em seus nomes a narração daquella brilhante manifestação de apreço, gratidão e solidariedade.

Agradecemos á commissão a sua delicada deferencia e saudamos ao adiantado industrial por esta festa que veio, mais uma vez, consagrar os seus justos meritos.

—

Tambem o coronel Sabino Ribeiro foi alvo, no mesmo dia, de uma bella manifestação de reconhecimento por parte dos operarios que trabalham no importante centro industrial que com tanta habilidade e competencia dirige.

Motivou esta expressão de regosijo o ter o activo director da fabrica «Confiança», adoptado, de conformidade com as medidas resultantes da conferencia havida entre os industriaes desta capital e o exmo. dr. Pereira Lobo, as mesmas reformas recommendadas para o operariado.

Reunidos em quasi sua totalidade, os operarios, ás 5 horas da tarde, encaminharam-se de encontro ao seu intelligente director, saudando-o num gesto de sympathia e gratidão.

Serviram de porta vozes para interpretar os sentimentos da classe, varios escolhidos entre os mais habeis e competentes.

Distribuiram-se depois diversos copos de cerveja e de licores.

Felicitamos ao distincto industrial por mais este gesto de real consideração por aquelles que trabalham sob as suas ordens e dependencia.

Figura A. CARVALHO NETO, Antônio Manoel de. "A Cartilha de um Pedagogo. Correio de Aracaju. Aracaju, 13 maio,1919. Fonte: acervo particular de Maria do Socorro Lima. Arte e diagramação Léo A. Mittaraquis.

Assignaturas :
CAPITAL
Semestre.....12$000

Correio de Aracajú

Assignaturas :
INTERIOR
Semestre.....13$000

Publicação diaria

Redactor-Proprietario—João Menezes

Numero do dia, 100 rs.

Redacção e officinas—Rua de Japaratuba, 29 | SERGIPE, 5 de Junho de 1919 | ANNO XIII—Numero 2.613

EXPEDIENTE

PELO BRASIL UNIDO E CULTO

O presidente eleito e a uniformisação do ensino primario

Aspectos do grande problema

O assentamento de um accordo do governo federal com os dos Estados para uniformisação do ensino primario no Brasil, eis um dos pontos mais interessantes do programma esboçado em Paris pelo dr. Epitacio Pessôa, com a ponderação que distingue o seu espirito de moderno estadista e de homem culto.

Nesse sentido, pensa o eminente brasileiro que uma lei do Congresso poderia dar um determinado credito, a titulo de auxilio. Os Estados entrariam com um orçamento destinado ao ensino primario, na medida das suas posses, e a Federação cobriria o resto das despesas.

O momentoso problema em fóco será, pois, resolvido de conformidade com a aspiração dos pedagogos patricios.

Velhos abusos que ainda compromettem a unidade nacional serão desfeitos.

Não se comprehende realmente que o governo federal veja com descaso a sorte do ensino da juventude brasileira, permittindo que os analphabetos de São Paulo tenham uma educação differente da adoptada no Rio, que a educação dos analphabetos de Minas seja diversa da que se propina no Amazonas.

Dizer-se que ainda adoptamos os processos mais obsoletos em materia de instrucção elementar não é assentar-se uma affirmativa sem fundamentos.

Em muitos departamentos da União encontram-se regimens de ensino capazes de revoltar o mais condescendente mestre-escola chinez...

O presidente eleito promette curar o velho mal, prestando assim um dos melhores serviços ao Brasil, cuja educação elementar, uniforme e honesta, servirá de base aos verdadeiros sentimentos da unificação nacional, tornando o nosso paiz verdadeiramente indivisivel no amor ao progresso e á ordem.

Uma solução para o importante problema

Sobre a magna questão da obrigatoriedade do ensino, tivemos a opportunidade de registar as considerações emittidas na intimidade, por um conceituado professor, que nos impoz o maximo sigillo em torno de seu nome, sómente concluindo os pensamentos já enunciados depois de obtida essa promessa.

Sem a reforma da Constituição a obrigatoriedade do ensino é possivel, mas a sua uniformidade é difficilima, e ahi está o grande mal.

O governo federal póde obter que os Estados tornem a instrucção primaria obrigatoria, embora com uma excepção. Cada Estado, porém, adoptará o seu programma de ensino e organisará o seu professorado de accordo com a corrente local e, dessa fórma, para a unidade nacional o desenvolvimento da instrucção será até um mal, vindo accentuar differenças imperceptiveis e crear povos differentes dentro da nacionalidade brasileira. E' preciso que o ensino primario seja uniforme em todo o Brasil, antes de tudo.

Ha um meio pratico e capaz de enfrentar vantajosamente as dificuldades e susceptibilidades constitucionaes. Esse meio é a Liga Brasileira Contra o Analphabetismo, a benemerita associação que, entregue a seus proprios recursos, tão galhardamente vem lutando em prol da instrucção primaria.

Reorganisada e largamente subvencionada, a Liga poderia, sujeita á fiscalisação, ser o instrumento de que necessitamos.

Com os recursos que lhe seriam dados e appellando para os competentes, organisando mesmo um ou mais congressos de professessores, ella organisaria um programma de ensino primario nacional, genuinamente brasileiro : escolheria e adoptaria methodos e processos de ensino, organisando um professorado capaz de executar e adoptaria tambem, para todo o Brasil, os mesmos livros e compendios necessarios ás escolas primarias.

Terminado este trabalho preparatorio, a Liga crearia escolas em todos os Estados dos quaes obteria subvenções.

Como suas escolas seriam incontestavelmente superiores, pelo programma, methodos e efficiencia do ensino, acabariam taes estabelecimentos por se imporem, servindo de modelos ás escolas estaduaes e municipaes que com elles concorressem. Os governos estáduaes poderiam mesmo entregar a instrucção primaria á Liga, e esse seria o idéal. Dessa fórma, um pouco original, chegariamos á uniformidade do ensino primario, excluindo-se o professorado do dominio da politicagem, o que, nos Estados, é importantissimo.

Para esse grande serviço a Liga teria que ser reformada, podendo ser aproveitada a sua actual directoria, accrescida de mais alguns elementos de valor pedagogico.

E' mais difficil combater efficiente e proveitosamente o analphabetismo ou limitar as molestias que flagellam os nossos campos e raças.

Antes de tudo, cumpre obter a unidade, sem o que todo o trabalho será até antinacional, vindo enfraquecer a nossa coherencia.

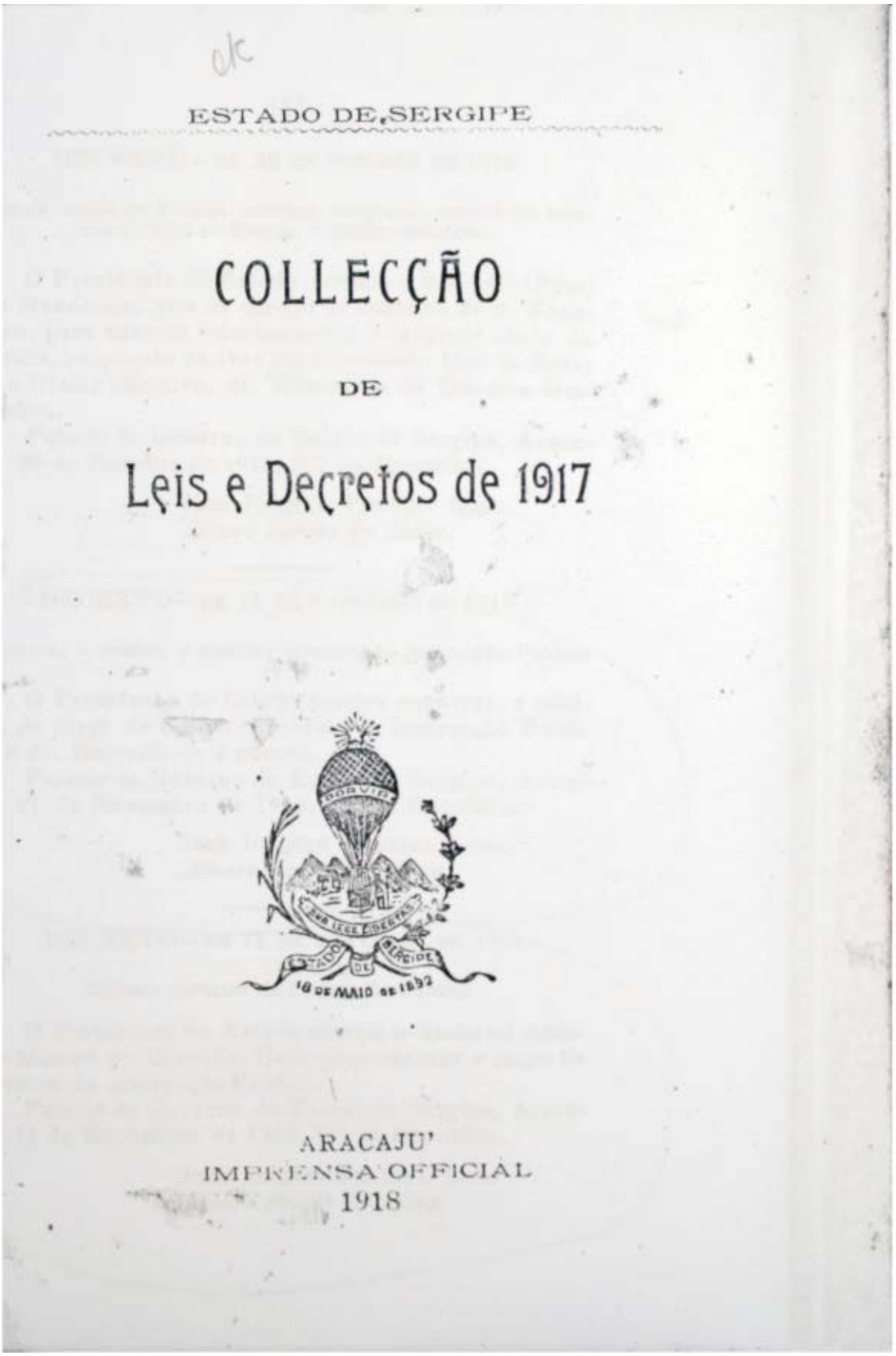
E o meio de simultaneamento generalisar e unificar o ensino primario, sem ir de encontro ás leis, tem que ser o que assentei ou outro semelhante.

A reunião medica

Está em nosso poder uma carta do illustre dr. Jessé Fontes, explicativa da sua attitude perante a reunião medica, segunda-feira realizada no predio em que está installada a commissão federal de prophylaxia.

A angustia de espaço e o facto de nos ter a mesma chegado ás mãos tardiamente privam-nos de dal-a hoje á publicidade, o que faremos amanhã.

Figura B. “O Presidente Eleito e a Uniformização do Ensino”. **Correio de Aracaju**. Aracaju. 5, jun. 1919. Fonte: acervo particular de Maria do Socorro Lima. Arte e diagramação Léo A. Mittaraquis.


ESTADO DE SERGIPE

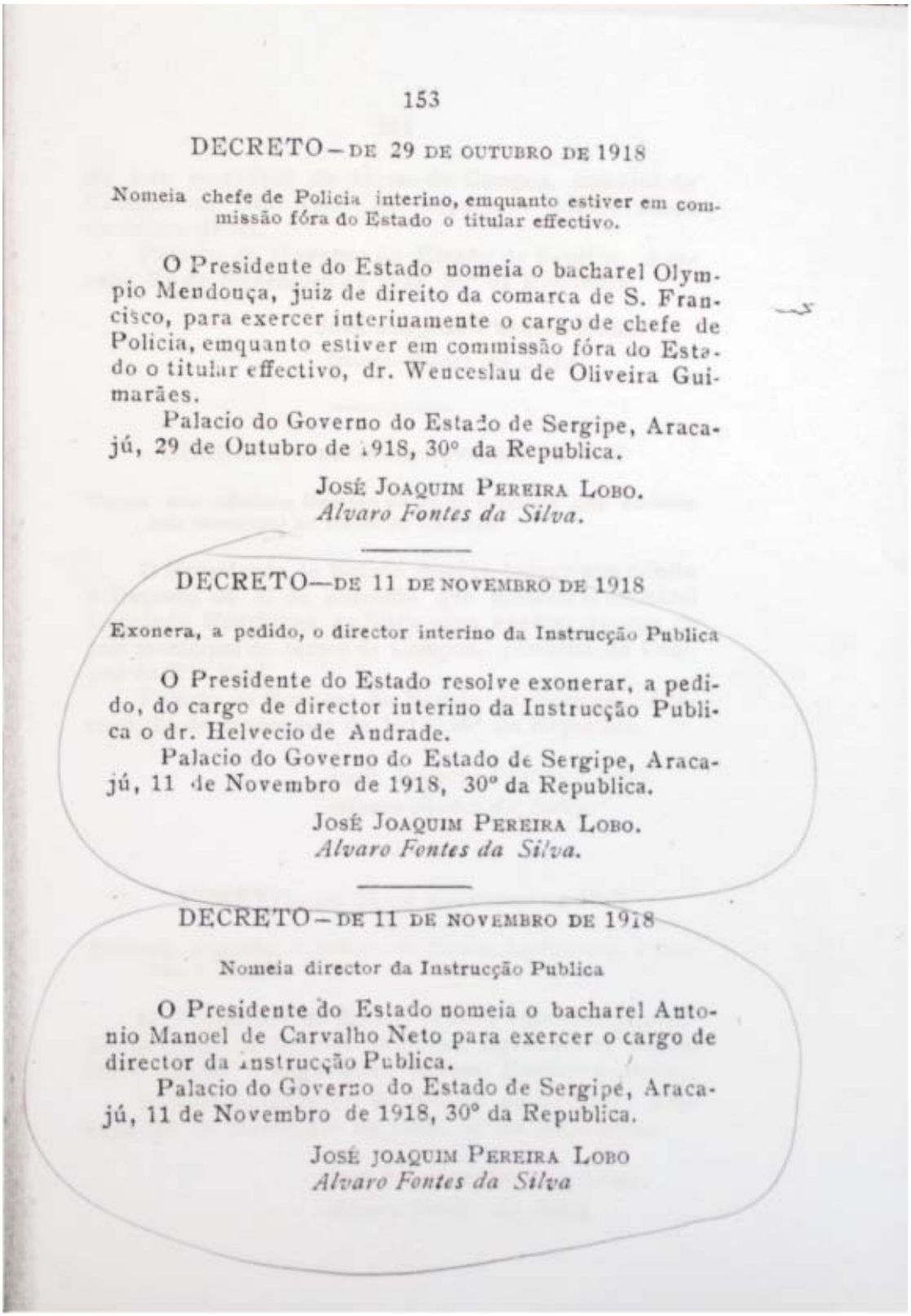
COLLECÇÃO

DE

Leis e Decretos de 1917

ARACAJU'
IMPRENSA OFFICIAL
1918

Figura C. Sergipe. Capa da Coleção de Leis e Decretos de 1917. Aracaju: Imprensa Oficial, 1918. Governo de Pereira Lobo. Acervo: arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Foto Joel Luiz. Arte e diagramação: Léo A. Mittaraquis.



153

DECRETO — DE 29 DE OUTUBRO DE 1918

Nomeia chefe de Policia interino, emquanto estiver em commissão fóra do Estado o titular effectivo.

O Presidente do Estado nomeia o bacharel Olympio Mendonça, juiz de direito da comarca de S. Francisco, para exercer interinamente o cargo de chefe de Policia, emquanto estiver em commissão fóra do Estado o titular effectivo, dr. Wenceslau de Oliveira Guimarães.

Palacio do Governo do Estado de Sergipe, Aracajú, 29 de Outubro de 1918, 30° da Republica.

JOSÉ JOAQUIM PEREIRA LOBO.
Alvaro Fontes da Silva.

DECRETO — DE 11 DE NOVEMBRO DE 1918

Exonera, a pedido, o director interino da Instrucção Publica

O Presidente do Estado resolve exonerar, a pedido, do cargo de director interino da Instrucção Publica o dr. Helvecio de Andrade.

Palacio do Governo do Estado de Sergipe, Aracajú, 11 de Novembro de 1918, 30° da Republica.

JOSÉ JOAQUIM PEREIRA LOBO.
Alvaro Fontes da Silva.

DECRETO — DE 11 DE NOVEMBRO DE 1918

Nomeia director da Instrucção Publica

O Presidente do Estado nomeia o bacharel Antonio Manoel de Carvalho Neto para exercer o cargo de director da Instrucção Publica.

Palacio do Governo do Estado de Sergipe, Aracajú, 11 de Novembro de 1918, 30° da Republica.

JOSÉ JOAQUIM PEREIRA LOBO
Alvaro Fontes da Silva

Figura D. Sergipe. Decretos de 11 de novembro de 1918: o primeiro exonera Helvécio de Andrade do cargo de Diretor da Instrução Pública; o segundo nomeia Carvalho Neto ao cargo. Coleção de leis e decretos de 1918. Aracaju: Imprensa Oficial, 1818. Governo de Pereira Lobo. Acervo: arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Foto: Joel Luiz. Arte e diagramação: Léo A. Mittaraquis.

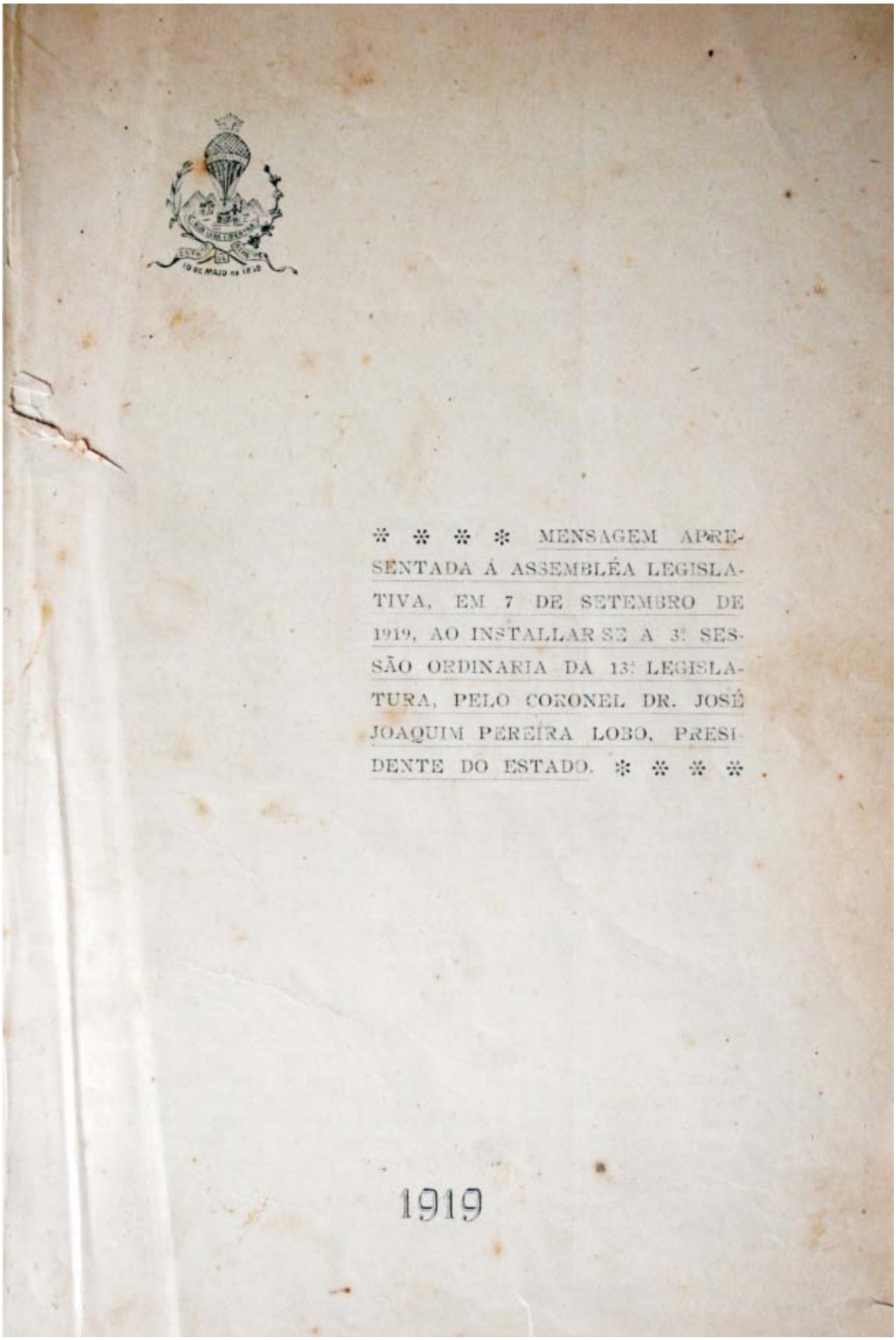


Figura E. Sergipe. Capa da Mensagem Presidencial de 1919. Governo Pereira Lobo. Acervo: arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Foto: Joel Luiz. Arte e diagramação: Léo A. Mittaraquis

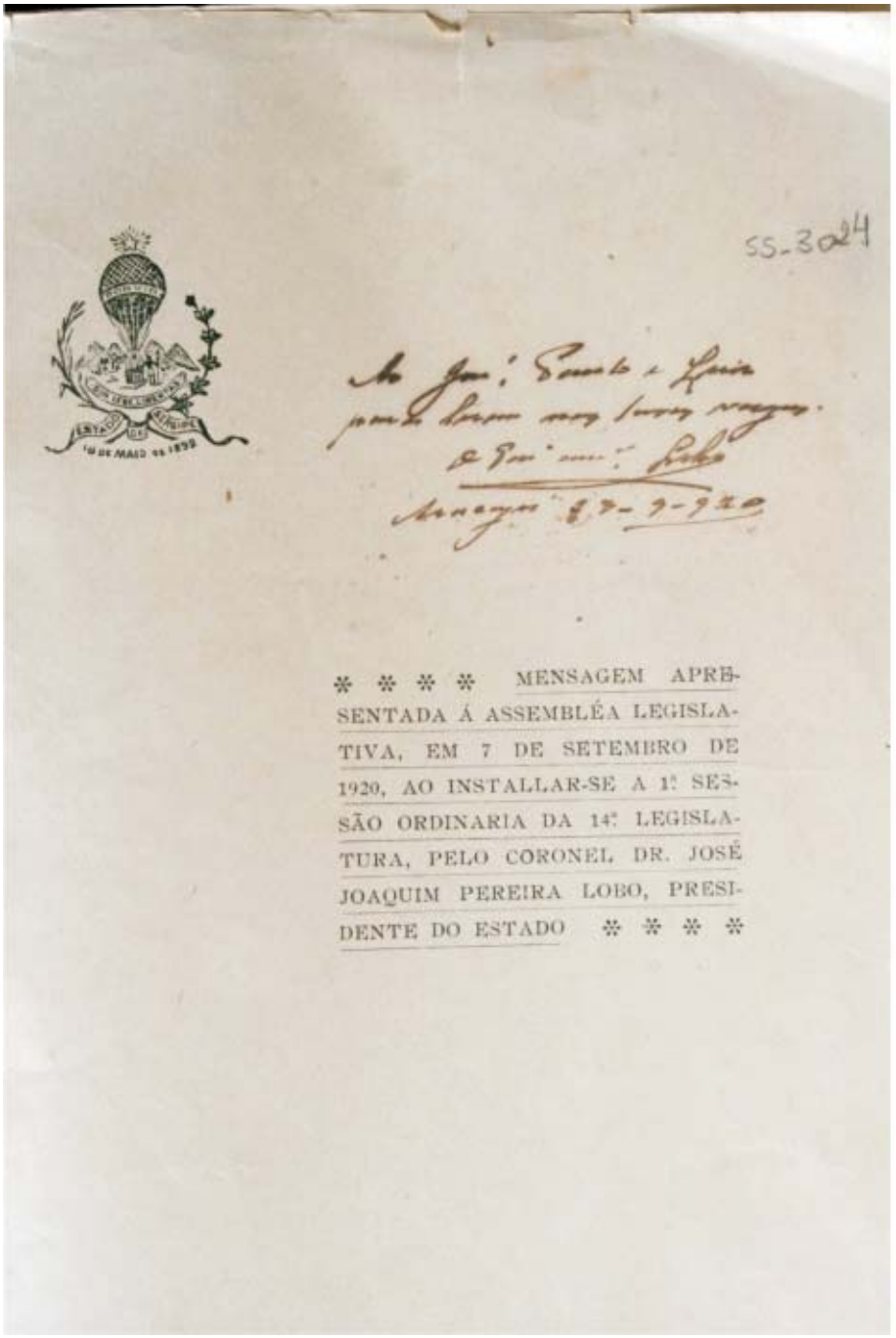
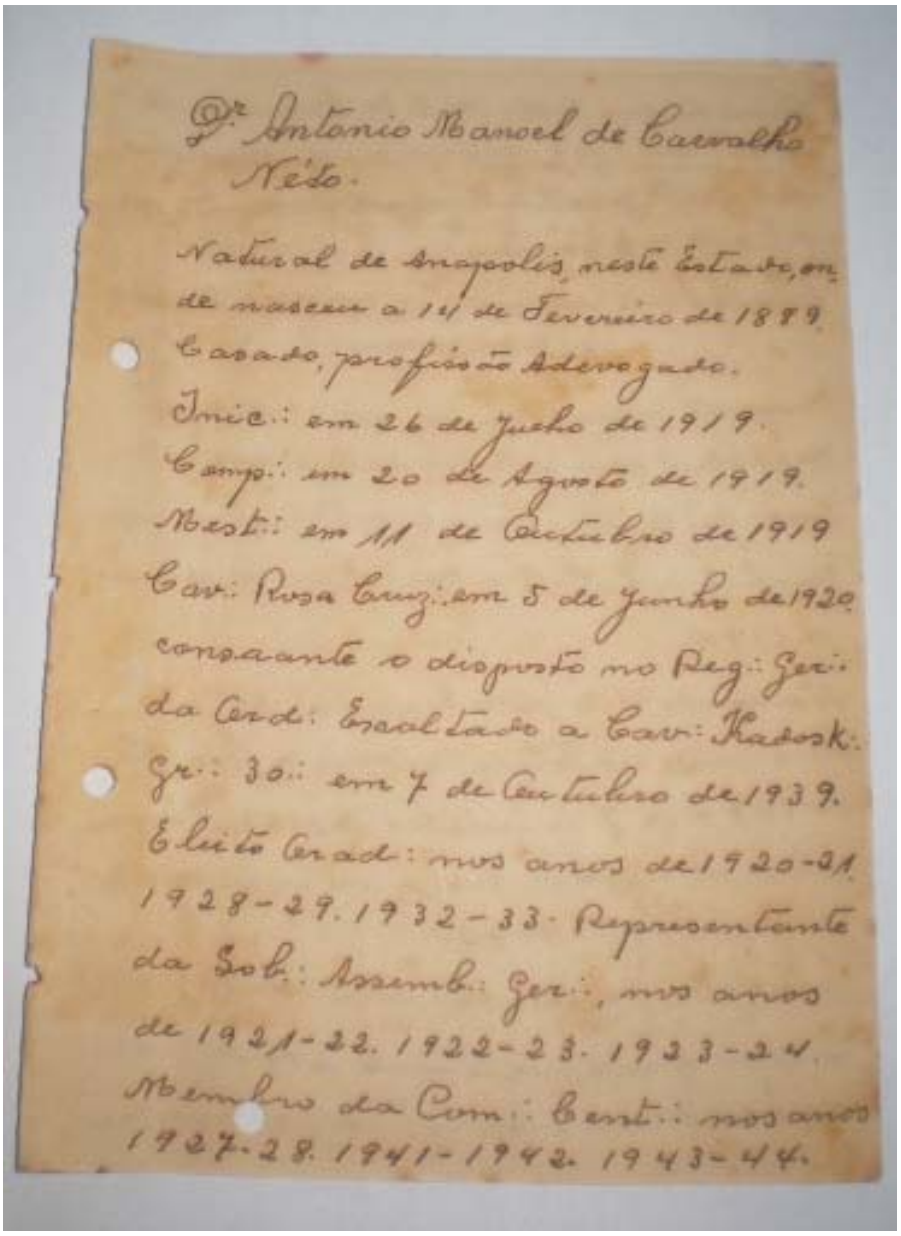
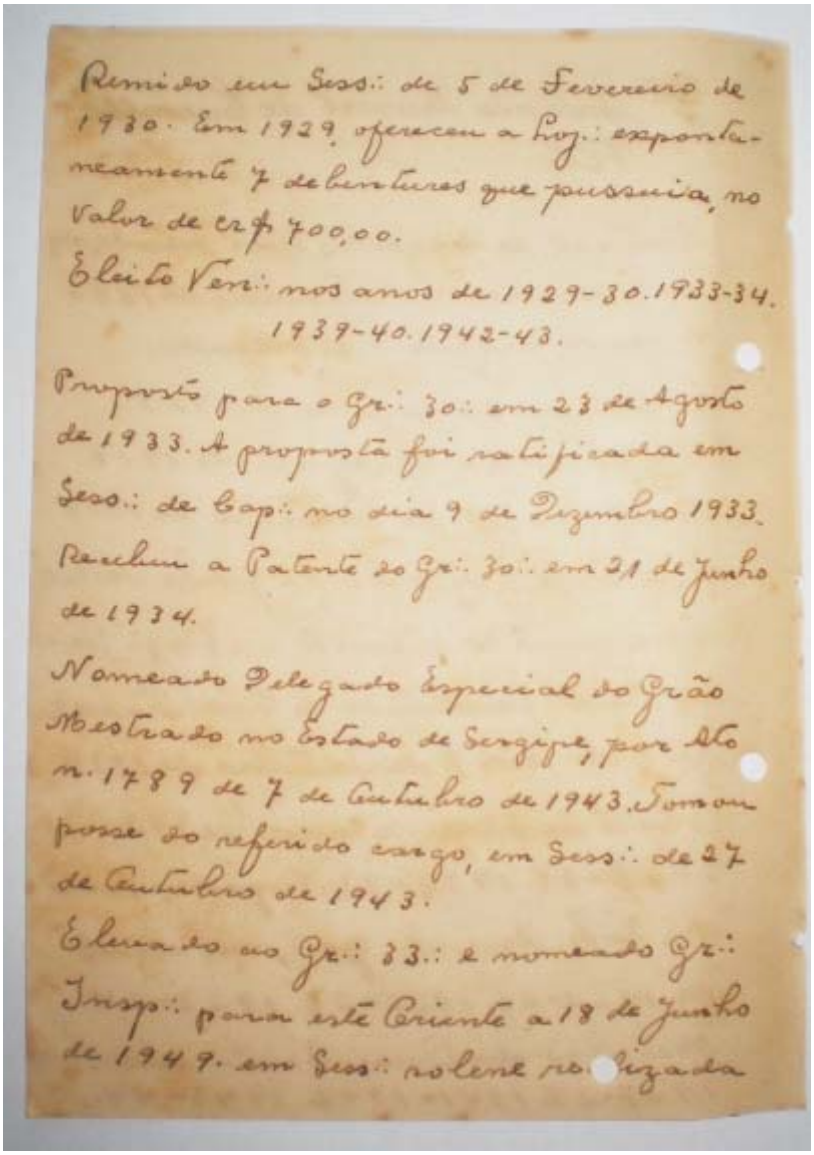


Figura F. Sergipe, Capa da Mensagem Presidencial de 1920. Governo de Pereira Lobo. Acervo: arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Foto: Joel Luiz. Arte e diagramação: Léo A. Mittaraquis.


Dr. Antonio Manoel de Carvalho
Neto.

Natural de Anapolis, neste Estado, on
de nasceu a 14 de Fevereiro de 1899.
Casado, profissão Advogado.
Inic.: em 26 de Julho de 1919.
Compl.: em 20 de Agosto de 1919.
Mest.: em 11 de Outubro de 1919
Cav.: Rosa Cruz: em 5 de Junho de 1920
conforme o disposto no Reg.: Ger.:
da Ord.: Exaltado a Cav.: Kadosk.:
Gr.: 30.: em 7 de Outubro de 1939.
Eleito Grad.: nos anos de 1920-21.
1928-29. 1932-33. Representante
da Sob.: Assemb.: Ger.:, nos anos
de 1921-22. 1922-23. 1923-24.
Membro da Com.: Cent.: nos anos
1927-28. 1941-1942. 1943-44.

Figura G. Parte 1 da Cronologia da trajetória de Carvalho Neto na Maçonaria. Acervo: arquivo particular de Maria do Socorro Lima. Foto: maria do Socoro Lima. Arte e diagramação: Léo A. Mittaraquis.


Remido em Sess.: de 5 de Fevereiro de 1930. Em 1929 ofereceu a Loj.: espontaneamente 7 debentures que possuia, no valor de cr$ 700,00.

Eleito Ven.: nos anos de 1929-30. 1933-34. 1939-40. 1942-43.

Proposto para o Gr.: 30.: em 23 de Agosto de 1933. A proposta foi ratificada em Sess.: de Cap.: no dia 9 de Dezembro 1933. Recebeu a Patente do Gr.: 30.: em 21 de Junho de 1934.

Nomeado Delegado Especial do Grão Mestrado no Estado de Sergipe, por Dto n. 1789 de 7 de Outubro de 1943. Tomou posse do referido cargo, em Sess.: de 27 de Outubro de 1943.

Elevado ao Gr.: 33.: e nomeado Gr.: Insp.: para este Oriente a 18 de Junho de 1949. em Sess.: solene realizada

Figura H. Parte 2 da Cronologia da trajetória de Carvalho Neto na Maçonaria. Acervo: arquivo particular de Maria do Socorro Lima. Foto: maria do Socorro Lima. Arte e diagramação: Léo A. Mittaraquis.

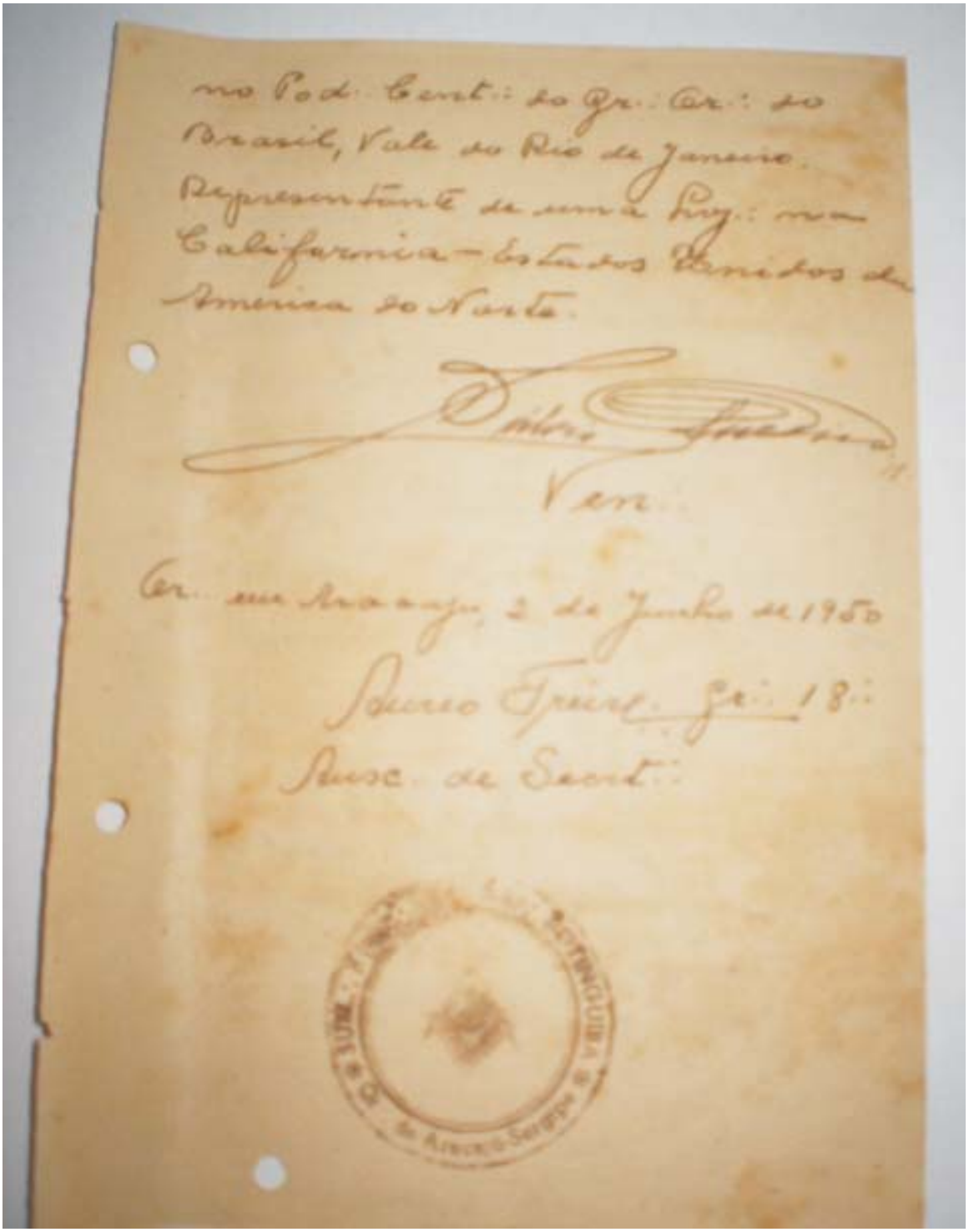
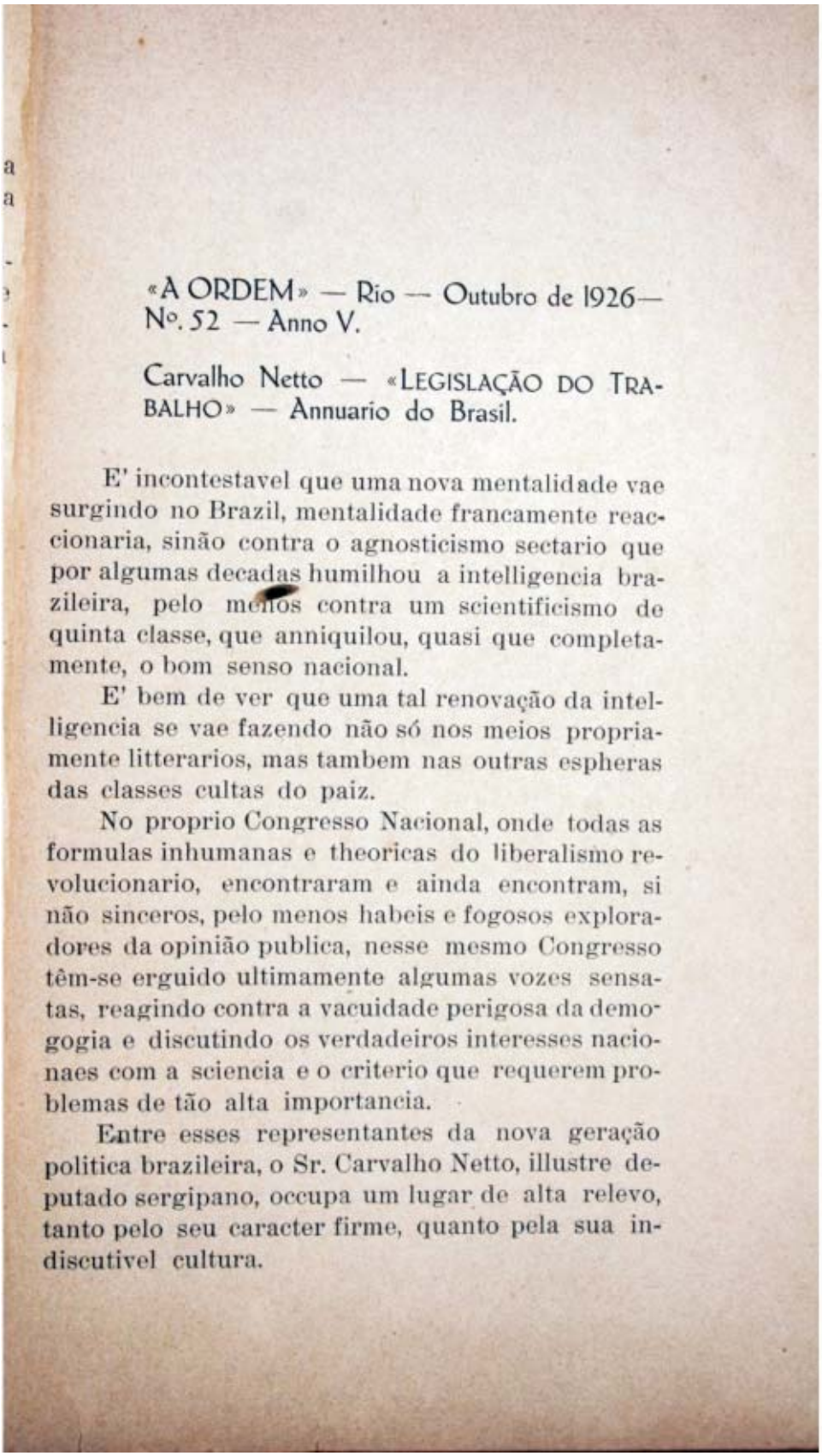


Figura I. Parte 3 da Cronologia da trajetória de Carvalho Neto na Maçonaria. Acervo: arquivo particular de Maria do Socorro Lima. Foto: Maria do Socorro Lima. Arte e diagramação: Léo A. Mittaraquis.

Figura J. Capa do livro "Apreciações Sobre Legislação do Trabalho". Autor: Antonio Manuel de Carvalho Neto. Aracaju: Oficina Gráfica da Voz do Operário, 1932. Acervo: Instituto Tobias Barreto de Educação e Cultura. Foto: Joel Luiz. Arte e diagramação: Léo A. mittaraquis.



«A ORDEM» — Rio — Outubro de 1926— Nº. 52 — Anno V.

Carvalho Netto — «LEGISLAÇÃO DO TRABALHO» — Annuario do Brasil.

E' incontestavel que uma nova mentalidade vae surgindo no Brazil, mentalidade francamente reaccionaria, sinão contra o agnosticismo sectario que por algumas decadas humilhou a intelligencia brazileira, pelo menos contra um scientificismo de quinta classe, que anniquilou, quasi que completamente, o bom senso nacional.

E' bem de ver que uma tal renovação da intelligencia se vae fazendo não só nos meios propriamente litterarios, mas tambem nas outras espheras das classes cultas do paiz.

No proprio Congresso Nacional, onde todas as formulas inhumanas e theoricas do liberalismo revolucionario, encontraram e ainda encontram, si não sinceros, pelo menos habeis e fogosos exploradores da opinião publica, nesse mesmo Congresso têm-se erguido ultimamente algumas vozes sensatas, reagindo contra a vacuidade perigosa da demogogia e discutindo os verdadeiros interesses nacionaes com a sciencia e o criterio que requerem problemas de tão alta importancia.

Entre esses representantes da nova geração politica brazileira, o Sr. Carvalho Netto, illustre deputado sergipano, occupa um lugar de alta relevo, tanto pelo seu caracter firme, quanto pela sua indiscutivel cultura.

Figura K. Apreciações Sobre Legislação do Trabalho. Jornal "A Ordem", Rio. Outubro de 1926. Acervo: Instituto Tobias Barreto de Educação e Cultura. Foto: Joel Luiz. Arte e Diagramação: Léo A. Mittaraquis.

Figura L. Convite alusivo à programação de homenagens a Carvalho Neto, pelo seu centenário (1889-1989). Acervo: arquivo particular de Maria do Socorro Lima. Foto: Maria do Socorro Lima. Arte e diagramação: Léo A. Mittaraquis.

Figura M. Convite, com programação organizada por diversas instituições, alusivo ao centenário de Carvalho Neto (1889-1989). Acervo: arquivo particular de Maria do Socorro Lima. Foto: Maria do Socorro Lima. Arte e diagramação: Léo A. Mittaraquis.

Figura N. Homenagem do Estado, denominando o Arquivo Público de Sergipe "Palácio Carvalho Neto", através da lei n. 644 - 7 - 5 - 1955. Acervo: arquivo particular de Maria do Socorro Lima. Foto: Joel Luiz. Arte e diagramação: Léo A. Mittaraquis.